



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO DE DIREITO



SUMÁRIO

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA FAMETRO	10
1.1 NOME DA MANTENEDORA.....	10
1.2 NOME E BASE LEGAL DA MANTIDA.....	11
1.3 PERFIL E MISSÃO DA MANTIDA.....	13
1.4 DADOS SOCIOECONÔMICO E SOCIOAMBIENTAIS DA REGIÃO.....	13
2. SÍNTESE DA IES	14
2.1 BREVE HISTÓRICO DA MANTENEDORA.....	14
2.2 HISTÓRICO, PERFIL E MISSÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO.....	15
3. ORGANOGRAMA.....	29
4. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO.....	29
4.1 NOME DO CURSO E MODALIDADE DE OFERTA.....	29
4.2 RELATO DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO/IMPLANTAÇÃO/CONSOLIDAÇÃO DO PPC.....	29
4.3 ENDEREÇO DE FUNCIONAMENTO DO CURSO.....	30
4.4 ATOS LEGAIS DO CURSO E DATA DA PUBLICAÇÃO (AUTORIZAÇÃO/RECONHECIMENTO/RENOVAÇÃO).....	30
4.5 CONCEITOS DO CURSO (CC, CPC, ENADE).....	31
4.6 NÚMERO DE VAGAS DO CURSO E TURNOS DE FUNCIONAMENTOS.....	31
4.7 CARGA HORARIA TOTAL DO CURSO E TEMPO MÍNIMO E MÁXIMO DE INTEGRALIZAÇÃO.....	31
4.8 PROTOCOLO DE COMPROMISSO OU TERMO DE SANEAMENTO DE DEFICIÊNCIA, MEDIDAS CAUTELARES, TERMOS DE SUPERVISÃO.....	31
4.9 PERFIL DO COORDENADOR.....	31
4.9.1 Nome, formação, titulação, tempo de experiência dentro e fora do magistério.....	31
4.10 TEMPO MÉDIO DE PERMANÊNCIA DO NDE.....	31
4.11 TEMPO MÉDIO DE PERMANÊNCIA DO COLEGIADO.....	32
4.12 DISCIPLINAS EM LÍNGUA ESTRANGEIRA.....	32
4.13 CONVÊNIO.....	33
4.14 QUANTITATIVO ANUAL DO CORPO DISCENTE, DESDE O ÚLTIMO ATO AUTORIZATIVO (INGRESSANTES MATRICULADOS EM TCC, PARTICIPANTES DE PROJETOS DE PESQUISA POR ANO, PARTICIPANTES EM PROJETOS DE EXTENSÃO POR ANO, PARTICIPANTES DE FINANCIAMENTO POR ANO	33
4.15 Justificativa para a criação do curso e número de vagas que ofertam o curso no Município33	
4.15.1 Demandas de Natureza Econômica.....	34
4.15.2 Demandas de Natureza Social.....	38
4.15.3 Demandas Culturais.....	45
4.15.4 Demandas Políticas de Saúde.....	47
4.15.5 Demandas de Natureza Ambiental.....	49
4. 16 NÚMERO DE faculdades QUE OFERTAM O CURSO NO MUNICÍPIO.....	50
DIMENSÃO 1 - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	51
1.1 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO.....	51
1.1.1 Política de Ensino.....	51
1.1.2 Núcleos de apoio ao ensino.....	53
1.1.3 Programas de Ensino.....	54
1.1.4 Ações de Ensino.....	55
1.1.5 Sistemática de atualização de currículos e novas competências.....	57
1.1.6 Política de Pesquisa.....	66
1.1.7 Programas de Pesquisa.....	66
1.1.8 Ações acadêmico administrativas para a pesquisa, iniciação científica, inovação tecnológica.....	68
1.1.9 Política de Extensão e Responsabilidade Social.....	69

1.1.10	A indissociabilidade entre as Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão.....	70
1.1.11	Programas de Extensão.....	71
1.1.12	Política Ambiental.....	73
1.1.13	Política de Direitos Humanos.....	75
1.1.14	Política de Internacionalização e Mobilidade Acadêmica.....	76
1.1.15	Programa de Internacionalização e Mobilidade Acadêmica.....	77
1.1.16	Políticas Institucionais e Ações de Estímulo Relacionadas à Difusão das Produções Acadêmicas: Científica, Didático-Pedagógico, Tecnológica, Artística e Cultural.....	78
1.1.17	Políticas de Estímulo à Participação em Eventos.....	79
1.1.18	Política de Acompanhamento de Egressos.....	80
1.1.19	PAPEERI – Programa de Articulação, Ensino, Pesquisa, Extensão e Responsabilidade Social.....	82
1.1.20	Projeto do PAPEERI do curso.....	84
1.1.21	Projetos Interdisciplinares do Curso.....	85
1.1.22	Projetos Transversais do Curso.....	86
1.1.23	Projetos de Iniciação Científica e Tecnológica previstos para o curso.....	88
1.1.24	Projeto de Inovação Pedagógica do Curso.....	88
1.1.25	Projetos de Extensão previstos para os primeiros anos do curso.....	89
1.1.26	Projetos de Atividades Complementares do Curso.....	90
1.1.27	Projetos de Atividades Extracurriculares do Curso.....	91
1.1.28	Projeto de Atividades Artísticas Culturais do Curso.....	91
1.1.29	Práticas Exitosas ou Inovadoras do Curso.....	92
1.1.30	Projetos de Responsabilidade Social do Curso.....	92
1.2	OBJETIVOS DO CURSO.....	93
1.3	PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO.....	95
1.3.1	PERFIL DO EGRESSO EM CONSONÂNCIA COM AS DCNS.....	
1.3.2	COMPETÊNCIAS E HABILIDADES GERAIS.....	95
1.3.3	COMPETÊNCIAS E HABILIDADES ESPECÍFICAS.....	95
1.3.4	PLANEJAMENTO PARA AMPLIAÇÃO DO PERFIL DO EGRESSO PARA O MUNDO DO TRABALHO.....	97
1.4	ESTRUTURA CURRICULAR (LIBRAS- OBRIGATÓRIA PARA LICENCIATURAS E FONOAUDIOLOGIA).....	99
1.4.1	ELEMENTOS INOVADORES DA ESTRUTURA CURRICULAR.....	101
1.4.2	POLÍTICAS DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU.....	102
1.4.3	POLÍTICAS DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU.....	104
1.4.4	MATRIZ CURRICULAR COM QUADRO DE OPTATIVAS E QUADRO RESUMO DO CURSO.....	105
1.4.5	EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIAS DAS DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS E OPTATIVAS.....	107
1.5	CONTEÚDO CURRICULARES.....	131
1.5.1	RELAÇÃO DAS DISCIPLINAS DA MATRIZ COM OS CONTEÚDOS CURRICULARES EXIGIDOS NAS DCNS	132
1.6	METODOLOGIA.....	134
1.6.1	Metodologia de Ensino de Educação a Distância e sua Acessibilidade.....	135
1.6.2	Metodologia das Atividades Presenciais Obrigatórias.....	140
1.6.3	Metodologia das Atividades Interdisciplinares.....	147
1.6.4	Metodologia das Atividades Transversais de Educação Ambiental e Educação Étnico Racial.....	148
1.6.5	Metodologia da Educação para os Direitos Humanos.....	150
1.6.6	Metodologia da Articulação do Ensino, Pesquisa e Extensão.....	152
1.6.7	Metodologia de Avaliação do ensino Aprendizagem.....	154
1.7	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO.....	155
1.8	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO – RELAÇÃO COM A REDE DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	156
1.9	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO – RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA.....	156
1.10	ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	157
1.10.1	Carga Horária das Atividades Complementares do Curso.....	157
1.10.2	Forma de Aproveitamento das Atividades Complementares.....	157
1.10.3	ADERÊNCIA DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES À FORMAÇÃO GERAL E ESPECÍFICA DO DISCENTE.....	159
1.10.4	MECANISMOS INOVADORES NA REGULAÇÃO, GESTÃO E APROVEITAMENTO DAS ATIVIDADES	

COMPLEMENTARES.....	160
1.10.5 REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	162
1.11 TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC).....	169
1.12 APOIO AO DISCENTE.....	169
1.12.1 Acolhimento ao Ingressante.....	170
1.12.2 Controle de Evasão.....	171
1.12.3 Acessibilidade Metodológica e Instrumental.....	171
1.12.4 Intermediação e Acompanhamento do Estágio Não Obrigatório.....	173
1.12.5 Apoio psicopedagógico e de acessibilidade- NAPA.....	173
1.12.6 Nivelamento.....	174
1.12.7 Representatividade Discente e Diretório Acadêmico.....	174
1.12.8 INTERNACIONALIZAÇÃO E MOBILIDADE ACADÊMICA.....	174
1.12.9 AÇÕES INOVADORAS.....	175
1.12.9.1 Projeto de Formação de Líderes e Formação de Empreendedores.....	175
1.12.9.2 Conecta Mundo.....	175
1.12.9.3 Workshop de Empregabilidade.....	177
1.12.9.4 Monitoria.....	178
1.13 GESTÃO DO CURSO E AS AÇÕES DECORRENTES DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA DO CURSO.....	178
1.13.1 Objetivos do Processo de Auto Avaliação Institucional e de Curso.....	180
1.13.2 Planejamento da Avaliação Institucional e do Curso.....	180
1.13.3 Relatório Analítico do Resultado da Avaliação de Curso.....	184
1.13.4 Plano de Acadêmico Administrativo de Gestão do Curso.....	185
1.13.5 Plano de Ação de Melhoria de Gestão Institucional.....	187
1.13.6 Divulgação dos Resultados para a Comunidade a Acadêmica.....	188
1.14 ATIVIDADES DE TUTORIA.....	188
1.14.1 Mediação Pedagógica junto aos Discentes em Momentos Online.....	190
1.14.2 Mediação Pedagógica em Momento Presencial.....	191
1.14.3 Domínio de Conteúdo, de Recursos e dos Materiais Didáticos.....	192
1.14.4 Acompanhamento dos Discentes no Processo Formativo.....	194
1.14.5 Planejamento de Avaliação Periódica por Estudantes e Equipe Pedagógica do Curso e Ações Corretivas e de Aperfeiçoamento das Atividades Futuras.....	195
1.14.6 Atividades Presenciais Obrigatórias.....	196
1.15 CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES NECESSÁRIAS ÀS ATIVIDADES DE TUTORIA.....	196
1.15.1 Adequação dos Conhecimentos, Habilidades e Atitudes dos Tutores para as Ações Alinhados ao PPC, às Demandas Comunicacionais e às Tecnologias Previstas para o Curso 196	
1.15.2 Planejamento de Avaliações Periódicas de Identificação de Necessidade de Capacitação de Tutores.....	197
1.15.3 Apoio Institucional para Adoção de Práticas Criativas e Inovadoras para Permanência e Êxito dos Discentes.....	199
1.16 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM.....	199
1.16.1 TICs Planejadas para o Processo de Ensino Aprendizagem.....	199
1.16.2 Viabilização Acessibilidade Digital e Comunicacional por meio das TICs.....	199
1.16.3 Interatividades entre Discente, Docentes e Tutores e Acesso a Materiais e Recursos Didáticos por meio das TICs a quaisquer horas e lugar.....	200
1.16.4 Experiências Diferenciadas de Aprendizagem Baseadas no uso das TICs.....	200
1.17 AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM – AVA.....	201
1.17.1 Materiais, Recursos e Tecnologias do AVA para a Cooperação e Reflexão sobre Conteúdos entre Tutores, Discentes e Docentes.....	201
1.17.2 Acessibilidade Metodológica, Instrumental e Comunicacional no AVA.....	202
1.17.3 Avaliação Periódica do AVA documentadas e Ações de Melhoria Contínua.....	203
1.18 MATERIAL DIDÁTICO INSTITUCIONAL.....	203
1.18.1 Planejamento da Elaboração e Validação pela Equipe Multidisciplinar do EAD do Material Didático das Disciplinas EAD, em termos de Abrangência, Coerência, Acessibilidade Adequação de Bibliografia, Linguagem Inclusiva e Recursos Inovadores.	203

1.19 PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM.....	204
1.19.1 Atendimento do Acompanhamento e de Avaliação para a Concepção do Curso.....	204
1.19.2 Avaliação do Ensino Aprendizagem e Autonomia Discente.....	206
1.19.3 Avaliação Diagnóstica.....	207
1.19.4 Avaliação Formativa.....	207
1.19.5 Avaliação Somativa.....	207
1.19.6 Disponibilização dos Resultados das Avaliações de Ensino Aprendizagem.....	208
1.19.7 Planejamento de Ações para Melhoria da Aprendizagem.....	209
1.20 NÚMERO DE VAGAS E FORMAS DE ACESSO AO CURSO.....	210
1.20.1 Número de Vagas Pleiteado.....	210
1.20.2 Estudo Qualitativo e Quantitativo de Adequação do Número de Vagas e Adequação à Dimensão do Corpo Docente e à Infraestrutura Física e Tecnológica.....	210
1.20.3 Formas de Acesso ao Curso.....	212
1.20.4 Do Processo Seletivo.....	213
1.20.5 Da Transferência Externa.....	213
1.20.6 Transferência ex officio.....	214
1.20.7 Do Portador de Diploma de Curso Superior.....	215
1.20.8 Da Reopção.....	215
1.20.9 Do Enem.....	215
1.20.10 Matrícula.....	216
1.21 INTEGRAÇÃO COM AS REDES PÚBLICAS DE ENSINO (LICENCIATURAS).....	216
1.21.1 Convênios e ações previstas para integração com a rede pública de ensino.....	216
1.21.2 Ações e uso de tecnologias educacionais de desenvolvimento, testagem, execução e avaliação de estratégias didático-pedagógicas.....	217
1.21.3 Forma de documentação das experiências na rede pública de ensino.....	217
1.21.4 Resultados esperados/atingidos para discentes e para rede pública de escolas de educação básica.....	217
1.21.5 Planejamento/execução de ações inovadoras na integração com a rede pública de escolas de educação básica.....	217
1.22 INTEGRAÇÃO DO CURSO COM O SISTEMA LOCAL E REGIONAL DE SAÚDE – SUS.....	217
1.22.1 Convênios e Integração com o Sistema Local e Regional de Saúde.....	217
1.22.2 Formação Discentes em Serviço e sua Inserção em Equipes Multidisciplinares e Multiprofissionais nos Diferentes Cenários do Sistema e Diferentes Níveis de Complexidade.....	217
1.23 ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO PARA ÁREAS DE SAÚDE.....	217
1.23.1 Atividades Práticas de Ensino da Saúde em Conformidade com as DCNs.....	217
1.23.2 Regulação para a Orientação, Supervisão e Responsabilidade Docentes para a Inserção nos Cenários do SUS e Outros Ambientes Profissionais.....	217
1.23.3 Desenvolvimento de Competências Específicas da Profissão relacionadas ao Contexto de Saúde da Região.....	217
1.24 ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO PARA LICENCIATURAS.....	218
1.24.1 Relação das atividades práticas de ensino da licenciatura com as DCNs da Educação Básica, da formação de formação de professores e da área de conhecimento da licenciatura.....	218
1.24.2 Distribuição das Atividades Práticas de Ensino para a Licenciatura Relacionando Teoria e Prática de Forma Reflexiva ao Longo de Todo o Curso.....	218
DIMENSÃO 2: CORPO DOCENTE E TUTORIAL.....	218
2.1 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE.....	218
2.1.1 Composição do NDE.....	219
2.1.2 Atribuições do NDE.....	219
2.1.3 Planejamento dos Estudos e Avaliação Periódica o PPC pelo NDE.....	219
2.2 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR.....	221
2.2.1 Plano de ação da equipe multidisciplinar e processos de trabalho formalizados.....	224
2.2.2 Atuação da equipe multidisciplinar e processos de trabalho formalizados.....	225
2.3 ATUAÇÃO DO COORDENADOR.....	226

2.3.1	Relação do Coordenador com Docentes, Discentes, Tutores.....	227
2.3.2	Representatividade do Coordenador nos Colegiados Superiores.....	227
2.3.3	Plano Acadêmico Administrativo de Gestão do Curso sua Documentação e Compartilhamento.....	227
2.3.4	Indicadores de Desempenho do Coordenador e sua Publicização.....	230
2.3.5	Planejamento da Administração do Corpo Docente.....	232
2.4	REGIME DE TRABALHO DO COORDENADOR DO CURSO.....	232
2.4.1	Atribuições do Coordenador de Curso.....	232
2.4.2	Relação do Coordenador com Docentes, Discentes, Tutores.....	233
2.4.3	Representatividade do Coordenador nos Colegiados Superiores.....	234
2.4.4	Plano Acadêmico Administrativo de Gestão do Curso sua Documentação e Compartilhamento.....	234
2.4.5	Indicadores de Desempenho do Coordenador e sua Publicização.....	237
2.4.6	Planejamento da Administração do Corpo Docente.....	239
2.5	CORPO DOCENTE: TITULAÇÃO.....	239
2.5.1	Relação do Corpo com a Respectiva Titulação.....	240
2.5.2	Relação da titulação dos docentes com seu desempenho em sala de aula, capacidade de analisar conteúdos curriculares e fomentar o raciocínio crítico e relevância para atuação profissional e acadêmica.....	240
2.6	REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE DO CURSO.....	240
2.6.1	Relação do Corpo Docente com o Respectivo Regime de Trabalho.....	240
2.6.2	Atribuição dos Docentes e Forma de Registro das Atribuições Individuais Considerando a Carga Horária por Atividade.....	241
2.7	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO DOCENTE.....	241
2.7.1	Relação do corpo docente com as respectivas experiências profissionais FORA do magistério superior.....	241
2.7.2	Relação da experiência do corpo docente previsto e seu desempenho fora do magistério superior.....	241
2.8	EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	241
2.8.1	Estudo que Demonstra e justifica a Relação entre a Experiência no Exercício da Educação Básica do Corpo Docente.....	241
2.9	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO DOCENTE NA DOCÊNCIA SUPERIOR.....	242
2.9.1	Relação do Corpo Docente com as Respectivas Experiências no Magistério Superior.....	242
2.10	EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.....	242
2.10.1	Estudo que Demonstra e Justifica a Relação entre a Experiência no Exercício da Docência na Educação a Distância do Corpo Docente e seu Desempenho na Identificação das Dificuldades de Aprendizagem, Contextualização dos Conteúdos, Avaliação diagnóstica, formativa e somativa, Liderança e Produção reconhecida.....	242
2.11	EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA TUTORIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.....	245
2.11.1	Relação da experiência no exercício da tutoria na educação à distância do corpo tutorial e a capacidade de fornecer suporte às atividades dos docentes, realizar mediação pedagógica, relacionar-se com docentes, incrementar processos de ensino aprendizagem, orientar e sugerir atividades e leituras complementares.....	245
2.12	ATUAÇÃO DO COLEGIADO DE CURSO.....	246
2.12.1	Institucionalização do Colegiado com Representatividade dos Segmentos e Periodicidade e Registro das Reuniões.....	247
2.12.2	Fluxo para Encaminhamentos das Decisões, Encaminhamento e Execução.....	248
2.12.3	Avaliação Periódica do Desempenho das Decisões Colegiadas para Implementação ou Ajuste de Práticas de Gestão.....	248
2.13	TITULAÇÃO E FORMAÇÃO DO CORPO DE TUTORES DO CURSO.....	248
2.13.1	Demonstração que todos os Tutores são Graduados na Área da Disciplina e da Titulação da sua Maioria.....	248
2.14	EXPERIÊNCIA DO CORPO DE TUTORES EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.....	249
2.14.1	Estudos que Demonstra e Justifica a Relação entre a Experiência dos Tutores em Educação a Distância e seu Desempenho na Identificação de Dificuldades de Aprendizagem, Exposição do Conteúdo em Linguagem Aderente, Contextualização dos	

Conteúdos, Adoção de Práticas Exitosas e Inovadoras.....	249
2.15 INTERAÇÃO ENTRE TUTORES, DOCENTES E COORDENADOR DE CURSO.....	250
2.15.1 Planejamento da Interação entre Tutores, Docentes e Coordenador de Curso	252
2.15.2 Avaliação Periódica para Incremento na Interação entre os Interlocutores.....	252
2.16 PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA.....	253
2.16.1 Relação do Corpo Docente Previsto e suas Respectivas Produções.....	253
DIMENSÃO 3: INFRAESTRUTURA.....	253
3.1 ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL.....	253
3.2 ESPAÇO DE TRABALHO PARA O COORDENADOR.....	254
3.3 SALA COLETIVA DE PROFESSORES.....	254
3.4 SALAS DE AULA.....	254
3.5 ACESSO DOS ALUNOS AOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA.....	254
3.6 BIBLIOGRAFIA BÁSICA POR UNIDADE CURRICULAR.....	255
3.7 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR POR UNIDADE CURRICULAR.....	255
3.8 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO BÁSICA.....	256
3.8.1 Laboratórios Básicos do 1º Ano do Curso (CST) ou 1º e 2º Ano (Bacharelados e Licenciatura).....	258
3.8.2 NORMAS DE FUNCIONAMENTO, UTILIZAÇÃO E SEGURANÇA EM CASO DE AULA PRESENCIAL .	258
3.9 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA.....	264
3.9.1 Laboratórios Especializados do 1º Ano do Curso (CST) ou 1º e 2º Ano (Bacharelados e Licenciatura).....	264
3.9.2 Normas de Funcionamento, Utilização e Segurança.....	264
3.10 LABORATÓRIOS DE ENSINO PARA A ÁREA DE SAÚDE.....	264
3.10.1 Laboratório Específicos e Multidisciplinares em Conformidade com as DCNs.....	264
3.11 LABORATÓRIOS DE HABILIDADES.....	265
3.11.1 Laboratório de Habilidades da Atividade Médica ou de Saúde.....	265
3.11.2 Capacitação dos Discentes nas Diversas Competências nas Diferentes Fazes do Curso	265
3.12 UNIDADES HOSPITALARES E COMPLEXO ASSISTENCIAL CONVENIADOS.....	265
3.12.1 Unidades Hospitalares Conveniadas em Condições para a Formação dos Estudantes.....	265
3.12.2 Sistema de Referência e Contrarreferência.....	265
3.12.3 Práticas Interdisciplinares e Interprofissionais na Atenção à Saúde.....	265
3.13 BIOTÉRIOS.....	265
3.14 PROCESSO DE CONTROLE DE PRODUÇÃO OU DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO.....	265
3.14.1 MATERIAL DIDÁTICO PARA USO NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA.....ERRO!	
INDICADOR NÃO DEFINIDO.	
3.14.2 Processo de Validação do Material didático pelo nead.....	267
3.15 NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS: ATIVIDADES BÁSICAS E ARBITRAGEM, NEGOCIAÇÃO, CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ATIVIDADES JURÍDICAS REAIS.....	273
3.15.1 Processo de avaliação periódica quanto ao atendimento da demanda do curso pelo NPJ em suas atividades básicas.....	273
3.15.2 Atividades Jurídicas Reais.....	273
3.15.3 Visita Orientadas.....	273
3.15.4 Interdisciplinaridade das Matérias Legais.....	273
3.15.5 Avaliação Periódica do Atendimento da Demanda.....	273
3.16 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP).....	273
3.17 COMITÊ DE ÉTICA NA UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS (CEUA).....	273
3.18 AMBIENTES PROFISSIONAIS VINCULADOS AO CURSO.....	273
3.18. 1 atendimentos aos Objetivos do PPC para Complementação de Práticas Laboratoriais e/ou Profissionais.....	273
3.18.2 Experiências Diferenciadas de Aprendizagem.....	273
3.18.3 Avaliação Periódica Documentada e Ações de Melhoria.....	274
3.19 INSTALAÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	274
3.20 SALAS DE AULA.....	274
3.21 AUDITÓRIO.....	274
3.22 SALA DE PROFESSORES.....	275

3.23 ESPAÇOS PARA ATENDIMENTO DOS ALUNOS.....	275
3.24 ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA E DE ALIMENTAÇÃO.....	275
3.25 LABORATÓRIOS, AMBIENTES E CENÁRIOS PARA PRÁTICAS DIDÁTICAS.....	275
3.26 INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA DESTINADA À CPA.....	276
3.27 BIBLIOTECA.....	276
3.27.1 Biblioteca: Plano de Atualização do Acervo.....	277
3.27 SALAS DE APOIO DE INFORMÁTICA OU ESTRUTURA EQUIVALENTE.....	277
3.28 INSTALAÇÕES SANITÁRIAS.....	277
3.29 ESTRUTURA DOS POLOS EAD.....	277
3.30 INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA.....	278
3.31 INFRAESTRUTURA DE EXECUÇÃO E SUPORTE.....	278
3.32 PLANO DE EXPANSÃO E ATUALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS.....	278
3.33 RECURSOS DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO.....	278
3.34 AMBIENTE VIRTUAL DA APRENDIZAGEM AVA.....	279
APÊNDICE II.....	279
APÊNDICE III – PLANILHA DE DOCENTES DO CURSO DE BACHAREL EM ADMINISTRAÇÃO	
APÊNDICE IV – PERFIL DO(A) COORDENADOR (A).....	443
APÊNDICE V – NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE).....	443
APÊNDICE VI – EQUIPE MULTIDISCIPLINAR DO EAD.....	444

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES

1.1 NOME DA MANTENEDORA

Nome da Mantenedora	Código e-mec da Mantenedora
IME - Instituto Metropolitano de Ensino Ltda.	1416

Base Legal da Mantenedora:

Endereço sede

Av. Constantino Nery, 3204, Chapada, CEP: 69050-001, Manaus/AM

Razão Social

Instituto Metropolitano de Ensino LTDA.

CNPJ

03.817.341/0001-42

Registro na Junta Comercial do Estado do Amazonas, 14/11/2000 sob o NIRE

132003884-53 e protocolo: 00/021448-5 (Por ser empresa limitada não possui registro em cartório, somente na JUCEA)

Categoria Administrativa

pessoa jurídica de direito privado- com fins lucrativos-sociedade civil

Representante legal

Maria do Carmo Seffair Lins de Albuquerque

1.2 NOME E BASE LEGAL DA MANTIDA

Nome da Mantida	Código e-mec da Mantida
FAMETRO	22640

Base legal da FAMETRO

Atos legais

Portaria de Credenciamento nº 1.337 de 12/07/2019
Portaria Autorização 441 DE 04/02/2022 DOU 07/02/2022
Publicações no D.O.U n.135 de 16/07/2019
Em processo de reconhecimento protocolo 202314767

Endereço da Unidade Acadêmica e de funcionamento dos cursos de graduação

Rua Independência, n220 Bairro Centro. CEP 69460-000

Endereço Agrupador: Estrada Coari- Mamiá, nº 903, Bairro União Coari/AM, CEP:69460-000

Representante legal

Maria do Carmo Seffair Lins de Albuquerque

Endereço da Sede e suas Unidades na Cidade de Manaus (AM)

Unidades 1 e 2 (Unidade de Produção de Material Didático)	Av. Constantino Nery 3.204, Bairro Chapada, CEP: 69050-001
Anexo 3 (Unidade Acadêmica e de funcionamento dos cursos de Graduação)	Av. Constantino Nery 1937, Bairro Chapada, CEP: 69050-000
Unidade Zona Sul (ZS)	Rua Prof. Ernani Simão 1160, Bairro Cachoeirinha, CEP: 69065-060
Unidade Zona Leste (ZL)	Av. Autaz Mirim 8565, Bairro Cidade Nova, CEP: 69088-480

Endereço do Campus Fora de Sede na cidade de Tabatinga (AM)

Campus Fora de Sede - Tabatinga	Av. da Amizade s/nº, Bairro: São Francisco, CEP: 69640-000 Tabatinga/AM.
---------------------------------	---

Endereço das mantidas e pólos do interior do Amazonas

Faculdade Metropolitana de Itacoatiara	Rua Monsenhor Joaquim Pereira, n. 84, Bairro Centro, CEP: 69100-042, Itacoatiara/AM.
FAMETRO	Rua Independência, n. 220, Bairro Centro, CEP: 69460-000, Coari/AM. Endereço Agrupador: Estrada CoariMamiá, nº 903, Bairro União Coari/AM, CEP:69460-000
Faculdade Metropolitana de TEFÉ	Rua Otaviano Melo, n. 238, Bairro Centro, CEP: 69550-085, TEFÉ/AM.
Faculdade Amazonas	Travessa Cristiane Azevedo, n. 2712, Bairro: Morada do Sol, CEP: 69402-093, Manacapuru/AM.
Faculdade Metropolitana de Parintins	Rua Paraíba, n. 3468, Bairro: Itaúna I, CEP: 69100-042

1.3 PERFIL E MISSÃO DA MANTIDA

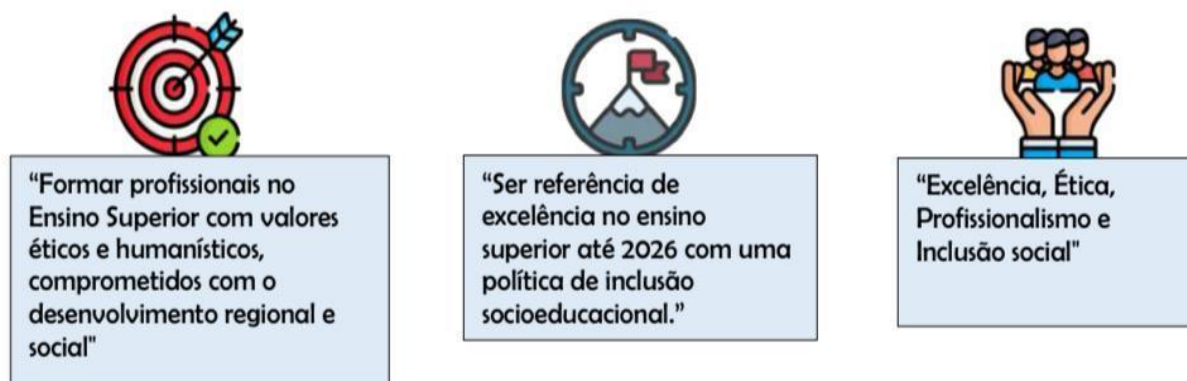


Figura 11: Missão, Visão e Valores

2. SÍNTESE DA IES

A FAMETRO trata-se de IES nova, credenciada e que tem como mantenedora o INSTITUTO METROPOLITANO DE ENSINO - IME, com código e-MEC 1416, cadastrado sob CNPJ 03.817.341/0001-42, sede no Endereço: Av Constantino Nery, 3204, Chapada, CEP: 69050-000, Manaus/AM (SEDE ADMINISTRATIVA E POLO EAD), de Natureza Jurídica: Sociedade Empresa Limitada, com Categoria Administrativa: pessoa jurídica de direito privado com fins lucrativos – sociedade civil, Registro na Junta Comercial do Estado do Amazonas: 14/11/2000 sob o NIRE: 132003884-53 e protocolo: 00/021448-5 (por ser empresa limitada não possui registro em cartório, somente na JUCEA). Atividade econômica principal: Educação Superior – graduação e pós-graduação, representada legalmente por Maria do Carmo Seffair Lins de Albuquerque.

2.1 BREVE HISTÓRICO DA MANTENEDORA

O Instituto Metropolitano de Ensino (IME) LTDA, cadastrada no CNPJ 03.817.341/0001-42, sede à AV CONSTANTINO NERY, 3204, CHAPADA, CEP: 69050-001, MANAUS/AM (SEDE ADMINISTRATIVA E POLO EAD), com Registro no Cartório Pinheiro 3º Ofício de Notas. Registro na Junta Comercial do Estado do Amazonas, 14/11/2000 sob NIRE: 132003884-53 e protocolo: 00/021448-5. Categoria Administrativa: pessoa jurídica de direito privado com

fins lucrativos- sociedade civil. Possui código 1416 junto ao MEC.

2.2 HISTÓRICO, PERFIL E MISSÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO

BREVE HISTÓRICO DA PRIMEIRA MANTIDA.

O Centro Universitário FAMETRO tem como mantenedora o INSTITUTO METROPOLITANO DE ENSINO - IME, com código e-MEC 1416, cadastrada sob CNPJ 03.817.341/0001-42, sede no Endereço: AV CONSTANTINO NERY, 3204, CHAPADA, CEP: 69050-001, MANAUS/AM (SEDE ADMINISTRATIVA DA FACULDADE E POLO EAD) Município de Manaus, Estado do Amazonas. De Natureza Jurídica: Sociedade Empresa Limitada, com Categoria Administrativa: pessoa jurídica de direito privado com fins lucrativos – sociedade civil, Registro na Junta Comercial do Estado do Amazonas: 14/11/2000 sob o NIRE: 132003884-53 e protocolo: 00/021448-5 (por ser empresa limitada não possui registro em cartório, somente na JUCEA). Atividade econômica principal: Educação Superior – graduação e pós-graduação, representada legalmente por Maria do Carmo Seffair Lins de Albuquerque.

O FAMETRO iniciou sua atividade credenciada como faculdade em 03/05/2002, conforme Portaria MEC nº 1337 publicada no D.O.U. em 03/05/2002, recredenciada pela Portaria nº 712 de 08/08/2013, publicada no D.O.U. em 08/08/2013 e com transformação organizacional pela Portaria de Credenciamento como Centro Universitário: nº 1610 de 28/12/2017, publicada no D.O.U. em 29/12/2017, válida por 4 anos, com Endereço na Unidade 1/2: Avenida Constantino Nery, 3000 - Chapada, Município de Manaus. Estado do Amazonas. CEP: 69.050-001. E atualmente está presente nas principais zonas da cidade e nos interiores.

A primeira mantida foi o Centro Universitário FAMETRO, com código e-MEC 2147, com sede no Endereço da Unidade I e II, Av. Constantino Nery, 3.000, bairro Chapada, no município de Manaus, no Estado do Amazonas, CEP: 69.050-001 trata-se de uma instituição de ensino superior privada amazonense de gestão familiar, atuando a 19 anos no segmento educacional.

A FAMETRO constitui-se uma empresa nova, com instalação no município de Coari do Estado do Amazonas, com objetivo de possibilitar o acesso ao ensino superior a partir da sua atuação pretende realizar um trabalho contínuo de inserção social, através da democratização do acesso à educação superior favorecida por um Projeto Pedagógico Institucional (PPI) alinhado com

as demandas sociais locais e as exigências do mundo do trabalho, um corpo docente altamente qualificado, estrutura de atendimento ao educando composta de unidades de ensino, pesquisa e extensão, laboratórios de aprendizagem, bibliotecas e preços competitivos, sem que haja comprometimento da qualidade dos serviços prestados.

O projeto surge a partir da experiência que os proprietários já possuem na área educacional, com a Empresa Centro Metropolitano de Ensino – CEMETRO, localizada em Manaus, capital do Estado do Amazonas, que atua na educação básica abrangendo o ensino fundamental, ensino médio, EJA, e ensino técnico pós-médio.

Não deixa de ser um desafio à implantação de uma Instituição de Ensino Superior Privada, pois nos municípios só estão presentes Instituições públicas. O município de Coari está localizado no rio Solimões entre o Lago de Mamiá e o Lago de Coari. Sua história é ligada aos índios Catuxy, Jurimauas, Passés, Irijus, Jumas, Purus, Solimões, Uaiupis, Uamanis e Uaupés. A cidade conhecida pela sua produção de banana, hoje se destaca por produzir petróleo e gás natural. Atualmente está sendo construído um gasoduto que ligará sua província produtora ao mercado consumidor localizado em Manaus. O Festival Folclórico movimentava Coari nos meses que antecedem a festa junina. As noites caipiras agitam as escolas e a cidade em geral. As danças regionais fazem uma prévia para o Festival Folclórico. Cirandas, quadrilhas caipiras, adultas de luxo e boi-bumbá mirim animam todos que gostam de prestigiar a cultura do município.

Na área territorial do município, localiza-se a plataforma da Petrobrás de Urucu, onde se extrai petróleo e gás. Próximo à cidade, está instalado o Terminal Aquaviário da Transpetro (subsidiária da Petrobras), que recebe, através de dois dutos, o gás e o petróleo, que são levados por navios para Manaus e outras regiões do Nordeste. De acordo com estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o total de habitantes do município em 2016 era de 84.762, sendo o quinto município mais populoso do estado.

Desta forma, a criação de uma Faculdade irá contribuir para o desenvolvimento da região e do próprio município, que irá possibilitar mais pessoas terem acesso ao ensino superior, ou seja, a uma profissão.

As atividades de ensino não se restringem a preparar o indivíduo apenas para atender às necessidades da população, mas objetivam formar profissionais para atuar como agentes transformadores da sociedade, centrados em uma visão generalista e cidadã, assim no que se refere às Políticas Acadêmicas, a orientação central da FAMETRO será o ensino de graduação,

sem desconsiderar, entretanto, as outras dimensões do ensino superior como a pesquisa e a extensão consideradas aqui como indissociáveis.

Ensino, pesquisa e extensão articulados constituem no tripé que deve sustentar as práticas pedagógicas na perspectiva de garantir produção de conhecimento com benefícios ao conjunto da sociedade.

Tabela 1 - Programas de bolsas e financiamento estudantil /anual:

Programas	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Bolsa Universidade	714	1599	1496	896	307	96	1287	825
PROUNI (parcial e integral)	836	1970	2584	2264	2255	1372	2943	2679
FAMETRO	370	2094	3712	3855	3424	3243	3343	2896
Quero Bolsa	-	-	436	1102	1577			
Educações	-	-	256	351	370			
Bolsa Legal	-	-	-	-	1706			

Fonte: Censo (2020)

Neste sentido, em função das demandas sociais e econômicas da região amazônica e do município de Manaus, a FAMETRO vem realizando investimentos contínuos em novos cursos e em sua infraestrutura, como também na qualidade de ensino. Esta qualidade é mantida na evolução do CI e do IGC contínuo, temos CI 4, CI EAD 5 e IGC 4, somos a IES com o maior IGC do Estado do Amazonas, consolidando a instituição reconhecida com maior qualidade no Estado, conforme observa-se na tabela abaixo:

Tabela 2 - Evolução do IGC Contínuo da :

2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019	
IGCCont	IGCFaixa	IGCCont	IGCFaixa	IGCCont	IGCFaixa	IGCCont	IGCFaixa	IGCCont.	IGCFaixa	IGCCont	IGCFaixa	IGCCont	IGCFaixa	IGCCont	IGCFaixa	IGCCont	IGCFaixa	IGCCont	IGCFaixa	IGCCont	IGCFaixa
2,36	3	2,35	3	2,37	3	2,72	3	2,84	3	2,88	3	2,98	4	2,99	4	2,93	3	3,02	4	3,07	4

Fonte: MEC (2009-2019)

O CEUNI-FAMETRO em 2015 foi 1ª no ranking do IGC, em 2016 foi a única instituição IGC 4 no Estado do Amazonas dentre as públicas e privadas.

E em 2017 com IGC 3 o FAMETRO continuou sendo a FAMETRO primeiro colocada no ranking do IGC das FAMETRO do Estado, em 2018 novamente 1ª do ranking com o IGC 4, e em 2019 pela 5ª vez consecutiva a 1ª do ranking com IGC 4 conforme se observa na tabela a seguir:

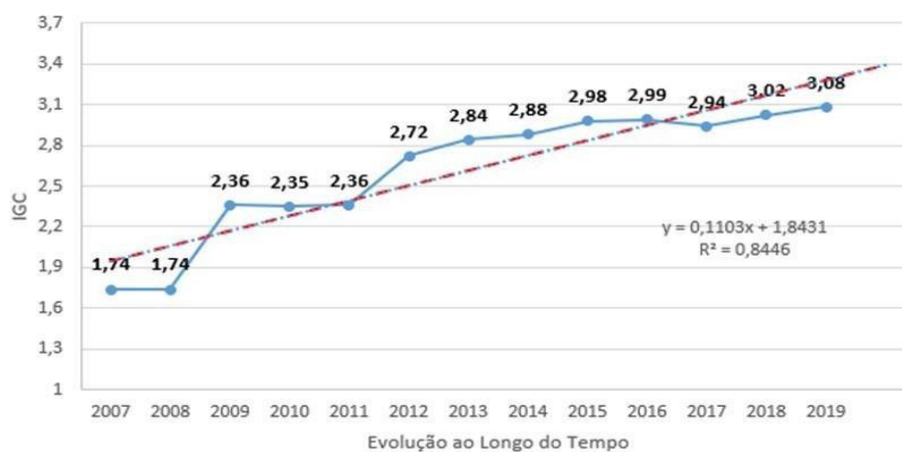
Tabela 3- Ranking do IGC 2019

N.	FAMETRO	SIGLA	IGC Faixa	IGC Contínuo
1º	Centro Universitário FAMETRO	FAMETRO	4	3,0798
2º	Universidade Federal do Amazonas	UFAM	4	3,0481
3º	Universidade do Estado do Amazonas	UEA	3	2,8550
4º	Instituto Fed. de Ed., Ciência e Tec. do AM	IFAM	3	2,8376
5º	Instituto de Ensino Superior Materdei	MATERDEI	3	2,8164
6º	Martha Falcão Wyden	FMF	3	2,7503
7º	Faculdade Boas Novas	FBNCTSB	3	2,7449
8º	Centro Universitário Luterano de Manaus	ULBRA	3	2,6618
9º	Centro Universitário do Norte	UNINORTE	3	2,6032
10º	Instituto de Ensino Superior FUCAPI	FUCAPI	3	2,5281
11º	Faculdade Estácio do Amazonas	ESTÁCIO AMAZONAS	3	2,4879
12º	Faculdade La Salle	LA SALLE	3	2,4676
13º	Centro Un. de Ensino Superior do Amazonas	FAMETRO	3	2,4491
14º	Universidade Nassau	UNINASSAU	3	2,3849
15º	Escola Superior Batista do Amazonas	ESBAM	3	2,3482
16º	Faculdade SENAC Amazonas	SENAC	3	2,3468
17º	Faculdade Salesiana Dom Bosco	FSDB	3	2,2038
18º	Universidade Nilton Lins	UNINILTONLINS	3	2,1815
19º	Faculdade do Amazonas	IAES	3	2,1565
20º	Faculdade de Odontologia de Manaus	FOM	1	0,9357

Fonte: MEC (2019)

A figura abaixo, representa a evolução do IGC ao longo 12 anos, esta evolução reforça nossa convicção de que estamos caminhando de maneira contínua na direção do ensino de excelência. No gráfico abaixo, a reta linear ascendente representa a tendência de aumento linear do IGC ao longo do tempo. O coeficiente de determinação da regressão é classificado como forte e positivo.

Figura 1 – Evolução do IGC contínuo do CEUNI - FAMETRO de 2007 a 2019



No que compete à avaliação in loco, a FAMETRO também vem demonstrando evolução de seus indicadores de qualidade de ensino nos últimos 09 anos, vide a tabela a seguir de Conceito de Cursos (CC)

Tabela 4- Conceito das avaliações in loco nos últimos 9 anos:

CÓDIGO DO CURSO	NOME DO CURSO	GRAU	VALOR CC	ANO CC
1351278	Logística EAD	Tecnológico	5	2022
1454539	Direito ZS	Bacharelado	5	2021
1454238	Direito ZL	Bacharelado	5	2021
1497902	Direito EAD	Bacharelado	4	2021
1454540	Enfermagem ZS	Bacharelado	4	2021
1454365	Enfermagem ZL	Bacharelado	5	2021
1497904	Enfermagem EAD	Bacharelado	5	2021
1454541	Psicologia ZS	Bacharelado	5	2021
1454367	Psicologia ZL	Bacharelado	5	2021
1497905	Psicologia EAD	Bacharelado	5	2021
202013628	Credenciamento Campus Tabatinga		5	2021
1532887	Direito Campus Tabatinga	Bacharelado	4	2021
1532888	Enfermagem Campus Tabatinga	Bacharelado	5	2021
1532889	Psicologia Campus Tabatinga	Bacharelado	5	2021
1304677	Farmácia	Bacharelado	4	2019
1285113	Radiologia	Tecnológico	4	2019
1162836	Engenharia de Produção	Bacharelado	4	2019
201601189	Credenciamento EAD		5	2018
1148864	Engenharia Ambiental e Energias Renováveis	Bacharelado	4	2018
1385538	Medicina	Bacharelado	5	2017
1366242	Educação Física	Bacharelado	4	2017
1153405	Fonoaudiologia	Bacharelado	4	2017
1259759	Estética e Cosmética	Tecnológico	4	2017
1156978	Engenharia Elétrica	Bacharelado	4	2017
1259775	Educação Física	Licenciatura	4	2017
1204411	Gestão de Recursos Humanos	Tecnológico	4	2016
1206130	Marketing	Tecnológico	4	2016
102056	Direito	Bacharelado	4	2015
1150707	Gestão da Qualidade	Tecnológico	4	2015
1149905	Logística	Tecnológico	5	2015
1151561	Design Gráfico	Tecnológico	5	2015

54605	Turismo	Bacharelado	5	2014
1151741	Gastronomia	Tecnológico	4	2014
1152558	Gestão de Produção Industrial	Tecnológico	4	2014
1204410	Construção de Edifícios	Tecnológico	4	2014
82666	Ciências Contábeis	Bacharelado	4	2014
1155584	Segurança no Trabalho	Tecnológico	4	2014
1158558	Petróleo e Gás	Tecnológico	4	2014
1259764	Medicina Veterinária	Bacharelado	3	2014
1043904	Química	Licenciatura	4	2013

Fonte: MEC (2013-2022)

A IES por meio do reconhecimento da sociedade amazonense e investindo cada vez mais na educação superior, e segue ofertando em 2022, um total de 72 cursos de graduação presencial e 29 cursos na modalidade de ensino à distância, distribuídos na sede do Centro Universitário e em suas unidades (Zona Leste, Zona Sul), conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 5 - Cursos de graduação presenciais do FAMETRO

Nº	UNIDADE	CÓDIGO EMEC	CURSO	MODALIDADE	PORTARIA MEC ATUAL	RESOLUÇÃO FAMETRO (AUTONOMIA) ATUAL	ATO 2022/1
1	SEDE	54602	Administração	Bacharelado	PORTARIA Nº 203, DE 25 DE JUNHO DE 2020 DOU 07/07/2020		Renovação de Reconhecimento
2	ZL	1453382	Administração	Bacharelado		Nº 4 de 27/07/2018	Autorização
3	ZS	1484201	Administração	Bacharelado		Nº 10 de 15/04/2019	Autorização
4	SEDE	1458188	Análise e Des. de Sistemas	Tecnológico		Nº 5 de 26/10/2018	Autorização
5	SEDE	99519	Arquitetura e Urbanismo	Bacharelado	PORTARIA Nº 109, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2021 DOU 05/02/2021		Renovação de Reconhecimento
6	SEDE	1043865	Biomedicina	Bacharelado	PORTARIA Nº 109, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2021 DOU 05/02/2021		Renovação de Reconhecimento
7	ZL	1453383	Biomedicina	Bacharelado		Nº 4 de 27/07/2018	Autorização
8	ZS	1484215	Biomedicina	Bacharelado		Nº 10 de 15/04/2019	Autorização
9	SEDE	82666	Ciências Contábeis	Bacharelado	PORTARIA Nº 203, DE 25 DE JUNHO DE 2020 DOU 07/07/2020		Renovação de Reconhecimento
10	ZL	1453384	Ciências Contábeis	Bacharelado		Nº 4 de 27/07/2018	Autorização
11	ZS	1484217	Ciências Contábeis	Bacharelado		Nº 10 de 15/04/2019	Autorização
12	SEDE	1151561	Design Gráfico	Tecnológico	PORTARIA Nº 203, DE 25 DE JUNHO DE 2020 DOU 07/07/2020		Renovação de Reconhecimento
13	SEDE	102056	Direito	Bacharelado	PORTARIA Nº 203, DE 25 DE JUNHO DE 2020 DOU 07/07/2020		Renovação de Reconhecimento
14	ZS	1454539	Direito	Bacharelado	PORTARIA Nº 1233, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2021 DOU 01/12/2021		Autorização
15	ZL	1454238	Direito	Bacharelado	PORTARIA Nº 1164, DE 20 DE OUTUBRO DE 2021 DOU 22/10/2021		Autorização
16	SEDE	1259775	Educação Física	Licenciatura	PORTARIA Nº 914 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018 DOU 28/12/18		Renovação de Reconhecimento

17	SEDE	1366242	Educação Física	Bacharelado	PORTARIA Nº 1021 DE 27 DE SETEMBRO DE 2017 DOU 28/09/2017		Autorização
18	SEDE	104478	Enfermagem	Bacharelado	PORTARIA Nº 109 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2021 DOU 05/02/2021		Renovação de Reconhecimento
19	ZS	1454540	Enfermagem	Bacharelado	PORTARIA Nº 1164 DE 20 DE OUTUBRO DE 2021 DOU 22/10/2021		Autorização
20	ZL	1454365	Enfermagem	Bacharelado	PORTARIA Nº 1081 DE 24 DE SETEMBRO DE 2021 DOU 18/10/2021		Autorização
21	SEDE	1156975	Engenharia Ambiental e Recursos Renováveis	Bacharelado	PORTARIA Nº 109 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2021 DOU 05/02/2021		Renovação de Reconhecimento
22	SEDE	1148864	Engenharia Civil	Bacharelado	PORTARIA Nº 109 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2021 DOU 05/02/2021		Renovação de Reconhecimento
23	ZS	1484220	Engenharia Civil	Bacharelado		Nº 10 de 15/04/2019	Autorização
24	SEDE	1458139	Engenharia de Computação	Bacharelado		Nº 3 de 26/10/2018	Autorização
25	SEDE	1458137	Engenharia de Controle e Automação	Bacharelado		Nº 3 de 26/10/2018	Autorização
26	SEDE	1162836	Engenharia de Produção	Bacharelado	PORTARIA Nº 109 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2021 DOU 05/02/2021		Renovação de Reconhecimento
27	ZS	1484204	Engenharia de Produção	Bacharelado		Nº 10 de 15/04/2019	Autorização
28	SEDE	1156978	Engenharia Elétrica	Bacharelado	PORTARIA Nº 109 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2021 DOU 05/02/2021		Renovação de Reconhecimento
29	SEDE	1458138	Engenharia Mecânica	Bacharelado		Nº 3 de 26/10/2018	Autorização
30	ZS	1458193	Engenharia Mecânica	Bacharelado		Nº 6 de 29/10/2018	Autorização
31	SEDE	1259759	Estética e Cosmética	Tecnológico	PORTARIA Nº 109 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2021 DOU 05/02/2021		Renovação de Reconhecimento
32	ZL	1453385	Estética e Cosmética	Tecnológico		Nº 4 de 27/07/2018	Autorização
33	ZS	1484221	Estética e Cosmética	Tecnológico		Nº 10 de 15/04/2019	Autorização
34	SEDE	1304677	Farmácia	Bacharelado	PORTARIA Nº 554 DE 08 DE JUNHO DE 2021 DOU 11/06/2021		Autorização
35	ZL	1458195	Farmácia	Bacharelado		Nº 6 de 29/10/2018	Autorização
36	SEDE	98746	Fisioterapia	Bacharelado	PORTARIA Nº 109 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2021 DOU 05/02/2021		Renovação de Reconhecimento
37	ZS	1484206	Fisioterapia	Bacharelado		Nº 10 de 15/04/2019	Autorização
38	SEDE	1153405	Fonoaudiologia	Bacharelado	PORTARIA Nº 109 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2021 DOU 05/02/2021		Renovação de Reconhecimento
39	SEDE	1151741	Gastronomia	Tecnológico	PORTARIA Nº 203, DE 25 DE JUNHO DE 2020 DOU 07/07/2020		Renovação de Reconhecimento
40	SEDE	1458189	Gestão Comercial	Tecnológico		Nº 5 de 26/10/2018	Autorização
41	SEDE	1150707	Gestão da Qualidade	Tecnológico	PORTARIA Nº 203, DE 25 DE JUNHO DE 2020 DOU 07/07/2020		Renovação de Reconhecimento
42	SEDE	1152558	Gestão da Produção Industrial	Tecnológico	PORTARIA Nº 914 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018 DOU 28/12/18		Renovação de Reconhecimento
43	SEDE	1204411	Gestão de Recursos Humanos	Tecnológico	PORTARIA Nº 203, DE 25 DE JUNHO DE 2020 DOU 07/07/2020		Renovação de Reconhecimento
44	ZL	1453386	Gestão de Recursos Humanos	Tecnológico		Nº 4 de 27/07/2018	Autorização
45	ZS	1484234	Gestão de Recursos Humanos	Tecnológico		Nº 10 de 15/04/2019	Autorização
46	SEDE	1458190	Gestão Financeira	Tecnológico		Nº 5 de 26/10/2018	Autorização
47	SEDE	1304682	Jornalismo	Bacharelado	PORTARIA Nº 217 de 13 DE MAIO DE 2019 DOU 14/05/19		Reconhecimento
48	SEDE	1149905	Logística	Tecnológico	PORTARIA Nº 203, DE 25 DE JUNHO DE 2020 DOU 07/07/2020		Renovação de Reconhecimento
49	ZL	1453387	Logística	Tecnológico		Nº 4 de 27/07/2018	Autorização
50	ZS	1484231	Logística	Tecnológico		Nº 10 de 15/04/2019	Autorização
51	SEDE	1206130	Marketing	Tecnológico	PORTARIA Nº 203, DE 25 DE JUNHO DE 2020 DOU 07/07/2020		Renovação de Reconhecimento
52	SEDE	1385538	Medicina	Bacharelado	PORTARIA Nº1228 de 28 DE NOVEMBRO DE 2017 DOU 29/11/2017		Autorização

53	SEDE	1259764	Medicina Veterinária	Bacharelado	PORTARIA Nº 1041 de 23 DE DEZEMBRO DE 2015 DOU 23/12/2015		Autorização
54	ZS	1484207	Medicina Veterinária	Bacharelado		Nº 10 de 15/04/2019	Autorização
55	SEDE	104480	Nutrição	Bacharelado	PORTARIA Nº 949 de 30 DE AGOSTO DE 2021 DOU 31/08/2021		Renovação de Reconhecimento
56	SEDE	1158378	Odontologia	Bacharelado	PORTARIA Nº 806 de 16 DE DEZEMBRO DE 2016 DOU 19/12/16		Autorização
57	SEDE	99818	Pedagogia	Licenciatura	PORTARIA Nº 914 de 27 DE DEZEMBRO DE 2018 DOU 28/12/18		Renovação de Reconhecimento
58	ZL	1453388	Pedagogia	Licenciatura		Nº 4 de 27/07/2018	Autorização
59	ZS	1484233	Pedagogia	Licenciatura		Nº 10 de 15/04/2019	Autorização
60	ZN	1486415	Pedagogia	Licenciatura		Nº 4 de 10/06/2019	Autorização
61	SEDE	1158558	Petróleo e Gás	Tecnológico	PORTARIA Nº 65 de 28 DE JANEIRO DE 2015 DOU 30/01/15		Reconhecimento
62	SEDE	99652	Psicologia	Bacharelado	PORTARIA Nº 948 de 30 DE AGOSTO DE 2021 DOU 31/08/2021		Renovação de Reconhecimento
63	ZS	1454541	Psicologia	Bacharelado	PORTARIA Nº 566 de 31 DE MARÇO DE 2022 DOU 01/04/2022		Autorização
64	ZL	1454367	Psicologia	Bacharelado	PORTARIA Nº 520 de 14 DE MARÇO DE 2022 DOU 15/03/2022		Autorização
65	SEDE	1043904	Química	Licenciatura	PORTARIA Nº 914 de 27 DE DEZEMBRO DE 2018 DOU 28/12/18		Renovação de Reconhecimento
66	SEDE	1285113	Radiologia	Tecnológico	PORTARIA Nº 497 de 24 DE NOVEMBRO DE 2020 DOU 27/11/2020		Autorização
67	SEDE	1155584	Segurança no Trabalho	Tecnológico	PORTARIA Nº 109 de 04 DE FEVEREIRO DE 2021 DOU 05/02/2021		Renovação de Reconhecimento
68	SEDE	82664	Serviço Social	Bacharelado	PORTARIA Nº 203, DE 25 DE JUNHO DE 2020 DOU 07/07/2020		Renovação de Reconhecimento
69	SEDE	98595	Sistemas de Informação	Bacharelado	PORTARIA Nº 914 de 27 DE DEZEMBRO DE 2018 DOU 28/12/18		Renovação de Reconhecimento
70	ZL	1453389	Sistemas de Informação	Bacharelado		Nº 4 de 27/07/2018	Autorização
71	ZS	1484236	Sistemas de Informação	Bacharelado		Nº 10 de 15/04/2019	Autorização
72	SEDE	54605	Turismo	Bacharelado	PORTARIA Nº 203, DE 25 DE JUNHO DE 2020 DOU 07/07/2020		Renovação de Reconhecimento

Fonte: MEC (2021)

Na modalidade de Ensino a Distância a Instituição oferta 29 cursos de graduação EAD, incluindo o curso de Bacharelado em Enfermagem EAD. Encontram-se em processo de autorização para os Cursos de Graduação em Psicologia e Direito.

Tabela 6 - Cursos de graduação EAD do FAMETRO

Nº	CÓDIGO EMEC	CURSO DE GRADUAÇÃO	MODALIDADE	PORTARIA MEC	RESOLUÇÃO FAMETRO (AUTONOMIA)	ATO
1	1478302	Administração	Bacharelado		Res.nº 01 de 12/02/2019	Autorização
2	1597235	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Tecnológico		Res. nº 13 de 01/12/2021	Autorização
3	1517445	Arquitetura	Bacharelado		Res.nº 15 de 20/08/2019	Autorização
4	1487769	Ciências Contábeis	Bacharelado		Res.nº 15 de 20/08/2019	Autorização
5	1597255	Educação Física	Licenciatura		Res. nº 13 de 01/12/2021	Autorização

6	1497904	Enfermagem	Bacharelado	Portaria n° 1290 de 25/11/2021 DOU 26/11/2021		
7	1487772	Engenharia Civil	Bacharelado		Res.n° 15 de 20/08/2019	Autorização
8	1487771	Eng. Elétrica	Bacharelado		Res.n° 15 de 20/08/2019	Autorização
9	1487776	Estética e Cosmética	Tecnológico		Res.n° 15 de 20/08/2019	Autorização
10	1600333	Farmácia	Bacharelado		Res.n° 02 de 14/02/2022	Autorização
11	1597236	Gestão Ambiental	Tecnológico		Res. n° 13 de 01/12/2021	Autorização
12	1597235	Gestão Comercial	Tecnológico		Res. n° 13 de 01/12/2021	Autorização
13	1597237	Gestão da Qualidade	Tecnológico		Res. n° 13 de 01/12/2021	Autorização
14	1351279	Gestão de Recursos Humanos	Tecnológico	Portaria provisória N° 370 de 20.04.2018 Portaria definitiva N° 137 de 21.03.19 D.O.U. 22/03/19		Autorização
15	1597240	Gestão da Tecnologia da Informação	Tecnológico		Res. n° 13 de 01/12/2021	Autorização
16	1597238	Gestão do Agronegócio	Tecnológico		Res. n° 13 de 01/12/2021	Autorização
17	1597251	Gestão de Segurança Privada	Tecnológico		Res. n° 13 de 01/12/2021	Autorização
18	1597243	Gestão de Turismo	Tecnológico		Res. n° 13 de 01/12/2021	Autorização
19	1597247	Gestão Financeira	Tecnológico		Res. n° 13 de 01/12/2021	Autorização
20	1597248	Gestão Hospitalar	Tecnológico		Res. n° 13 de 01/12/2021	Autorização
21	1597249	Gestão Portuária	Tecnológico		Res. n° 13 de 01/12/2021	Autorização
22	1597250	Gestão Pública	Tecnológico		Res. n° 13 de 01/12/2021	Autorização
23	1351278	Logística	Tecnológico	Portaria provisória N° 370 de 20.04.2018 Portaria definitiva N° 137 de 21/03/19 D.O.U. 22/03/19		Autorização
24	1597246	Marketing	Tecnológico		Res. n° 13 de 01/12/2021	Autorização
25	1487777	Nutrição	Bacharelado		Res.n° 15 de 20/08/2019	Autorização
26	1487790	Pedagogia	Licenciatura		Res.n° 15 de 20/08/2019	Autorização
27	1597253	Processos Gerenciais	Tecnológico		Res. n° 13 de 01/12/2021	Autorização
28	1487785	Serviço Social	Bacharelado		Res.n° 01 de 12/02/2019	Autorização
29	1597252	Segurança Pública	Tecnológico		Res. n° 13 de 01/12/2021	Autorização

Fonte: MEC (2021)

Ainda para a Modalidade de Ensino à Distância o Centro Universitário conta com um parque tecnológico próprio composto por estúdios, equipe gestora, equipe pedagógica, de suporte em tecnologia da informação e tecnologias educacionais, redatores, revisores e designers que contribuem para a oferta de serviços educacionais de graduação; pós-

graduação e cursos livres à distância para 6 polos próprios no interior do Estado do Amazonas e 3 polos na capital (Manaus), em seu plano de expansão conta hoje com 7 polos ativos no interior do Amazonas e mais dois polos em cidades fora do Estado (Boa Vista e Santarém), além de mais 8 polos em fase de implantação. Atualmente o Núcleo de Educação à Distância oferta 29 cursos de graduação em EAD.

A FAMETRO também atua no segmento da pós-graduação lato sensu e em 2020 com 87 cursos ofertados nas mais diversas áreas do conhecimento:

Tabela 7- Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu

CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E NEGÓCIOS
Administração Pública e Processo Legislativo
Administração Pública
Auditoria e Perícia contábil
Assistência Social e Família
Contabilidade, Auditoria e Controladoria
Gestão de Negócios com Ênfase em Gerenciamento de Projetos
Gestão Financeira de Negócios e Análise de Risco
Gestão Comercial e Marketing de Negócios
Gestão Organizacional e Recursos Humanos
Gestão de Projetos e Planejamento de Equipes
Gestão de Compras e Suprimentos
Gerontologia e Família
Gestão em Políticas Públicas
Gestão Estratégica de Serviços e Clientes
Gestão de Eventos, Serviços Hoteleiros e Negócios de Turismo
Logística empresarial
Logística Estratégica e Sistemas de Transporte
Logística e Cadeia de Suprimentos
Patrimônio Cultural em Centros Urbanos
Recursos Humanos: Rotinas e Cálculos Trabalhistas
DIREITO
Ciências Criminais
Direito Tributário
Direito Processual Civil
Direito Educacional
Segurança Pública e Direitos Humanos
SAÚDE E BEM-ESTAR SOCIAL

Psicología Jurídica

Audiologia Clínica e Ocupacional

Análises Clínicas

Obesidade e Emagrecimento

Bioquímica

Doenças Tropicais e Infecciosas

Enfermagem do Trabalho

Enfermagem em Cardiologia e Hemodinâmica

Enfermagem em Urgência e Emergência

Enfermagem em Urologia

Enfermagem em UTI

Enfermagem Geriátrica-Gerontologia

Enfermagem Obstétrica

Gastronomia Funcional

Gestão em Políticas Públicas de Saúde

Microbiologia e Imunologia

Neuropsicologia

Nutrição Clínica

Parasitologia e Urinálise

Psicologia Hospitalar

Reabilitação Musculoesquelética e Desportiva

Saúde Coletiva

ARQUITETURA, ENGENHARIA, PRODUÇÃO E CONSTRUÇÃO

Arquitetura e Design de Interiores

Engenharia de Petróleo e Gás Natural

Engenharia de Segurança do Trabalho

Engenharia de Produção e Qualidade nos Processos

Gestão da Construção Civil

Gerenciamento de Obras e Empreendimentos na Construção Civil

Gestão Industrial e Processos Produtivos

Gestão da Produção e Qualidade

Gestão de Projetos em Engenharia e Arquitetura

Gestão em Refino de Petróleo, Petroquímica e Biocombustíveis

Perícia, Auditoria e Gestão ambiental

Planejamento e Orçamento de Obras e Serviços de Engenharia

EDUCAÇÃO

Docência Universitária

Docência da Educação Básica

Gestão de Ensino a Distância (EAD)

Gestão, Supervisão Escolar e Orientação Educacional

Metodologia do Ensino à Docência Superior

Psicopedagogia e Educação inclusiva

Psicopedagogia Clínica e Institucional

CIÊNCIAS, MATEMÁTICA E COMPUTAÇÃO

Banco de Dados

Desenvolvimento de Sistemas para Ambiente WEB

Redes de Computadores

Segurança e Auditoria em Informática

MBA

MBA em Direito Empresarial

MBA em Engenharia da Produção e Serviços e Gestão da Qualidade

MBA em Gestão de Pessoas e Coaching

MBA em Estratégia do Negócio e Competitividade de Mercado

MBA em Gerenciamento de Projetos e Resultados

MBA em Gestão de Restaurantes e Negócios Alimentícios

MBA em Gestão do Varejo e Inteligência Competitiva

MBA em Estratégica de Finanças, Auditoria e Controladoria

MBA em Gestão Estratégica de Metas e Planejamento Organizacional

MBA em Gestão Hospitalar

MBA em Gestão de Finanças e Tributos da Zona Franca de Manaus

MBA em Licitações e Contratos Administrativos

MBA em Recursos Humanos, Gestão de Equipes, Liderança e Resultados

MBA em Supply Chain e Management

MBA em Gestão de Redes Sociais e Marketing Digital

MBA em Lean Manufacturing e Logística

MBA em Gestão De Comércio Exterior e Negócios Internacionais

No que compete à estrutura física, o Centro Universitário tem a sua sede situada em um amplo complexo educacional formado por 4 prédios, e mais três unidades em Zonas distintas da Cidade de Manaus (Zona Leste, Zona Sul), em seu complexo educacional, oferta área de convivências, praça de alimentação, auditórios somando 1100 lugares, biblioteca central e setoriais, estacionamento com mais de 2000 vagas, laboratórios para didáticos em todas as áreas de conhecimento, laboratórios de informática com terminais, softwares e acesso à internet para uso de professores e alunos mediante sistema agendado e suporte de um técnico de informática, e 02 unidades móveis com laptops para suporte às

atividades acadêmicas. Oferece ainda internet Wi-Fi – disponível em todos os seus prédios e unidades.

Para os docentes oferta ainda salas de reuniões, espaço para atendimento ao aluno, sala de professores e gabinetes para professores integrais nos 03 turnos. Os Coordenadores de Curso possuem espaço de trabalho adequado, atendidos com a infraestrutura física e de pessoal para o eficiente exercício de suas funções. Estão ainda disponíveis para uso sala de reunião de NDE, Sala da Comissão Própria de Avaliação (CPA). Os alunos são atendidos em suas demandas acadêmicas em espaço apropriado que abriga a Secretaria Acadêmica, o Núcleo de Atendimento ao Aluno (NADI); a Ouvidoria e o Setor de Empregabilidade.

Além da sede e unidades na Cidade de Manaus, o FAMETRO está em processo de credenciamento do campus fora de sede na cidade de Tabatinga, com processos de autorização vinculados ao credenciamento dos cursos de Direito, Enfermagem e Psicologia.

Tabela 8 – Cursos em processo de autorização do campus fora de sede FAMETRO

CURSO	Nº PROCESSO E-MEC	NOTA
Credenciamento	202013628	05
Direito	202013631	04
Enfermagem	202013632	05
Psicologia	202013633	05

3. ORGAOGRAMA

1.1.7 Organograma da IES

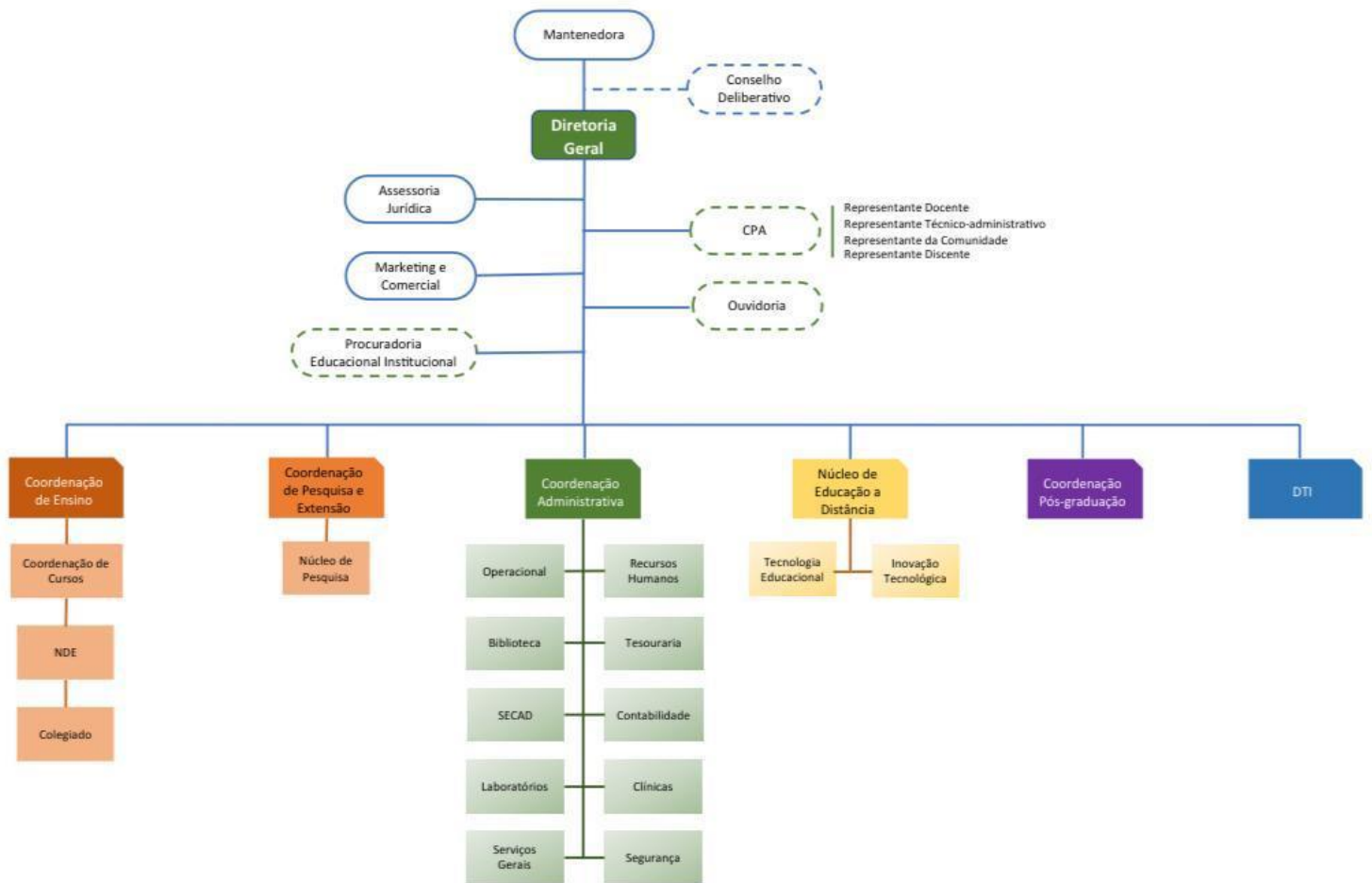


Figura 12: Organograma da IES

4. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO

4.1 NOME DO CURSO E MODALIDADE DE OFERTA

Nome do Curso: Graduação em Bacharel em Direito

Modalidade de Oferta: Presencial

FAMETRO

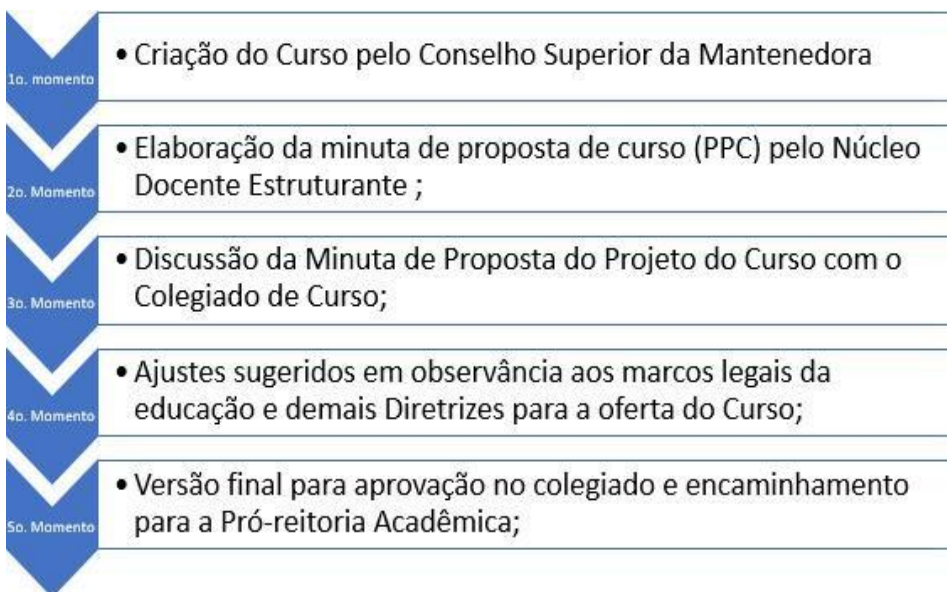
4.2 RELATO DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO/IMPLANTAÇÃO/CONSOLIDAÇÃO DO PPC

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) foi construído e consolidado pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso, fundamentado na resolução nº 5 de 17 de dezembro de 2018, considerando ainda duas normativas adicionais; a saber;

- Parecer CNE/CES nº 757/2020, aprovado em 10 de dezembro de 2020 – Alteração do artigo 5º da Resolução CNE/CES nº 5, de 17 de dezembro de 2018, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito.
- Resolução CNE/CES nº 2, de 19 de abril de 2023 - Altera o art. 5º da Resolução CNE/CES nº 5/2018, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito.

A implantação ocorre a partir da primeira turma do curso com o acompanhamento do NDE e do colegiado e a consolidação ocorre na medida em que se buscam melhorias para o curso com base na análise das avaliações internas e externas, e reuniões periódicas do NDE e colegiado, bem como, por meio da elaboração conjunta do Plano acadêmico-administrativo do curso, onde se prevê melhorias contínuas.

Fluxo de Processos de Criação dos Cursos de Graduação



4.3 ENDEREÇO DE FUNCIONAMENTO DO CURSO

Rua Independência n. 220. Bairro Centro CEP 69460-000
Endereço Agrupador: Estrada Coari-Mamiá, nº903, Bairro União, Coari/AM, CEP: 69460-000.

4.4 ATOS LEGAIS DO CURSO E DATA DA PUBLICAÇÃO

(Autorização/Reconhecimento/Renovação)

Portaria Autorização 441 DE 04/02/2022 DOU 07/02/2022

Atos Legais	Portaria de Credenciamento: nº 1.337 de 12/07/2019, Publicação no D.O.U. nº 135, de 16/07/2019
Processo	Em processo de Recredenciamento Protocolo 202314767

4.5 CONCEITOS DO CURSO (CC, CPC, ENADE) ENADE

- Conceito do Curso Não se aplica;
- CPC: Não se Aplica;

Enade: Não se Aplica

4.6 NÚMERO DE VAGAS DO CURSO E TURNOS DE FUNCIONAMENTOS

200 vagas, sendo 100 vagas no turno matutino e 100 vagas no turno noturno.

4.7 CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO E TEMPO MÍNIMO E MÁXIMO DE INTEGRALIZAÇÃO

Carga Horária Total do Curso: 3.866 horas

Tempo Mínimo para integralização = 10 semestres; Tempo Máximo = 20 semestres.

O Curso de Graduação apresentado, seguirá em norma geral o estabelecido pela **RESOLUÇÃO Nº 2, DE 18 DE JUNHO DE 2007**, a qual dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial, seguindo os ditames que dele derivam, ou seja:

Art. 1º Os estágios e atividades complementares dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial, não deverão exceder a 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso, salvo nos casos de determinações legais em contrário.

Art. 2º As Instituições de Educação Superior, para o atendimento do art.1º, deverão fixar os tempos mínimos e máximos de integralização curricular por curso, bem como sua duração, tomando por base as seguintes orientações:

- I. a carga horária total dos cursos, ofertados sob regime seriado, por sistema de crédito ou por módulos acadêmicos, atendidos os tempos letivos fixados na Lei nº 9.394/96, deverá ser dimensionada em, no mínimo, 200 (duzentos) dias de trabalho acadêmico efetivo;
- II. a duração dos cursos deve ser estabelecida por carga horária total curricular, contabilizada em horas, passando a constar do respectivo Projeto Pedagógico;
- III. os limites de integralização dos cursos devem ser fixados com base na carga horária total, computada nos respectivos Projetos Pedagógicos do curso, observados os limites estabelecidos nos exercícios e cenários apresentados no Parecer CNE/CES nº 8/2007, da seguinte forma:
 - a) Grupo de Carga Horária Mínima de 2.400h: Limites mínimos para integralização de 3 (três) ou 4 (quatro) anos.
 - b) Grupo de Carga Horária Mínima de 2.700h: Limites mínimos para integralização de 3,5 (três e meio) ou 4 (quatro) anos.
 - c) Grupo de Carga Horária Mínima entre 3.000h e 3.200h: Limite mínimo para integralização de 4 (quatro) anos.
 - d) Grupo de Carga Horária Mínima entre 3.600 e 4.000h: Limite mínimo para integralização de 5 (cinco) anos.
 - e) Grupo de Carga Horária Mínima de 7.200h: Limite mínimo para integralização de 6 (seis) anos.

De maneira excepcional, assim como previsto no Parecer CNE/CES Nº 8/2007 aprovado em: 31/1/2007 e nas Resoluções: Nº 2, DE 18 DE JUNHO DE 2007 que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial e Nº 4, DE 6 DE ABRIL DE 2009 que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação em Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Terapia Ocupacional, bacharelados, na modalidade presencial. **indica a possibilidade de integralização em menor tempo a partir de critérios especiais previstos no PPC** (Art. IV da Resolução Nº 2, DE 18 DE JUNHO DE 2007 e Art. IV da Resolução Nº 4, DE 6 DE ABRIL DE 2009.

- I. **O aproveitamento de competências** adquiridas em âmbito profissional e de estudo em outras instituições por meio de transferências.
- II. **O aproveitamento de disciplinas cursadas por meio de apresentação de diploma de graduação anterior** compatível com a graduação em curso

- III. **A antecipação da integralização do curso em casos em que o curso é ofertado em dois turnos diferentes de funcionamento**, podendo o aluno ter sua jornada de estudos ampliada sem prejuízo em termo de hora aula (aula/hora relógio).
- IV. **Aproveitamento extraordinário de estudos demonstrado por meio de provas teórico ou prática**, aplicadas por banca especialmente designada para este fim, nomeada por Portaria da Direção geral.

4.8 PROTOCOLO DE COMPROMISSO OU TERMO DE SANEAMENTO DE DEFICIÊNCIA, MEDIDAS CAUTELARES, TERMOS DE SUPERVISÃO

N.S.A

PERFIL DO COORDENADOR

Nome, formação, titulação, tempo de experiência dentro e fora do magistério

- a) **Coordenadora do Curso:** Emer de Sena Gomes
- b) Formação Graduação em Direito
- c) **Titulação:** Especialista
- d) Regime de Trabalho: Parcial – CLT.

4.9 TEMPO MÉDIO DE PERMANÊNCIA DO NDE

O Núcleo Docente Estruturante da Instituição, é a instância dedicada a proceder o acompanhamento do Projeto Pedagógico de Curso, seus membros atuam em regime parcial ou integral, preferencialmente com titulação stricto sensu.

Na instituição os Núcleos Docentes Estruturantes participam juntamente com os membros do Colegiado de Curso, do acompanhamento, consolidação e atualização do PPC, promovendo estudos regulares afim de buscar a melhor integração entre o perfil do egresso, as Diretrizes Curriculares Nacionais e as demandas atuais e futuras do mundo do trabalho.

Cabe ressaltar que existe um Regulamento que orienta a atuação do NDE na instituição, e que a permanência dos membros deve ser vigente até o ato regulatório subsequente. Assim, em caso de autorização é desejável que a maioria dos membros permaneçam até o ato de reconhecimento de curso e no caso de reconhecimento, seja observada a permanência até a renovação de reconhecimento.

A substituição de membros pode ser realizada mediante solicitação do próprio membro ou a partir de sugestão do colegiado de curso, observando sempre, o caráter de continuidade das ações em curso, bem

como a possibilidade de renovação parcial dos membros afim de garantir um maior engajamento do corpo docente na reflexão qualificada acerca do curso.

4.10 TEMPO MÉDIO DE PERMANÊNCIA DO COLEGIADO

A formação do Colegiado do Curso, se dá a partir da presença de todos os professores que estão relacionados ao curso, tendo na colegiado efetiva participação com direito a voz e voto. A substituição eventual de membros do corpo docente, implica na alteração por portaria dos membros. A participação dos discentes no Colegiado do Curso acontece por indicação do Colégio de representantes do Curso e seu mandato terá duração de 1 semestre podendo ser reconduzido por mais um semestre consecutivo. O Coordenador do Curso é presidente nato do colegiado de curso.

4.11 DISCIPLINAS EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

- Não se aplica

4.12 JUSTIFICATIVA PARA A CRIAÇÃO DO CURSO SE JUSTIFICA EM FUNÇÃO DAS DEMANDAS LOCO REGIONAIS DE NATUREZA ECONÔMICA, SOCIAL, POLÍTICA, CULTURAL E AMBIENTAL.

COARI é um município no interior do estado do Amazonas. Sua população, de acordo com estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2020, era de 59 547 habitantes. Sua área territorial é de 23 808 quilômetros quadrados, sendo o quadragésimo oitavo maior município do Brasil em área e o vigésimo terceiro do Amazonas.

Está distante 523 quilômetros de Manaus, capital do estado, e 2 304 quilômetros de Brasília, capital nacional. A cidade fica às margens do lago COARI, lago formado pelo alargamento do rio de mesmo nome nas proximidades de sua foz, que é um dos afluentes do Rio Solimões na sua margem direita.

COARI possui um IDH de 0,639(médio), típico das cidades do interior do estado. A principal fonte de renda da cidade é o comércio local e a agricultura, uma vez que são escoados vários alimentos para outras cidades, inclusive a capital, Manaus.

A área em que hoje se localiza o atual município de COARI era, nos primórdios, habitada pelos índios, predominantemente as tribos Tupebas ou Tapibas. O nome COARI, origina-se destas tribos.

O padre Samuel Fritz foi enviado para o Amazonas a serviço da Espanha e fundou as primeiras missões jesuíticas na região para catequizar os índios. Essas missões também eram responsáveis por prestar serviços sociais à comunidade indígena. Os portugueses, desrespeitando o Tratado de Tordesilhas, subiram o Rio Solimões, vindos do Grão-Pará, com a finalidade de conquistar o Amazonas e dominar as terras dos espanhóis, o que resultou em um grande conflito entre as duas nações, quando estes chegaram à região.

O governador do Grão-Pará enviou tropas comandadas pelo Capitão Correia de Oliveira, em 1708, para expulsar os espanhóis. Assim sendo, o padre Sana promulgou que Samuel Fritz deveria deixar a região do Amazonas, conforme ordem da Coroa Portuguesa. Samuel Fritz se retirou e foi até o Peru em busca de apoio para combater os portugueses. Muitos indígenas que lutavam em apoio aos portugueses morreram vítimas do confronto, e novamente os espanhóis voltaram a dominar a região, conforme já estava estabelecido pelo Tratado de Tordesilhas.

Em 1709, portugueses e espanhóis voltaram a entrar em confronto. Novamente, Portugal sai vitorioso, o que leva os índios a uma fuga em massa para o interior das matas, adentrando a foz do lago COARI, onde atualmente está a área do município de COARI.

Pouco tempo depois, o frei André da Costa chega à região com a finalidade de tomar conta das missões da Ilha dos Veados e Parauari. A partir de 1718, frei André da Costa, temendo novos ataques dos espanhóis, entrou pela foz do lago COARI, fixando-se na margem direita deste com seus seguidores peregrinos.

O Tratado de Madrid foi assinado alguns anos depois, pelos reis de Espanha e Portugal. O tratado visava dar fim às lutas entre os dois países pela posse das terras

do norte brasileiro, e procurava delimitar o território de domínio dos dois países na região. A área de COARI passou a ser usada como limite territorial do domínio das duas Coroas, mas ainda assim, nenhuma das duas nações mostrava-se disposta a ceder a região de COARI, o que causava enorme discussão à época. Apesar da tensão, Portugal mantinha predominantemente sua influência sob COARI.

COARI foi elevada à categoria de vila em 1709, título concedido pelos portugueses. A vila passou a chamar-se Vila de Ega, e fazia parte da Capitania de São José do Rio Negro. A discussão sobre os limites territoriais sob domínio espanhol continuava, até que uma expedição demarcadora, comandada por D. Francisco de Requena, foi enviada pela Espanha. A expedição ocupou todo o Solimões até as proximidades da Vila de Ega. Em 1787, os português Manoel Lobo d'Almada assumiu a capitania de São José do Rio Negro e deu início à expulsão por completo dos espanhóis.

COARI foi desmembrada em 1817, quando uma de suas vilas, Olivença, recebeu status de município, com território desmembrado de COARI. Entretanto, tempos depois, o município de Olivença foi suprimido e seu território retornou ao de COARI. Nessa época, a comarca do Alto Amazonas, que compreendia o atual estado do Amazonas, era formado por apenas quatro municípios, sendo que um deles era COARI. Em relação à área territorial, COARI

chegou a ser o maior município do mundo em território, abrangendo vastíssima região, superior a 500.000 km², equivalente ao território atual da Tailândia.

Em 1833, o governo da província do Grão-Pará obtém o controle de Ega, devido a delimitação territorial feita entre Portugal e Espanha. O Grão-Pará ignorou a denominação Vila de Ega e restituiu o nome da região para COARI. Em 1850, o Amazonas é desmembrado do Grão-Pará e elevado à categoria de província, sendo que COARI passou a fazer parte da nova província. Cinco anos depois, em 1855, o Governo da Província do Amazonas elevou COARI à categoria de cidade.

De acordo com a divisão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística vigente desde 2017, o município pertence às regiões geográficas intermediária imediata de COARI. Até então, com a vigência das divisões em microrregiões e mesorregiões, o município fazia parte da microrregião de COARI, que por sua vez estava incluída na mesorregião do Centro Amazonense.

A cidade de COARI é o município polo da região do Triângulo Jutáí – Solimões – Juruá, é a cidade com maior número de Instituições Educacionais da região possuindo universidades, centros técnicos e grande rede de escolas e instituições de ensino particulares.

As escolas estaduais de ensino fundamental e médio na área urbana de COARI, são as seguintes: Governador Gilberto Mestrinho, Professor Isidoro Gonçalves de Souza, Alcijara de Queiroz, Amélia Lima, Antidio Borges Façanha, Corinho Borges Façanha, Eduardo Ribeiro, Eduardo Sá, Madre Maria das Mercês, Nossa Senhora das Graças, Frei André da Costa, Madre São José e Santa Teresa.

As escolas municipais de ensino fundamental na área urbana da cidade são as seguintes: Helyon de Oliveira, Eduardo Santos, Santa Teresa, Flora Agrícola, Augustinho de Castro, Bom Jesus, Deus é Amor, Henrique Lima, Imaculada Conceição, Doroteia Bezerra dos Santos, Indígena Santa Cruz, Wenceslau de Queiroz, Indígena Padre Augusto Cabroler, Rei Davi, Samuel Fritz, Santo Isidoro, Santa Clara, Santa Maria, Indígena Pacáia, São Paulo, Santa Luzia, Nossa Senhora Aparecida, São Luiz e Santa Maria.

COARI possui seis instituições de ensino superior, sendo três de caráter público e três de caráter privado: Centro de Estudos Superiores de COARI, Universidade Aberta Brasil (UAB), Universidade Paulista (UNIP), além da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e o Instituto Federal do Amazonas (IFAM). Além destas instituições, o Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (CETAM) oferece cursos de nível técnico, bem como o Instituto Federal do Amazonas (IFAM), contudo, apenas a Universidade do Estado do Amazonas (UEA) oferece o curso de Direito com 40 vagas.

A dimensão democrática dada ao ensino superior na constelação dos direitos sociais (Saúde, Direito, Educação, Segurança) consagrados na Constituição do Brasil se encontra alinhada ao reconhecimento do papel do advogado conforme indica o artigo 133 da Constituição Federal definido como - indispensável à administração de Justiça.

Cumprir o papel central do advogado no contexto de uma sociedade que ao recuperar os direitos políticos, avançou cada vez mais avançando na direção da formação de uma mentalidade coletiva onde, a consciência dos direitos conquistados é um dos fundamentos da própria condição de cidadania, faz com que não só os advogados, mas todos aqueles chamados de operadores do direito tenham papel fundamental.

Desta maneira o acesso à justiça é, pois determinante para o estabelecimento de um novo modelo de ensino jurídico que, conforme indicam as Diretrizes Curriculares Nacionais o Curso de Graduação em Direito, deverá em linhas gerais, assegurar uma formação de caráter geral e humanística capaz de ir além do conhecimento da terminologia jurídica da adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, alcançando também uma postura reflexiva e crítica indispensáveis ao exercício da Ciência do Direito, da prestação da justiça e do desenvolvimento da cidadania.

Formar com qualidade e na quantidade necessária para a ocupação das vagas geradas nos diversos segmentos que servem a justiça, ofertando profissionais com competências e habilidades alinhados aos desafios sociais contemporâneos e do mundo do trabalho de forma a preencher a necessidade de mão de obra com qualificação apropriada, que incluem também não só a necessária profissionalização, mas também a formação ética e humana, que conecte o futuro egresso do curso de Direito aos desafios éticos e sócio-ambientais da região é uma tarefa de mais alta relevância para a qual o curso se apresenta.

4.12.1 Demandas de Natureza Econômica

A população do município de Coari representava 2,39% da população do estado, e 0,04% da população do país em 2000, e possui a província petrolífera de urucu, no Amazonas sendo a maior reserva privada terrestre de óleo do país, o qual produz petróleo e amplia a imigração para este município. Quanto à distribuição do emprego formal em Coari no setor de serviços, embora contribua para a receita do município e para a elevação dos níveis de emprego e de renda, é incipiente. Uma grande parte das empresas desse setor encontra dificuldades em recrutar mão-de-obra local, devido ao baixo nível de qualificação dos profissionais locais. Em função disso, muitas pessoas desenvolvem atividades informais, principalmente o comércio ambulante. Contudo, com o aumento da produção de Gás de Urucu, resultante da construção do gasoduto Coari-Manaus, há perspectiva de maiores níveis de desenvolvimento dos setores de comércio e serviços, por meio de alguns projetos elaborados pela prefeitura, que visam adequar estes setores a essa nova realidade. As benfeitorias realizadas na cidade provêm do valor médio mensal de R\$3.750.000,00 de royalties repassados à prefeitura municipal de Coari pela empresa Petrobrás, mas que ainda não está relacionada ao preenchimento uniforme das vagas devido à falta de profissionais considerados qualificados dentro da expectativa do mercado de trabalho local. Esse crescimento aponta para novos desafios econômicos e sociais que implicam em novas e volumosas demandas por serviços educacionais. O Sistema Nacional de Emprego do Amazonas SINE/AM apontou que, em 2012, das 14,7 mil vagas oferecidas pelo Estado, apenas 7 mil conseguiram ser preenchidas por meio dos órgãos e revelam que da mão de obra empregada, 31% dos trabalhadores de nível superior ainda são de outros Estados. Cabe ressaltar que o município alavanca

economicamente a região metropolitana um PIB R\$ 4 552 464 mil (AM: 2º) IBGE/2013. Quanto ao PIB Per Capita, Coari está entre os 3 maiores municípios que se destacaram com R\$ 55.978,65 (IBGE; 2013) detém cerca de 6% do PIB da região, segundo dados da Secretaria de Planejamento do Estado do Amazonas, entretanto segundo dados do IBGE O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal registrado em Coari é de 0,586 o que é considerado baixo pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Entre os municípios do Amazonas, Coari ocupa a 21ª posição na questão do IDH. Neste município o setor que mais se destaca é o Comércio e Serviços na área de Hotéis, pensões, agências bancárias e matadouro. Cabe lembrar que o município de Coari está inserido no meio da Floresta Amazônica com a maior biodiversidade florestal.

A confrontação brutal de uma cidade amazônica tradicional como Coari, por exemplo, com um grande projeto como a construção de um gasoduto, poderia não oferecer solução para os problemas da cidade. Ao contrário, um projeto deste porte poderia destruir as estruturas sociais já existentes e conduzir a uma degradação social. Em vista a viabilidade econômica para a exploração e produção do gás encontrado na Bacia do Solimões, Província do rio Urucu, localizada no município de Coari, Estado do Amazonas, a Petróleo Brasileiro – PETROBRÁS contratou a Universidade Federal com o objetivo de coordenar a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental, EIA, e o seu respectivo Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente, RIMA.

Espera-se que ao término de seu desenvolvimento, em função das medidas tomadas para minimizá-los, possa deixar experiência e aprendizado a serem utilizados nas decisões que levem a implantação deste ou daquele empreendimento nessa região.

As comunidades indígenas que estão sendo beneficiadas com o Programa, localizadas no município de Manacapuru, são: • Da etnia Apurinã: Fortaleza do Patauá, São Francisco do Guiribé e Jatuarana; • Da etnia Tikuna: São Francisco; e • Da etnia Sateré Mawé: Sahu-apé. Nessas cinco comunidades, 211 (duzentos e onze) indígenas contam com alguns benefícios oferecidos pelo Programa Gasoduto Coari-Manaus, tais como revitalização e potencialização de artesanatos, melhoramento na produção e qualidade da farinha e obtenção e beneficiamento de produtos da floresta.

No que toca ao extrativismo vegetal, são ainda incipientes as pesquisas e tecnologias compatíveis com a conservação das espécies. Já, quanto à exploração do gás de Coari o processo encontra-se em plena dinâmica e tem como segmento proeminente o Gasoduto Coari-Manaus, com extensão de 360 Km.

A Amazônia, talvez por sua grande extensão territorial, 58% do espaço físico nacional, tem sido estigmatizada por grandes obras, programas e projetos. Trata-se de uma obra que vai produzir expressivas transformações, sejam estas de ordem social, ambiental ou econômica, nas comunidades e sedes municipais inseridas no seu traçado, necessitando de um instrumento que possa assegurar o cumprimento de ações que venham prevenir ou reduzir esses impactos.

Novas oportunidades vêm crescendo de acordo com o a evolução social, com o mundo moderno. O surgimento de novas questões sociais, novas lides, que surgem naturalmente nesse processo de evolução e dinâmica cultural e social geram

uma nova gama de demanda para os profissionais do direito, que podem em funções essenciais à justiça, como Ministério Público, Advocacia, Defensoria pública, Procuradoria, com suas prerrogativas e funções, além da Magistratura, Delegado de Polícia; atividades de consultoria e assessoria jurídica em empresas públicas ou privadas.

Sendo assim, os dados ora expostos demonstram a necessidade da oferta de um ensino de qualidade nos ramos do Direito Financeiro atuando nas atividades de arrecadação em geral, relativamente às receitas públicas, podendo ser de tributos (impostos, taxas e contribuições), ou de outras cobranças públicas; do Direito Empresarial, um campo de atuação bastante dinâmico, uma vez que natureza das atividades das empresas são bem diversas entre si; do Direito Tributário onde há uma reclamação recorrente no mundo corporativo como um todo quanto à complexidade da tributação no Brasil. Isso faz com que os advogados tributaristas ganhem uma posição de destaque no mercado, tornando a advocacia tributária uma área conhecida como bastante promissora. Como se trata de um profissional que tem como objetivo gerar caixa e cortar custos, no atual cenário econômico, o advogado tributarista é bastante valorizado; do Direito do consumidor cuida das relações jurídicas entre quem fornece produtos e serviços e seus consumidores. As relações de consumo no país ainda estão longe de serem as mais pacíficas. Afinal, são registradas frequentes violações de direitos, o que pode significar uma demanda de trabalho crescente para os especialistas na área. Por outro lado, faltam a muitos consumidores saber identificar essas violações e reclamar no âmbito da justiça as reparações cabíveis; do Direito do Trabalho em virtude das recentes mudanças advindas da reforma trabalhista (Lei 13.467), essa área ficou bastante movimentada. Alguns itens, como a possibilidade de terceirização irrestrita da força de trabalho, mudaram por completo a relação entre capital e trabalho no país. Essas mudanças recentes do setor têm gerado muitas dúvidas por parte das empresas e esse cenário faz com que o direito do trabalho se torne bastante favorável para os advogados e escritórios que atuam com serviços consultivos.

4.12.2 Demandas de Natureza Social

Coari é um município brasileiro do interior do estado do Amazonas, região Norte do país.

O município está localizado no rio Solimões entre o Lago de Mamiá e o Lago de Coari, e tem sua história ligada aos índios Catuxy, Jurimauas, Passés, Irijus, Jumas, Purus, Solimões, Uaiupis, Uamanis e Uaupés. O nome Coari também está ligado às raízes indígenas e há duas versões: Em 1759 a aldeia é elevada a lugar com o nome de Alvelos. Em 2 de dezembro de 1874 foi elevada a vila, em 2 de agosto de 1932 a Vila de Coari é elevada à categoria de município.

Na área territorial do município, localiza-se a plataforma da Petrobrás de Urucu, onde se extrai petróleo e gás. Próximo à cidade, está instalado o Terminal Aquaviário da Transpetro (subsidiária da Petrobras), que recebe, através de dois dutos, o gás e o petróleo, que são levados por navios para Manaus e outras regiões do Nordeste. De acordo com estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o total de habitantes do município em 2016 era de 84.762, sendo o quinto município mais populoso do estado.

O nome Coari também está ligado às raízes indígenas e há duas versões: vem das palavras indígenas "Coaya Cory", ou "Huary-yu", ou significa respectivamente "rio do ouro" e "rio dos deuses".

A história de Coari se remonta ao Século XVIII. O primeiro núcleo de povoamento na região é fundado numa aldeia de índios pelo jesuíta tcheco Samuel Fritz. O povoamento recebe o nome de Coari, por estar situado às margens de um lago

com esse nome, próximo ao rio Coari. A denominação recebida pelo rio que banha o município foi dada também ao lago que banha a sede municipal, sendo estendida a denominação também ao município, posteriormente.

Os índios Catauixis, Irijus, Jumas, Jurimauas e outros, habitavam a região nos primórdios do povoamento. A aldeia de Coari foi elevada a lugar apenas em 1759, quando recebeu o nome de Alvelos, nome este de origem portuguesa. Por virtude da Lei nº 37, de 30 de setembro de 1854, a sede da freguesia foi transferida para a foz do lago de Coari. Alvelos, a primeira povoação, desapareceu por completo poucos anos depois.

Vinte anos após a mudança da sede da freguesia, a mesma foi elevada à Vila pela Lei nº 287, de 1 de maio de 1874. A vila recebeu o nome de Coari, sendo que sua instalação ocorreu em dezembro do mesmo ano.

Em 15 de novembro de 1890, o termo judiciário de Coari foi instalado. Pelo decreto 95-A, de 10 de abril de 1891, foi criada a Comarca da vila, que recebeu sua instalação definitiva em 30 de junho do mesmo ano. Entretanto, a Comarca coariense foi extinta em 1913, através da Lei nº 741, de 30 de outubro. Assim sendo, Coari teve seu termo subordinado à comarca de Tefé, município vizinho. A Comarca de Coari foi novamente instalada três anos depois, em 1916, em virtude da Lei nº 844, de 14 de fevereiro daquele ano. No entanto, mais uma vez a Comarca foi suprimida, por força da Lei nº 133, de 7 de fevereiro de 1922. A comarca foi restaurada, outra vez, através da Lei nº 122, de 10 de março de 1924, não sendo mais suprimida. A partir de 1925, a Comarca coariense passou a compreender os termos dos municípios de Manacapuru e Codajás. Em 1927, foi estabelecida a Comarca de Manacapuru, e em 1928 estabeleceu-se a de Codajás, tendo Coari perdido os termos destes municípios.

Coari foi elevada à categoria de cidade em 1932, pelo Ato Estadual nº 1.665, datado de 2 de agosto do mesmo ano. De acordo com a divisão administrativa judiciária vigente, apenas um distrito compõe o município, e a comarca também compreende apenas um único termo.

Foi eleito o primeiro prefeito do município, Dorval dos Santos Melo, e para vereadores Raimundo de Freitas Dantas, Sebastião Rodrigues do Nascimento, Luiz Freitas de Moraes, Maria Ferreira de Souza, João Nogueira de Araújo e João Soares da Fonseca. Nesta eleição votaram 1 380 eleitores.

Segundo o censo do IBGE (2010), o Amazonas tem uma área de 1.559.161.814 km² com população de 3.480.937 habitantes. O Município de Coari concentra em torno de 1,9% da população do Estado do Amazonas, este município apresenta 75.965 habitantes, distribuídos em uma área de 57.970 km². Entretanto a história da educação superior privada no Estado é recente, da década de 1990, justificando uma demanda latente pelo acesso ao ensino superior. As estatísticas do último censo do IBGE revelam um imenso contingente populacional oriundo do Ensino Médio, pressionando na busca pelo acesso ao ensino superior, pressionado os governos federal e estadual, assim como a iniciativa privada, para o atendimento desta demanda. Em 2011 a Matrícula Final do Ensino Médio no Estado do Amazonas foi de 86.432, esse quantitativo, saltou ao final de 2012 para 110.527, um crescimento médio de 6%. Já o acesso ao ensino superior elevou de 93.817 em 2007 para 110.527, em 2012. Podemos afirmar inclusive com base nos dados do próprio Censo/MEC que há um déficit enorme de IES de ensino superior no Norte do país, haja vista que na distribuição das Instituições de Ensino Superior Privadas no Brasil apenas 6,4% se concentram no Norte, enquanto o Sudeste possui 48,9% das IES, o Sul 16%, o Nordeste com 18% e o Centro-Oeste 9,9%. O que demonstra que o Norte do País carece de mais oferta de mais vagas como forma de equalizar a distribuição da educação de nível superior existente e diminuir as desigualdades sociais,

promovendo a inclusão social.

De acordo com estimativas de 2014 promovido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população de Coari era de 82 209 habitantes, sendo o 5º município amazonense mais populoso e apresentando uma densidade populacional de 1,3 habitantes por km². Ainda de acordo com o censo, 39 476 habitantes são homens e 36 489 são mulheres. A maior parte da população de Coari é residente na zona urbana (49 651 pessoas), o que representa 65,39% do total de habitantes. Entretanto o número ainda é considerado baixo levando em consideração que 34,61% dos habitantes vivem em área rural e que a média brasileira de pessoas que vivem em centros urbanos é de 84,4%, sendo superior ao registrado em Coari.

Entre os anos de 1991 a 2000, o crescimento demográfico anual registrado em Coari foi de 6,56%. O município passou de 38 678 habitantes em 1991 para 67 096 habitantes em 2000, apresentando um crescimento populacional muito superior à média nacional brasileira registrada no mesmo período. Outro setor que também cresceu muito acima da média foi a urbanização, que registrou 8,02% de crescimento e passou de 54,50% para 58,88% no referido período. A população do município representava 2,39% da população do estado, e 0,04% da população do país em 2000.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal registrado em Coari é de 0,586 o que é considerado baixo pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Entre os municípios do Amazonas, Coari ocupa a 21ª posição na questão do IDH.

Coari está localizada no país mais católico do mundo em números absolutos. A Igreja Católica teve seu estatuto jurídico reconhecido pelo governo federal em outubro de 2009, ainda que o Brasil seja atualmente um estado oficialmente laico.

Tal qual a variedade cultural verificável em Fabriciano, são diversas as manifestações religiosas presentes no município, tendo em vista a variedade cultural. Embora seu desenvolvimento tenha sido sobre uma matriz social eminentemente católica, tanto devido à colonização quanto à imigração, é possível encontrar atualmente na cidade dezenas de denominações protestantes diferentes, assim como a prática do budismo, do umbandismo, espiritismo, entre outras.

De acordo com dados do censo de 2000 realizado pelo IBGE, a população coariense era composta por: católicos (73,01%), protestantes (21,99%), pessoas sem religião (1,3%), espíritas (0,2%) e 0,2% estão divididas entre outras religiões.

De acordo com o MEC (<http://emec.mec.gov.br/>), não há oferta de outros cursos de graduação em Direito sendo ofertados no município de Coari.

A dimensão democrática dada ao ensino superior na constelação dos direitos sociais (Saúde, Direito, Educação, Segurança) consagrados na Constituição do Brasil se encontra alinhada ao reconhecimento do papel do advogado conforme indica o artigo 133 da Constituição Federal definido como - indispensável à administração de Justiça. Cumpre destacar o papel central do advogado no contexto de uma sociedade que ao recuperar os direitos políticos, avançou cada vez mais avançando na direção da formação de uma mentalidade coletiva onde, a consciência dos direitos conquistados é um dos fundamentos da própria condição de cidadania, faz com que não só os advogados, mas todos aqueles chamados de operadores do direito tenham papel fundamental. Desta maneira o acesso à justiça é, pois determinante para o estabelecimento de um novo modelo de ensino jurídico que, conforme indicam as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito, deverá em linhas gerais, assegurar uma formação de caráter geral e humanística capaz de ir além do conhecimento da terminologia jurídica da adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos

jurídicos e sociais, alcançando também uma postura reflexiva e crítica indispensáveis ao exercício da Ciência do Direito, da prestação da justiça e do desenvolvimento da cidadania. Formar com qualidade e na quantidade necessária para a ocupação das vagas geradas nos diversos segmentos que servem a justiça, ofertando profissionais com competências e habilidades alinhados aos desafios sociais contemporâneos e do mundo do trabalho de forma a preencher a necessidade de mão de obra com qualificação apropriada, que incluem também não só a necessária profissionalização, mas também a formação ética e humana, que conecte o futuro egresso do curso de Direito aos desafios éticos e socioambientais da região é uma tarefa de mais alta relevância para a qual o curso se apresenta.

4.12.3 Demandas Culturais

O município de Coari conta com um Sistema Municipal de Cultura, ligado ao Sistema Nacional de Cultura. Primeiramente foi aprovada uma Lei Municipal criando o Conselho e o Fundo em 2012, depois chegou a Lei Nacional complementando o sistema.

A intenção do Movimento cultural de Coari é o complexo cultural (Teatro, Biblioteca, galeria de artes, Instituto Geográfico, Museu e outros), que já tem um terreno escolhido no centro da cidade com as plantas arquitetônicas.

Na relação dos atrativos do município estão elencadas as festas populares como o Festival Folclórico; na segunda quinzena de julho. Nos meses que antecedem a festa junina, a cidade fica bastante movimentada, pois é época de festa cultural diversa como as noitadas caipiras que movimentam as escolas e a cidade em geral, onde as danças regionais fazem uma prévia para o Festival Folclórico de Coari disputado em junho. As cirandas, quadrilhas caipiras, adultas de luxo, boi-bumbá mirim, danças internacionais assim como outras categorias, se manifestam para abrilhantar a todos que gostam de prestigiar a cultura do município.

As maiores rivalidades das brincadeiras são entre as Cirandas Luxos (Categoria Adulto), pois desde 1999, com o surgimento da Ciranda Renovação, surgiu uma nova remodelagem entre essa categoria, ficando conhecida a partir desse ano como a era da "ciranda moderna", já que antes de 1999 as ciranda do Amor (a mais antiga) e a extinta Ciranda Paraíso (sucessora da Ciranda Renovação), as mesmas apresentavam-se nos moldes da ciranda tradicional, para os populares conhecida como a era da "ciranda de chita". Então com a extinção da Ciranda Paraíso em 1998, eis que surge a Ciranda Renovação, fundada no dia 4 de abril de 1999, e no ano seguinte (2000), com um rachão dos brincantes da Ciranda do Amor, eis que esses fundam a Ciranda Paixão, atualmente a mais nova entre as três, da categoria adulta. É grande a expectativa para prestigiá-las, desde então a maior campeã dentre elas é a Ciranda Renovação com cinco Títulos (1999, 2000, 2003, 2006 e 2007), em segundo vem a Ciranda Paixão com dois títulos apenas (2001 e 2008) e Ciranda do Amor nunca ganhou na era moderna, mas foi tricampeã na era da "ciranda de chita", (1996, 1997 e 1998).

Outras festas populares de destaque também ocorrem no município: Festejo do Padroeiro São Sebastião: 2ª quinzena de janeiro; Carnaval de Rua de Coari: entre fevereiro e março conforme calendário nacional dessa festa; Festejo do Divino Espírito Santo: 2ª quinzena de abril; Festejo de N. S. do Perpétuo Socorro: 1ª quinzena de maio; Festejo de Santana: 2ª quinzena de junho; Festival Folclórico de Coari: realizado no final julho juntamente com o aniversário da cidade; Aniversário da cidade: em 1 e 2 de agosto; Festejos de Santo Afonso: 1ª quinzena de agosto; Festival da Música Popular de Coari; 24 a 26 de Outubro; Festejos de São Sebastião: 2ª quinzena de outubro; Autos de Natal: 1ª quinzena de dezembro;

Festa do Gás Natural (Substituta da Festa da Banana desde o ano 2000); 1ª quinzena de dezembro.

O século XX é marcado por movimento político mundial de preservação do Patrimônio Cultural de tal modo que é certo dizer, hoje, que a preservação da identidade popular é uma das funções do Estado e um dever de toda sociedade e sobretudo do profissional dos ramos jurídicos, vez que a maior ferramenta de proteção destes bens é a lei, motivo pelo qual se justifica a importância do profissional do direito no ramo.

Os fins estatais de preservação do patrimônio cultural são expressos, na Constituição Federal e legislação ordinária. O regime constitucional do Patrimônio Cultural estende-se por diversos artigos em que fica demonstrada a preocupação do constituinte em garantir a proteção desse bem jurídico social.

Com efeito, o Direito deve estar atento à diversidade cultural do povo brasileiro, de forma a abranger e concretizar os direitos culturais de todos os cidadãos.

4.12.4 Demandas de Natureza Ambiental

No coração do estado do Amazonas, banhado pelo rio Solimões, Coari é um município no meio da floresta, com uma pequena população. No local foram descobertos petróleo, de excelente qualidade, e uma imensa jazida de gás natural cerca de 3 mil metros abaixo do solo. A partir daí a Petrobrás implantou em suas terras a Província Petrolífera do Rio Urucu, tornando possível a prospecção, o transporte e o escoamento do material até o Solimões.

O município de Coari está localizado, na Mesorregião do Centro Amazonense, que engloba 31 municípios do estado distribuídos em seis microrregiões, sendo que o município pertence à microrregião de mesmo nome. A mais ocidental de sua mesorregião e que reúne seis municípios: Anamá, Anori, Beruri, Caapiranga, Coari e Codajás. Coari está distante 363 km ao oeste da capital amazonense.

Nesse foco, encontram-se a exploração dos recursos extrativos vegetal e, mormente, mineral, a exemplo das reservas de gás de Coari. O projeto de ações de educação ambiental tem um grande destaque na demanda ambiental, porque visa desenvolver um Programa de Educação Ambiental envolvendo todos os segmentos institucionais (docentes; discentes e técnico administrativo) tendo em vista a racionalização dos recursos para a promoção de uma gestão sustentável; realizar ações comunitárias de Educação Ambiental a partir das atividades extensionistas; incluir e fortalecer os conteúdos de Educação Ambiental numa abordagem contínua e permanente a partir de um enfoque transversal; promover ações de formação docente tendo em vista capacitar os professores para que os mesmos possam realizar ações pedagógicas relevantes em sala de aula.

O Direito Ambiental, é o ramo jurídico que se dedica a relação dos indivíduos, governos e empresas com o meio ambiente. Tudo isso com o objetivo de conciliar os aspectos ecológicos, econômicos e sociais com a melhoria da condição ambiental e bem-estar da população e assim, atua preventivamente. Não só para o meio ambiente como para o setor produtivo a ação preventiva é mais vantajosa e o benefício social é indiscutível.

Neste sentido, o advogado pode atuar no ramo do Direito Ambiental com objetivo de proteger o meio ambiente, evitando danos a ele e, assim, garantir que ele permaneça saudável para as próximas gerações.

E ainda, o profissional de Direito é fundamental para preservar e garantir os direitos aos recursos dos povos indígenas e para evitar a perda de culturas e de conhecimentos tradicionais e contribuir para a promoção dos Direitos Humanos. Em

suas longas histórias de manejo do meio ambiente, os povos tradicionais acumularam grandes quantidades de conhecimentos que poderiam ser benéficos para a conservação ambiental e o uso sustentável de recursos naturais em todo o mundo.

O advogado ambientalista pode optar por prestar consultoria jurídica na área de meio ambiente, emitir pareceres, acompanhar processos administrativos de licenciamento ambiental e infrações ambientais, além de participar de processos judiciais civis e criminais vinculados à legislação ambiental. Pode trabalhar como autônomo ou em sociedade de advogados e prestar serviços advocatícios para setor privado ou público. Os municípios têm grande demanda de assessoria jurídica para preservação do patrimônio natural, cultural e construído. O setor produtivo para obter licença de operação. A sociedade civil organizada e instituições financeiras carecem de assistência jurídica no cumprimento de suas finalidades, e, ainda, as instituições financeiras para realizar suas operações financeiras e empréstimos dentro da legalidade.

Isso justifica uma demanda em potencial ao futuro profissional do direito, uma vez que, o advogado ambientalista pode, também, trabalhar na área da certificação ambiental e, assim, atuar na implementação da identificação, atualização e monitoramento dos requisitos legais do Sistema de Gestão instituídos nos moldes das normas internacionais ISO 14001. Para fins de exportação e competição no mercado a certificação ambiental é imprescindível. Neste caso costuma trabalhar com equipe multidisciplinar, e, portanto, em sociedade civil ou comercial.

A implantação de uma IES privada contribuirá para maior atuação nestas áreas, via formação de recursos humanos, levando-se em consideração, a expressão regional e o desenvolvimento de todo o Estado do Amazonas. Busca-se atender à demanda pela formação específica, contribuindo para a capacitação de profissionais, aptos a ocupar os postos de trabalho, decorrentes do reflexo da configuração socioeconômica da região, oferecendo respostas mais ágeis e eficazes às necessidades específicas do setor produtivo e da sociedade.

Organização Didático-pedagógica

**"Comprometidos com a excelência acadêmica,
nossa organização didático-pedagógica
promove uma formação integral, sólida e
atualizada, preparando profissionais
capacitados para enfrentar os desafios do
mundo contemporâneo**

DIMENSÃO

1

1.1 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

Uma política se constitui como um conjunto de princípios e diretrizes norteadoras que garantem a direção de programas, projetos e ações que tem como finalidade executar e garantir o alcance dos objetivos institucionais, neste sentido, uma política deve ser sempre pensada em termos sistêmicos e em articulação com a Missão e os Valores atribuídos.

1.1.1 Política de Ensino

A Política de ensino da FAMETRO está fundamentada na construção de relações de ensino/aprendizagem com vistas aos melhores indicadores de qualidade da educação superior, no desenvolvimento de competências do perfil do egresso das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação e no Catálogo Nacional de Cursos Tecnológicos, bem como em uma formação ética e humanística prezando pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão realizada por meio dos programas na graduação e na pós-graduação.

A Política de Ensino considera as diretrizes abaixo:

- atender aos requisitos legais educacionais e as orientações das diretrizes curriculares nacionais para a formação do perfil do egresso, considerando, as demandas da região norte, a missão e visão da FAMETRO ;
- promover a articulação permanente entre ensino, pesquisa e extensão, por meio do Programa de Articulação Pesquisa, Ensino e Extensão - PAPEERI;
- desenvolver o Ensino para a formação de competências e habilidades prevista na DCN, considerando os aspectos de atualização curricular; utilização e desenvolvimento de material didático; oferta de componentes curriculares semipresenciais e promovendo a formação de profissionais capazes de atender as demandas econômicas, sociais, culturais, políticas e ambientais da região;
- promover a disseminação de valores éticos, humanísticos, ambientais e socialmente responsáveis, por intermédio do Programa de Educação Ambiental e o Programa de Educação para os Direitos Humanos obedecendo ao que determina a legislação pertinente;
- promover a qualidade do ensino e a inovação pedagógica estabelecidos no Programa de Qualidade de Ensino e no Programa de Inovação Pedagógica utilizando-se de metodologias ativas por meio da interação teórico prática, da pedagogia de projetos e acessibilidade pedagógica e atitudinal, ensino

interdisciplinar, transversal e flexível com processos de avaliação que tenham como foco a aprendizagem e que se dão de maneira somativa - com base na teoria de resposta ao item e, formativa - visando o desenvolvimento de competências;

- atender os estudantes, ofertando apoio acadêmico, pedagógico e psicopedagógico necessários ao suporte de sua vida acadêmica e estudantil, tendo como meta o acolhimento ao ingressante, o nivelamento, a monitoria, atividades extracurriculares, a acessibilidade e a permanência do mesmo em condições excelentes de aprendizagem, bem como o acompanhamento de egresso, por meio do Programa de Apoio ao Discente; Programa de Acessibilidade e Programa de Acompanhamento do Egresso;
- promover a gestão participativa por meio dos NDE's e colegiados docentes e discentes, garantindo inclusive a representatividade discente em órgãos colegiados;
- desenvolver o Programa de Monitoria, como estímulo à formação de novos quadros docentes.

Focada nessas diretrizes norteadoras, a FACULDADE define os seguintes princípios que servirão como base de sua política de ensino:

Princípio da proximidade: recomenda que o ensino e aprendizagem, sejam quais forem seus métodos e técnicas, inicie pelo conhecimento que seja o mais próximo possível da vida do aluno, partindo dos fatos mais imediatos para os mais remotos, do conhecido para o desconhecido;

- Princípio da direção: recomenda ao professor o planejamento, a previsão, a sequência lógica, estruturada, do conhecimento, a clareza de objetivos e o enfoque de questões essenciais do conteúdo, sem deter-se em questões periféricas;
- Princípio da adequação: recomenda que os métodos e técnicas sejam apropriados ao aluno, à natureza e tipo de conteúdo, ao contexto, às fases evolutivas do desenvolvimento e da aprendizagem;
- Princípio da participação: recomenda que se observem, nos alunos em formação, em todas as áreas, a atividade, o envolvimento, o estudo, a atenção, o trabalho com o conhecimento, a organização, a disposição, a conscientização do valor do estudo, da aprendizagem e seus métodos;
- Princípio da diversidade: recomenda preservar, em qualquer método de ensino- aprendizagem, o valor de condutas que propiciem a livre manifestação de ideias,
- a qualificação e acolhimento das pessoas, a confiança, a iniciativa, a

criatividade e criação, o respeito às diferenças e à pluralidade;

- Princípio da vivência: aplica-se à consideração ao conhecimento formado no cotidiano e nas práticas anteriores dos alunos, assim como suas experiências atuais, associando-os aos significados do conhecimento teórico e suas relações com fatos da realidade, da vida;
- Princípio da descoberta: aplica-se ao conhecimento tanto ao teórico e suas fontes, como ao conhecimento pessoal, de si e do outro, incluindo ainda o conhecimento dos fatos da realidade e a vivência do prazer de aprender;
- Princípio da construção do conhecimento: refere-se à sua integração, articulação, irradiação à vida, ao cotidiano, onde se encontram os seus significados concretos;
- Princípio da reflexão: recomenda incorporar aos métodos de ensino-aprendizagem os processos de análise, conclusões e avaliação do conhecimento;
- Princípio da Interdisciplinaridade e da Transversalidade: pretende-se abordar os conteúdos da formação de maneira a garantir o trânsito interdisciplinar e transversal, ou seja, os conteúdos devem ser abordados de maneira a evidenciar as relações interdisciplinares e transversais do conhecimento, superando a abordagem fragmentada e isolada o saber.

Uma política se constitui como um conjunto de princípios e diretrizes norteadoras que garantem a direção de programas, projetos e ações que tem como finalidade executar e garantir o alcance dos objetivos institucionais, neste sentido, uma política deve ser sempre pensada em termos sistêmicos e em articulação com a Missão e os Valores, atribuídos.

1.1.2 Núcleos de apoio ao ensino

NIT – Núcleo de Inovação Tecnológica- responsável por assessorar os projetos de inovação tecnológica dos cursos de graduação, com atribuições de:

- analisar e emitir parecer sobre a viabilidade técnica e econômica do licenciamento e da transferência de produtos, processos e serviços oriundos da propriedade intelectual;
- deliberar sobre propostas e indicações, representações ou consultas de interesse da Faculdade em matéria de inovação tecnológica e proteção da propriedade intelectual;
- estabelecer regras e procedimentos para avaliação e classificação de resultados decorrentes de atividades e projetos acadêmicos da FAMETRO em atendimento às disposições da Lei nº 10.973/2004, da Lei

nº 13.243/2016 e do Decreto nº 9.283/2018;

- estabelecer regras e procedimentos para avaliação de solicitação de inventor independente para adoção de invenção na forma dos artigos 22 e 22-A da Lei nº10.973/2004;
- estabelecer regras e procedimentos para a execução, acompanhamento de pedidos de proteção e manutenção dos títulos de propriedade intelectual da FAMETRO ;
- estabelecer regras e procedimentos para a transferência, licenciamento e comercialização de tecnologias da FAMETRO .

NAPA - Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Acessibilidade:

O apoio psicopedagógico na FAMETRO dar-se-á por meio de uma estrutura pedagógica/administrativa denominada Núcleo e Apoio Psicopedagógico e Acessibilidade. Neste espaço, a partir da intersecção da pedagogia com outras áreas de conhecimento, a FAMETRO realiza ações de prevenção e de apoio aos alunos com problemas, distúrbios, dificuldades de aprendizagem e ainda aqueles com necessidades educativas especiais específicas de natureza permanente.

O NAPA tem como objetivo geral promover, por meio do atendimento psicopedagógico e social, a saúde dos relacionamentos interpessoais e institucionais, contribuindo para o processo de aprendizagem e inclusão do aluno para seu pleno desenvolvimento. O Regulamento do Núcleo de Apoio Pedagógico e Acessibilidade encontra-se em pasta anexa.

NADI- Núcleo de Apoio ao Discente: O apoio ao discente do NADI, responsável pela captação de vagas de emprego e estágio não obrigatório, bem como pela promoção de palestras de formação para o mercado de trabalho, e ainda, por ações de reversão, no caso de alunos que eventualmente tenham intenção de desistir dos estudos. O Regulamento do Núcleo de Apoio Pedagógico e Acessibilidade encontra-se em anexo a este.

1.1.3 Programas de Ensino

Uma política se constitui como um conjunto de princípios e diretrizes norteadoras que garantem a direção de programas, projetos e ações que tem como finalidade executar e garantir o alcance dos objetivos institucionais, neste sentido, uma política deve ser sempre pensada em termos sistêmicos e em articulação com a Missão e os Valores, atribuídos. Esta Política de Ensino se realiza por intermédio dos seguintes programas institucionais, em anexos:

- PAPEERI – Programa de Articulação de Pesquisa, Ensino e Extensão e Responsabilidade Social Institucional;

- PEA – Programa de Educação Ambiental;
- PEDH – Programa de Educação para os Direitos Humanos;
- PQE- Programa de Qualidade de Ensino e Inovação Pedagógica;
- PAD – Programa de Apoio ao Discente.

Os referidos programas estão disponíveis nas pastas, apêndices do PPC.

Estes Programas Institucionais por sua vez se desdobram no âmbito dos cursos de graduação nos seguintes Projetos institucionais:

- Projeto de Recepção de Calouros;
- Projeto de Nivelamento (Português; Matemática e Informática);
- Projeto de Monitoria;
- Projeto de Atividades Complementares;
- Projeto de Atividades Extracurriculares (Natal solidário; Workshop de Empregabilidade; Escola de Líderes; Escola de Empreendedores)
- Projeto de Acompanhamento do Desempenho Acadêmico;
- Projeto de Monitoramento da Evasão;
- Projeto de Atividade Interdisciplinar;
- Projeto de Atividade Transversal;
- Projeto Artístico Cultural;
- Projetos de Articulação de Ensino, Pesquisa e Extensão
- Projeto de Responsabilidade Social;
- Projeto de Acompanhamento de Egressos.

Os referidos programas estão disponíveis nas pastas, apêndices do PPC.

1.1.4 Ações de Ensino

Desta maneira, a Política de Ensino da FAMETRO deve promover ações acadêmico- administrativas no âmbito do ensino que incentivem a produção do conhecimento com qualidade relacionada com o seu contexto regional e sem perder de vista a formação humana, ética e tecnológica integrada a partir das inovações metodológicas, tecnológicas da avaliação continuada, das relações teoria-prática e ensino-serviço, da interdisciplinaridade, transversalidade, da educação para os direitos humanos e do incentivo aos percursos curriculares mais abertos, contemplando as atividades complementares.

Assim o Ensino na Instituição é desenvolvido por meio de atividades acadêmicas curriculares e extracurriculares, que constituem a base da produção de

novos conhecimentos, tendo como ponto de partida os saberes já produzidos mediante conhecimento científicos. A proposta de ensino se estrutura a partir do entendimento de que o ato educativo, dentro e fora da sala de aula, é sempre um ato intencional e interessado. Assim, os professores devem desenvolver o papel de mediadores no processo de construção do conhecimento, compreendendo o aluno como protagonista no processo de ensino e aprendizagem.

Nesta perspectiva, se propõe que o ensino deve estar pautado nos princípios de:

- Flexibilização de métodos e concepções pedagógicas;
- Equilíbrio nas dimensões acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão;
Respeito à diversidade étnica ideológica, cultural; e
- Valorização dos profissionais envolvidos com os processos de ensino e aprendizagem.

No que compete a construção do currículo, para a graduação, pensamos que os currículos oferecidos devem ainda demonstrar comprometimento com as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais, tendo em vista princípios norteadores da organização curricular dos cursos de graduação, a saber:

Flexibilização - sistema integrado e flexível, articulado ao ensino, pesquisa, e ainda possibilidade de o aluno traçar um perfil formativo personalizado podendo cursar disciplinas em outros cursos e aproveitar as mesmas como disciplinas optativas ou atividades complementares. A flexibilidade também é um princípio a ser adotado pela FAMETRO, no que diz respeito a acessibilidade pedagógica para os alunos portadores de deficiência ou com dificuldades de aprendizagem, neste sentido são adotados critérios mais flexíveis de tempo para realização de atividades, progressão curricular para que o aluno possa ter seu tempo de aprendizagem considerado no seu percurso formativo.

- Curricularização da extensão - a extensão possibilita ao acadêmico a imersão e de problematização da realidade social devendo este processo ser integrado sempre que possível com a pesquisa e com o próprio ensino.
- Problematização - processo pedagógico desenvolvido por meio de situações problemas, com vistas à elaboração de conhecimentos complexos.
- Contextualização - processo de articulação, diálogo e reflexão entre teoria e prática, incluindo a valorização do conhecimento extraescolar do aluno (práticas sociais e mundo do trabalho).
- Competência- capacidade do docente e do discente de acionar recursos cognitivos, visando resolver situações complexas.
- Interdisciplinaridade e Transversalidade - Processo de intercomunicação entre os saberes e práticas necessários à compreensão da realidade ou

objeto de estudo, sustentando-se na análise crítica e na problematização da realidade. Esta se desenvolve a partir de atividades e/ou aulas com conteúdo afins de diferentes disciplinas que se entrecruzam pelo viés da interdisciplinaridade, desta maneira estas ações se constituem com este enfoque. E na transversalidade pela discussão de temas de Educação Ambiental e Educação Étnica Racial por meio da Pedagogia de Projetos.

- Educação para os Direitos Humanos- com objetivo central na formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural. Baseados princípios de: dignidade humana; igualdade de direitos; reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; laicidade do Estado; democracia na educação; transversalidade, vivência e globalidade; e sustentabilidade socioambiental. Esta última, ocorre como conteúdo específico de disciplinas da matriz e também como disciplina optativa.

1.1.5 Sistemática de atualização de currículos e novas competências

Ainda sobre os currículos nossa instituição possui uma sistemática de atualização curricular, como um dos elementos essenciais de sua política de ensino assim, a elaboração, implantação e desenvolvimento de Projetos Pedagógicos de Curso, são pensados a partir de critérios e padrões de qualidade, considerando as diretrizes curriculares nacionais e demais documentos legais pertinentes, tais como o Catálogo Nacional de Cursos Tecnológico, DCN'S dos cursos Bachareis e também consideramos também as Normativas dos Conselhos e Entidades de Classe. No Grosso modo o processo de atualização curricular da Instituição prediz que os currículos se orientem por intermédio das seguintes premissas:

- Coerência do currículo com os objetivos do curso;
- Coerência do currículo com o perfil do egresso;
- Coerência do currículo face às Diretrizes Curriculares Nacionais e o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia;
- Adequação da metodologia de ensino à fundamentação teórico-metodológica do curso;
- Inter-relação e integração entre as disciplinas;
- Dimensionamento correto e de acordo com a natureza dos conteúdos da carga horária teórico-prático dos componentes curriculares;
- Adequação e atualização das ementas e programas das disciplinas;
- Adequação, atualização e relevância da bibliografia;
- Currículos baseado na prática interdisciplinar e transversal;

- As necessidades do mundo do trabalho e as emergências do mercado de trabalho;
- A realidade local/nacional e global.

Na construção dos projetos pedagógicos adota-se uma concepção que prioriza não só os conteúdos universais, mas também o desenvolvimento de competências e habilidades, na busca do aperfeiçoamento da formação cultural, técnica e científica do alunado. Os projetos pedagógicos dos cursos devem estar sintonizados com os novos paradigmas da educação e da sociedade, garantindo uma formação global e crítica aos envolvidos no processo, como forma de capacitá-los, para o exercício da cidadania, bem como para se tornarem sujeitos de transformação da realidade, apresentando respostas aos grandes problemas da atualidade.

Assim seguimos a orientação de que mais que a aquisição pura e simples de conhecimento pronto, o currículo deve estar voltado para o desenvolvimento de competências no sentido da orientação do ensino para a formação de competências. Cabe destacar que os conteúdos são considerados em seu aspecto tridimensional, ou seja, na sua face conceitual, atitudinal e procedimental. É claro que nos passa despercebido que tal divisão só é possível do ponto de vista didático, mas nos cabe ressaltar que compreendemos que ao tempo que um conteúdo é um todo unificado, a complexidade atribuída aos mesmos faz crê que devemos observar em que momento uma dimensão de um conteúdo ressalta e exige do professor uma abordagem metodológica distinta.

Assim um conteúdo de natureza procedimental, que enseja um saber fazer, deve conter uma articulação entre uma atitude e um conceito, sem o que, um procedimento adquire uma faceta mecânica de simples reprodução do que já é feito, retirando assim a possibilidade de invenção ou de reinvenção de um saber fazer. Do mesmo modo um conceito sem um contexto que permita ao aluno localizar a aplicação do mesmo, torna-se um conteúdo desprovido de sentido e de significado. E por fim, a aprendizagem de um conceito e suas possíveis aplicações, a realização de uma prática, sua reelaboração e reinvenção deve pressupor que o aluno adquira um conjunto de atitudes compatíveis com a sua inserção social, compromisso cidadão, aliado ao desenvolvimento pessoal e profissional.

Além do princípio da competência, conforme apontam as diretrizes curriculares nacionais, entende-se que o processo educacional deve estar centrado nos conteúdos relevantes para a formação do cidadão, respeitadas as especificidades das diferentes disciplinas e o acadêmico deverá ser avaliado na mesma direção, ou seja, no sentido de aferir o desenvolvimento de competências e habilidades, por meio da aprendizagem significativa daqueles conteúdos previstos.

Para além dessa dimensão, se entende que o desenvolvimento metodológico dos conteúdos requer estratégias que mobilizem e desenvolvam várias competências cognitivas básicas, como a observação, compreensão, argumentação, organização, análise, síntese, comunicação de ideias, planejamento, memorização etc. Ao selecionar os conteúdos, os professores trabalham conforme suas visões de mundo, suas ideias, suas práticas, suas representações sociais, pois se toda prática educativa apresenta determinado conteúdo, a questão maior é saber quem escolhe os conteúdos, a favor de quem e de como proporá o trabalho sobre estes aos seus estudantes, para fazer a seleção de conteúdo de maneira coerente ao que preconiza estará o seu ensino e, para tanto, nas suas disciplinas os docentes irão:

- Tomar como referência a prática profissional, analisar criticamente as formas de seleção e organização dos objetivos e conteúdo, assim como o seu significado no processo de ensino, identificando qual a concepção de homem, mundo e educação que estão orientando essa prática;
- Discutir a importância da determinação dos objetivos como elementos que orientam o processo, envolvendo a seleção de conteúdo, procedimentos, avaliação, e definindo o tipo de relação pedagógica a ser estabelecida;
- Considerar que o conteúdo só adquire significado quando se constitui em um instrumental teórico-prático para a compreensão da realidade do aluno, tendo em vista a sua transformação;
- Interligar a formação baseada em competências com os princípios do ensino da FAMETRO e as necessidades do mercado.

No que compete os parâmetros para seleção de conteúdos e elaboração de currículos nos Projetos Pedagógicos de Curso, a FAMETRO considera que a seleção de conteúdo é o resultado de um universo maior de conhecimentos e saberes conforme o objetivo que se tenha de educação. Para formar um ser humano crítico e participativo na sociedade é necessário selecionar conhecimentos diferentes daqueles que são tradicionalmente escolhidos, priorizando assim a criticidade. Os Conteúdos são ainda considerados em seus aspectos cognitivos e técnicos, ou seja, como já apontamos, tomando como perspectiva a sua característica conceitual, procedimental, e atitudinal, estabelecidas nas diretrizes curriculares pertinentes.

A definição dos conteúdos para elaboração dos currículos a serem desenvolvidos nos diferentes cursos, deve ter em perspectiva:

- I. A análise da realidade e o foco nos aspectos da inserção regional da Instituição;
- II. As dimensões:
 - Sócio antropológica, que considera os diferentes aspectos da realidade social em que o currículo será aplicado. Visam despertar no aluno a consciência para os problemas brasileiros e mundiais, de modo que possa capacitá-los a exercer uma profissão na sociedade com respostas

conscientes e livres para a construção de um mundo onde todos tenham oportunidades iguais, onde todos participem na produção consciente do espaço, exercendo a cidadania e, conseqüentemente, a democracia plena;

- Psicológica, que se volta para o desenvolvimento cognitivo do aluno;
- Epistemológica, que se fixa nas características próprias das diversas áreas do saber tratadas pelo currículo;
- Orientada para o desenvolvimento de competências, os conteúdos a ser ensinados devem estar orientados para a construção das competências e habilidades que estruturam o perfil do egresso de cada curso.

Nesta perspectiva os Currículos serão ajustados trienalmente considerando o resultado da avaliação interna e externa dos cursos, o resultado do ciclo avaliativo de Avaliações externas, ou sempre que a legislação concernente tiver alteração. São propostas de ações acadêmicas administrativas para a sistemática de atualização curricular são:

- Manter em pleno funcionamento com reuniões periódicas os Núcleos Docentes Estruturantes dos Cursos para acompanhamento e avaliação contínua dos projetos pedagógicos dos cursos, assumindo lugar de protagonista nesse processo conforme determina a Resolução CONAES Nº 01, de 17 de junho de 2010.
- Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso; Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação são as suas principais funções.

No processo de atualização curricular é fundamental a participação dos Colegiados na aprovação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos que são por excelência o espaço de discussão próprio das questões pedagógicas e acadêmicas afetas aos currículos.

Assim, os Currículos serão atualizados em periodicidade trienal, ou quando, alguma alteração de fundo e relevante se fizer necessária, advinda de uma determinação legal, normativa ou ainda por algum novo conteúdo surgido. Estas discussões, orientações e deliberações serão registradas em atas de reunião as quais servirão de documento e registro das alterações pretendidas, estas, por sua vez, doravante propostas pelos Núcleos Docentes Estruturantes dos cursos, e aprovadas em colegiado de curso devem primar por assegurar a qualidade dos currículos e conseqüentemente do ensino na Instituição e garantir o atendimento às diretrizes

pedagógicas estabelecidas, as seguintes atividades são desenvolvidas.

Destaca-se no processo de construção dos Projetos Pedagógicos de Cursos de Graduação, a participação fundamental do Núcleo Docente Estruturante, com a orientação de realização das seguintes ações:

- A revisão contínua dos currículos;
- A atualização de programas ementas, bibliografias e planos de ensino, trienalmente, com a elaboração de Relatório de Estudo
- A Adequação do Perfil docente ao componente curricular, considerando o critério de sinergia entre a formação, a produção acadêmica, a experiência profissional fora do magistério e a experiência profissional como docente, com elaboração de Relatório de Estudo;
- A revisão dos projetos pedagógicos dos cursos trienalmente;
- A auto avaliação visando ao aperfeiçoamento do trabalho desenvolvido.
- Promover a participação dos docentes na elaboração dos projetos pedagógicos é condição primordial para a FAMETRO , uma vez que estará proporcionando a integração das equipes; efetivando a responsabilidade e o envolvimento de todos na consecução dos objetivos propostos; e caracterizando tanto o próprio projeto como as ações e metas neles contidas como parâmetro para o direcionamento de todas as atividades, como também para as necessárias avaliações dos respectivos cursos.

Elaborar os projetos pedagógicos dos cursos prevendo a articulação das atividades acadêmicas da Instituição, direcionando objetivos e metas destinadas a promover o desenvolvimento integral do aluno, de maneira a conter núcleos interdisciplinares e transdisciplinares e de Educação para os Direitos Humanos predispostos à flexibilização e integração, tendo o Núcleo Docente Estruturante, um papel fundamental nesse processo.

- Projetar ações de ensino e extensão em estreita correlação com o ensino, para fortalecimento dos currículos de graduação, articulando programas, integrando professores e alunos e proporcionando dessa forma, o ambiente condutor e desafiador para o desenvolvimento dos conhecimentos e das habilidades, direcionando a qualidade das formações.
- Realizar ações de formação para melhoria dos processos pedagógicos, por meio do Núcleo de Apoio Pedagógico e Experiência Docente.

Por fim, a Política de Ensino da FAMETRO pretende realizar os seguintes objetivos:

Objetivo Geral

Promover a construção de relações de ensino/aprendizagem em sala de aula e demais espaços educativos com qualidade socialmente referenciada em índices de avaliações externas e internas, focadas no desenvolvimento de competências expressas no perfil do egresso estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação e no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, na modalidade presencial e a distância, a partir da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Objetivos Específicos

- Elaborar e desenvolver Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos de Graduação, consonantes com as necessidades formativas e do mundo do trabalho para o alcance dos objetivos e da missão institucional, articulados com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação;
- Melhorar continuamente os resultados institucionais no que compete as políticas acadêmicas;
- Ampliar a oferta nos cursos da COARI , democratizando o acesso ao ensino superior, por meio da ampliação de vagas e oferta de cursos nos bairros da região.

Outro aspecto que a política de ensino da instituição estimula é o desenvolvimento e a utilização de material didático-pedagógico produzido a partir das necessidades de formação dos estudantes, neste caso consideramos como material didático pode ser definido como instrumento e produto pedagógico utilizado em sala de aula, especificamente como material instrucional que se elabora com finalidade didática. Ou seja, o material didático tem a estrita finalidade de ensinar, fortalecendo o ensino.

De natureza diversa, os materiais didáticos podem ser físicos ou virtuais e, podem se constituir em um número significativo de tipos e modelos. Considerando a complexidade e amplitude deste conceito, serão considerados materiais didáticos na Instituição, em forma impressa e virtual em processo de elaboração:

- Cadernos de Textos
- Cadernos de Exercícios
- Blogs e sites interativos
- Livros
- Manuais
- Revistas Científicas-

O desenvolvimento de material didático-pedagógico é muito importante para a

análise e seleção dos conteúdos a serem desenvolvidos dentro dos componentes curriculares, e essa é uma atividade que envolve dedicação do corpo docente e da equipe de apoio técnico da Instituição. A FAMETRO , compreende que o desenvolvimento do material didático deve ter critérios estruturados para que os projetos pedagógicos atendam aos requisitos de formação exigidos pelas respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais e no Catálogo Nacional de Cursos Tecnológicos, e que também possam expressar o pensamento da Instituição quanto, à cultura, à ciência e à formação profissional cidadã.

A elaboração de materiais didático-pedagógicos exige uma concepção interdisciplinar, capaz de garantir ao mesmo tempo abrangência, atualização e fundamentação, reunindo conhecimento científico (clássico e contemporâneo) e também valorizar a experiência docente (magistério e profissional). Como perspectiva de atendimento à dinâmica do processo de ensino-aprendizagem, o desenvolvimento de materiais didáticos tem o foco na interdisciplinaridade, na aquisição de competências, habilidades e atitudes profissionais condizentes com as expectativas da sociedade e do mercado de trabalho, balizadas pela proposta curricular do curso.

São diretrizes para o desenvolvimento de material didático-pedagógico da FAMETRO :

- Elaboração de referenciais de conhecimentos fundamentais para a compreensão crítica dos problemas e para a intervenção no contexto social, político e cultural a que se referem;
- Desenvolvimento de materiais didáticos pelos autores, a interdisciplinaridade que deve ser alcançada na apresentação de problemas reais enfrentados pelos alunos em seu cotidiano e no desenvolvimento do seu processo de trabalho;
- Fornecer conteúdos mínimos que possibilite a organização do conhecimento prévio trazido pelo aluno, indicar referências e, principalmente, estimular o próprio aluno a buscar novos conteúdos;

Propor ferramentas e informações necessárias à pesquisa qualificada de novos conteúdos, a partir das necessidades reais do aluno; Facilitar a aquisição das competências técnicas específicas, como, também, estimular o desenvolvimento de competências necessárias ao trabalho em equipe, à atitude de liderança e à ética profissional;

- Construir um material que amplie a visão do aluno, que permita o aprofundamento dos assuntos principais, fornecendo sempre uma vasta bibliografia de apoio, sugestões de sites para navegação, textos para complementação dos assuntos abordados etc.;
- Estruturar o material de forma clara, que propicie fácil manuseio e identificação de cada uma de suas partes/elementos;
- Prever a inclusão, no material didático, de seções especiais, como, por

exemplo, de questões para reflexão, de dicas, de glossário etc., que se constituem recursos para maior interação do aluno com o material; para dialogar com o texto; e, ainda, para facilitar a navegação (em caso de material virtual) e articulação dos conteúdos. Estas seções, definidas principalmente em função dos objetivos e conteúdo do curso e do público a que ele se destina, devem ser apresentadas de modo a serem claramente identificadas/percebidas pelo aluno quanto ao que elas propõem, devendo estar em perfeita harmonia com o conteúdo e a estrutura do material;

- Observação quanto à linguagem utilizada, privilegiando sempre a linguagem clara, objetiva e coloquial, adequada às características dos alunos, principalmente quanto a sua escolaridade, idade e interesses.

Em relação à estrutura de um material didático indicamos que deve conter:

- Sumário: o geral, abrangendo os grandes itens contemplados no material;
- Apresentação e/ou Introdução: traz considerações gerais dos autores; objetivos do material/curso, importância dos temas tratados, contexto em que a publicação se situa; agradecimentos (se for o caso);
- Unidades de Aprendizagem: cada unidade pode ter uma página especial de abertura (opcional), que traria, no mínimo, os seguintes elementos: título da unidade, seu respectivo número e os títulos dos subitens que ela compreende;
- Mapa Referencial da Unidade – vem logo após a página de abertura da unidade (caso exista), trazendo informações sobre os grandes blocos temáticos da unidade e os principais assuntos tratados em cada um deles. O desenvolvimento da Unidade propriamente dito, com as atividades ao longo e outras ao final, que necessariamente serão enviadas ao tutor para correção e aferição de nota/conceito.
- Referências bibliográficas: podem ser apresentadas para o material como um todo e, nesse caso, devem vir ao final de todos os textos e antes dos anexos; também podem ser específicas para cada Unidade de Aprendizagem do curso, sendo apresentadas ao final delas. Anexos: ainda em relação à estrutura do material didático, é necessário lembrar que existem critérios editoriais pré-definidos para os elementos que deverão compor as capas e as páginas iniciais do material, que antecedem o sumário.

Em relação ao formato, indicamos que em se tratando de um material didático impresso, o seu formato está diretamente relacionado ao seu feitio, às suas dimensões (largura e altura) expressas em centímetros. O formato é geralmente definido pelos autores em conjunto com o designer, não só em função da estética, mas,

principalmente, do objetivo do material, do conteúdo que será veiculado, do público-alvo do curso e da economia de papel, tendo em vista o tipo de corte que será efetuado. São exemplos de formato de material didático impresso:

- Formato A4 – bastante usual, com dimensões de 21 x 29,7cm;
- Formato oblongo – aquele em que a largura da página é maior que a altura;
- Formato almaço – com dimensões de 33 x 44cm, peculiar ao papel almaço, e que, dobrado ao meio, produz o formato ofício;
- Formato tablóide – correspondente à metade do formato corrente de um jornal.

Em relação as fontes, parágrafo e entrelinhas: embora o projeto gráfico de um material didático impresso defina a fonte, o parágrafo e o entrelinhamento que serão adotados nos textos, nos títulos, nas legendas das figuras, nas notas de rodapé etc., é recomendável que o original entregue à empresa encarregada da produção gráfica seja digitalizado segundo alguns critérios, visando normalizar e, assim, facilitar a transposição do texto para o programa de edição apropriado. Dentre os critérios para a digitalização dos originais do material didático, em sua forma final, ressaltamos alguns mais relevantes:

- Editor de texto – Word
- Fonte – Times New Roman, corpo 11
- Parágrafo – justificado
- Entrelinhas – 1,5
- Caixa alta e baixa (Cab) – usar em todo o material, ou seja, nos textos, títulos,
- Legendas de figuras etc.

Com o objetivo de estimular os autores a fazerem uma autoavaliação do material didático produzido, nas suas diferentes etapas de elaboração, sugerimos algumas questões para problematização, são elas:

- Os conteúdos estão dando suporte ao desenvolvimento das competências identificadas;
- A linguagem está clara, compreensível, propiciando entendimentos e reflexões;
As estratégias pedagógicas propostas (atividades, questões para reflexão, uso de imagens, casos etc.) possibilitam que o aluno realize uma atividade consciente, reflexiva e crítica;
- O material permite partir do contexto do aluno, de suas experiências e vivências para que, a partir delas, ele possa construir o seu próprio conhecimento;
- As atividades de avaliação estão contemplando todo o percurso do processo educativo.

1.1.6 Política de Pesquisa

A Política de pesquisa da FAMETRO visa o processo de formação científica, tecnológica, artística e cultural na geração de conhecimentos entre a faculdade e a comunidade externa articulando ensino, pesquisa, extensão e responsabilidade social institucional por meio dos programas e projetos baseada nas DIRETRIZES. A Política de Pesquisa e Iniciação Científica da FAMETRO , no nível da graduação e da pós-graduação, com vistas à inovação tecnológica, científica, artístico e cultural, se baseiam nas seguintes diretrizes:

- Indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão - visando a responsabilidade social;
- Interação dialógica - por meio do desenvolvimento de relações entre a faculdade e;
- Setores sociais em uma troca de saberes para superação de desigualdades e exclusão;
- Transformação social - estando voltada aos interesses e necessidades das comunidades e para a implementação do desenvolvimento regional e de políticas públicas;
- Pesquisa como processo educativo - na formação de pessoas e de geração de conhecimento baseado na flexibilização da formação discente para uma formação cidadã em que o discente se reconhece agente da garantia de direitos e deveres e ao mesmo tempo técnica onde o aluno obtém competências necessárias e atuação profissional.

1.1.7 Programas de Pesquisa

a) PAPREV

É um programa que visa estimular a produção acadêmica e divulgação de resultados das pesquisas dos projetos de iniciação científica de docentes e discentes da FAMETRO . Os docentes que forem participar de apresentação de eventos dessa natureza, receberão uma ajuda de custo por titulação, mediante o atendimento dos seguintes critérios:

- Submissão e aprovação do projeto de pesquisa ou de inscrição em evento científico, tecnológico, artístico ou cultural contemplando as linhas de pesquisa da FAMETRO ou eventos relacionados às áreas de formação do PAPEERI conforme edital da coordenação de pesquisa;
- Entrega de relatório com comprovação de participação em anexo;
- Deferimento da direção em Comunicação Interna C.I da Coordenação de Pesquisa de solicitando a inclusão da ajuda de custo no contracheque do docente;
- Parecer analisado pelo setor jurídico para aprovação e em seguida

encaminhado para o setor de Recursos Humanos da FAMETRO .

O incentivo às publicações científicas, tecnológicas, artísticas e culturais serão estimuladas, com a designação de ajuda de custo, mediante os seguintes critérios:

- Submissão e aprovação da publicação ou de inscrição em evento científico, tecnológico, artístico ou cultural contemplando as linhas de pesquisa ou eventos relacionados às áreas de formação do PAPEERI conforme edital da coordenação de pesquisa;
- Entrega de relatório com comprovação de participação em anexo.

b) PAPEERI

É um programa cujo objetivo é promover a articulação entre o Ensino, Pesquisa, Extensão e Responsabilidade Institucional, para a promoção de práticas de ensino, pesquisa, extensão e responsabilidade social na perspectiva da transversalidade. Trata-se de um projeto em que existe a inter-relação entre ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social de será realizado por docentes com titulação de mestres e doutores.

c) PROMICT

Este programa institucional de Iniciação Científica e Tecnológica visa a promoção da indissociabilidade em que se assenta a universidade e as instituições de ensino superior. Para o PROMICT, a FAMETRO publica edital semestralmente para projetos de IC e de IT, com recursos próprios originados do setor de Extensão - cursos livres da Extensão, para bolsa para os discentes, e forma de desconto no valor de 15% da mensalidade de seu curso. Os projetos terão duração de 01 ano, podendo ser estendido por mais 01 ano. Dentro do PROMICT, tem-se o convênio da FAMETRO com o Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq, em que são disponibilizadas 04 bolsas de PIBIT e 02 bolsas de PIBIC.

Para o discente, que desenvolve projetos de IC ou IT com duração de 12 meses, renovável por mais 12 meses de acordo com a necessidade e justificativa do projeto com acompanhamento do orientador (com nível de doutorado e coorientador com nível de mestrado), recebe bolsas do CNPq.

d) PIBIC

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

e) PIBITI

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

1.1.8 Ações acadêmico administrativas para a pesquisa, iniciação científica, inovação tecnológica

As ações previstas para a Pesquisa, Iniciação Científica e Iniciação Tecnológica são:

- Apoio financeiro a discentes e docentes para participação em eventos científicos promovidos por outras instituições ou organizações;
- Apoio financeiro a docentes para publicação de livros e produção de materiais didático pedagógicos;
- Realização do Congresso Científico, aberto a participação da comunidade acadêmica interna e externa, sobre temas emergentes;
- Eventos culturais e artísticos, geridos pela Coordenação de Extensão;
- Realização de Seminário de Iniciação Científica, por meio dos quais os alunos possam divulgar seus trabalhos científicos em anais;
- Portal de Periódicos onde teremos revistas: para a publicação de artigos de docentes e discentes;
- Apoio aos Grupos de Pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica - GPEDI que contribuam para promoção da melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento regional.
- Iniciação científica: Objetivando contribuir para a formação na área de pesquisa, oferecendo programa de iniciação científica com bolsas concedidas mediante a apresentação de projetos de pesquisa orientados por professores da área; (Cf. o manual de pesquisa).

O curso estimula a iniciação científica por meio de:

- Incentivar pesquisadores produtivos a envolverem os alunos de graduação no processo acadêmico, otimizando a capacidade de orientação à pesquisa da instituição;
- Despertar vocação científica e incentivar talentos potenciais entre os alunos mediante suas participações em projetos de pesquisa;
- Aprimorar o processo de formação dos alunos visando sua qualificação profissional para o setor produtivo e empreendedor;
- O estímulo à formação de estudantes do ensino superior ao desenvolvimento e transferência de novas tecnologias e informação;

- Os professores e os alunos dos cursos de graduação vistos como agentes vitais das atividades de Iniciação Científica;
- As atividades de Iniciação Científica desenvolvidas sob a orientação ampla de incentivar o envolvimento de alunos e professores de graduação nas atividades de pesquisa também de natureza extracurricular.

Neste processo a Coordenação de Pesquisa e Inovação é responsável pelo suporte ao desenvolvimento e estímulo de atividades de pesquisa e inovação da FAMETRO tendo como objetivo regulamentar a pesquisa institucional e estabelecer definições, critérios de avaliação e instrumentos de apoio à pesquisa. Desta maneira, busca-se promover a pesquisa científica produzida pelo seu corpo acadêmico, baseado no saber local relevante a formação de uma sociedade sustentável com respeito aos princípios éticos e aprimoramento dos processos de ensino, aprendizagem e inovação.

1.1.9 Política de Extensão e Responsabilidade Social

A Extensão da FAMETRO é definida como “prática acadêmica que interliga a Universidade nas suas atividades de ensino e pesquisa com as demandas da população”. Isso sugere que a formação profissional só será completa com a aplicação do produto da aprendizagem na sociedade e permite supor que a extensão da FAMETRO é fundamental para diminuir as desigualdades sociais existentes, por ser uma associação de processo educativo com as ações culturais e científicas aplicadas à realidade encontrada.

A Política de Extensão da FAMETRO visa o processo de formação de pessoas e serviços na geração de conhecimentos entre a faculdade e a comunidade externa articulando ensino, pesquisa, extensão e responsabilidade social institucional por meio dos programas, projetos, cursos, eventos, visitas técnicas e prestação de serviços extensionistas baseada nas diretrizes:

- A indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, visando à responsabilidade social;
A interação dialógica por meio do desenvolvimento de relações entre a faculdade setores sociais em uma troca de saberes para superação de desigualdades e exclusão;
- A busca pela transformação social, estando voltada aos interesses e necessidades da comunidade e para a implementação do desenvolvimento regional e de políticas públicas;
- Extensão como processo educativo na formação de pessoas e de geração de conhecimento baseado na flexibilização da formação discente para uma formação cidadã em que o discente se reconhece agente da garantia de

direitos e deveres e ao mesmo tempo técnica onde o aluno obtém competências necessárias e atuação profissional;

- Extensão como componente curricular e processo interdisciplinar;
- Extensão como processo solidário.

Assume-se como referência para o desenvolvimento das ações de Extensão as seguintes áreas temáticas:



Figura 24 - Áreas temáticas

As Linhas de Extensão possibilitam o desenvolvimento de ações de extensão nas diversas modalidades – programas, projetos, prestação de serviços, realização de cursos e eventos – voltadas para a discussão, planejamento, implementação e avaliação visando a formação, capacitação e qualificação de pessoas que atuam na área e a produção e divulgação de informações, (conhecimentos e material didático na área).

Desse modo, cada ação estará vinculada a uma linha de extensão e no caso do Curso Superior de Bacharel em Direito, os Projetos de Extensão estarão vinculados a área abaixo relacionada, o que conforme PDI da Faculdade Fametro assim apresenta identificada:

Quadro 3 - Projetos de Extensão.

<p>Grupo de Pesquisa, Extensão, Iniciação Científica e Inovação Tecnológica.</p>	<p>LINHAS DE PESQUISA</p>
<p>Educação e Desafios Amazônicos</p>	<p>Educação, Interdisciplinaridade e Ações Inovadoras; Educação, Cidadania e Direitos Humanos; Cultura e Meio Ambiente na Amazônia</p>

Grupo de Pesquisa, Extensão, Iniciação Científica e Inovação Tecnológica	LINHAS DE PESQUISA
Saúde, Qualidade de Vida e Desafios Amazônicos	Saúde mental e Expressão Cultural; Serviço de saúde humanizado, Políticas públicas e inclusão; Saúde, prevenção, qualidade de vida e abordagem multidisciplinar.
Grupo de Pesquisa, Extensão, Iniciação Científica e Inovação Tecnológica	LINHAS DE PESQUISA
Gestão, Comunicação Direito na Amazônia	Empreendedorismo e Cidadania para o Desenvolvimento Regional na Amazônia; Logística no Contexto amazônico;
Direito na Amazônia	Direitos Humanos e Estado Democrático de Direito. Direito Ambiental e Populações Tradicionais Direito Transnacional e fronteiras

Conforme quadro acima, a linha de pesquisa do Curso de Direito está inserida no Grupo de Pesquisa 3 que trata de Gestão, Comunicação e Direito na Amazônia e poderá desenvolver as atividades de Extensão em comunidade e espaços públicos ou coletivos, nos seguintes formatos:

1.1.10 A indissociabilidade entre as Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão.

O princípio da indissociabilidade perpassa duas relações:

- Relação ensino/extensão, pela qual se torna viável a democratização do saber acadêmico, propiciando que esse saber retorne à FAMETRO reelaborado e enriquecido;
- Relação pesquisa/extensão, através da qual ocorre uma produção do conhecimento capaz de contribuir positivamente para a alterações significativas das relações sociais.

Tais relações integram-se organicamente à formação acadêmica, permitindo que alunos e professores interajam como sujeitos do ato de aprender, de forma que a extensão se transforma dialeticamente num instrumento capaz de articular teoria e prática, dando suporte às mudanças necessárias ao processo pedagógico.

a) Caráter interdisciplinar das ações extensionistas.

A extensão é um dos espaços que propiciam a realização de atividades

acadêmicas, possibilitando a interlocução entre as áreas distintas do conhecimento e o desenvolvimento de ações interprofissionais e interinstitucionais. Na medida em que investe numa nova forma do fazer científico, a extensão articula e integra conhecimentos, constituindo-se como um dos profícuos caminhos para reverter a tendência de departamentalização do conhecimento sobre a realidade, revelando o compromisso social da FAMETRO na busca de solução dos problemas mais urgentes da maioria da população.

A extensão constitui-se assim em canal privilegiado para que a missão social das Instituições de Ensino Superior seja cumprida, visto que, em sendo a Instituição um espaço aberto às discussões que contribuem para a formação técnica, para o exercício da cidadania e para a superação das formas de exclusão, ratifica-se que as ações de extensão devem ser desenvolvidas em direção à autonomia das comunidades, evitando-se qualquer forma de dependência, assistencialismo ou paternalismo, compreendendo o:

- Reconhecimento dos saberes tradicionais e da grande relevância das suas interações com o saber acadêmico.
- As interações entre os saberes tradicionais e o saber acadêmico potencializam a produção do conhecimento, estendendo-a, orgânica e continuamente, à recíproca decodificação e sistematização dos resultados alcançados.
- Incentivo ao debate permanente em torno da realidade regional propiciando a implementação de ações correspondentes às demandas das populações locais.

Observa-se que a Extensão possibilita, ainda, o confronto com a realidade e a efetiva participação das comunidades tradicionais em face da atuação institucional. Ou seja, ao articular o ensino e a pesquisa de forma indissociável, a extensão viabiliza uma relação transformadora no seio da sociedade. Desta maneira, o espaço das ações extensionistas oportuniza possibilidades ímpares de reflexão acerca da realidade sócio-ambiental da região, debruçando-se sobre questões que afligem as comunidades atendidas. Possibilita, ainda, a construção de alianças e parcerias em defesa dessas populações, contribuindo para o seu fortalecimento enquanto sujeitos de direitos.

1.1.11 Programas de Extensão

A política de extensão da FAMETRO se operacionaliza por meio dos seguintes programas:

- PAPEERI – Programa de Articulação Ensino Pesquisa, Extensão e Responsabilidade Social;
- PAPREV – Programa de Apoio a Participação e Realização de Eventos

Internos e Externos e à produção Discente e Docente e da Publicação das revistas científicas da FAMETRO ;

- PEFC – Programa de Educação e Formação Continuada de docentes, discentes e técnicos administrativos.

a) Projetos de extensão

Poderão ser encaminhados à coordenação de extensão da FAMETRO , propostas de ações de extensão nas modalidades descritas neste Guia de Orientação, em conformidade com as áreas de conhecimento, áreas temáticas e linhas de extensão. Além desses quesitos, cada proponente deverá embasar sua decisão de encaminhamento nos seguintes aspectos:

- Coerência com a missão e valores institucionais;
- Relevância acadêmica, manifestando relação de compromisso com as áreas constantes no projeto pedagógico do curso, bem como aos eixos temáticos de cada disciplina que compõem o currículo, contribuindo para estreitar a relação teoria/prática;
- Relevância social, assegurando ações comprometidas com as expectativas sociais, com o desenvolvimento local e regional e com a consolidação das diferentes manifestações culturais;
- Viabilidade econômica, sendo autossustentáveis ou com custos compatíveis com a disponibilidade de recursos da instituição e, quando possível, gerando receitas através da prestação de serviços;
- Caráter globalizante sistemático (continuidade temporal);
- Articulação com as linhas de pesquisa da graduação e pós-graduação;
- Previsão de parcerias internas e externas de mecanismos de colaboração interinstitucional que assegurem a efetividade das ações, sendo que as parcerias externas devem ser formalizadas através de contrato de risco para ambas as partes;
- Caráter interdisciplinar e/ ou multidisciplinar;
- Relação entre a formação acadêmico-profissional do proponente da ação de extensão e a natureza/área de conhecimento da atividade proposta.

b) Tramitação das Propostas de Extensão

Para efeito de controle interno, as ações de Extensão poderão assumir as seguintes situações:

- Em tramitação (TR);
- Não iniciado (NI);

- Em andamento (AN);
- Interrompido temporariamente (IT);
- Interrompido definitivamente (ID);
- Encerrado (EN);
- Concluído (CO);
- Cancelado (CA).

1.1.12 Política Ambiental

A Educação Ambiental, é uma temática constantemente presente no mundo, e tem um foco diferenciado na região amazônica, o Amazonas tem uma das maiores diversidades ambiental, fauna e flora, as transformações geológicas e climáticas permitem a evolução das espécie vegetais e animais, por essas transformações há uma riquíssima biodiversidade na floresta Amazônica.

A Faculdade Fametro corresponsável pelo compromisso de valorização do meio ambiente e em cumprimento da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, e ao Decreto nº 4.281, de junho de 2002, a qual institui Políticas nacionais de Educação Ambiental, oferece especialmente em seus aspectos extensionistas em suas matrizes curriculares, a constante discussão e ações sobre a temática.

A Política Ambiental da Faculdade Fametro, em consonância também com as diretrizes da Política Nacional de Meio Ambiente (BRASIL, 1981), está orientada no disposto no Artigo 225 da Constituição Federal de 1988, segundo o qual todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

Desta forma, em seu enfoque interdisciplinar, eventos voltados para o tema, buscará a garantia de interdisciplinaridade e a transversalidade, a educação ambiental se apresenta como objetivo transversal nos cursos da Faculdade Fametro e é cerne de conteúdos em diversas disciplinas nos cursos de graduação presencial e EAD, bem como na pós-graduação, de acordo como apresentado nos Projetos Pedagógicos de cada Curso.

Destaca-se, ainda, no escopo das atividades de Extensão, o Programa de Responsabilidade Socioambiental, que objetiva incentivar o desenvolvimento de ações que favoreçam a aproximação com a comunidade, por meio de projetos de responsabilidade social, focalizando a sustentabilidade e a gestão ambiental consciente, buscando parcerias e integração com outras instituições do setor público e ou privado.

Nessa perspectiva, a Política Ambiental da Faculdade Fametro e seus diferentes setores e segmentos acadêmicos, quais sejam discentes, docentes e técnicos administrativos, tem por objetivo a conservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental, necessária à sadia qualidade de vida, visando assegurar condições para o crescimento e desenvolvimento socioeconômico e cultural na

Região Amazônica, numa perspectiva ética, humanista e preocupada com as questões ambientais atendidas.

Quadro 4 - Ações de valorização do meio ambiente.

META	AÇÕES
Promover continuamente ações educativas no que se refere ao meio ambiente, a memória cultural, à produção artística e ao patrimônio cultural com articulação do ensino, da pesquisa e da extensão.	São realizadas ações que promovam a diversidade étnica e cultural da Amazônia, por meio de cursos, projetos de extensão e conteúdo de ensino que promovam conhecimento dos aspectos peculiares da cultura local.
	São trabalhadas de maneira transversal a partir da pedagogia de projetos nos cursos de graduação a temática ambiental e de relações étnico culturais em todos os cursos de graduação.
	São promovidos eventos no espaço institucional com atividades que promovam cultura, diversidade e meio ambiente.
	São instituídas nas matrizes curriculares a disciplina Educação para os Direitos Humanos com foco na tolerância, no respeito as diferenças sociais, raciais e Étnicas.

1.1.13 Política de Direitos Humanos

A Faculdade Fametro tem a preocupação em garantir a acessibilidade atitudinal, física e pedagógica. Entender os aspectos dessa acessibilidade é compreender também que envolvem a diversidade, a diversidade na educação é muito importante a ser considerada, para que o ambiente escolar seja inclusivo e respeite as individualidades, abrindo espaços aos diversos aspectos culturais existentes em nossa sociedade.

Assim a FAMETRO visa valorizar aspectos como a diversidade, a igualdade étnico-racial e a inclusão todos esses fatores em busca de promover os direitos humanos. Desta forma em cumprimento da Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, à Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004, e à Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003, referente à Educação das Relações étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, no âmbito do ensino de graduação, em disciplinas como Metodologia do Trabalho Científico, Sociologia e Antropologia, Filosofia e Ética Jurídica, Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS), Direitos Humanos e perpassando por todas as disciplinas do curso, essa temática é abordada a partir do exame de textos que possibilitam reflexão e debate sobre o assunto. Ainda, no âmbito da extensão universitária, são realizados eventos voltados para a cidadania e debates específicos.

A preocupação com a questão dos Direitos Humanos é inerente à filosofia da Instituição, sendo parte integrante da sua Visão e Missão. Deste modo, as Diretrizes Nacionais para a educação em Direitos Humanos,

conforme disposto no Parecer CNE/CP nº 8 de 2012, é traduzido e incorporado aos Projetos Pedagógicos dos cursos, devem garantir nos objetivos dos cursos de graduação de modo transversal, por meio de disciplinas, conteúdos e e/ou eixos temáticos, ações acadêmicas, que possibilitam o aprofundamento e a reflexão, acerca dos Direitos Humanos e do respeito à diversidade.

Cabe destacar que as ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial previstas e implantadas pela Faculdade Fametro, compreendem os Direitos Humanos como uma categoria de direitos fundamentais onde o homem, por sua própria natureza humana, pela dignidade que a ela é inerente, não pode deixar de exercê-lo.

Sendo assim, esses direitos não resultam de uma concessão da sociedade Política, pelo contrário, são direitos que a sociedade Política tem o dever de consagrar e garantir. Para tanto no que compete aos sistemas de ensino, estes passam a ter uma responsabilidade de formar para o pleno gozo destes, assumindo a formação para a cidadania como uma tarefa educativa de suma importância.

Admitindo a relação inexorável entre educação e cidadania, desde o ensino primário até o superior, a Faculdade Fametro, procura desenvolver ações educativas para despertar no aluno este anseio em se tornar um ser partícipe das transformações sociais. Assim a educação torna-se o pilar para o desenvolvimento e crescimento do sujeito como cidadão, e com o intuito de formar os egressos desenvolvendo competências e habilidades que promovam em sua atuação profissional atitudes de valorização dos direitos humanos como um todo.

A educação para a cidadania e os programas educacionais voltados para esse fim, pressupõem a crença na tolerância, a marca do bom senso, da razão e da civilidade que faz com que os homens possam se relacionar entre si. Focados no propósito institucional dos direitos humanos a uma preocupação em promover a acessibilidade aos discentes e/ou professores que tenham a necessidade de um acompanhamento especializado e específico, de acordo como orientado pelo Ministério da Educação, “dotar as FAMETRO de condições de acessibilidade é materializar os princípios da inclusão educacional que implicam em assegurar não só o acesso, mas as condições plenas de participação e de aprendizagem” (MEC/INEP, 2013).

Quadro 7 - Ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial.

Meta	Ações
Desenvolve ações de promoção de direitos humanos, no sentido de	Da concessão de bolsas de estudo parciais e ou integral, em programas internos da FAMETRO e programas oficiais de bolsas e financiamento estudantil, assim como aqueles realizados com recursos próprios da FAMETRO

assegurar a adoção por parte da FAMETRO , de ações afirmativas relativas aos direitos humanos e igualdade ético-racial.	Formação em Direitos Humanos para todo a FAMETRO ,incluindo a disciplina Educação para os Direitos Humanos em todas as Matrizes Curriculares dos cursos.
	Desenvolvimento dos Projetos Transversais, por meio da pedagogia de projetos, com a temática étnico-racial em todos os cursos.
	São ofertadas por meio do NAPA ações e campanhas educativas que promovam a acessibilidade e a inclusão social.

1.1.14 Política de Internacionalização e Mobilidade Acadêmica

A disseminação e construção do conhecimento, a partir do ensino, da pesquisa e da extensão formando profissionais com princípios humanísticos e éticos, tendo em vista a responsabilidade social e o desenvolvimento da Amazônia, a partir da implantação do Programa de Internacionalização e Mobilidade Acadêmica, os discentes do curso de Direito tem a sua disposição:

- Programa de Internacionalização e Mobilidade Acadêmica por meio da oferta de bolsa desconto de 70%, para alunos da Faculdade Fametro, no Centro de Idiomas do Grupo;
- Convênio com Universidades estrangeiras para intercâmbio acadêmico com Universidade Évora, University Of Bologna e Universidade de Oviedo.
- Diálogo entre instituições para o constante aprimoramento de nossas práticas pedagógicas, para a cooperação científica e desenvolvimento das capacidades e oportunidades acadêmicas e profissionais de nossos alunos.

1.1.15 Programa de Internacionalização e Mobilidade Acadêmica

A disseminação e construção do conhecimento, a partir do ensino, da pesquisa e da extensão formando profissionais com princípios humanísticos e éticos, tendo em vista a responsabilidade social e o desenvolvimento da Amazônia, a partir da implantação do Programa de Internacionalização e Mobilidade Acadêmica, os discentes do curso de Direito tem a sua disposição:

- Programa de Internacionalização e Mobilidade Acadêmica por meio da oferta de bolsa desconto de 70%, para alunos da Faculdade Fametro, no Centro de Idiomas do Grupo;

- Convênio com Universidades estrangeiras para intercâmbio acadêmico com Universidade Évora, University Of Bologna e Universidade de Oviedo.
- Diálogo entre instituições para o constante aprimoramento de nossas práticas pedagógicas, para a cooperação científica e desenvolvimento das capacidades e oportunidades acadêmicas e profissionais de nossos alunos.

1.1.16 Políticas Institucionais e Ações de Estímulo Relacionadas à Difusão das Produções Acadêmicas: Científica, Didático-Pedagógico, Tecnológica, Artística e Cultural.

As ações de estímulo à difusão das produções acadêmicas consideradas como tais as produções científicas, didático pedagógicas, tecnológicas, artísticas e culturais serão executadas pela Faculdade Fametro, considerando Programa de Estímulo a Difusão do Conhecimento, no qual prevê ações de auxílio financeiro, apoio institucional, patrocínio e subvenções a grupo de pesquisa, a publicação de alunos e professores, a participação de sujeitos da comunidade acadêmica em eventos relevantes em âmbito nacional e internacional.

Este programa de estímulo a difusão do conhecimento contribui para a ampliação do conhecimento produzido no âmbito da ciência, da tecnologia, e das artes pela comunidade acadêmica em geral, buscando por meio da implantação do Programa de Estímulo a Difusão do Conhecimento: criar o Conselho Editorial da Faculdade Fametro; estimular, sobretudo na comunicação universitária, a produção e a circulação de obras de interesse científico, cultural e didático; editar materiais gráficos e não gráficos aprovados pelo Conselho Editorial; publicar material de interesse institucional, além de dar suporte a outras produções originárias de pesquisa, ou obras de relevância artística e cultural; Promover concursos, eventos, reuniões científicas e culturais no âmbito da Faculdade Fametro; construir espaço virtual e repositório para difusão de trabalhos de cunho técnico-científico produzidos no âmbito da FAMETRO e fora dela.

A Iniciação Científica e a promoção de sua publicação vêm compor uma parte importante da construção da aprendizagem do discente. Como parte fundamental de toda a faculdade, que articula o ensino, a pesquisa e a extensão, desenvolver projetos de pesquisa para estudantes de graduação é fundamental para consolidação de um modelo atrativo e funcional e serão aplicados ao curso de Direito.

1.1.17 Políticas de Estímulo à Participação em Eventos

A Faculdade prevê na vigência desde PDI, a implantação do Programa de

apoio a realização de eventos, com o objetivo de apoiar a realização de eventos científicos no Estado do Distrito Federal, sob a responsabilidade de professores e pesquisadores da nossa FAMETRO . O Programa será coordenado pela Coordenação de Pesquisa e Extensão mediante a publicação de um Edital anual interno para a seleção de propostas. O apoio previsto é destinado a pesquisadores e professores dos Cursos da FAMETRO , responsáveis pela organização de eventos científicos, de abrangência local, regional, nacional, ou internacional, a serem realizados no período especificado em edital. O apoio prevê a cobertura de despesas com aquisição de passagens aéreas nacionais, hospedagem, inscrição do evento, material de consumo e pagamento de pró-labore a professores convidados e aos discentes como forma de incentivo à produção científica.

Serão destinados às propostas selecionadas no âmbito da FAMETRO , valores a serem definidos posteriormente, mas que sejam adequados e suficientes para a realização de eventos de médio porte. E a apresentação de proposta deverá seguir rigorosamente as condições descritas por ocasião da publicação dos editais.

Poderão candidatar-se ao auxílio previsto no edital, pesquisadores e professores e coordenadores de curso em nível de graduação e pós-graduação, não sendo apoiados eventos que se configurem como reuniões, eventos profissionais, ou eventos de outranatureza, que não possuam as características de eventos científicos.

A avaliação das propostas será realizada por comissão designada pela Direção Geral, em fases que compreendem. A análise técnica da proposta, observando-se a compatibilidade com as exigências do Edital, bem como a suficiência da documentação apresentada, compreendendo: a abrangência do evento, duração e público estimado e a relevância da Temática do Evento para o Desenvolvimento Científico e Cultural da Região.

1.1.18 Política de Acompanhamento de Egressos

A Faculdade Fametro tem o compromisso com a constante valorização do ser humano por meio da educação superior na Região Amazônica, qualificando mão de obra para organizações públicas, privadas, ONGs e empreendimento próprios. Entretanto, entendemos que nosso compromisso vai além da formação durante a graduação, mas abrange inclusive conhecer informações sobre a inserção do nosso egresso no mercado de trabalho como forma de avaliar a contribuição de nossos cursos para este processo.

Neste contexto, a Instituição optou por adotar uma pesquisa de acompanhamento de egressos dividido em duas etapas: a primeira levantará dados sobre a condição dos alunos no mercado de trabalho ao ingressar na faculdade, e na segunda etapa, levantará dados sobre a condição dos alunos no mercado de trabalho na situação de egresso.

Esse programa tem como objetivo geral o acompanhamento da condição do egresso dos cursos de bacharelado, licenciaturas e tecnológicos da Faculdade Fametro como forma de demonstrar a importância da FAMETRO para a sociedade amazonense na qualificação da mão de obra para o desenvolvimento da região.

Os objetivos específicos do programa estão pautados em:

- Quantificar os egressos dos cursos da Faculdade Fametro que estão atuando no mercado de trabalho na área em que se graduaram;
- Identificar a ascensão profissional do egresso em termos de carreira;
- Identificar a ascensão profissional do egresso em termos de remuneração;
- Avaliar a contribuição do curso para a empregabilidade do egresso.

Tendo ainda como objetivos institucionais e educacionais: proporcionar sólida fundamentação humanística, técnica e científica, orientada à compreensão dos conceitos inerentes a cada profissão, o programa de acompanhamento dos egressos dos respectivos cursos de graduação, licenciaturas e tecnológicos da Faculdade Fametro será relevante uma vez que atenderá as recomendações do Ministério da Educação que recomenda este tipo de acompanhamento como forma de qualificar cada vez mais as faculdades privadas, em termos de percepção do nível de empregabilidade de seus alunos.

Para a Faculdade Fametro, o acompanhamento de egressos, poderá demonstrar o nível de adequação da formação de nossos alunos com as exigências do mundo do trabalho. Além disso, esses dados retornam como fator de análise e alterações curriculares de maneira a tornarsempre melhor e mais apto o nosso egresso.

Já para os próprios acadêmicos, serão beneficiados por meio de informações coletadas, a nossa instituição poderá oferecer outras modalidades de formação subsequente, mantendo um fluxo contínuo e progressivo de formação acadêmica, desta maneira a Faculdade Fametro entende que sua responsabilidade social é formar inteligências e quadros de liderança que possam em seus diferentes campos de atuação contribuir com o desenvolvimento da região amazônica por meio da qualificação expressiva de egressos com altas taxas de empregabilidade.

A metodologia do Programa de Acompanhamento do Egresso, está baseada em uma pesquisa a ser realizada junto aos egressos dos cursos de graduação da Faculdade Fametro. Consistirá na aplicação de formulário de pesquisa sobre os dados dos egressos em duas etapas, a saber:

1ª. Etapa – levantar a condição profissional de ingresso do aluno na Faculdade Fametro. Far-se-á o levantamento das condições de empregabilidade atual com alunos que estejam até com 50% da carga horária do curso e por amostragem. Nesta etapa estão incluídos:

- Chamada por edital de alunos com interesse em participação voluntária no Programa de Acompanhamento de egressos dos respectivos cursos;
- Formação do banco de dados dos egressos;
- Envio dos questionários;
- Tabulação dos dados dos questionários devolvidos.

2ª. Etapa – levantar a ascensão profissional dos alunos egressos quanto a carreira e à remuneração a fim de identificar possíveis melhorias na sua empregabilidade. Para esta etapa estão previstas as seguintes ações:

- Preenchimento voluntário do formulário do egresso;
- Solicitação de atualização periódicas dos dados do cadastro.

Após levantamento os dados da primeira e segunda etapa, far-se-á a análise qualitativa dos dados de maneira a mensurar de que forma os cursos de graduação da Faculdade Fаметro estão contribuindo para a empregabilidade, ascensão de carreira e remuneração de nossos egressos.

Para a sensibilização da importância da pesquisa será realizado um evento ao final de cada semestre com os pré-egressos abordando temas relacionados com o mercado de trabalho. Também na oportunidade chamaremos empresas de recursos humanos para cadastro dos nossos alunos em seus bancos de talentos. É intenção da Faculdade Fаметro de manter seu próprio banco de talentos no site institucional.

Espera-se com este programa de acompanhamento dos egressos obter subsídios para a melhoria contínua dos cursos de bacharelado, licenciaturas e tecnológicos da Faculdade Fаметro de forma a manter a relação entre a qualificação de profissionais com empregabilidade para o mercado de trabalho local. O curso de Direito ainda não possui egressos.

1.1.19 PAPEERI – Programa de Articulação, Ensino, Pesquisa, Extensão e Responsabilidade Social

De acordo com a legislação, o tripé formado pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão constitui o eixo fundamental da Universidade brasileira e não pode ser compartimentado. O artigo 207 da Constituição Brasileira de 1988 dispõe que “as universidades [...] obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Equiparadas, essas funções básicas merecem igualdade em tratamento por parte das instituições de ensino superior, que, do contrário, violarão o preceito legal.

Este programa dedica-se a promover a indissociabilidade em que se assenta a universidade e as instituições de ensino superior em geral, o que exige, no nível mais abrangente de análise, sempre uma perspectiva ternária que inclua as atividades de ensino, pesquisa e extensão, com igual importância e

íntima unidade.

A indissociabilidade é um princípio orientador da qualidade da produção universitária, porque afirma como necessária a tridimensionalidade do fazer universitário autônomo, competente e ético. Ora, a universidade tem sido palco de análises e debates que têm dado destaque seja ao ensino, seja à pesquisa, seja ainda à extensão.

Assim, se considerados apenas em relações duais, a articulação entre o ensino e a extensão aponta para uma formação que se preocupa com os problemas da sociedade contemporânea, mas carece de pesquisa, responsável pela produção do conhecimento científico. Por sua vez, se associados o ensino e a pesquisa, se ganha terreno em frentes como a tecnologia, por exemplo, mas se incorre no risco de perder a compreensão ético-político-social conferida quando se pensa no destinatário final desse saber científico (a sociedade).

Enfim, quando a - com frequência esquecida - articulação entre extensão e pesquisa exclui o ensino, perde-se a dimensão formativa que dá sentido à universidade. Embora se reconheça a importância dessas articulações duais, o que aqui se defende é um princípio que, se posto em ação, impede os reducionismos que se verificam na prática universitária: ou se enfatiza a produção do novo saber, ou a intervenção nos processos sociais, ou ainda a transmissão de conhecimentos na formação profissional.

Envolvidos nessa experiência, podemos refletir um pouco acerca das práticas universitárias, muitas delas isoladas ou, no máximo, duais. Defendemos assim, duas ideias centrais: a primeira delas é de que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão ainda não é levada em conta na prática de muitos docentes, seja porque na graduação a ênfase recai sobre o ensino ou porque na pós-graduação acentuasse a pesquisa. A segunda ideia, decorrente de nossa experiência é de que o estágio de docência na pós-graduação é uma excelente forma de investigação do conhecimento abordado em sala de aula.

A perspectiva de um conhecimento plural não beneficia apenas as comunidades que têm seus saberes levados em conta. Como bem mostram os autores citados, particularmente, Santos (2004), a própria universidade renova-se nesse processo. O ensino é, provavelmente, o melhor exemplo dessa renovação, à medida que, integrado ao conhecimento produzido através da pesquisa e aos anseios da sociedade considerados nas atividades de extensão, ganha em relevância e significado para a comunidade universitária.

Desse modo, ensinar termina por ser uma atividade que, ao mediar a pesquisa e a extensão, enriquece e amadurece nesse processo: o professor universitário, ao integrar seu ensino à pesquisa e à extensão, mantém-se atualizado e conectado com as transformações mais recentes que o conhecimento científico provoca ou mesmo sofre na sua relação com a sociedade, além de formar novos pesquisadores, críticos e comprometidos com a intervenção social. Logo, não há pesquisa nem extensão universitária que não desemboquem no ensino.

a) Objetivos do PAPEERI

Objetivo geral

- Promover a articulação entre o Ensino; Pesquisa e Extensão, na perspectiva de promover práticas de ensino, pesquisa e extensão na perspectiva da interatividade, por meio do desenvolvimento de projetos que tenham atividades nas três dimensões (Ensino, Pesquisa e Extensão).

Metodologia do PAPEERI

Os projetos desenvolvidos pelo PAPEERI atendem a um edital anual específico e devem ter como princípio:

- Indissociabilidade entre as Atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e Responsabilidade Social: O princípio da indissociabilidade perpassa duas relações:
- Relação ensino/extensão, pela qual se torna viável a democratização do saber acadêmico, propiciando que esse saber retorne à FAMETRO reelaborado e enriquecido;
- Relação pesquisa/extensão, através da qual ocorre uma produção do conhecimento capaz de contribuir positivamente para a alterações significativas das relações sociais.

Tais relações integram-se organicamente à formação acadêmica, permitindo que alunos e professores interajam como sujeitos do ato de aprender, de forma que a extensão se transforme dialeticamente num instrumento capaz de articular teoria e prática, dando suporte às mudanças necessárias ao processo.

1.1.20 Projeto do PAPEERI do curso

Tendo como princípio os objetivos do PAPEERI da FAMETRO , o curso desenvolverá seus projetos com a seguinte temática:

Quadro 5 - Atividades do PAPEERI no curso.

INTEGRAÇÃO: ENSINO, SERVIÇO E COMUNIDADE - PAPEERI	
	O direito à saúde do idoso, direito ineficaz? A ineficácia do direito à saúde previsto no art. 196 da Constituição Federal.

Utilizará metodologia ativa com base na pedagogia de projetos e no paradigma epistemológico socioconstrutivista com desenvolvimento de ações de intervenção na comunidade mediante a realidade local.

- **Etapa 1 Ensino** -elaboração de material de orientação para a comunidade com base nos conteúdos curriculares aprendidos em sala de aula;
- **Etapa 2 Extensão e Responsabilidade Social** - intervenção na comunidade com aplicação de ferramentas e metodologias ativa;
- **Etapa 3 Pesquisa** - resumo expandido com fundamentação teórica e análise dos dados comparativos do antes e do depois da ação de intervenção na comunidade.

O projeto abordará inclusive as providências tomadas em âmbito institucional curricular, visando atender as Diretrizes Nacionais de Educação Étnico-raciais e de Educação Ambiental.

Atendendo o que determina as Diretrizes Curriculares Nacionais da Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro- brasileira e Africana na Educação Básica, alterando a LDB nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nos seus artigos 26A e 79B, que reconhece a temática como uma política curricular fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, e por isso se propõem a introduzir a temática nos estabelecimentos de ensino afins, de maneira a sensibilizar educadores e educandos da importância social e dos fundamentos da lei, pautados na reeducação das relações étnico-raciais.

Acrescido ainda a Educação Ambiental que é um processo participativo, onde o educando assume o papel de elemento central do processo de ensino e aprendizagem pretendido. Participando ativamente dos problemas ambientais em busca soluções, através de uma conduta ética, condizente ao exercício da cidadania.

Para formalizar e institucionalizar tais ações a Coordenação e os professores do curso desenvolverão atividades que contemplem o espaço para a discussão das temáticas transversais nos temas em EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E HISTÓRIAS E CULTURAS AFRO-BRASILEIRAS, AFRICANA, INDÍGENA E RIBEIRINHA, DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E DE EDUCAÇÃO EM POLÍTICAS DE GÊNERO, E DE DIREITOS HUMANOS. Envolvendo todos os períodos em suas disciplinas aprofundando a abordagem Inter conceitual.

Estes projetos terão como objetivos gerais desenvolver por meio de exposição de banners, trabalho em equipes de forma prática, desenvolvendo a comunicação e reflexão dispensando o plenário e a centralização do encontro em uma só pessoa de acordo com os temas de investigação e interpretação do estudo.

O projeto irá proporcionar inclusive aos acadêmicos do curso, atividades interdisciplinares que promovam o diálogo entre as disciplinas, áreas de conhecimento e conteúdos curriculares, na perspectiva de garantir a formação integral para compreensão sistêmica e holística das relações entre diferentes conhecimentos que se comunicam na teoria e na prática.

1.1.21 Projetos Interdisciplinares do Curso

O desenvolvimento dos Projetos Interdisciplinares adotará a metodologia ativa.

Metodologia Ativa com base na pedagogia de projetos - Requisitos de leituras e interpretação de livros clássicos, textos, artigos e atividades integrando todas as disciplinas do período. Requisitos: leitura individual e participação em oficinas de leitura e interpretação. O processo de ensino e aprendizagem se dará por meio do envolvimento de cada docente na elaboração das estratégias específicas e inerentes ao tema em material designado para leitura.

Quadro 6 - Projetos Interdisciplinares do Curso:

	ATIVIDADE INTERDISCIPLINAR	AÇÕES DESENVOLVIDAS
--	-----------------------------------	----------------------------

1º período	1º período - Estudo interdisciplinar da obra A Revolução dos Bichos. ORWELL, George,	Leitura e Fichamento fazendo uma analogia entre as disciplinas do período.
2º período	1º período - Estudo interdisciplinar da obra: A Revolução dos Bichos. ORWELL, George. 2º período- Estudo interdisciplinar da obra: O Mercador de Veneza de SHAKESPEARE, William	Leitura e Fichamento fazendo uma analogia entre as disciplinas do período. Leitura e Resenha, extraindo o conteúdo das disciplinas do período sobre a obra
3º período	1º período - Estudo interdisciplinar da obra: A Revolução dos Bichos. ORWELL, George. 2º período - Estudo interdisciplinar da obra: O Mercador de Veneza de SHAKESPEARE, William 3º período – Estudo interdisciplinar da obra O Príncipe, de Nicolau Maquiavel	Leitura e Resenha, extraindo o conteúdo das disciplinas do período sobre a obra Leitura e posterior apresentação de banner, na área de vivência da FAMETRO , dos conteúdos jurídicos relativos às disciplinas do período.
4º período	1o período - Estudo interdisciplinar da obra: A Revolução dos Bichos. ORWELL, George. 2º período - Estudo interdisciplinar da obra: O Mercador de Veneza de SHAKESPEARE, William 3º período – Estudo interdisciplinar da obra O Príncipe, de Nicolau Maquiavel 4º período - Estudo interdisciplinar sobre o acidente ocorrido no	Leitura e Fichamento fazendo uma analogia entre as disciplinas do período. Leitura e Resenha, extraindo o conteúdo das disciplinas do período sobre a obra Leitura e posterior apresentação de banner, na área de vivência da FAMETRO , dos conteúdos jurídicos relativos às disciplinas do período. Leitura e posterior apresentação em seminário, na sala de aula ou no auditório da FAMETRO sobre o acidente ocorrido no

	município de Mariana, após o rompimento de uma barragem da mineradora Samarco.	município de Mariana, após o rompimento de uma barragem da mineradora Samarco, envolvendo as disciplinas do período.
--	--	--

1.1.22 Projetos Transversais do Curso

A Faculdade Fametro quer proporcionar aos acadêmicos do Curso, atividades transversais que promovam o a sensibilização para temáticas de Educação Ambiental, Educação Étnico racial e Direitos Humanos como parte importante da formação do acadêmico. O desenvolvimento dos projetos transversais adotará a metodologia ativa, sendo o primeiro semestre dedicado as atividades ambientais predominantemente e o segundo semestre temas ligados as abordagens étnico-raciais e/ou Direito Humanos.

A utilização de projetos para o desenvolvimento dessas discussões requer leituras de artigos científicos dos e levantamento bibliográfico dos temas geradores (Étnico racial, Educação Ambiental e Direitos Humanos), com a previsão de atividades integrando todas as disciplinas, considerando também uma perspectiva intercurso. Para fins de desenvolvimento destes projetos, as disciplinas estão diretamente envolvidas, assim como seus respectivos professores. Os projetos transversais sobre educação étnico racial e educação ambiental previstos para os primeiros anos do curso:

Tabela 11 - Atividades Transversais do Curso: Educação Ambiental

As atividades envolvendo o tem a da Educação Étnico-Racial, no âmbito da Faculdade Fametro, são realizadas sempre no segundo semestre do ano letivo, tendo como marco o Dia da Consciência Negra. É certo que a educação étnico racial não se restringe às ações voltada para pessoas negras, vai muito além.

Trata-se, na realidade, de um tema diretamente vinculado ao tema de direitos humanos, mas sob um prisma específico, o qual também envolve as comunidades indígenas e visa lidar e combater o racismo, a discriminação e o preconceito, em várias de suas vertentes, inclusive no preconceito religioso e xenofobia. Por tais razões, neste item, os temas abordados foram os discriminados abaixo.

Quadro 7 - Educação Étnico-racial - Projetos

--	--	--	--

ANO/ SEMESTRE	ATIVIDADE TRANSVERSAL	AÇÕES DESENVOLVIDAS	TURMAS ENVOLVIDAS
2022.1	A Economia sustentável para a proteção do meio ambiente como pressuposto dos direitos Humanos.	integrar conhecimentos e habilidades de diferentes disciplinas para abordar temas ou resolver problemas de forma mais completa e holística. Essa abordagem permite que os alunos vejam as conexões entre diferentes áreas do conhecimento e apliquem o que aprenderam em contextos mais amplos e significativos.	TODOS VIGENTES
2022.2	A invisibilidade étnico racial no Brasil aspectos das políticas de educação		TODOS VIGENTES
2023.1	Desafios da Conservação Ambiental		TODOS VIGENTES
2023.2	O Direito no combate a todas as formas de assédio		TODOS VIGENTES
2024.1	Os ativos e Passivos Ambientais da Amazônia		TODOS VIGENTES
2024.2	Colóquio e Núcleos de Estudos Temáticos		TODOS VIGENTES

1.1.23 Projetos de Iniciação Científica e Tecnológica

O aluno será incentivado a realizar trabalhos científicos à medida que for ampliando o seu conhecimento teórico. O professor será corresponsável por este objetivo, inserindo artigos científicos e discussão de trabalhos e estando a disposição para orientar os alunos interessados a desenvolverem projetos acadêmicos. Atividades de I.C/I.T. previstas para os primeiros anos do curso:

Quadro 10 - Projetos de Iniciação Científica e Tecnológica do curso

ANO /PERÍODO	ATIVIDADE DE I.C/IT	AÇÕES DESENVOLVIDAS	PERÍODOS ENVOLVIDOS
2022	PROJETO NA TRILHA DA CIENCIA	introduzir estudantes de graduação à pesquisa acadêmica, desenvolvendo suas habilidades de investigação, análise crítica e metodologia científica.	TODOS OS VIGENTES
2023	SEMINÁRIO INICIAÇÃO CIENTIFICA		TODOS OS VIGENTES
2024	NA TRILHA DA CIENCIA		TODOS OS VIGENTES

1.1.24 Projeto de Inovação Pedagógica do Curso

Quadro 11 - Projeto de Inovação Pedagógica do Curso

ANO / SEMESTRE	ATIVIDADES INOVAÇÃO	AÇÕES DESENVOLVIDAS	PERÍODOS ENVOLVIDOS
2022	Diálogo Socrático	apresentação por parte do docente de uma refutação lógica de uma ideia apresentada como certa e que não está totalmente sedimentada, onde os alunos irão se manifestar e questionar suas “crenças” e “valores” do mundo e da sociedade atual, da profissão de advogado, de suas decisões afetando pessoas, grupos e comunidades	1º e 2º
2023	Simulação de audiências	Audiências simuladas onde serão debatidos e julgados casos concretos	3º e 4º

2024	Café, Direito e Literatura	auxiliar os acadêmicos na habilidade de compreender/interpretar/aplicar o direito, relacionado ficção e a realidade social e jurídica	
-------------	----------------------------	---	--

Projetos de Atividades Complementares do Curso

Quadro 14 - Projetos de Atividades Complementares do Curso.

ANO / SEMESTRE	ATIVIDADES COMPLEMENTARES	AÇÕES DESENVOLVIDAS	PERÍODOS ENVOLVIDOS
2022	Workshop de Empregabilidade	formar e capacitar indivíduos para exercerem funções de liderança em diversos contextos, sejam eles empresariais, comunitários, educacionais ou outros.	TODOS VIGENTES
2023	Escola de Líderes		
2024	Workshop de Empregabilidade		

Atividades Artísticas Culturais do Curso

ANO / SEMESTRE	ATIVIDADE ARTIST. CULTURAL	AÇÕES DESENVOLVIDAS	PERÍODOS ENVOLVIDAS
	Patrimônio Histórico Cultural	Promover o conhecimento e fomentar a valorização do patrimônio histórico cultural e a educação ambiental.	

Práticas Exitosas ou Inovadora do Curso

ANO / SEMESTRE	ATIVIDADES INOVAÇÃO	AÇÕES DESENVOLVIDAS	PERÍODOS ENVOLVIDOS
2022	Diálogo Socrático	apresentação por parte do docente de uma refutação lógica de uma ideia apresentada como certeza e que não está totalmente sedimentada, onde os alunos irão se manifestar e questionar suas “crenças” e “valores” do mundo e da sociedade atual, da profissão de advogado, de suas decisões afetando pessoas, grupos e comunidades	1º e 2º
2023	Simulação de audiências	Audiências simuladas onde serão debatidos e julgados casos concretos	3º e 4º

2024	Café, Direito e Literatura	auxiliar os acadêmicos na habilidade de compreender/interpretar/aplicar o direito, relacionado ficção e a realidade social e jurídica	
------	----------------------------	---	--

1.1.25 Projetos de Responsabilidade Social do Curso

A proposta do Curso em promover as atividades de Extensão e Responsabilidade social é de integrar as atividades acadêmicas com a comunidade nas adjacências da Instituição na qual o aluno recebe orientações do docente para realizar as atividades extra-institucionais e os atendimentos a comunidade. Ações de responsabilidade social do curso:

Tabela 20 – Projetos de Responsabilidade Social do Curso

ANO / SEMESTRE	ATIVIDADES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL	AÇÕES DESENVOLVIDAS	PERÍODOS ENVOLVIDOS
	Hora da Cidadania : Direito não é o que alguém deve lhe dar. Mas aquilo que ninguém pode lhe tirar. Um Sonho Social	O projeto possui a proposta de “levar cidadania” a população, apresentando-lhe aquilo que a legislação brasileira exige de todos, ou seja, o conhecimento da LEI, permitindo aos cidadãos conhecer os seus direitos.	

1.2 OBJETIVOS DO CURSO

A Faculdade Fаметro tem como objetivos a inovação para além das propostas convencionais de uma instituição de ensino superior. Este avanço pretendido, baseado em um ensino de alto padrão de qualidade, tem como diretriz um entendimento da realidade, o que pressupõe a consciência do valor tanto da coletividade quanto da singularidade dos indivíduos que a compõem e, por conseguinte, o desenvolvimento de um saber ativo, não apenas de conhecimento, mas de crítica e de construção da sociedade.

Assim, o conhecimento que a Fаметro pretende construir se alicerça na compreensão do processo contraditório envolvido na produção da ciência, contribuindo para se chegar a uma consciência da totalidade e à elaboração de um instrumental adequado ao cenário e à conjuntura regional, nacional e internacional.

Essas características permitem que o seu projeto institucional incorpore a ousadia para produzir conhecimento novo. Desta maneira, os objetivos previstos para os cursos de graduação são ambiciosos e buscam

demonstrar todas as complexas tarefas que temos pela frente como educadores. Neste sentido o curso de Graduação em Direito considerando os princípios que norteiam a sua regulação e os parâmetros de qualidade da avaliação externa (INEP), pretende:

OBJETIVO GERAL

Em consonância com a Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2018, instituidora das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito, tem como objetivo geral do Curso de Direito:

- Assegurar uma sólida formação geral e humanística, capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia Jurídica, capacidade de argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, além do domínio das formas consensuais de composição de conflitos, aliado a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem, autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício do Direito, à prestação da justiça e ao desenvolvimento da cidadania.
- Não menos importante e outro objetivo do curso de Direito da Faculdade Fametro é contribuir com o desenvolvimento da região, considerando que no aspecto regional as questões requerem atenção para as áreas:
- Ambiental (área essa que atualmente o mundo inteiro vislumbra com preocupação e interesse);
- Cultural (realidades dos ribeirinhos, indígenas (pois são detentores de direitos e também alvos de ameaças constantes) e do caboclo amazonense que aqui reside e que vivencia uma realidade bem diferente do restante do País

Esses destaques regionais objetos de preocupação, no qual se sedimenta e possibilita condições de sobrevivência a uma série de outras pessoas, por meio de uma verdadeira cadeia socioeconômica, devem ser objeto de atenção dentro da perspectiva dos objetivos do curso. Assim, além do desenvolvimento regional da região, deve-se atenção às desigualdades sociais e proteção às minorias e vulneráveis.

Sempre buscando a excelência na educação e formando profissionais cientes de seus papéis enquanto profissional da carreira a Jurídica e como agente transformador na realidade que vivenciamos e que é tão específica, que é a realidade existente na região amazônica. O curso de Direito pretende também ser um espaço aberto à comunidade com o objetivo de contribuir com a redução das desigualdades sociais, com a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, contribuindo na construção de uma sociedade democrática que

promova a afirmação das diversidades e a proteção das minorias e vulneráveis, inclusive proporcionando aos discentes habilidades que os levem a dominar as formas consensuais de composição de conflitos, conforme as DCNs do Curso de Direito.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

De acordo com as DCNs vigentes do Curso de Direito, o curso deverá possibilitar a formação profissional que revele, pelo menos, as competências cognitivas, instrumentais e interpessoais, que capacitem o graduando a ser um profissional de excelência. Dentre desse panorama, pretende-se formar um profissional, no curso de Direito da Faculdade Fаметro visando atingir os seguintes objetivos específicos, que capacitem o graduando a:

- Interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas;
- Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-Jurídicas;
- Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão;
- Dominar instrumentos da metodologia Jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito;
- Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito;
- Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos;
- Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Utilizar corretamente a terminologia e as categorias Jurídicas;
- Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural;
- Compreender o impacto das novas tecnologias na área Jurídica;

- Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito;
- Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar; e
- Aprender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.

Além dos objetivos específicos já relacionados nas DCNs do Curso de Direito, também pretendemos:

- Desenvolver no acadêmico o espírito crítico, oportunizando sua formação sociopolítica e prática, além da informação técnico-Jurídica;
- Propiciar o espírito de solidariedade e de justiça social;
- Ofertar um ensino que favoreça a construção de um aprendizado que dimensiona o ensino, a pesquisa e a extensão como formas de elaboração e reflexão ativa do saber que emerge da realidade, despertando no aluno a habilidade de compreender e identificar soluções contextualizadas a partir de sua intervenção na realidade;
- Proporcionar alternativas de práticas Jurídicas, voltadas para as técnicas de conciliação e negociação, mediação e arbitragem, possibilitando a multidisciplinaridade com os outros cursos da Faculdade, bem como a realização de parcerias com instituições externas;
- Possibilitar ao educando a realização de estágios extracurriculares, através de convênios, visando, além da prática, a um aperfeiçoamento técnico-científico e jurídico;
- Inserir na sociedade profissionais cidadãos comprometidos com os princípios do Estado Democrático de Direito e protagonistas na história;
- Basear os estudos em valores, e na ética em sentido lato, como condição de superação da formação tecnicista e mediana, insuficiente para atender as imbricações hermenêuticas decorrentes das questões de justiça, legitimidade e moral, que fundamentam o complexo das normas Jurídicas brasileiras.
- Incentivar a conscientização sobre os Direitos humanos e a justiça social, capacitando os futuros bacharéis em Direito para enfrentar os desafios jurídicos e socioambientais da Amazônia, contribuindo para a preservação da região e o desenvolvimento sustentável de suas comunidades;

- Fomentar a pesquisa Jurídica voltada para a Amazônia, incentivando a produção de conhecimento jurídico relacionado a questões específicas da região.

Tudo isso, o perfil do profissional deverá estar sempre apto a atuar dentro de um contexto social, econômico e político do qual fazemos parte, que é a região norte do nosso País, conscientes de que precisamos atender a grande demanda existente em nosso Estado, presentes nos 62 (sessenta e dois) municípios que o compõem.

1.3 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

1.3.1 Perfil do egresso em consonância com a DCNs

O perfil profissional do egresso do Curso de Direito é resultado de uma formação interdisciplinar, onde os saberes são articulados, trabalhados e desenvolvidos nas seguintes perspectivas formativas:

- **Formação teórica sólida**, fruto da preocupação com sua competência como homem político-social, pensando, discutindo e construindo sua história e sua cultura, o que ocorre a partir dos conteúdos curriculares como: Fundamentos de Economia, Sociologia e Antropologia, História do Direito, Filosofia e Ética Jurídica e, Psicologia Jurídica.
- **Formação técnico-Jurídica**, manifestada no conhecimento técnico do Direito, destinado às relações entre Estado e a sociedade, observadas as peculiaridades dos diversos ramos do Direito a saber Direito Civil, Direito Penal, Direito Processual, Direito Constitucional, dentre outros.
- **Formação prático-profissional**, integrando a prática aos conteúdos teóricos desenvolvidos com a ênfase na resolução de problemas.

Com esse olhar interdisciplinar, onde foram contempladas atividades de ensino, pesquisa e extensão, ao final do curso o egresso apresentará o aporte técnico e crítica que possibilite atuar nas mais diversas carreiras Jurídicas: advocacia, Ministério Público, magistério, magistratura, bem como tantas outras opções que se apresentam aos bacharéis em direito.

Assim, o perfil do egresso, se apresentará na forma de um profissional apto a atuar na realidade amazônica, atuando em diversas profissões da carreira Jurídica e fazendo com que a população tenha a garantia de seus direitos assegurados com mais acesso a bons profissionais.

1.3.2 Competências e Habilidades Gerais

As competências dizem respeito àquilo que o estudante deve ter alcançado ao final de sua formação. Referem-se aos conhecimentos (domínio cognitivo), habilidades (domínio psicomotor) e atitudes (domínio afetivo) do profissional (mobilização desses elementos para resolução de problemas). São as competências e habilidades gerais:

- Interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas;
- Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-Jurídicas;
- Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão;
- Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos;
- Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural;
- Compreender o impacto das novas tecnologias na área Jurídica;
- Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito de caráter interdisciplinar.

1.3.1 Competências e Habilidades Específicas

O Egresso do Curso de Direito também desenvolverá as seguintes competências e habilidades específicas:

- Dominar instrumentos da metodologia Jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito;
- Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito;
- Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;

- Atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Utilizar corretamente a terminologia e as categorias Jurídicas;
- Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito;
- Apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.

1.3.2 Planejamento para Ampliação do Perfil do Egresso para o Mundo do Trabalho

Realizar um acompanhamento dos egressos do curso de Bacharelado em Direito, obtendo retorno acerca da aceitação dos nossos ex-alunos no mercado de trabalho, assim como, da necessidade de revisão de condutas e processos pedagógicos tendo em vista a melhor e maior inserção dos nossos alunos no mundo do trabalho.

A partir do acompanhamento do trabalho realizado com o acompanhamento do egresso, esperamos que os alunos formados por nossa instituição possam se inserir no mundo do trabalho de maneira crítica e consciente com dentro de princípios éticos e humanístico, com responsabilidade social, reconhecendo o valor das entidades de classe que lhe representarão.

Espera-se igualmente que a formação ofertada possa formar egressos com competências éticas, pessoais, profissionais, socioafetivas, cognitivas e de comunicação que possibilitem a compreensão de si mesmo e do mundo em que vive, através da formação adquirida, agir de forma crítica contribuindo para a vida em sociedade.

Portanto, é requerida ao egresso de Bacharelado em Direito a capacidade de:

- a) dominar conhecimentos que lhe favoreçam maior flexibilidade na sua atuação profissional;
- b) possuir capacidade de trabalhar em equipe;
- c) desenvolver e praticar atitudes que possibilite aprender a aprender aprendendo;
- d) exercer com ética e proficiência as atribuições que lhes são prescritas através de legislação específica de acordo com sua área de atuação;
- e) ter atitudes inovadoras e criativas;
- f) utilizar diferentes fontes de informações e recursos tecnológicos para construir/reconstruir conhecimento, em seu setor e, na medida do possível, em seu meio;
- f) saber intervir na realidade com consciência, espírito crítico positivo e autonomia, como indivíduo e como integrante de uma coletividade;
- g) integrar conhecimentos amplos e especializados, para aplicá-los em situações concretas;
- h) atuar para além dos preconceitos culturalmente herdados e/ou impostos pelas formas de

organização estabelecidas;

- i) compreender a diversidade cultural para inserir-se no mundo internacionalizado, inclusive nas relações de trabalho;
- j) compreender a importância de ampliar e atualizar o conhecimento e a prática da vida, do mundo e da profissão, de forma permanente e desenvolver meios ou integrar-se nos que lhe são oferecidos para aprender ao longo de toda vida;
- k) desenvolver técnicas apropriadas à área de formação, visando ao acompanhamento e à avaliação constante, buscando interagir com o mercado de trabalho na perspectiva de continuidade de sua formação;
- l) atuar como empreendedor de ações inovadoras que promovam o desenvolvimento econômico, político, social e cultural, no contexto local, regional e nacional.

1.4 ESTRUTURA CURRICULAR

Para a Faculdade Fametro uma competência se forma no encontro de três dimensões de conteúdo a saber:



Figura 25 - Dimensões de conteúdo a saber. Fonte: Fametro (2022)

É no encontro entre o saber fazer, o saber por que fazer; o saber quando fazer e como fazer que emerge o profissional que chamamos de competente, neste sentido teoria é prática são separadas apenas didaticamente, os conteúdos da formação, nesta via, são elementos complexos de formação, que não podem ser admitidos de maneira unidimensional. De maneira Didática assim podem ser compreendidos as três dimensões de um conteúdo.

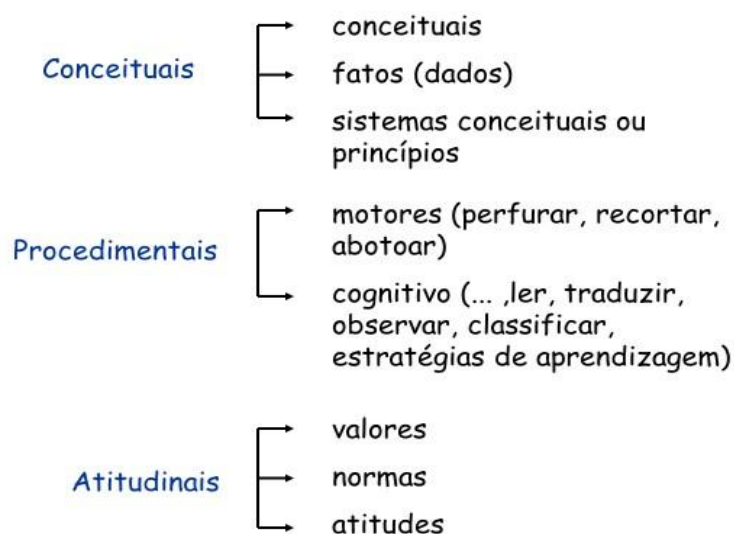


Figura 26 - As três dimensões de um conteúdo. Fonte: Fametro (2022)

Nesta via, há pedagogicamente uma relação intrínseca entre o que se propõe por meio de uma EMENTA – que por sua vez se desdobra em conteúdo – a bibliografia propostas de onde se extrai conceito, descrição de métodos e técnicas inerentes da formação – e por fim as competências gerais e específicas que desejamos o que culmina no perfil do egresso, esquematicamente assim representado:

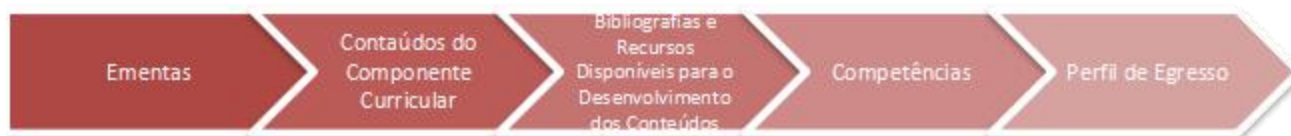


Figura 27 - Perfil do Egresso. Fonte: Fametro (2022)

Com o intuito de alcançar o perfil do egresso, fundamentada na RESOLUÇÃO Nº 5, de 17 de dezembro de 2018, as competências são desenhadas assim, conforme quadro abaixo:

**COMPETÊNCIAS 1º E 2º PERÍODOS
PRINCÍPIOS INTRODUTÓRIOS AO ESTUDO DO DIREITO – DIMENSÃO PEDAGÓGICA**

DIMENSÃO COGNITIVA

DIMENSÃO INSTRUMENTAL

DIMENSÃO INTERPESSOAL

<ul style="list-style-type: none"> ✓ Capacidade de ler, construir e interagir com conceitos apresentados por diferentes autores a partir de textos propostos pelo professor; ✓ Compreender a natureza; ✓ Conhecer os diversos métodos de estudo e de comunicação científica; ✓ Oferecer ao graduando os elementos fundamentais do Direito, em diálogo com as demais expressões do conhecimento filosófico e humanístico e das ciências sociais. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Capacidade de ler, construir e se comunicar por meio de textos que discutam teorias relativas à área. ✓ Incorporar a ciência/arte do pensar como instrumento de interpretação profissional; ✓ Analisar filosoficamente o mundo jurídico e suas implicações no mundo jurídico atual; ✓ Planejar as ações de promoção a justiça com responsabilidade socioambiental. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Realizar leituras complementares e fazer intervenções acadêmicas produtivas em relação à área educacional. ✓ Desenvolver formação técnico-científica, incorporando os saberes das ciências Jurídicas ao exercício profissional; ✓ Reconhecer a importância da ética e do respeito a diversidade para o atendimento humanizado de diferentes populações com distintas culturas e maneiras de compreensão do mundo.
---	---	---

COMPETÊNCIAS 3º E 4º PERÍODOS

DESENVOLVER O ENFOQUE DOGMÁTICO ESTUDANDO OS DIVERSOS RAMOS DE DIREITO EM SEUS ASPECTOS CONCEITUAIS E CONTEXTUAIS – DIMENSÃO PEDAGÓGICA.

DIMENSÃO COGNITIVA	DIMENSÃO INSTRUMENTAL	DIMENSÃO INTERPESSOAL
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Estudar os conceitos iniciais dos diversos ramos de Direito ✓ Analisar as Peculiaridades dos diversos ramos do Direito. ✓ Conhecer os diversos ramos de Direito; 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Incorporar as bases referenciais Jurídicas e humanísticas das relações profissionais das diversas carreiras Jurídicas. ✓ Manusear os códigos e legislações pertinentes às diversas áreas do conhecimento jurídico. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Realizar interpretações na esfera Jurídica em seus diversos saberes; ✓ Aplicar conhecimentos, metodologias, procedimentos em situações simuladas ou reais de acordo com as áreas estudadas;

COMPETÊNCIAS 5º E 6º PERÍODOS
Capacidade de entender e conhecer os processos.

DIMENSÃO COGNITIVA	DIMENSÃO INSTRUMENTAL	DIMENSÃO INTERPESSOAL
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Capacidade de relacionar as diversas legislações com o contexto social, econômico, cultural e ambiental; ✓ Dominar as normas das diversas áreas do mundo jurídico; 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Promover ações que promovam a dignidade do ser humano atuando como agente de transformação social; 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Atuar Inter profissionalmente com base na reflexão sobre a própria prática por meio de troca de saberes com profissionais da área Jurídica; ✓ Respeitar o ser humano e seus valores individuais e coletivos; ✓ Trabalhar em equipe interprofissional a respeito.

COMPETÊNCIAS 7º E 8º PERÍODOS
APLICAR OS PROCESSOS E PROCEDIMENTOS VIGENTES DA PRÁTICA PROFISSIONAL –
DIMENSÃO PEDAGÓGICA

DIMENSÃO COGNITIVA	DIMENSÃO INSTRUMENTAL	DIMENSÃO INTERPESSOAL
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Fundamentar o atuar jurídico nos princípios da ética, não se restringindo somente ao ato técnico; ✓ Identificar os processos a serem aplicados nas ações Jurídicas competentes. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Promover a humanização do ato jurídico ao aplicar as legislações em casos concretos; ✓ Entender o Procedimento de avaliação sistemicamente e de realizações da escolha de condutas adequadas com base em legislações, casos reais e jurisprudência. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Desenvolver projetos estimulando o atendimento à comunidade; ✓ Exercer a profissão de forma articulada com o contexto social, econômico, cultural e ambiental;
DIMENSÃO COGNITIVA	DIMENSÃO INSTRUMENTAL	DIMENSÃO INTERPESSOAL
<ul style="list-style-type: none"> ✓ A competência está associada ao tomar iniciativa e assumir responsabilidade diante de situações profissionais; ao saber 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Estudar diversos temas jurídicos, se aprofundando em análise com base nos estudos realizados durante o curso. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Agir como um profissional que tenha um olhar diferenciado de sua missão na sociedade, buscando a justiça e a promoção da dignidade humana.

agir para mobilizar, integrar, transferir conhecimentos, recursos e habilidades; ao tomar e implementar decisões corretas bem-sucedidas e, de fato, que essa competência se manifeste na atividade prfítica, agregando valor econômico e social ou associando a perspectiva de resultado, de entrega.

RELAÇÃO DAS COMPETENCIAS COM AS DCN'S

Compreender a dinâmica do mundo jurídico no contexto das Políticas sociais locais, conhecendo os perfis e impactos causados em nossa sociedade;

Acompanhar as mudanças no âmbito político social, conciliando as necessidades da comunidade e do meio ambiente, respeitando os aspectos culturais, atuando como agente de transformação social;

Responder fis especificidades regionais buscando fazer acontecer uma justiça que propicie um mundo mais justo e humano através de intervenções planejadas estrategicamente.

Uma Estrutura Curricular é antes de tudo um percurso por onde se organiza uma formação desejável, este caminho (significado da palavra currículo) observa os conteúdos previstos para a formação, os objetivos desta formação e os meios pelo qual se pretende mediar a própria formação, na Faculdade Fametro, esta formação observa ainda as exigências legais da formação do bacharel em direito e as demais prerrogativas legais, compreende ainda a flexibilidade, acessibilidade metodológica e atitudinal, a interdisciplinaridade e a inovação, como parte integrante desta estrutura curricular.

Sabemos da ambição de realizar esta tarefa que articula tantas dimensões do ato educativo, mas, a instituição por meio das ações de formação de professores, e ainda considerando os recursos para a execução dos objetivos propostos para formação, cremos ser possível. Assim a Estrutura Curricular do Curso de Graduação em Direito, apresenta em sua versão unidades curriculares obrigatórias e optativas, oferta também a disciplina Libras, contemplando também a inovação tecnológica, as questões étnicas raciais, as questões ambientais.

Fundamentado em uma perspectiva mais abrangente e dinâmica de currículo, o Curso Superior pretende uma estrutura curricular onde em uma análise sistêmica e global estejam presentes os aspectos flexibilidade, interdisciplinaridade,

acessibilidade pedagógica e atitudinal, compatibilidade da carga horária total (em horas), articulação da teoria com a prática e, nos casos de cursos à distância, mecanismos de familiarização com essa modalidade.

A organização curricular dos cursos superiores contemplará o desenvolvimento de competências profissionais e será formulada em consonância com o perfil profissional de conclusão do curso, o qual define a identidade do mesmo e caracteriza o compromisso ético.

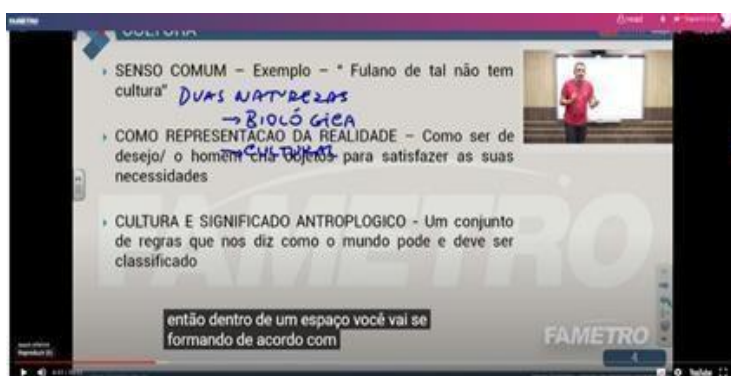
- **Flexibilidade:** Todas as matrizes dos cursos da FAMETRO possuem disciplinas optativas ofertadas periodicamente, tendo em vista, flexibilizar o perfil de formação proporcionando ao aluno a construção de um processo formativo diferenciado. Bem como ele pode cursar as disciplinas optativas de outros cursos.
- **Interdisciplinaridade e transversalidade:** Os Estudos interdisciplinares estão previstos no currículo e farão parte do processo formativo, e avaliativo. Seus temas são correlatos as temáticas previstas ao Núcleo de Estudo. Todos os projetos transversais promoverão a integração das disciplinas discutindo as temáticas de Educação Étnico Racial e Educação Ambiental em todo o curso.
- **Acessibilidade Metodológica:** A FAMETRO promove a acessibilidade pedagógica e atitudinal por meio da utilização de metodologias e técnicas de estudo que favorecem o aprendizado e o desenvolvimento de competências, objetivando que todos possam aprender e se desenvolver, para tanto são planejadas e utilizadas metodologias de ensino com o uso de recursos tecnológicos que pretendem a remoção de qualquer barreira ao ato de aprender. A acessibilidade metodológica já descrita faz parte das Políticas acadêmicas, especificamente das ações de ensino. As adaptações curriculares macro ou micro, serão sempre pensadas à medida que o aluno seja identificado com necessidades educacionais especiais, esse processo inicia na Secretaria Acadêmica e será acompanhada pelo NAPA e encaminhado ao NEAD, o aluno identificado será sempre acompanhado e as adaptações necessárias nas avaliações e em outros ambientes serão devidamente realizadas.
- **Compatibilidade de Carga Horária:** A carga horária do curso obedece ao descrito nas Diretrizes Curriculares Nacionais no Curso de Direito. A carga horária do curso está calculada em hora-relógio, a estrutura curricular é organizada mediante a disposição de disciplinas no semestre. As disciplinas têm as suas cargas horárias calculadas, considerando a complexidade dos objetos de estudo. A Estrutura Curricular do Curso de Direito considera disciplinas de 66h (considerando hora relógio de 60 minutos). Na Matriz Curricular estão dispostas as cargas horárias destinadas as disciplinas.
- **Articulação entre os Componentes Curriculares:** os componentes curriculares previstos para o Curso de Bacharelado em Direito, apresentam-se articulados com a prática os quais ensejam um conjunto de competências esperadas e conectadas ao perfil do egresso.

- **Integração, ensino, serviços e comunidade:** as atividades enquadradas em nesta dimensão pelo processo de curricularização da extensão, integrando à matriz curricular de forma interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico promovendo nas práticas de ensino e aprendizagem a aplicabilidade dos conhecimentos acadêmicos na sociedade por meio de uma interação dialógica, compondo 10% da carga horária curricular.

Acessibilidade Metodológica, Pedagógica e Atitudinal:

A acessibilidade metodológica já faz parte das políticas acadêmicas, especificamente das ações de ensino. A FAMETRO promoverá a acessibilidade pedagógica e atitudinal por meio da utilização de metodologias e técnicas de estudo que favoreçam o aprendizado e o desenvolvimento de competências objetivando que todos possam aprender e se desenvolver, para tanto são planejadas e utilizadas metodologias de ensino com o uso de recursos tecnológicos que favoreçam a remoção de qualquer barreira ao ato de aprender. Estes processos metodológicos encontram-se normatizados em regulamentação própria e no manual de metodologia de ensino e avaliação da FAMETRO .

A exemplo dessa acessibilidade estão as disciplinas ofertadas em EAD ora implantadas no Ambiente Virtual com recursos de acessibilidade para alunos de baixa visão, permitindo a ampliação do tamanho de fonte e luminosidade da tela, legenda automática para alunos com surdez, tradução automática dos vídeos aulas e demais processos que incluem áudio na oferta de libras.



Compatibilidade de Carga Horária: a estrutura curricular é organizada mediante a disposição de disciplinas no semestre. As disciplinas tem a sua carga horária calculada, considerando a complexidade dos objetos de estudo. A Estrutura Curricular dos Cursos considera disciplinas contabilizadas em hora relógio. Na Matriz Curricular estão dispostas ascargas horárias destinadas as tipologias de atividades propostas.

Articulação entre os Componentes Curriculares: Os componentes curriculares previstos para o Curso, se apresentam articulados em Núcleos de Estudos dos quais ensejam um conjunto de competências esperadas.

1.4.1 Elementos Inovadores da Estrutura Curricular

Quando se apresenta o conceito de inovação curricular no ambiente educacional superior, precisa-se entender que se trata de um desafio em promover uma experiência pedagógica na formação do discente, onde se rompe com a racionalidade puramente técnico-instrumental. Então, a inovação curricular busca o inovar nas formas de relação com os conhecimentos ou ainda formas de entender o conhecimento.

Santos (2008) aponta que a inovação curricular requer o reconhecimento das diferenças, desenvolver posturas pesquisadoras, fortalecer os saberes por intermédio da participação ativa do discente. Boaventura de Souza Santos (2007) descreve que a ecologia de saberes é a compreensão que um posicionamento do pensamento não desconsidera o conhecimento científico, mas um dos desafios é construir currículos que articulem conhecimentos, valores e atitudes numa perspectiva inovadora.

Desta forma, a Faculdade Fametro possui entre os seus pilares o empreendedorismo e a inovação, nesta perspectiva que dentro do processo de formação do discente permeie a inovação curricular. Neste sentido, a inovação curricular do Curso de Direito se faz entrelaçada aos conteúdos curriculares que serão trabalhados ao longo da integralização dos discentes. Além disso, será oferecido a disciplina “Direito Digital e da Inovação Tecnológica”, com o objetivo de incentivar o acompanhamento da evolução tecnológica bem como motivar o trabalho em equipe multi e interdisciplinar.

As aulas também serão direcionadas para formar este aluno pesquisador e ativo em sua formação. Desta forma, os laboratórios estarão à disposição não somente para as aulas práticas, mas também, para o desenvolvimento de pesquisas visando a promoção da inovação. Os laboratórios serão uma espécie de incubadora para o desenvolvimento de novos processos que contribuam com a aprendizagem dos alunos pelo desenvolvimento de pesquisas, inovação tecnológica e curricular.

Os elementos inovadores da estrutura curricular estão interligando o currículo como uma articulação de conhecimentos, saberes e competências que incluem também as experiências, vivências e valores apresentados de maneira integrada, orientada para a formação de competências previstas no perfil do egresso.

Desta forma, a perspectiva nesta dimensão de inovação curricular, é a construção de uma prática, onde professores especialistas saiam de dentro das sala de aula virtual e/ou presencial, e comecem a incluir em seus programas temáticas de estudo que estejam articuladas com a realidade do seu entorno, como por exemplo: as mudanças que estão se operando, as necessidades atuais da população, o mercado de trabalho e as novas exigências das carreiras profissionais, bem como as representações e os contatos com a realidade, principalmente por meio da curricularização da extensão e por meio da inserção de carga horária específica para o desenvolvimento dos estudos interdisciplinares ao final de cada ciclo de disciplinas semestrais.

No que tange as inovações tecnológicas, há a Inserção de Novas Tecnologias de Informação e Comunicação, como mediadora do processo ensino-aprendizagem, por meio da plataforma digital de ensino, aprendizagem e avaliação.

Outros processos têm sido incluídos como estratégias inovadoras na estrutura Curricular dentre elas podemos citar novas e diversificadas formas de aproveitamento de competências desenvolvidas em contextos externos à academia, além da presença cada vez maior de elementos virtualizados de ensino, o que confere maior flexibilidade

de tempo além de, possibilitar a ampliação das oportunidades educacionais com inúmeras maneiras de ampliação das formas de construção do conhecimento.

Cabe destacar o que aponta a mais recente Diretriz Curricular que aponta para inclusão de novos desafios que se apresentam no mundo do Direito tais como: Direito Ambiental, Direito Eleitoral, Direito Esportivo, Direitos Humanos, Direito do Consumidor, Direito da Criança e do Adolescente, Direito Agrário, Direito Cibernético e Direito Portuário, que serão abordados por meio da pedagogia de projetos, da disciplina tópicos especiais e em outras disciplinas optativas, podendo ainda compor as atividades complementares como temas emergentes na área Jurídica.

1.4.2 Políticas de ensino de pós-graduação lato sensu

Sendo a pós-graduação que subsidia mais proximamente o desenvolvimento das pesquisas, que devem ser ampliadas, qualificadas e internacionalizadas, assim, é fundamental a ampliação do financiamento de suas atividades. Outro desafio é aumentar a inserção docente nos programas ofertados.

Os projetos pedagógicos dos cursos de pós-graduação Lato Sensu devem ser aprovados pelo Colegiado de Curso, e homologado pelo Conselho Maior da Instituição, garantindo aos Coordenadores de Curso e corpo docente a participação no planejamento da oferta de cursos de pós-graduação.

No FAMETRO os cursos de pós-graduação apresentam-se articulados ao ensino de graduação, tendo em vista estabelecer a possibilidade de aprofundamento de estudos dos nossos alunos em diferentes níveis (especialização, mestrado e doutorado).

Depois de implantados os Cursos de pós-graduação são acompanhados e avaliados sistematicamente pela Coordenação de pós-graduação, a qual promoverá a avaliação dos currículos e a atualização da proposta pedagógica dos mesmos, para o alcance de padrões excelentes de qualidade.

A relação de Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu, bem como a programação de oferta na vigência deste PDI, se encontra nos quadros apresentados a seguir, e seguirá a nota técnica 509/2015 e a resolução n.

1/2007.

A Política de Pós-Graduação Lato Sensu, deve ser executada por meio dos seguintes Programas:

- FAMETRO: Programa de estímulo à formação contínua, por meio de bolsas e descontos: Funcionários, egresso (10%), ENADE (50% a 100%), mérito acadêmico (50%, 75% e 100% por curso e semestre), consanguíneo (10%), grupo IME (10%).
- Programa de Qualidade de Ensino e Inovação Pedagógica: planejamento, atualização curricular, elaboração de material didático, avaliação formativa esomativa, acompanhamento e avaliação dos cursos, oferta de componentes curriculares à distância, oferta de pós-EAD.
- Programa de Acompanhamento ao Egresso da Pós-graduação: Onde serão acompanhados os egressos da pós-graduação nas suas conquistas no mercado a partir de reuniões anuais, bem como incentivar na formação continuada em busca do mestrado e doutorado.
- Programa de Apoio ao Discente da Pós-graduação: psicopedagógico, atividade extraclasse, representatividade discentes, apoio financeiro por meios de programas e descontos, internacionalização e mobilidade acadêmica, ouvidoria, portal acadêmico.

É objetivo da Pós-graduação Lato Sensu:

Aprofundar o conhecimento em áreas determinadas ou em áreas afins do saber, proporcionando o desenvolvimento de competências e habilidades que venham a contribuir para a adequação profissional às necessidades do mercado de trabalho, consolidando assim os estudos realizados em nível de graduação.

1.4.3 Políticas de ensino de pós-graduação stricto sensu

No que compete à modalidade stricto sensu o FAMETRO pretende passar a ofertar primeiro por meio de convênio interinstitucional e depois por processos próprios, cursos de Mestrado e Doutorado nas áreas de:

- Saúde;
- Educação;
- Gestão;
- Tecnologia;
- Humanas;
- Biológicas;
- Exatas.

Em acordo com o que determina a CAPES os Programas de Mestrado e Doutorado tem a sua importância apresentam como finalidades dos Programas de Pós-Graduação “stricto sensu”:

- Proporcionar o aprimoramento em diferentes áreas do saber, visando a oferecer ao aluno elevado padrão técnico, científico e profissional;

- Desenvolver um ambiente de incentivo à produção de conhecimento, através do ensino e da pesquisa no CEUNI - FAMETRO;
- Formar recursos humanos que atendam às exigências de qualificação e expansão do ensino superior e da pesquisa.

Estes Programas devem ainda se apresentar articulados a graduação, tendo em vista a verticalização e o aprofundamento das áreas de conhecimento onde a FAMETRO atua. Os cursos de mestrado e doutorado do CEUNI - FAMETRO buscarão ser uma alternativa de aperfeiçoamento e de acadêmico do recém- graduado e dos próprios profissionais do CEUNI

- FAMETRO, haja vista a histórica escassez desse tipo de formação no norte do país.

Esta busca de ampliação de oportunidades de pós-graduação está, no nosso do Amazonas, ligada a criação de novos cursos stricto sensu para profissionais que demandam requalificação de alto nível, porque dela depende a manutenção do profissional no mercado, o desenvolvimento de todo um setor empresarial ou a prestação de melhores serviços ao segmento social correspondente à área do conhecimento.

O desafio de ter que atender ou buscar atender a uma demanda muito grande, que procura qualificação em Instituição de alto nível, envolve não apenas o profissional recém- formado, mas também o profissional que está atuando num mercado cada vez mais exigente. Esses profissionais sabem que precisam se qualificar para poder acompanhar as vertiginosas transformações da ciência e da tecnologia, o que nos faz acreditar que estaríamos dando uma grande contribuição para a nossa região ao nos lançarmos ao desafio de propor e ofertar este nível de formação.

Assim a Pós-Graduação Stricto Sensu da FAMETRO , tem como política, o fortalecimento da formação continuada por meio da pesquisa e aperfeiçoamento profissional, conforme as linhas de pesquisas institucionais, devendo ser operacionalizada mediante os seguintes programas:

Projeto:

PEFC/CEUNI - FAMETRO: Projeto de Estímulo à Formação Continuada, por meio de bolsas e descontos: Funcionários, egressos, consanguíneos, Grupo IME.

É objetivo da Política de Ensino para Pós-Graduação Stricto Sensu:

Promover a formação continuada em nível de mestrado e doutorado acadêmico e profissional, para atuar na pesquisa e no ensino superior com finalidade didática, científica ou tecnológica, tendo em vista a produção, ampliação e difusão de conhecimentos por meio de parcerias acadêmicas e científicas com programas congêneres oferecidos por instituições de ensino superior brasileira e estrangeiras.

1.4.4 Matriz Curricular com Quadro de Optativas e Quadro Resumo do Curso

As Unidades Curriculares que compõem esse percurso de formação para o Curso Superior Bacharel em Direito, se organiza com uma série de 5 unidades curriculares (disciplinas), ministradas em dias determinados da semana, com 3 horas de aula (relógio) de duração.

Pelo critério de flexibilidade curricular, a carga horária prática de cada disciplina estará estabelecida nos Planos de Aprendizagem, sempre respeitado o princípio da proporcionalidade e adequação no equilíbrio entre teoria e prática que se apresenta de maneira diferente para cada unidade curricular. A carga horária prevista para a extensão conforme Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018 do CNE, também está distribuída por disciplinas atendendo o requisito de no mínimo 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular do curso.

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO COM EXTENSÃO

1º período	EXTENSÃO	T/P	CH Total
Teoria Geral do Direito			66
História do Direito	24	42	66
Redação e Linguagem Jurídica			66
FILOSOFIA E HERMENÊUTICA JURÍDICA	24	42	66
Metodologia do Trabalho Científico (EAD)			88
Subtotal			352
2º período			CH Total
Antropologia e Sociologia Jurídica	24	42	66
Psicologia Jurídica	24	42	66
Ciência Política e Teoria Geral do Estado			66
DIREITO CONSTITUCIONAL I - PRÍNCÍPIOS, DIREITOS E G			88
Direito Civil I - Parte Geral			66
Subtotal			352
3º período			CH Total
FUNDAMENTOS DE ECONOMIA			66
Direito Civil II – Obrigações			66
Direito Constitucional II – Organização do Estado e dos Poderes	22	44	66
Direito Penal I - Teoria do Crime			66

Teoria Geral do Processo			88
Subtotal			352
4º período			CH Total
Direito Civil – Responsabilidade Civil e Teoria dos Contratos			66
Direito Penal - Teoria da Pena	24	42	66
Direito Processual Civil – Parte Geral			88
TEORIA GERAL DO DIREITO ADMINISTRATIVO			66
Direito Constitucional – Processo Constitucional			66
Subtotal			352
5º período			CH Total
Direito Processual Penal – Teoria Geral			88
Direito Penal – Parte Especial			66
Direito Processual Civil – Procedimento Comum			66
DIREITO ADMINISTRATIVO APLICADO	22	44	66
Direito Civil – Contrato em Espécie			66
Subtotal			352
6º período			CH Total
Direito Processual Penal Parte Geral	24	42	66
Direito Civil V – Direito das Coisas			66
DIREITO COLETIVO DO TRABALHO E PREVIDENCIÁRIO			66
Direito Penal– Legislação Extravagante	24	42	66
Direito Processual Civil - Dos Processos nos Tribunais e Recursos			66
Subtotal			330
7º período			CH Total
DIREITO EMPRESARIAL	24	42	66
DIREITO CIVIL VI - FAMÍLIA E SUCESSÕES			66
DIREITO ECONÔMICO E FINANCEIRO			66
DIREITO PROCESSUAL PENAL APLICADO			66
PRÁTICA JURÍDICA SIMULADA I - CÍVEL			88
Subtotal			352

8º período			CH Total
DIREITO E PROCESSO AMBIENTAL			66
DIREITO E PROCESSO TRIBUTÁRIO	22	44	66
DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO			66
DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	22	44	66
PRÁTICA JURÍDICA SIMULADA II - PENAL			88
Subtotal			352
9º período			CH Total
DIREITOS HUMANOS			66
ÉTICA JURÍDICA E DEONTOLOGIA	24	42	66
OPTATIVA			66
PRÁTICA JURÍDICA SIMULADA III - TRABALHO			88
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I - TCC I			88
Subtotal			374
10º período			CH Total
DIREITO DAS RELAÇÕES DE CONSUMO	24	42	66
DIREITO DIGITAL			66
DIREITO ELEITORAL	24	42	66
MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS			88
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II - TCC II			66
Subtotal			352
Disciplinas optativas			
DESAFIOS JURÍDICOS NACIONAIS, REGIONAIS E LOCAIS			66
DIREITO AGRÁRIO			66
DIREITO CIBERNÉTICO			66
DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE			66
DIREITO DESPORTIVO			66
DIREITO MUNICIPAL			66
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL			66
DIREITO PORTUÁRIO			66

DIREITO URBANÍSTICO			66
LEGISLAÇÃO ESPECIAL			66
LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS			66
LÓGICA JURÍDICA			66
RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E AFRODESCENDÊNCIA			66
TÓPICOS ESPECIAIS			66
CARGA HORÁRIA TOTAL			3800
Disciplinas Obrigatórias			3366
Disciplina Optativa			924
Atividades Complementares			200
NPJ (Núcleo de Prática Jurídica)			264
Extensão (10% DA Carga Horária em Projetos de Extensão)			372

Ementário e Bibliografias das Disciplinas Obrigatórias e Optativas

Curso: Direito – 1º Período	
Disciplina: História do Direito	
Carga Horária: 66 horas	Modalidade: Presencial
Status: Obrigatória	Pré-Requisito: -
<p>Ementa: O A Pré-História do Direito: direitos arcaicos (fontes, características). O Direito e a História. O Direito nas Primeiras Civilizações: egípcios, babilônicos, hebreus, islâmicos, persas e hindus. O período Helênico e a Idéia de Justiça. Importância da Filosofia. Organização sócio-política. A Evolução e Declínio da Democracia e seus legados. O Direito Romano. Evolução Constitucional. O Direito interno: a cidade e a família (status). O Direito Romano: Evolução das fontes do Direito. O Saber Prudencial. A formação do Direito como ciência prática. O Direito Medieval. Particularismo e Assystematização de fontes, o Medievo Europeu. O renascimento dos estudos do direito romano. O direito canônico. O Direito e o Estado Moderno: Constitucionalismo e Codificação civil. O Direito na sociedade capitalista. História do Direito do Brasil: período das ordenações e codificações.</p>	

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ALVES, Moreira. **Direito romano**. 20.ed. São Paulo: Forense, 2021. (**Acervo digital Minha Biblioteca**)
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559640645/>
2. CICCIO, Cláudio de. **História do direito e do pensamento jurídico**. 9.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2023 (**Acervo digital Minha Biblioteca**)
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553626300/>
3. PALMA, Rodrigo Freitas. **História do Direito**. 9.ed. São Paulo: Saraiva JUR, 2022 (**Acervo digital Minha Biblioteca**)
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553620773/>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. MACIEL, José Fábio Rodrigues; AGUIAR, Renan. **Manual de história do direito**. 10.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2022 (**Acervo digital Minha Biblioteca**)
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553620315/>
2. SCALQUETTE, Rodrigo Arnoni. **História do direito: perspectivas histórico-constitucionais da relação entre estado e religião**. São Paulo: Atlas, 2013 (**Acervo digital Minha Biblioteca**)
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522481507/>
3. WOLKMER, Antônio Carlos. **História do direito no Brasil: tradição no Ocidente e no Brasil**. 11.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. (**Acervo digital Minha Biblioteca**)
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530987305/>
4. BITTAR, Eduardo C. B. (Org.) **História do direito brasileiro: leituras da Ordem Jurídica Nacional**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2017 (**Acervo digital Minha Biblioteca**)
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597013597/>
5. PALAIA, Nelson. **Noções essenciais de direito**. 6.ed. São Paulo: Saraiva, 2020. (**Acervo digital Minha Biblioteca**)
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788571441026/>

Curso: Direito – 1º Período

Disciplina: Teoria Geral do Direito

Carga Horária: 66 horas

Modalidade: Presencial

Status: Obrigatória

Pré-Requisito: -

Ementa:
Introdução à epistemologia jurídica: do conhecimento ao conhecimento científico. Objeto e finalidade da introdução ao estudo do Direito. O Direito no Universo dos Valores e no Universo da Cultura. Direito no quadro das Ciências Afins. O Direito e a Moral. Zetética e Dogmática. Aproximação à ideia de Direito: Jusnaturalismo, Positivismo Jurídico e o Pós-Positivismo Jurídico. Estrutura Tridimensional do Direito. Escola Crítica. Direito Alternativo. A Organização da sanção e o papel do Estado. Sanção e Coação. Teoria da Norma Jurídica. Estrutura, característica, atributos e classificação. Princípios como norma. Teoria das Fontes do Direito. Teoria da Relação Jurídica (Sujeitos de Direito; Direito Subjetivo e Objetivo; Fato, Ato e Negócio Jurídico; Dever Jurídico; Ilícito, responsabilidade jurídica. Sanção, Coação e Coercibilidade). Teoria do ordenamento jurídico. Teoria do Direito Intertemporal. Os Sistemas Jurídicos: Multiplicidade das Ordens Jurídicas. Teoria da Interpretação e Hermenêutica Jurídica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. DINIZ, Maria Helena. **Compêndio de introdução à ciência do direito**. 28.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2023 (**Acervo digital Minha Biblioteca**)

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553627369>

2. NADER, Paulo. **Introdução ao estudo do direito**. 45.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023. (*Acervo digital Minha Biblioteca*) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559647255/>

3. REALE, Miguel. **Lições preliminares do direito**. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. (*Acervo digital Minha Biblioteca*)

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502136847/>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BITTAR, Eduardo C. B. **Introdução ao estudo do direito: humanismo, democracia e justiça**. São Paulo: Saraiva Jur, 2022 (*Acervo digital Minha Biblioteca*)

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978655597066/>

2. FERRAZ JR., Tércio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação**. 12.ed. São Paulo: Atlas, 2024. (*Acervo digital Minha Biblioteca*)

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559773763/>

3. MARMELESTEIN, George. **Curso de Direitos Fundamentais**. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2019 (*Acervo digital Minha Biblioteca*)

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597021097/>

4. MASCARÓ, Alysso Leandro. **Introdução ao estudo do direito**. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2024 (*Acervo digital Minha Biblioteca*)

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559775644/>

5. VENOSA, Sílvio de Salvo. **Introdução ao estudo do direito**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2022 (*Acervo digital Minha Biblioteca*)

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771073/>

Curso: Direito – 1º Período

Disciplina: Redação e Linguagem Jurídica

Carga Horária: 66 horas

Modalidade: Presencial

Status: Obrigatória

Pré-Requisito: -

Ementa:

Comunicação Jurídica. Características do discurso normativo: enunciação e discurso. Tipologias discursivas: descrição, narração e dissertação. O emprego textual do vocabulário jurídico. O discurso jurídico e a prática forense. Estruturas linguísticas das peças judiciais e dos instrumentos jurídicos. Retórica. Lógica Jurídica. Argumentação e discurso. O discurso judicial e ciência do direito. Eloquência e Oratória Jurídica. Estilística. A interpretação do Direito e o papel da linguagem. Regras de interpretação, leitura e linguagem dos textos legais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BITTAR, Eduardo C. Bittar. **Linguagem jurídica: semiótica, discurso e direito**. 8.ed. São Paulo: Saraiva, 2022. (*Acervo digital Minha Biblioteca*) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553620346/>

2. PETRI, Maria José Constantino. **Manual de linguagem jurídica**. 3.ed. São Paul: Saraiva, 2017 (*Acervo digital Minha Biblioteca*) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553627451/>

3. SABBAG, Eduardo de Moraes. **Manual de português jurídico**. 11.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2023 (*Acervo digital Minha Biblioteca*)

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553627116/>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CAMPESTRINI, Hildebrando; FLORENCE, Ruy Celso Barbosa. **Como redigir petição inicial**. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2019. **(Acervo digital Minha Biblioteca)**
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553607617/pageid/0>
2. FERRAZ JR., Tércio Sampaio. **Argumentação jurídica**. 2.ed. São Paulo: Manole, 2016 **(Acervo digital Minha Biblioteca)**
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520451267/pageid/0>
3. FERRAZ JR., Tércio Sampaio. **Direito, retórica e comunicação: para uma pragmática do discurso jurídico**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2015 **(Acervo digital Minha Biblioteca)**
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522494446/pageid/0>
4. MEDEIROS, João Bosco; TOMASI, Carolina. **Português forense: língua portuguesa para o curso de direito**. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2018 **(Acervo digital Minha Biblioteca)**
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597017489/>
5. VALVERDE, Alda da Graça Marques; FETZNER, Néli Luiza Cavalieri; TAVARES JUNIOR, Nelson Carlos. **Linguagem e argumentação jurídica** (Peças Processuais: estruturas e argumentação). 6.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020 **(Acervo digital Minha Biblioteca)**<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530991487/>

Curso: Direito – 1º Período

Disciplina: Filosofia e Hermenêutica Jurídica

Carga Horária: 66 horas

Modalidade: Presencial

Status: Obrigatória

Pré-Requisito: -

Ementa:

Introduzir os principais conceitos e temas da filosofia do direito. Explorar as diferentes teorias de interpretação jurídica. Desenvolver a capacidade crítica dos estudantes para analisar e aplicar normas jurídicas. Discutir a relação entre direito, moral e justiça. Examinar casos práticos através das diferentes abordagens hermenêuticas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CASTILHO, Ricardo. **Filosofia geral e jurídica**. 8.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2023 **(Acervo digital Minha Biblioteca)**
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553624580/>
2. FERNANDEZ, Alexandre Cortez; LUCAS, João Ignácio Pires (Orgs.) **Escritos sobre filosofia do direito**. Caxias do Sul: EDUCS, 2022 (Biblioteca virtual Pearson) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/208187>
3. NADER, Paulo. **Filosofia do direito**. 28.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022 **(Acervo digital Minha Biblioteca)**
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559641963/>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BITTAR, Eduardo C. B.; ALMEIDA, Guilherme Assis de. **Curso de filosofia do direito**. 16.ed. São Paulo: Atlas, 2022 **(Acervo digital Minha Biblioteca)**
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559772698/>
2. LOPES, José Reinaldo de Lima. **Curso de filosofia do direito: o direito como prática**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2022 **(Acervo digital Minha Biblioteca)**
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771554/>
3. LUDWING, Celso Luiz. **Elementos de filosofia geral e filosofia jurídica: uma introdução crítica**. Curitiba: Intersaberes, 2021 **(Biblioteca virtual Pearson)** <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/191710>
4. MASCARÓ, Alysson Leandro. **Filosofia do direito**. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2023 **(Acervo digital Minha Biblioteca)**
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559774807/>
5. STEINER, Cássio V. S. **Filosofia geral e jurídica**. Porto Alegre: SAGAH, 2018 **(Acervo digital Minha Biblioteca)**
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595023079/>

Curso: Direito – 1º Período

Disciplina: Metodologia do Trabalho Científico

Carga Horária: 88 horas

Modalidade:EAD

Status: Obrigatória	Pré-Requisito: -
Ementa: A ciência e seu método. Introdução ao pensamento científico. A importância do ato de ler. O estudo de textos teóricos. A pesquisa científica: técnicas básicas, importância e tipos. O trabalho científico: tipos e elementos constitutivos. Normalização técnico-científica. O projeto de pesquisa. A Normatização de Trabalhos Acadêmicos.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA 1. GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa . 7.ed. São Paulo: Atlas, 2022 (Acervo digital Minha Biblioteca) https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771653/ 2. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico . 8.ed. São Paulo: Atlas, 2022 (Acervo digital Minha Biblioteca) https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559770670/ 3. SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico . 24.ed. São Paulo: Cortez, 2018 (Acervo digital Minha Biblioteca) https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788524925207/	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR 1. AQUINO, Italo de Souza. Como escrever artigos científicos . 9.ed. São Paulo: Saraiva, 2019. (Acervo digital Minha Biblioteca) https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788571440289/pageid/0 2. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa . 9.ed. São Paulo: Atlas, 2021 (Acervo digital Minha Biblioteca) https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597026610/epubcfi/6/2[%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml0!4/2/2%4051:2 3. MEDEIROS, João Bosco. Redação científica: prática de fichamentos, resumos, resenhas . 13.ed. São Paulo: Atlas, 2023 (Acervo digital Minha Biblioteca) https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597020328/ 4. MEZZARROBA, Orides; MONTEIRO, Claudia Servilha. Manual de metodologia da pesquisa no direito . 8.ed. São Paulo: Saraiva jur, 2019 (Acervo digital Minha Biblioteca) https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553611560/pageid/0 5. QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo; FEFERBAUM, Marina (Coords.) Metodologia da pesquisa em direito: técnicas e abordagens para a elaboração de monografias, dissertações e teses . 3.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2023 (Acervo digital Minha Biblioteca) https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553627994/	

Curso: Direito 2º período	
Disciplina: Ciência Política e Teoria do Estado	
Carga Horária: 66 horas	Modalidade: Presencial
Status: Obrigatória	Pré-Requisito: -
Ementa: A teoria do Estado Moderno. Poder Político e Institucionalização. Sociedade/Estado. Estado de Direito. Estado Constitucional. Estado Democrático. Poderes. Governo, formas e sistemas. Democracia e cidadania. A Federação. O Estado e globalização. Teoria da Constituição. Direito Constitucional e Princípios Constitucionais. Teorias constitucionais contemporâneas. Constituição de 1988.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	

1. BARROSO, Luís Roberto. **Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo**. 12.ed. São Paulo: Saraiva, 2024 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553621132/>
2. MALUF, Sahid. **Teoria Geral do Estado**. 36.ed. São Paulo: Saraiva, 2022. (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553626171/>
3. GAMBA, João Roberto Gorini. **Teoria geral do estado e ciência política**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2023 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559775316/>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. FERREIRA, Lier Pires; GUANABARA, Ricardo; JORGE, Vladimyr Lombardo (Org.) **Curso de ciência política: grandes autores do pensamento político moderno contemporâneo**. 6.ed. Rio de Janeiro: Processo, 2024 (**Biblioteca virtual Pearson**) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/213234>
2. FILOMENO, José Geraldo Brito. **Teoria geral do Estado e da constituição**. 11.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530986858/>
3. LUCAS, João Ignacio Pires. **Ciência política**. Caxias do Sul: EDUCS, 2021 (**Biblioteca virtual Pearson**) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/198259>
4. MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 39.ed. São Paulo: Atlas, 2023 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559774944/>
5. SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de direito constitucional**. 13.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553621163/>

Curso: Direito – 2º Período

Disciplina: Direito Civil – Parte Geral

Carga Horária: 66 horas

Modalidade: Presencial

Status: Obrigatória

Pré-Requisito: -

Ementa:

Teoria Geral do Direito Civil. Fontes do Direito Civil. Sistema do Código Civil Brasileiro: civil Law x common law. Relação Jurídica: elementos internos e externos. Sujeitos da relação jurídica: pessoa natural e pessoa jurídica. Direitos da Personalidade. Do Domicílio. Objeto: dos bens e sua classificação. Dos Fatos, Atos e Negócios Jurídicos. Forma dos Atos Jurídicos. Prova dos Atos Jurídicos. Negócio Jurídico: elementos, defeitos, provas e modalidades. Negócio jurídico: teoria das invalidades. Atos ilícitos. Prescrição e decadência.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro: parte geral**. v.1. 22.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553622542>
2. TARTUCE, Flávio. **Direito Civil: lei de introdução e parte geral**. v.1. 19.ed. São Paulo: Forense, 2023. (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559646951/>
3. TEPEDINO, Gustavo; OLIVA, Milena Donato. **Teoria geral do direito civil: fundamentos do direito civil**. v.1. 5.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530994471/>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Manual de direito civil: volume único**. 8.ed. São Paulo: Saraiva, 2024 (**Acervo digital Minha Biblioteca**)

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553620210/>

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil esquematizado: parte geral, obrigações e contratos.** v.1. 14.ed. São Paulo: Saraiva, 2024. (**Acervo digital Minha Biblioteca**)

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553622023/>

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil: introdução ao direito civil (Teoria Geral do direito civil)** v.1. 35.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024 (Clássicos Forense) (**Acervo digital Minha Biblioteca**)

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559649105/>

TARTUCE, **Manual de direito civil: volume único.** 14.ed. São Paulo: Método, 2024 (**Acervo digital Minha Biblioteca**)

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559649884/>

VENOSA, Silvio de Sávio. **Direito civil: parte geral.** v.1. 24.ed. São Paulo: Atlas, 2024 (**Acervo digital Minha Biblioteca**)

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559775750/>

Curso: Direito – 2º Período

Disciplina: Psicologia Jurídica

Carga Horária: 66 horas

Modalidade: Presencial

Status: Obrigatória

Pré-Requisito: -

Ementa:

Características do desenvolvimento da personalidade e processo de socialização. Convivência em grupo e relações humanas. Motivação e exercício profissional. O fator humano dentro do contexto psicossocial. A psicologia e sua relação com o campo jurídico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAIRÉS, Maria Adelaide de Freitas. **Psicologia jurídica.** São Paulo: Vetor: 2003

FIORELLI, José Osmir; MANGINI, Rosana Cathya Ragazzoni. **Psicologia jurídica.** 10.ed. São Paulo: Atlas, 2020

JESUS, Fernando. **Psicologia aplicada à justiça.** 4.ed. Goiânia: AB, 2016

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COLETTA, Eliane Dalla et.al. **Psicologia e criminologia.** Porto Alegre: SAGAH, 2018 (**Acervo digital Minha Biblioteca**)

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595024649/pageid/0>

HUSS, Matthew T. **Psicologia forense.** Porto Alegre: Artmed, 2011 (**Acervo digital Minha Biblioteca**)

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788536325545/pageid/0>

MARTINS, Simone; BEIRAS, Adriano; CRUZ, Roberto Moraes (Orgs.) **Reflexões e experiências em psicologia jurídica no contexto criminal/penal.** São Paulo: Vetor, 2012

SERAFIM, Antonio de Pádua; SAFFI, Fabiana. **Psicologia e práticas forenses.** 3.ed. São Paulo: Manole, 2019 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555761344/>

SOUZA, André Peixoto de; SCHERER, Daniel Corteline. **Psicologia jurídica.** Curitiba: Intersaberes, 2020 (Série Do Crime e das Penas) (**Biblioteca virtual Pearson**) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185160>

Curso: Direito – 2º Período

Disciplina: Antropologia e Sociologia Jurídica

Carga Horária: 66 horas	Modalidade: Presencial
Status: Obrigatória	Pré-Requisito: -

Ementa:
 Estudo do Direito sob o ponto de vista antropológico: A natureza da ação jurídica. Análise de processos, resoluções, disputas e situações de conflito em diferentes sociedades. Fundamentos da Sociologia do Direito. Condição social do homem no contexto histórico da Sociologia. Sociologia e sociedade industrial, estratificação social, mobilidade social, sociedade civil e sociedade política – fetiche da forma jurídica. Investigação do papel do direito como instrumento de organização, controle e direção social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. SOARES, Ricardo Maurício Freire. **Sociologia e antropologia do direito**. São Paulo: Saraiva, 2022 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553622098/>
2. MASCARÓ, Alysson Leandro. **Sociologia do direito**. São Paulo: Atlas, 2023 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559773824/>
3. SCURO NETO, Pedro. **Sociologia geral e jurídica: a era do direito cativo**. 8.ed. São Paulo: Saraiva, 2019. (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553611720/>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CARNIO, Henrique Garbellini. **Direito e antropologia**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2020 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553618101/pageid/0>
2. PALMA, Rodrigo Freitas. **Antropologia jurídica**. 2.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2023 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553627000/>
3. ROCHA, José Manuel de Sacadura. **Sociologia jurídica: fundamentos e fronteiras**. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559644605/>
4. SILVA, Enio Waldir da. **Sociologia Jurídica**. 2.ed. Rio Grande do Sul: UNIJUI, 2021. (Coleção Direito, Política e Cidadania, 25) (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786586074819/pageid/0>
5. SILVA, Felipe Gonçalves; RODRIGUEZ, José Rodrigo (Coords.) **Manual de sociologia jurídica**. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2019 (**Acervo digital Minha Biblioteca**)

Curso: Direito – 2º Período	
Disciplina: Fundamentos da Economia	
Carga Horária: 88 horas	Modalidade: EAD
Status: Obrigatória	Pré-Requisito: -

Ementa:
 Concepções e Definições sobre Ciência Econômica. Métodos de investigação da Ciência Econômica. Objeto da Ciência Econômica. Problemas Fundamentais da Economia. A Escassez e a organização econômica. Funcionamento de uma economia de mercado: fluxo real e fluxo monetário, classificação dos bens e fatores de produção. A Economia e o Direito. Microeconomia: a hipótese Coeteris Paribus, o papel dos preços relativos, objetivos da empresa. Divisão do estudo microeconômico: Demanda, Oferta e equilíbrio de mercado, Interferência do Governo no equilíbrio de mercado. Elasticidade. Estruturas de mercado.

Bibliografia Básica:

1. MANKIW, N. Gregory. **Introdução à economia**. 8.ed. São Paulo: Cengage, 2020. (Acervo digital Minha Biblioteca) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522127924>

2. GIAMBIAGI, Fabio [et al.]. Economia brasileira contemporânea. 3.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2021. (Acervo digital Minha Biblioteca) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595154766>
3. VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; GARCIA, Manuel Enriquez. Fundamentos de economia. 6.ed. São Paulo: Saraiva, 2019. (Acervo digital Minha Biblioteca) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553131747>

Bibliografia Complementar:

1. SILVA, Daniele Fernandes da; SILVA, Rosangela Aparecida da. Fundamentos da economia. Porto Alegre: SAGAH, 2018. (Acervo digital Minha Biblioteca) [tps://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595028333](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595028333)
2. LACERDA, Antônio Corrêa de [et al.]. Economia brasileira. 6.ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. (Acervo digital Minha Biblioteca) [tps://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788547231798](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788547231798)
3. GUIMARÃES, Bernardo; GONÇALVES, Carlos Eduardo. Introdução à economia. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017. (Acervo digital Minha Biblioteca) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595152205>
4. ROSSETTI, José Paschoal. Introdução à economia. 21.ed. São Paulo: Atlas, 2016. (Minha Biblioteca) [tps://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597008081](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597008081)
5. VASCONCELLOS, Marco Antonio. Economia fácil. São Paulo: Saraiva, 2015. (Minha Biblioteca) [tps://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502634473](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502634473)

Curso: Direito – 3º Período

Disciplina: Direito Constitucional – Organização do Estado e dos Poderes

Carga Horária: 66 horas

Modalidade: Presencial

Status: Obrigatória

Pré-Requisito: -

Ementa:

Organização dos poderes da república. A estrutura federativa: União, Estados Membros, DF e Municípios. Divisão funcional do poder — organização dos poderes: Legislativo; executivo; poder judiciário. Funções essenciais à justiça. Defesa do estado e das instituições democráticas. Direitos à educação; cultura; comunicação social. Remédios Constitucionais. Controle de Constitucionalidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional** (Atualizado até a EC 128 de 22.12.2022). 39.ed. São Paulo: Atlas, 2023 (*Acervo digital Minha Biblioteca*) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559774944/>
2. BARROSO, Luís Roberto. **Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo**. 12.ed. São Paulo: Saraiva, 2024 (*Acervo digital Minha Biblioteca*) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553621132/>
2. FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional**. 42. ed. São Paulo. Saraiva, 2022. (*Acervo digital Minha Biblioteca*) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559644599/>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. **Constituição Federal** (atualizada de acordo com a Reforma Tributária EC N.132). 16.ed. São Paulo: Manole, 202r (*Acervo digital Minha Biblioteca*) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520463352/>
2. CUNHA, Paulo Ferreira da. **Direito Constitucional geral**. 4.ed. Curitiba: Intersaberes, 2022 (*Biblioteca virtual Pearson*) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/211879>
3. MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**. 16.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2021 (Série IDP) (*Acervo digital Minha Biblioteca*) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555593952/>

4. SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de direito constitucional**. 13.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553621163/>

5. LENZA, Pedro. **Direito constitucional**. 28 ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024 (Coleção Esquematizado) (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553621958/>

Curso: Direito – 3º Período

Disciplina: Direito Civil - Obrigações

Carga Horária: 66 horas

Modalidade: Presencial

Status: Obrigatória

Pré-Requisito: -

Ementa:

Introdução ao Direito das Obrigações. Noção, estrutura e função das obrigações. Modalidades das obrigações. Cumprimento da obrigação: pagamento direto e indireto. Transmissão das obrigações. Responsabilidade Civil contratual: Inadimplemento absoluto e mora (arts. 389 a 420 do CC). Cláusula penal, “Astreinte” e Arras. Atos unilaterais. Enriquecimento sem causa e pagamento indevido.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. GAGLIANO, Pablo Stolze-Pamplona Filho, Rodolfo. **Novo curso de direito civil: obrigações**. v.2 25 ed. São Paulo: Saraiva, 2024. (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553629776/>

2. MIRAGEM, Bruno. **Direito civil: direito das obrigações**. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530994259/>

3. TARTUCE, Flávio. **Direito civil: direito das obrigações e responsabilidade civil**. v.2. 19 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024. (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559649747/>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro: teoria geral das obrigações**. v. 2. 39.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553622580/>

2. GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro: teoria geral das obrigações**. v.2. 21 ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024 (**Acervo digital Minha Biblioteca**). <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553622528/>

3. LOBO, Paulo. **Direito civil: obrigações**. v.2. 12.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553623143/>

4. PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil: teoria geral das obrigações**. v.2. 34.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559649143/>

5. VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil: obrigações e responsabilidade civil**. v.2. 24.ed. São Paulo: Atlas, 2024 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559775736/>

Curso: Direito – 3º Período

Disciplina: Direito Penal – Teoria do Crime

Carga Horária: 66 horas

Modalidade: Presencial

Status: Obrigatória

Pré-Requisito: -

Ementa:

Direito penal: considerações gerais: conceito; nomenclatura; características; concepção da aplicação da Lei Penal: Interpretação. Princípios. Lei Penal no tempo. Lei Excepcional ou Temporária. Tempo do crime. Territorialidade. Lugar do

crime. Extraterritorialidade; Pena cumprida no estrangeiro Eficácia de sentença estrangeira. Contagem de prazo. Frações não computáveis da pena. Legislação especial. Do crime: Relação de causalidade. Crime consumado. Tentativa. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. Arrependimento posterior. Crime Impossível. Tipicidade: fato típico. Classificação. Exclusão da conduta. Relação de causalidade. Crime consumado. Tentativa Desistência voluntária e arrependimento eficaz. Arrependimento posterior. Crime impossível. Antijuridicidade: conceito; sistemas; exclusão da ilicitude; Culpabilidade: conceito; sistemas; espécFAMETRO ; crime doloso; crime culposo; erro sobre elementos do tipo; erro sobre a ilicitude do fato; coação irresistível e obediência hierárquica. Da imputabilidade penal: conceito; espécFAMETRO ; imputabilidade; inimputabilidade. Do concurso de pessoas: conceito;espécFAMETRO ; circunstâncias incommunicáveis; imputabilidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. JUNQUEIRA, Gustavo Octaviano Diniz; VANZOLINI, Patrícia. **Manual de direito penal: parte geral**. 10.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024 (**Acervo digital Minha Biblioteca**)

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553620111/>

2. PARDAL, Rodrigo Franscisoni Costa. **Direito penal: parte geral**. v.1. 2.ed. São Paulo: Rideel, 2023. (**Biblioteca virtual Pearson**) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/213156>

3. NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de direito penal**. (Volume único) 19.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559646630/>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal: parte geral** (Arts. 1 ao 120). v.1. 30.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553629325/>

2. ESTEFAM, André. **Direito penal: parte geral** (Arts. 1 ao 120). 13.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553620708/>

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Curso de direito penal: parte geral** (Arts. 1 ao 120) v.1. 8.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553621002/>

GRECO, Rogério. **Direito penal estruturado**. 3.ed. Rio de Janeiro: Método, 2023 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559647651/>

RODRIGUES, Cristiano. **Manual de direito penal**. 3.ed. São Paulo: Foco, 2022 (**Biblioteca virtual Pearson**) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/208823>

Curso: Direito – 3º Período

Disciplina: Teoria Geral do Processo

Carga Horária: 66 horas

Modalidade: Presencial

Status: Obrigatória

Pré-Requisito: -

Ementa:
Noções introdutórias e históricas. Conceitos jurídicos fundamentais processuais. Jurisdição. Direito processual. Ação. Relação processual. Princípios processuais. Meios extrajudiciais de resolução de conflitos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ALVIM, J. E. Carreira. **Teoria geral do processo**. 25.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530994433/>

2. MARTINS, Sérgio Pinto. **Teoria geral do processo**. 9.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553623358/>

3. MELLO, Cleyson de Moraes. **Teoria geral do processo**. 2.ed. Rio de Janeiro: Processo, 2023 (**Biblioteca virtual Pearson**) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/208339>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BARROSO, Carlos Eduardo Ferraz de Matos. **Processo civil: teoria geral dos processos e processo do conhecimento**.

- 19.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553629356/>
2. FUX, Luiz. **Curso de direito processual civil**. 6.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559648474/>
3. SILVA, Rodrigo Otávio Monteiro da. **Teoria geral do processo**. Curitiba: Intersaberes, 2022 (Série Estudos Jurídicos. Teoria do Direito e Formação Profissional) (**Biblioteca virtual Pearson**) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/197775>
4. SOUZA, André Pagani de *et al.* **Teoria geral do processo contemporâneo**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2024 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559776276/>
5. RODRIGUES, Horácio Wanderley; LAMY, Eduardo de Avelar. **Teoria Geral do Processo**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2023. (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559774555>

Curso: Direito – 3º Período

Disciplina: Direito Administrativo – Teoria Geral

Carga Horária: 66 horas

Modalidade: Presencial

Status: Obrigatória

Pré-Requisito: -

Ementa:
 Direito Administrativo: conceito e posição enciclopédica. Princípios norteadores. O ato administrativo: conceito, elementos, classificação, extinção, alteração, suspensão. O contrato administrativo: as licitações, concorrência pública, tomada de preços, convite. Concurso. Leilão. Conceito, formação, execução. Modificação, extinção e nulidade do contrato administrativo. Dos agentes administrativos. Agentes funcionários e não funcionários. Direito e processo disciplinar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. COUTO, Reinaldo; CAPÁGIO, Alvaro. **Curso de direito administrativo**. 5.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2022 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553620452/>
2. CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 38.ed. São Paulo: Saraiva, 2024. (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559776078/>
3. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 37.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559649440/>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. HIGA, Alberto Shinji; CASTRO, Marcos Pereira; OLIVEIRA, Simone Zanotello de. **Manual de direito administrativo**. 2.ed. São Paulo: Rideel, 2021 (**Biblioteca virtual Pearson**) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203756>
2. MARRARA, Thiago. **Manual de direito administrativo: funções administrativas, intervenção na propriedade e bens estatais**. São Paulo: Foco, 2024 (**Biblioteca virtual Pearson**) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/213763>
3. MAZZA, Alexandre. **Manual de Direito Administrativo**. 13.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553627055/>
4. NOHARA, Irene Patrícia Diom. **Direito administrativo**. 13.ed. São Paulo: Atlas, 2024 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559775934/>
5. SPITZCOVSKY, Celso. **Direito administrativo**. 7.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024 (Coleção Esquematizado) (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553622719/>

Curso: Direito – 4º Período	
Disciplina: Direito Penal – Teoria da Pena	
Carga Horária: 66 horas	Modalidade: Presencial
Status: Obrigatória	Pré-Requisito: -
Ementa: Das penas. Da cominação das penas. Da aplicação das penas. Concurso de crimes. Suspensão condicional da pena. Do livramento condicional. Das medidas de segurança. Da ação penal. Da extinção da punibilidade.	
Bibliografia Básica: 1. JUNQUEIRA, Gustavo Octaviano Diniz; VANZOLINI, Patrícia. Manual de direito penal: parte geral. 10.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. (Minha Biblioteca) https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553620111/ 2. PARDAL, Rodrigo Francisconi Costa. Direito penal: parte geral. v.1. 2.ed. São Paulo: Rideel, 2023. (Pearson) https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/213156 3. NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de direito penal. (Volume único) 19.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023 (Acervo digital Minha Biblioteca) https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559646630/	
Bibliografia Complementar: 1. ANDREUCCI, Ricardo Antonio. Manual de direito penal. 15.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2021 (Acervo digital Minha Biblioteca) https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555598377/ 2. ESTEFAM, André (Coord.) Direito penal contemporâneo: temáticas em homenagem ao professor Damásio de Jesus. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. (Acervo digital Minha Biblioteca) https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978655597486/ 3. GRECO, Rogério. Direito penal estruturado. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023 (Acervo digital Minha Biblioteca) https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559647651 4. MOREIRA FILHO, Guaracy. Código penal comentado. São Paulo: Rideel, 2023 (Biblioteca virtual Pearson) https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/213431 5. RODRIGUES, Cristiano. Manual de direito penal. 3.ed. São Paulo: Foco, 2022 (Biblioteca virtual Pearson) https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/208823	

Curso: Direito – 4ª Período	
Disciplina: Direito Processual Civil – Parte Geral	
Carga Horária: 66 horas	Modalidade: Presencial
Status: Obrigatória	Pré-Requisito: Teoria do Processo Civil
Ementa: Propedêutica. Princípios. Da Competência. Sujeitos do processo. Dos Atos Processuais. Da Comunicação dos Atos Processuais. Negócios jurídicos processuais. Tutelas provisórias. Formação e Suspensão do Processo.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA 1. CÂMARA, Alexandre Freitas. O novo processo civil brasileiro. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2022 (Acervo digital Minha Biblioteca) https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559772575/ 2. DONIZETTI, Elpídio. Curso de direito processual civil. (volume único) 26.ed. São Paulo: Atlas, 2023 (Acervo digital	

Minha Biblioteca <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559774630/>

3. GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. **Curso de direito processual civil: teoria geral**. v.1. 21.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024 (**Acervo digital Minha Biblioteca**)

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553623273/>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BUENO, Cassio Scarpinella. **Manual de direito processual civil**. 9.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2023 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553624528/>

2. FUX, Luiz. **Curso de direito processual civil**. 6.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559648474/>

3. LOURENÇO, Haroldo. **Processo civil sistematizado**. 6.ed. Rio de Janeiro: Método, 2021 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559640133/>

4. RIBEIRO, Marcelo. **Processo civil**. 3.ed. Rio de Janeiro: Método, 2023 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559646166/>

5. THEODORO, Humberto. **Curso de direito processual civil: teoria geral do direito processual civil, processo de conhecimento, procedimento comum**. v.1. 65.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559649389/>

Curso: Direito – 4º Período

Disciplina: Direito Civil – Responsabilidade Civil e Teoria dos Contratos

Carga Horária: 66 horas

Modalidade: Presencial

Status: Obrigatória

Pré-Requisito: -

Ementa:

Responsabilidade jurídica e Responsabilidade civil. Elementos da responsabilidade civil: conduta, dano, nexo de causalidade. EspécFAMETRO de responsabilidade civil. A culpa. Responsabilidade civil subjetiva. Responsabilidade objetiva. Responsabilidade civil extracontratual. Responsabilidade civil contratual. Responsabilidade civil do Estado. Meios de defesa ou excludentes de ilicitude. Aspectos processuais da responsabilidade civil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil: contratos**. 7.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553629714/>

TARTUCE, Flávio. **Direito civil: teoria geral dos contratos e contratos em espécie**, v.3. 19.ed. Rio de Janeiro:Forense, 2024. (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559649723/>

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil: contratos**. v.3. 24.ed. São Paulo: Atlas, 2024. (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559775699/>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro: contratos e atos unilaterais**, v.3. 21.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553622474/>

LOBO, Paulo. **Direito civil: contratos**. v.3. 10.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553623129/>

MELLO, Cleyson de Moraes. **Direito civil: contratos**. 5.ed. Rio de Janeiro: Processo, 2023. (**Biblioteca virtual Pearson**) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/208152>

TEPEDINO, Gustavo; KONDER, Carlos Nelson; BANDEIRA, Paula Greco. **Fundamentos do direito civil: contratos**, v.3. 5.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024. (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530994518/>

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil: contratos**, v.3. 25.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022. (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559643387/>

Curso: Direito – 4º Período	
Disciplina: Direito Constitucional – Processo Constitucional	
Carga Horária: 66 horas	Modalidade: Presencial
Status: Obrigatória	Pré-Requisito: -
Ementa: Afirmção da democracia participativo-deliberativa: os direitos políticos. A questão da nacionalidade. Visão geral sobre o sistema eleitoral e os partidos políticos. A organização político-administrativa do Estado Brasileiro. Escolas de Hermenêutica Constitucional. A Constitucionalização do direito brasileiro: ganhos e perdas – uma reflexão crítica. A organização dos poderes. Poder e processo Legislativo. Tipologia normativa constitucional. Constituição e o sistema brasileiro de tributação. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária. Poder Executivo e atribuições do Presidente da República. O processo de impeachment. O poder judiciário. Estrutura e características. Ações Constitucionais.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
1. MORAES, Alexandre de. Direito constitucional (Atualizado até a EC 128 de 22.12.2022).39.ed. São Paulo: Atlas, 2023 (Acervo digital Minha Biblioteca) https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559774944/	
2. BARROSO, Luís Roberto. Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo . 12.ed. São Paulo: Saraiva, 2024 (Acervo digital Minha Biblioteca) https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553621132/	
3. FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Curso de Direito Constitucional . 42. ed. São Paulo.Saraiva, 2022. (Acervo digital Minha Biblioteca) https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559644599/	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
1. Constituição Federal (atualizada de acordo com a Reforma Tributária EC N.132). 16.ed.São Paulo: Manole, 202r (Acervo digital Minha Biblioteca) https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520463352/	
2. CUNHA, Paulo Ferreira da. Direito Constitucional geral . 4.ed. Curitiba: Intersaberes, 2022 (Biblioteca virtual Pearson) https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/211879	
3. MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional .16.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2021 (Série IDP) (Acervo digital Minha Biblioteca) https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555593952/	
4. SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. Curso de direitoconstitucional . 13.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024 (Acervo digital Minha Biblioteca) https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553621163/	
LENZA, Pedro. Direito constitucional . 28 ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024 (Coleção Esquematizado) (Acervo digital Minha Biblioteca) https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553621958/	

Curso: Direito – 4º Período	
Disciplina: Direito Administrativo Aplicado	
Carga Horária: 66 horas	Modalidade: Presencial
Status: Obrigatória	Pré-Requisito: -
Ementa: Agentes Públicos. Serviço Público. Intervenção estatal na propriedade. Intervenção estatal no domínio econômico. Licitação e Contrato Administrativo. Responsabilidade extracontratual do Estado. Procedimento Administrativo. Improbidade Administrativa.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
BETTI, Bruno. Manual de direito administrativo . Rio de Janeiro: Forense, 2024 (Acervo digital Minha Biblioteca) https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559648993/	
MAZZA, Alexandre. Manual de direito administrativo . 14. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. (Acervo digital Minha Biblioteca) https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553620296/	
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo . 37. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024. (Acervo digital Minha	

Biblioteca) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559649440/>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAMPOS, Ana Claudia. **Direito administrativo facilitado**. 3.ed. Rio de Janeiro: Método, 2023 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559648696/>

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 38.ed. São Paulo: Atlas, 2024 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559776078/>

NOHARA, Irene Patrícia Diom. **Direito administrativo**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2024. (**Acervo digital Minha biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559775934/>

OLIVEIRA, Rafael Caralho Rezende. **Curso de direito administrativo**. 12.ed. Rio de Janeiro: Método, 2024 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553620067/>

SPITZCOVSKY, Celso. **Nova lei de licitações e contratos administrativos: principais diretrizes e mudanças** (De acordo com a Lei n. 14.133 de 2021). 2.ed. São Paulo: Expressa, 2024 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553623242/>

Curso: Direito – 5º Período

Disciplina: Direito Civil – Contratos em Espécie

Carga Horária: 66 horas

Modalidade: Presencial

Status: Obrigatória

Pré-Requisito: -

Ementa:

Teoria Geral dos Contratos. Princípios fundamentais do direito contratual e interpretação dos contratos. Formação dos contratos. Relatividade dos contratos. Efeitos e extinção dos contratos. Teoria da Imprevisão e Resolução por Onerosidade Excessiva. Compra e venda. Permuta. Contrato estimatório. Doação. Empréstimo: comodato e mútuo. Locação do Código Civil e de Imóvel Urbano (Lei 8.245/91). Seguro. Empreitada. Mandato. Fiança. Jogo e Aposta. Constituição de renda. Transação. Compromisso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil: contratos**. 7.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553629714/>

TARTUCE, Flávio. **Direito civil: teoria geral dos contratos e contratos em espécie**, v.3. 19.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024. (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559649723/>

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil: contratos**. v.3. 24.ed. São Paulo: Atlas, 2024. (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559775699/>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro: contratos e atos unilaterais**, v.3. 21.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553622474/>

LOBO, Paulo. **Direito civil: contratos**. v.3. 10.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553623129/>

MELLO, Cleyson de Moraes. **Direito civil: contratos**. 5.ed. Rio de Janeiro: Processo, 2023. (**Biblioteca virtual Pearson**) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/208152>

TEPEDINO, Gustavo; KONDER, Carlos Nelson; BANDEIRA, Paula Greco. **Fundamentos do direito civil: contratos**, v.3. 5.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024. (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530994518/>

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil: contratos**, v.3. 25.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022. (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559643387/>

Curso: Direito – 5º Período

Disciplina: Direito Penal – Parte Especial

Carga Horária: 66 horas

Modalidade: Presencial

Status: Obrigatória

Pré-Requisito: -

Ementa:

Dos crimes contra a pessoa: Dos crimes contra a vida. Das lesões corporais. Da periclitaco da vida e da saúde. Da rixa. Dos crimes contra a honra. Dos crimes contra a liberdade individual. Dos crimes contra a liberdade pessoal. Dos crimes contra a inviolabilidade do domicílio. Dos crimes contra a inviolabilidade de correspondência. Dos crimes contra a inviolabilidade dos segredos. Dos crimes contra o patrimônio. Do furto. Do roubo e da extorsão. Da usurpao. Apropriao indébita. Do estelionato e outras fraudes. A receptao.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal:** parte especial (arts. 213  359-T). v.3. 22.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553620944/>

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Curso de direito penal:** parte especial (arts. 184  359-R). 5.ed. v.3. São Paulo: Saraiva Jur, 2024 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553620968/>

MASSON, Cleber. **Direito penal:** parte especial (arts. 213  359-t) v.3. 14.ed. Rio de Janeiro: Método, 2024 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559649549/>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GRECO, Rogério. **Curso de direito penal (Artigos 121 a 212 do Código Penal).** v.2. 20.ed. São Paulo: Atlas, 2023 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559774579/>

_____. **Curso de de direito penal (Artigos 213  361 do Código Penal).** v.3. 21.ed. São Paulo: Atlas, 2024 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559775835/>

MIRABETE, Julio Fabbrini; FABBRINI, Renato N. **Manual de direito penal:** parte especial (arts. 235 a 361 do CP). 34.ed. São Paulo: Foco, 2024 (Biblioteca virtual Pearson) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/213754>

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de direito penal (volume único).** 19.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559646630>

PEDROSO, Fernando Gentil Gizzi de Almeida. **Direito penal:** parte especial. São Paulo: Rideel, 2022 (Coleo Amo Direito) (**Biblioteca virtual Pearson**) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/209329>

Curso: Direito – 5º Período

Disciplina: Direito Processual Civil – Procedimento Comum

Carga Horária: 66 horas

Modalidade: Presencial

Status: Obrigatória

Pré-Requisito: Direito Processual Civil I

Ementa:

PROVAS. Conceito. Objeto. Ônus. Produo Valorao. Prova emprestada. Prova ilícita. Provas em espécie. Depoimento Pessoal. Confissão. Prova Documental. Prova Testemunhal. Prova Pericial. Inspeo Judicial. Audiência de Instruo e Julgamento: procedimentos e registro. Poderes do Juiz na Audiência de Instruo e Julgamento. SENTENÇA. Conceito. Classificao. Princípio da congruência. Elementos. Sentença extra petita. Sentença ultra petita. Sentença citra petita. COISA JULGADA. Conceito e distinoes. Pressupostos. Efeitos. Regime jurídico. Limites subjetivos e objetivos. Questões prejudiciais. Instrumentos de revisão e relativizao da coisa julgada. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS. Aspectos gerais. Ao de consignaco em pagamento. Ao possessória aoes de locao. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. Princípios. Competência. Procedimento. Teoria Geral da Prova. Audiência de instruo e julgamento. Sentença. Coisa julgada. Procedimentos especiais – aspectos gerais. Juizados especiais cíveis.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARROSO, Carlos Eduardo Ferraz de Mattos. **Processo civil:** Teoria geral do processo e processo do conhecimento. 19.ed. São Paulo: Sariva Jur, 2024 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553629356/>

NEGRÃO, Teotnio. **Código de Processo Civil e Legislao Processual em Vigor.** 55.ed. São Paulo: Saraiva, 2024 (**Acervo**)

digital Minha Biblioteca) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553622207/>

RIBEIRO, Marcelo. **Processo civil**. 3.ed. Rio de Janeiro: Método, 2023 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) [https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559646166/epubcfi/6/2\[%3Bvnd.vst.idref%3Dcover!\]/4/2/2%4051:2](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559646166/epubcfi/6/2[%3Bvnd.vst.idref%3Dcover!]/4/2/2%4051:2)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FUX, Luiz. **Curso de direito processual civil**. 6.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559648474>

GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. **Curso de direito processual civil: teoria geral**. v.1. 21.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024 (**Acervo digital Minha Biblioteca**)

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553623273/>

MELO, Nehemias Domingos de. **Lições de processo civil: processo de execução e procedimentos especiais**. v.2. 3.ed. São Paulo: Foco, 2022 (**Biblioteca virtual Pearson**) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/211392>

MELLO, Cleyson de Moraes. **Processo civil: teoria geral do processo**. 3.ed. Rio de Janeiro: Processo, 2024 (**Biblioteca Virtual Pearson**) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/213526>

NEGRÃO, Theotônio. *et.al.* **Código de processo civil e legislação processual em vigor**. 55.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024 (**Acervo digital Minha biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553622207/>

Curso: Direito – 5º Período

Disciplina: Direito Empresarial

Carga Horária: 66 horas

Modalidade: Presencial

Status: Obrigatória

Pré-Requisito: -

Ementa:

Teoria Geral do Direito Empresarial: princípios e conceitos fundamentais; problemas e temas relevantes. O Código Civil e a autonomia do Direito Empresarial. Empresário: qualidade, prerrogativas e obrigações, estabelecimento empresarial. Da Função Social da Empresa e do Empresário. Empresa Unipessoal (sociedade limitada unipessoal). Microempresário-MEI (Microempreendedor individual) e Empresa de Pequeno Porte-EPP. Registro da atividade empresarial. Estabelecimento. Prepostos do Empresário. Sociedades empresárias contratuais, sociedades – tipos, classificação e modalidades, Sociedades por ações. Sociedade anônima. Sociedade em comandita por ações. Lei de propriedade industrial. Responsabilidade social dos sócios. Responsabilidade das startups digitais e plataformas digitais. Teoria geral dos títulos de crédito. Letra de câmbio. Nota promissora. Cheque. Duplicata. Outros títulos de crédito: rural, industrial, comercial, imobiliário, conhecimento de depósito, de transporte, warrant. Regime jurídico de insolvência. Recuperação Judicial e extrajudicial. Lei de Falência. Proteção de Crédito.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CHAGAS, Edilson Enedito das. **Direito empresarial**. 11.ed. São Paulo: Saraiva, 2024 (Coleção Esquemático) (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553621828/>

2. SACRAMONE, Marcelo Barbosa. **Manual de direito empresarial**. 5.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553620197/>

3. TEIXEIRA, Tarcísio. **Direito empresarial sistematizado: teoria, jurisprudência e prática**. 2.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553620722/>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. MAMEDE, Gladston. **Direito empresarial brasileiro: direito societário**. 14.ed. São Paulo: Atlas, 2022 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559772582/>

2. NEGRÃO, Ricardo. **Manual de direito empresarial**. 14.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553620166/>

3. TOMAZETTE, Marlon. **Curso de direito empresarial: Teoria geral e direito societário**. v.1. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2024 (**Acervo digital Minha Biblioteca**)

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553621088/>

4. TOMAZETTE, Marlon. **Curso de direito empresarial: títulos de crédito**. v.2. 15.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553621057/>

5. VENOSA, Silvio de Salvo; RODRIGUES, Cláudia. **Direito empresarial**. 12.ed. São Paulo: Atlas, 2024 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559776139/>

Curso: Direito – 5º Período

Disciplina: Direito Processual Penal

Carga Horária: 66 horas

Modalidade: Presencial

Status: Obrigatória

Pré-Requisito: -

Ementa:

Do processo em geral, do inquérito policial, da ação penal, da competência, teoria geral da prova.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. BONFIM, Emanuel Mougenot. **Curso de processo penal**. 14.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553620852/>

2. CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal**. 31.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553620821/>

3. NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de processo penal (volume único)**. 5.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559649587/>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. AVENA, Norberto. **Processo penal**. 15.ed. Rio de Janeiro: Método, 2023 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559647774/>

2. GONÇALVES, Victor Eduardo Rios; REIS, Alexandre Cebrian Araújo. **Processo penal: parte geral**. 25.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024 (Sinopses Jurídicas) (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553623637/>

3. LOPES JR., Aury. **Fundamentos do processo penal: introdução crítica**. 10.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553620494/>

4. MARCÃO, Renato. **Curso de processo penal**. 8.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2023 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555598872/>

5. ZAGO, Marcelo; ROLIM, Flávio; CURY, Nafêz Imamy. **Processo penal decifrado**. Rio de Janeiro: Método, 2023 (Coleção Decifrado) (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559646487/>

Curso: Direito – 6º Período

Disciplina: Direito Civil - Direito das Coisas

Carga Horária: 66 horas

Modalidade: Presencial

Status: Obrigatória

Pré-Requisito: -

Ementa:

Teoria Geral dos Direitos Reais. Posse. Propriedade. Usucapião. Da superfície. Das servidões. Do Usufruto. Do Uso. Da Habitação. Direito do Promitente Comprador. Dos Direitos Reais de Garantia. Condomínio. Direito de Vizinhança. Direito de Laje. Concessão de uso especial para fins de moradia.

Concessão de direito real de uso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil: direitos reais**. v.4. 28.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022 (**Acervo digital Minha Biblioteca**)

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530990862/>

TEPEDINO, Gustavo; MONTEIRO FILHO, Carlos Edson do Rêgo; RENTERIA, Pablo. **Fundamentos do direito civil: direitos reais**. v.5. 5.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024 (**Acervo digital Minha Biblioteca**)

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559649365>

VENOSA, Silvio de Sávio. **Direito civil: direitos reais**. 24.ed. São Paulo: Atlas, 2024 (**Acervo digital Minha Biblioteca**). <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559775859/>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COELHO, Camila Botaro Sales. **Fundamentos básicos dos direitos reais**. Curitiba: Interesaberes, 2022 (**Biblioteca virtual Pearson**) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/211890>

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro: direito das coisas**. v.4. 36.ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024 (**Acervo digital Minha Biblioteca**)

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553622429/>

GAGLIANO, Paulo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil: direitos reais**. 6.ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024 (**Acervo digital Minha Biblioteca**)

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553629684/>

GIACOMELLI, Cinthia Louzada. *et.al.* **Direito civil IV: direitos reais**. Porto Alegre: SAGAH, 2021 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556901497/>

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro: direito das coisas**. v.5. 19.ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024 (**Acervo digital Minha Biblioteca**)

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553622405>

Curso: Direito – 6º Período

Disciplina: Direito Processual Civil – Dos Processos nos Tribunais e Recursos

Carga Horária: 66 horas

Modalidade: Presencial

Status: Obrigatória

Pré-Requisito: Direito Processual Civil II

Ementa:

Processos e incidentes nos tribunais. Uniformização da Jurisprudência e precedentes judiciais. Impugnação das decisões judiciais e Teoria Geral dos Recursos. Recursos em Espécie e seus Procedimentos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARNEIRO, Paulo Cesar. **O novo processo civil brasileiro: exposição sistemática do processo: de conhecimento nos tribunais; de execução; da tutela provisória**. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559645411>

MELLO, Cleyson de Moraes. **Processo civil: recursos - processos nos tribunais**. 3.ed. Rio de Janeiro: Processo, 2024 (**Biblioteca virtual Pearson**)

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/213525>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BUENO, Cássio Scarpinella. **Curso sistematizado de direito processual civil: procedimentos comum; processos nos tribunais e recursos**. v.2. 12.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2023 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553624627>

_____. **Manual de direito processual civil**. 9.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2023 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553624528>

JAYME, Fernando Gonzaga. **Manual de direito processual civil**. Rio de Janeiro: Del Rey, 2023 (**Biblioteca virtual Pearson**) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/211545>

MELO, Nehemias Domingos de. **Lições de processo civil: dos processos dos tribunais e dos recursos**. São Paulo: Foco, 2022 (**Biblioteca virtual Pearson**)

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/211375>

Curso: Direito – 6º Período	
Disciplina: Direito Penal – Legislação Extravagante	
Carga Horária: 66 horas	Modalidade: Presencial
Status: Obrigatória	Pré-Requisito: -
<p>Ementa: Dos crimes contra a organização do trabalho. Crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos. Crimes contra a dignidade sexual. Crimes contra a família. Crimes contra a incolumidade pública. Crimes contra a paz pública. Crimes contra a fé pública . Crimes contra a administração pública. Crimes de abuso de autoridade (Lei nº 4.898/65). Crimes hediondos (Leis nº 8.072/90); Crimes de tortura (Lei nº 9.455/97). Crimes resultantes de preconceito (Lei nº 7.716/89). Crimes previstos Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/03). Disposições penais da Lei de Organizações Criminosas (Lei nº 12.850/13). Crimes previstos no Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03). Violência Doméstica (Lei nº 11.340/2006); Crimes previstos na Lei Antidrogas (Lei nº 11.343/06); Estatuto da Criança e do Adolescente.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal: parte especial (Ats.155 à 212 - crimes contra o patrimônio até crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos). v.3. 20.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024 (Acervo digital Minha Biblioteca) https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553622436</p>	
<p>CAPEZ, Fernando. Curso de direito penal: parte especial: dos crimes contra a dignidade sexual a dos crimes contra administração pública (Arts. 213 à 359-T). v.3. 22.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024 (Acervo digital Minha Biblioteca) https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553620944</p>	
<p>GRECO, Rogério. Curso de direito penal (Artigos 121 a 212 do Código Penal) v.2. 21.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2024 (Acervo digital Minha Biblioteca) https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559775835</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>ESTEFAM, André. Direito penal: partes especial (Arts. 235 à 359-S) v.3. 11.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024 (Acervo digital Minha Biblioteca) https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553620654/</p>	
<p>FÁVERO, Lucas; MORETZSOHN, Fernanda. Direito penal decifrado: parte especial. Rio de Janeiro: Método, 2023 (Acervo digital Minha Biblioteca) https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559646425</p>	
<p>GRECO, Rogério. Curso de direito penal (Artigos 213 à 361 do Código Penal) v.3. 21.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2024 (Acervo digital Minha Biblioteca) https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559775835</p>	
<p>MRABETE, Julio Fabbrini; FABBRINI, Renato N. Manual de direito penal: parte especial (Arts. 235 à 361 CP). 34.ed. São Paulo: Foco, 2024 (Biblioteca virtual Pearson) https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/213754</p>	
<p>PEDROSO, Fernando Gentil Gizzi de Almeida. Direito penal: parte especial. São Paulo: Rideel, 2022 (Biblioteca virtual Pearson) https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/209329</p>	
Curso: Direito – 6º Período	
Disciplina: Direito Econômico e Financeiro	
Carga Horária: 66 horas	Modalidade: Presencial
Status: Obrigatória	Pré-Requisito: -
Ementa:	

Conceito, objeto, método e autonomia. Institutos e temas de direito econômico. Constituição econômica. Ordem jurídico-econômica. O Direito da concorrência. Direito comparado. Atuação do CADE e do Poder Judiciário. Atividade financeira do Estado. Conceito e objeto do Direito Financeiro. Princípios de Direito Financeiro. Despesa pública e receita pública. Crédito público. Orçamento público. Plano plurianual. Diretrizes orçamentárias. Orçamento anual. Responsabilidade fiscal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FIGUEIREDO, Leonardo Vizeu. **Direito econômico**. 11.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021 (*Acervo digital Minha Biblioteca*) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530993290/>

PISCITELLI, Tathiane. **Direito financeiro**. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2023 (*Acervo digital Minha Biblioteca*) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559775231/>

RAMOS FILHO, Carlos Alberto de Moraes. **Direito financeiro e econômico**. 6.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024 (Coleção Esquematizado) (*Acervo digital Minha Biblioteca*) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553621804/>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABRAHAM, Marcus. **Curso de direito financeiro brasileiro**. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023 (*Acervo digital Minha Biblioteca*) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559647408/>

CIALDINI, Alexandre Sobreira. **A trajetória da Lei de Responsabilidade Fiscal: da gestão à pandemia**. Os efeitos nos estados brasileiros. São Paulo: Actual, 2022 (*Acervo digital Minha Biblioteca*) https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786586618969

GIACOMONI, James. **Orçamento público**. 19.ed. São Paulo: Atlas, 2023 (*Acervo digital Minha Biblioteca*) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559775149/>

LOCHAGIN, Gabriel Loretto. **A execução do orçamento público: flexibilidade e orçamento impositivo**. São Paulo: Blucher, 2016 (*Acervo digital Minha Biblioteca*) https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580392074

SÁ, Djalma de. **Gestão do orçamento**. Curitiba: Contentus, 2020 (*Biblioteca virtual Pearson*) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188381>

Curso: Direito – 6º Período

Disciplina: Direito Processual Penal Aplicado

Carga Horária: 66 horas

Modalidade: Presencial

Status: Obrigatória

Pré-Requisito: -

Ementa:

Sujeitos do processo. Atos processuais, prisão e liberdade provisória, da sentença, procedimentos. Das nulidades, teoria geral dos recursos, ações autônomas de impugnação no processo penal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

RANGEL, Paulo. **Direito processual penal**. 30.ed. São Paulo: Atlas, 2023 (*Acervo digital Minha Biblioteca*) https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559773060

REIS, Alexandre Cebrian Araújo; GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Direito processual penal**. 13.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024 (Coleção Esquematizado) (*Acervo digital Minha Biblioteca*) https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553621705

ROLIM, Flávio; ZAGO, Marcelo; CURY, Nafêz Imamy. **Processo penal decifrado**. 3.ed. Rio de Janeiro: Método, 2023 (*Acervo digital Minha Biblioteca*) https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559646487

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal**. 31.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024 (*Acervo digital Minha Biblioteca*) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553620821/>

DEMERCIAN, Pedro Henrique; MALULY, Jorge Assaf. **Curso de processo penal**. 10.ed. São Paulo: Rideel, 2023 (*Biblioteca virtual Pearson*) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/213148>

LOPES JR., Aury. **Fundamentos do processo penal: introdução crítica**. 10.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024 (*Acervo digital Minha Biblioteca*) https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553620494

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de processo penal (volume único)**. 5.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024

(Acervo digital Minha Biblioteca) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559649587/>
PIEDADE, Antonio Sérgio Cordeiro; GOMES, Ana Carolina Dal Ponte Aidar. **Direito processual penal**. 2.ed. Rio de Janeiro: Método, 2022 (Coleção Método Essencial) **(Acervo digital Minha Biblioteca)** <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559645107>

Curso: Direito – 7º Período

Disciplina: Direito do Trabalho

Carga Horária: 66 horas

Modalidade: Presencial

Status: Obrigatória

Pré-Requisito: -

Ementa:

Introdução: conceito de trabalho, evolução e ordenamento jurídico do trabalho. Fontes do Direito do Trabalho. Direito Constitucional do Trabalho e Direito Individual do Trabalho. Princípios orientadores do Direito do Trabalho. Ato Jurídico Trabalhista. Empregado e Empregador: tipos, responsabilidades civis e trabalhistas durante a relação de emprego. Trabalho da mulher: licença a maternidade, carga horária durante período de amamentação. Contrato de Trabalho. Suspensão e Interrupção do Contrato do Trabalho. Salário e Remuneração. A Duração do Trabalho A Estabilidade. O Fundo de Garantia do tempo de Serviço. Regulamentações Especiais de Trabalho. O Direito do Trabalho e as plataformas digitais e suas responsabilidades contratuais. Trabalho Análogo ao de escravo. Flexibilização das normas trabalhistas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito do trabalho**. 40.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024 **(Acervo digital Minha Biblioteca)** <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553622627>

MARTINEZ, Luciano. **Curso de direito do trabalho**. 15.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024 **(Acervo digital Minha Biblioteca)** <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553621125>

PORTO, Noemia; LOURENÇO FILHO, Ricardo. **Direito individual do trabalho**. Rio de Janeiro: Método, 2022 (Coleção Método Essencial) **(Acervo virtual Minha Biblioteca)** <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559643165>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALCÂNTARA, Silvano Alves. **Legislação trabalhista e rotinas trabalhistas**. Curitiba: Intersaberes, 2023 **(Biblioteca virtual Pearson)** <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/208994>

CALVO, Adriana Carrera. **Manual de direito do trabalho**. 7.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2023 **(Acervo digital Minha Biblioteca)** <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553624566/>

GARCIA, Gustavo Filipi Barbosa. **Curso de direito do trabalho**. 19.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024 **(Acervo digital Minha Biblioteca)** <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553622849/>

MACHADO, Costa. **CLT Interpretada** (Artigo por artigo, parágrafo por parágrafo). 15.ed. São Paulo: Manole, 2024 **(Acervo digital Minha Biblioteca)** <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520461907>

MARTINS, Sérgio Pinto. **Prática trabalhista**. 11.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024 **(Acervo digital Minha Biblioteca)** <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553628878/>

Curso: Direito – 7º Período

Disciplina: Direito Civil - Família

Carga Horária: 66 horas

Modalidade: Presencial

Status: Obrigatória

Pré-Requisito: -

Ementa:

Direito de Família. Noções Introdutórias do Direito de Família. Casamento. Dissolução da sociedade conjugal. Parentesco. Filiação. Adoção. Poder Familiar. Regime de Bens entre os Cônjuges. Alimentos. Bem de Família. União Estável. Tutela e Curatela. Direito das Sucessões. Noções Introdutórias do Direito das Sucessões. Princípios do Direito das Sucessões. Administração, Aceitação e Renúncia da Herança. Cessão de Direitos Hereditários. Vocações Hereditárias. Excluídos da Sucessão. Herança Jacente e Herança Vacante. Petição de Herança. Sucessão Legítima. Direito de Representação. Sucessão Testamentária. Formas Ordinárias de Testamento. Formas Extraordinárias de

Testamento. Codicilo. Disposições Testamentárias. Legados. Direito de Acrescer e Redução das Disposições Testamentárias. Substituições. Extinção do Testamento. Planejamento Sucessório. Inventário. Partilha.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro: direito de família.** v.6. 21.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553622382/>

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil: família e sucessões.** v.5. 24.ed. São Paulo: Atlas, 2024. (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559775712>

TARTUCE, Flávio. **Direito civil: direito de família.** v.5. 19.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559649686/>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro: direito de família.** v.5. 38.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553621453/>

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil: direito de família.** v.6. 14.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553629707/>

MADALENO, Rolf. **Direito de família.** 13.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559648511/>

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil: direito de família.** v.5. 30.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559649129/>

TEPEDINO, Gustavo. TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado. **Fundamentos o direito civil: direito de família.** v.6. 5.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530994532/>

Curso: Direito – 7º Período

Disciplina: Direito Processual Civil - Execuções

Carga Horária: 66 horas

Modalidade: Presencial

Status: Obrigatória

Pré-Requisito: Direito Processual Civil III

Ementa:

Tutela jurisdicional executiva. Teoria Geral da Execução. Direito fundamental à tutela executiva, princípios e boa fé na execução. Pressupostos da Execução. EspécFAMETRO : provisória e definitiva; de título judicial e extrajudicial; distinção entre a fase de cumprimento e execução. Processo sincrético, sujeitos processuais e poderes do juiz. LIQUIDAÇÃO. Generalidades. Processo de liquidação e liquidação incidental. Legitimidade e competência. Cognição na liquidação e espécFAMETRO . Liquidação com dano zero. Execução para pagamento de quantia. Título judicial e extrajudicial. Efeitos processuais da execução: averbação da execução e de atos de constrição judicial, protesto judicial, hipoteca judiciária, cadastro de inadimplentes, parcelamento compulsório, efeitos atípicos e poderes executivos do juiz, penhora e avaliação. Tipos de alienação: adjudicação, alienação por iniciativa particular e alienação em hasta pública. Entrega do dinheiro ao credor. Execuções especiais: pensão alimentícia, execução fiscal e execução Contra a Fazenda Pública. Execução das obrigações de fazer, não fazer e de dar coisa distinta de dinheiro. Noções gerais. Título judicial. Título extrajudicial. Procedimentos, cumprimento específico e efeitos. Fraude à execução: conceito, EFEITOS. Defesas do executado. Impugnação. Embargos de executado. Natureza Jurídica. Prazo. Procedimento. Objeção à executividade. Defesa heterotópica. Embargos de terceiro e Ação Monitória. Teoria geral da tutela coletiva ações de caráter coletivo: mandado de segurança, ação popular e ação civil pública

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABELHA, Marcelo. **Manual de Execução Civil.** 8. São Paulo: Foco, 2023 (Biblioteca virtual Pearson) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/213476>

GONÇALVES, Marcos Vinícius Rios. **Processo civil: processo de execução e cautelar.** 22.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024 (Coleção Snopses Jurídicas) (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553629332/>

RIBEIRO, Marcelo. **Processo civil.** 3.ed. Rio de Janeiro: Método, 2023 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559646166/>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FUX, Luiz. **Curso de direito processual civil**. 9.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559648474/>

GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. **Direito processual civil**. 15.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024 (Coleção Esquematizado) (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553622665/>

HARTMANN, Radolfo Kronenberg. **Curso completo de processo civil**. 8.ed. São Paulo: Rideel, 2023 (**Biblioteca virtual pearson**) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/213149>

MELO, Nehemias Domingos de. **Lições de processo civil: processos de execução e procedimentos especiais**. v.2. 3.ed. São Paulo: Foco, 2022 (**Biblioteca virtual Pearson**) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/211392>

MELLO, Cleyson de Moraes. **Processo civil: cumprimento de sentença e execução**. Rio de Janeiro: Processo, 2024 (**Biblioteca virtual Pearson**) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/213528>

Curso: Direito – 7º Período

Disciplina: Direito Tributário

Carga Horária: 66 horas

Modalidade: Presencial

Status: Obrigatória

Pré-Requisito: -

Ementa:

Tributos: espécie FAMETRO . Sistema constitucional tributário: outorga e repartição das competências tributárias, limitações ao poder de tributar (princípios tributários e imunidades), repartição da receita tributária e perfil constitucional dos impostos e contribuições em espécie. Estrutura da norma tributária. Normas gerais do Código Tributário Nacional. Relação jurídica tributária. Crédito tributário. Regime jurídico dos impostos e contribuições em espécie na legislação infraconstitucional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AMARO, Luciano. **Direito tributário brasileiro**. 25.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553628113/>

MAZZA, Alexandre. **Curso de direito ambiental**. 10.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553620029/>

SABBAG, Eduardo. **Manual de direito tributário**. 16.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553620012/>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABRAHAM, Marcus. **Curso de direito tributário brasileiro**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022. (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559649624/>

COÊLHO, Sacha Calmon Navarro. **Curso de direito tributário brasileiro**. 18. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022. (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530993900>

NUNES, Cleucio Santos. **Curso completo de direito processual tributário**. 6.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 202 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553621491/>

OLIVEIRA, Adriana Ferreira Serafim de. **Legislação tributária**. Curitiba: Intersaberes, 2021 (**Biblioteca virtual Pearson**) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/196914>

QUINTANILHA, Gabriel Sant'Anna. **Manual de direito tributário** (volume único). 8.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530994952/>

Curso: Direito – 7º Período

Disciplina: Prática Jurídica Simulada - Cível

Carga Horária: 88 horas

Modalidade: Presencial

Status: Obrigatória

Pré-Requisito: -

Ementa:

Noções sobre o exercício profissional da advocacia. Elaboração de peças. Processos e jurisdição: Petição Inicial. Ação,

Defesa do réu. Impugnação. Recursos. Demais peças cíveis. Análise procedimental e comportamental em audiência. audiências simuladas. Pesquisa doutrinária e jurisprudencial. Processos de conhecimento e execução.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHACON, Luiz Fernando Rabelo. **Manual de prática forense civil**. 11.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553629936/>

MELO, Nehemias Domingo de. **Manual de prática jurídica civil**. 5.ed. São Paulo: Foco, 2022 (**Biblioteca virtual Pearson**) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/208855>

VICTALINO, Ana Carolina. *et.al.* **Prática civil**. 4.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2023 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553626164>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AGUIRRE, João; SÁ, Renato Montans de. **Prática civil**. 14.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553629585>

LEÃO, Leandro. *et.al.* **Prática jurídica civil**. 2.ed. São Paulo: Rideel, 2022 (**Biblioteca virtual Pearson**) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/209367>

LUZ, Valdemar P. da. **Manual do advogado: advocacia prática civil, trabalhista e criminal**. 35.ed. São Paulo: Manole, 2024 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555769173/>

ROQUE, Nthaly Campiteli. **Prática civil**. 6.ed. Rio de Janeiro: Método, 2022 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559642625>

TARTUCE, Fernanda; DELLORE, Luiz. **Manual de prática civil: prática forense civil**. 18.ed. Rio de Janeiro: Método, 2023 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559647019/>

Curso: Direito – 8º Período

Disciplina: Direito Coletivo do Trabalho e Previdenciário

Carga Horária: 66 horas

Modalidade: Presencial

Status: Obrigatória

Pré-Requisito: -

Ementa: Prescrição e Decadência. Medicina, Segurança e Acidentes do Trabalho. Direito Coletivo do Trabalho. Origens históricas dos sindicatos. O Direito Internacional do Trabalho e a OIT. Conflitos coletivos de trabalho e suas formas de solução: convenções e acordos coletivos. A problemática da Justiça do Trabalho. O direito de greve e o lock-out. Organização Sindical. O Mercosul e o Direito Coletivo do Trabalho. Perspectivas do Direito Coletivo do Trabalho brasileiro e internacional. A Previdência. A previdência social como direito fundamental para o desenvolvimento da cidadania. Direito Previdenciário. O Instituto Nacional de Previdência Social. Beneficiários. Os serviços. Custeio da Previdência Social. Previdência Social Rural. Acidentes do trabalho. Prestações devidas aos segurados e dependentes.

BIBLIOGRAFIA BASICA

MARTINS, Sérgio Pinto. **Manual de direito do trabalho**. 16.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553628977/>

MONTEIRO, Antonio Lopes; BERTAGNI, Roberto Flery de Souza. **Acidentes do trabalho e doenças ocupacionais**. 11.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2023 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553624320>

SANTOS, Marisa Ferreira dos. **Direito previdenciário**. 14.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553621750>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GARCIA, Gustavo Filipi Barbosa. **Curso de direito do trabalho**. 19.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553622849/>

GLASENAPP, Ricardo Bernd (Org.) **Direito trabalhista e previdenciário**. 2.ed. São Paulo: Pearson, 2020 (**Biblioteca virtual Pearson**) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/176606>

MACIEL, Fernando. **Manual de direito previdenciário**. São Paulo: Rideel, 2023 (**Biblioteca virtual Pearson**) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/213409>

MACHADO, Costa. **CLT Interpretada** (Artigo por artigo, parágrafo por parágrafo). 15.ed. São Paulo: Manole, 2024 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520461907>

RESENDE, Ricardo. **Direito do trabalho**. 9.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559648719/>

Curso: Direito – 8º Período	
Disciplina: Direito Processual do Trabalho	
Carga Horária: 66 horas	Modalidade: Presencial
Status: Obrigatória	Pré-Requisito: -
<p>Ementa: Organização e competência da Justiça do Trabalho. Dissídios Individuais. Substituição Processual. Forma e ajuizamento da reclamação. Defesa direta e indireta. A prova no processo do trabalho. Ônus da prova. Meios de prova. A confissão. Indícios e presunções. Prova emprestada. Nulidades. A sentença. Recursos. Execução trabalhista. Aplicação subsidiária da LEF (Lei 6830/80). Procedimentos especiais. Arbitragem e Mediação. Lei 13.467/2017 Reforma trabalhista.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. Curso de direito processual do trabalho. 12.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024 (Acervo digital Minha Biblioteca) https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553622825/ MARTINS, Sergio Pinto. Direito processual do trabalho. 46.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024 (Acervo digital Minha Biblioteca) https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553620616/ LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de direito processual do trabalho. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2024. (Acervo digital Minha Biblioteca) https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553620913/</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ALVAR, Maria Vitória Q. Direito processual do trabalho. São Paulo: Rideel, 2022 (Biblioteca virtual Pearson) https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/203730 MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. Manual de direito e processo do trabalho. 29.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024 (Acervo digital Minha Biblioteca) https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553629431/ MOTA, Vinícius. Direito processual do trabalho. São Paulo: Rideel, 2022 (Biblioteca virtual Pearson) https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/209334 ROMAR, Carla Teresa Martins. Direito processual do trabalho. 4.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2023 (Coleção Esquemático) (Acervo digital Minha Biblioteca) https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555598889/ ZAFFARI, Eduardo Kucker. Direito coletivo do trabalho. Porto Alegre: SAGAH, 2021 (Acervo digital Minha Biblioteca) https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556901442/</p>	

Curso: Direito – 8º Período	
Disciplina: Direito Digital e Inovação Tecnológica	
Carga Horária: 66 horas	Modalidade: Presencial
Status: Obrigatória	Pré-Requisito: -
<p>Ementa: Estudo sobre o desenvolvimento do direito digital e eletrônico. Investigação dos novos aspectos e relações jurídicas da sociedade da informação. Análise das principais manifestações do direito digital e eletrônico nos ramos do direito. Propriedade imaterial. Propriedade intelectual. Propriedade industrial. Responsabilidade civil e penal sobre a tutela da informação.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: PINHEIRO, Patrícia Peck. Direito Digital. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. (Acervo digital Minha Biblioteca) https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555598438/ SILVA, Louise Silveira Heine Thomaz da. et.al. Direito digital. Porto Alegre: SAGAH, 2021 (Acervo digital Minha Biblioteca) https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556902814/ TEIXEIRA, Tarcísio. Direito digital e processo eletrônico. 8.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024 (Acervo digital Minha Biblioteca) https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553622344/</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR EDITORA SARAIVA. Lei Geral da Proteção de Dados (LGPD) e marco civil da internet. São Paulo: Saraiva/Expressa, 2022 (Coleção Expressa de Legislação) (Acervo digital Minha Biblioteca) https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553620384 FALEIROS JR., José Luiz de Moura. Administração pública digital: proposições para o aperfeiçoamento do regime jurídico administrativo na sociedade da informação (Atualizado conforme a Lei 14.129/2021). São Paulo: Foco, 2024 (Biblioteca virtual Pearson) https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/212409 FIORILLO, Celso Antonio Pacheco; CONTE, Christiany Pegorari. Crimes no meio ambiente digital e sociedade da</p>	

informação. 2.ed. São Paulo: Saraiva, s.d. (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547204198/>

SILVEIRA, Ana Cristina de Melo et.al. **Proteção de dados pessoais na sociedade da informação:** entre dados e danos. Rio de Janeiro: Foco, 2020 (**Biblioteca virtual Pearson**) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/211381>

TEIXEIRA, Tarcísio. **Curso de direito e processo eletrônico:** doutrina, jurisprudência e prática. 4.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2018 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553172740/>

Curso: Direito – 8º Período

Disciplina: Prática Jurídica Simulada - Penal

Carga Horária: 66 horas

Modalidade: Presencial

Status: Obrigatória

Pré-Requisito: -

Ementa:

Inquérito policial. Requerimentos de relaxamento de prisão e de liberdade provisória. Audiência de Custódia. Procedimentos. Ação Penal. Jurisdição e competência. Queixa-crime. Procuração simples e com poderes especiais. Procedimentos comuns ordinário, sumário e sumaríssimo: da denúncia à sentença. Audiência de instrução e julgamento. Procedimentos especiais (lei de drogas, crimes de responsabilidade de funcionários públicos e Tribunais do Júri) e defesas. Recursos. Apelação. Recurso em Sentido Estrito. Embargos Infringentes e de Nulidades. Execução penal. Requerimentos e Agravo em Execução. Habeas corpus. Revisão criminal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARROSO, Darlan; ARAÚJO JUNIOR, Marco Antonio. **Prática penal.** 6.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024 (Coleção Prática Forense) (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553622092/>

MARQUES, Fernando; TASOKO, Marcelle; ANDRADE, Priscila Souto. **Prática penal.** 5.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2023 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553624825/>

NUCCI, Guilherme de Souza. **Prática forense penal.** 15.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530994976>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AUFIERO, Aniello. **Teoria e prática de processo penal e execução penal.** 8.ed. São Paulo: Rideel, 2022 (**Biblioteca virtual Pearson**) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/209310>

MASSON, Cléber; VILHENA JR., Ernani. **Prática penal, civil e tutela coletiva.** 6.ed. Rio de Janeiro: Método, 2022 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559644612/>

MESSA, Ana Flávia. **Prática penal para o exame da OAB.** 16.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553629554/>

MIRABETE, Júlio Fabbrini; FABBRINI, Renato N. **Execução penal.** 16.ed. São Paulo: Foco, 2023 (**Biblioteca virtual Pearson**) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/209113>

NUCCI, Guilherme de Souza. **Curso de execução penal.** 7.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530994891/>

Curso: Direito – 8º Período

Disciplina: Direito Civil - Sucessões

Carga Horária: 66 horas

Modalidade: Presencial

Status: Obrigatória

Pré-Requisito: -

Ementa:

Direito das Sucessões. Noções Introdutórias do Direito das Sucessões. Princípios do Direito das Sucessões. Administração, Aceitação e Renúncia da Herança. Cessão de Direitos Hereditários. Vocações Hereditárias. Excluídos da Sucessão. Herança Jacente e Herança Vacante. Petição de Herança. Sucessão Legítima. Direito de Representação. Sucessão Testamentária. Formas Ordinárias de Testamento. Formas Extraordinárias de Testamento. Codicilo. Disposições Testamentárias. Legados. Direito de Acrescer e Redução das Disposições Testamentárias. Substituições. Extinção do Testamento. Planejamento Sucessório. Inventário. Partilha.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro: direito de família.** v.6. 21.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553622382/>

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil: família e sucessões.** v.5. 24.ed. São Paulo: Atlas, 2024. (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559775712>

TARTUCE, Flávio. **Direito civil: direito de família.** v.5. 19.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559649686/>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro: direito de família.** v.5. 38.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553621453/>

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil: direito de família.** v.6. 14.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553629707/>

MADALENO, Rolf. **Direito de família.** 13.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559648511/>

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil: direito de família.** v.5. 30.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559649129/>

TEPEDINO, Gustavo. TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado. **Fundamentos o direito civil: direito de família.** v.6. 5.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530994532/>

Curso: Direito – 9º Período

Disciplina: Direitos Humanos

Carga Horária: 66 horas

Modalidade: Presencial

Status: Obrigatória

Pré-Requisito: -

Ementa:

A afirmação histórica dos Direitos Humanos. A era dos direitos e a ideia das gerações. Universalidade x relatividade. Direito Internacional do Direitos Humanos, o sistema de proteção global e sistemas regionais de proteção. O Direito Humanitário e o Direito dos Refugiados. Os Direitos Humanos fundamentais e a Constituição de 1988. Os tratados internacionais de Direitos Humanos e sua incorporação ao ordenamento jurídico brasileiro. Os casos do Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos. Os novos temas de Direitos Humanos e a Jurisprudência do STF. Justificativa locorregional: por ser uma das capitais mais ricas do país e próxima de países que sofreram desastres naturais e graves problemas políticos, nos últimos anos o Estado do Amazonas tem enfrentado um forte fluxo migratório, especialmente de grupos populacionais fugindo de miséria e fome, em especial oriundos da Venezuela e do Haiti. Desta forma, compreender o papel dos Direitos Humanos, especialmente em relação aos refugiados e imigrantes é um componente obrigatório da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASTILHO, Ricardo dos Santos. **Direitos humanos.** 7.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2023 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555599589>

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Curso de Direitos Humanos.** 10.ed. São Paulo: Métodos, 2024. (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530994358/>

MORAES, Alexandre. **Direito humanos fundamentais: teoria geral (Comentários aos arts. 1. ao 5. da Constituição da República Federativa. Doutrina e Jurisprudência).** 12.ed. São Paulo: Saraiva, 2023 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026825/>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GUERRA, Sidney. **Curso de direitos humanos.** 7.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2022 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555596151>

MARMELSTEIN, George. **Curso de Direitos Fundamentais.** São Paulo, Atlas, 8. ed. 2019. (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597021097/>

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e Justiça Internacional.** 9. ed. São Paulo, Saraiva, 2019. (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553610198>

COMPARATTO, Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos.** 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. (**Acervo digital**

Minha biblioteca) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553607884/>

RAMOS, André de Carvalho. **Direitos humanos na pandemia: desafio e proteção efetiva**. São Paulo: Saraiva, 2022.

(Acervo digital Minha biblioteca) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553622890/>

Curso: Direito – 9º Período

Disciplina: TCC I

Carga Horária: 66 horas

Modalidade: Presencial

Status: Obrigatória

Pré-Requisito: -

Ementa:

Elaboração de projeto de pesquisa. Observância das diretrizes previstas no regulamento institucional. Estrutura e Elementos essenciais do projeto. Escolha do tema. Delimitação do tema. Definição do problema e das hipóteses de pesquisa. A justificativa e os objetivos da pesquisa. Construção da fundamentação teórica e das referências bibliográficas. Elaboração das seções provisórias de artigo científico. Apresentação do projeto final.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BITTAR, Eduardo C. B. **Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para os cursos de direito**. 18.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024 **(Acervo digital Minha Biblioteca)** <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553622320>

BRASILEIRO, Ada Magaly Matias. **Como produzir textos acadêmicos e científicos**. Curitiba: Contexto, 2021 **(Biblioteca virtual Pearson)** <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186697>

MELLO, Cleyson de Moraes; MARTINS, Vanderley. **Metodologia da pesquisa no direito**. Rio de Janeiro: Processo, 2022 **(Biblioteca virtual Pearson)** <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/201221>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CRESWELL, John W.; CRESWELL, J. David. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 5.ed. Porto Alegre: Penso, 2021 **(Acervo digital Minha Biblioteca)** <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786581334192/>

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2022 **(Acervo digital Minha Biblioteca)** <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771653/>

LIRA, Bruno Carneiro. **O passo a passo do trabalho científico**. 2.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2018 **(Biblioteca virtual Pearson)** <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/202142>

MEZZAROBBA, Orides; MONTEIRO, Claudia Servilha. **Manual de metodologia da pesquisa no direito**. 9.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2023 **(Acervo digital Minha Biblioteca)** <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553627307/>

SORDI, José Osvaldo de. **Desenvolvimento de projeto de pesquisa**. São Paulo: Saraiva, 2017 **(Acervo digital Minha Biblioteca)** <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547214975/>

Curso: Direito – 9º Período

Disciplina: Legislação Eleitoral

Carga Horária: 66 horas

Modalidade: Presencial

Status: Obrigatória

Pré-Requisito: -

Ementa:

Conceitos Básicos. Ideia do político na História. Teorias Políticas sobre o Estado Moderno. Formas de Estado e Federalismo. Formas e Regime de Governo: Parlamentarismo e Presidencialismo. Partidos Políticos. A realidade do Estado no Brasil. Sistema econômico e formas de governo. O liberalismo, o socialismo moderno. A democracia. O Estado e a economia. Estado absoluto. Estado, Objetividade Científica e Positivismo. Direitos e Deveres Fundamentais dos Estados. Intervenção de Estados. Responsabilidade dos Estados. A República Federativa do Brasil. Noções de Cidadania. Tendências Atuais Sobre a Concepção e Função do Estado. Noções gerais de direito eleitoral. Os Regimes Políticos e a Participação Popular. A Teoria de Representação. Os Partidos Políticos. Os Partidos e a Escolha do Governante. Os Partidos e a Representação da Opinião Pública. Os Sistemas Eleitorais. O Voto e as Distorções. A Igualdade Eleitoral e o Acesso ao Poder. Propaganda Política. Elegibilidade e Inelegibilidade. Suspensão e Cassação dos Direitos Políticos. Direito Eleitoral Comparado. O Direito Eleitoral no Brasil. A Justiça Eleitoral. Crimes Eleitorais. Os recursos em Matéria Eleitoral.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. REIS, Márlon. **Direito eleitoral**. 23.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2023 (Coleção Esquemático) (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553621565/>
2. MALUF, Sahid. **Teoria Geral do Estado**. 36.ed. São Paulo: Saraiva, 2022. (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553626171/>
3. GAMBÁ, João Roberto Gorini. **Teoria geral do estado e ciência política**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2023 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559775316/>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. BARROSO, Luís Roberto. **Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo**. 10.ed. São Paulo: Saraiva, 2022 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) [https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555596700/epubcfi/6/2\[%3Bvnd.vst.idref%3Dcapa.xhtml\]!/4/2/2%4051:2](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555596700/epubcfi/6/2[%3Bvnd.vst.idref%3Dcapa.xhtml]!/4/2/2%4051:2)
2. FREITAS, Luciane Fernandes de. **Direito eleitoral**. Rio de Janeiro: Método, 2022 (Coleção Método Essencial) (**Acervo digital Minha Biblioteca**) [https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559644810/epubcfi/6/2\[%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml1\]!/4/2/2%4051:2](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559644810/epubcfi/6/2[%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml1]!/4/2/2%4051:2)
3. GOMES, José Jairo. **Direito eleitoral**. 19.ed. São Paulo: Atlas, 2023 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) [https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559775330/epubcfi/6/2\[%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml1\]!/4/2/2%4051:2](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559775330/epubcfi/6/2[%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml1]!/4/2/2%4051:2)
4. GONÇALVES, Luis Carlos dos Santos. **Investigação e processo dos crimes eleitorais conexos**. São Paulo: Saraiva Jur, 2022 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) [https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555599909/epubcfi/6/2\[%3Bvnd.vst.idref%3Dcover.xhtml\]!/4/2\[cover\]/2%4050:77](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555599909/epubcfi/6/2[%3Bvnd.vst.idref%3Dcover.xhtml]!/4/2[cover]/2%4050:77)
5. VELLOSO, Carlos Mário da Silva; AGRA, Walber de Moura. **Elementos de direito eleitoral**. 8.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2023 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) [https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555598810/epubcfi/6/2\[%3Bvnd.vst.idref%3DCapa.xhtml\]!/4/2](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555598810/epubcfi/6/2[%3Bvnd.vst.idref%3DCapa.xhtml]!/4/2)

Curso: Direito – 9º Período

Disciplina: Prática Jurídica Simulada III – Trabalho

Carga Horária: 66 horas

Modalidade: Presencial

Status: Obrigatória

Pré-Requisito: -

Ementa:

Institutos processuais trabalhistas: aplicação. Dissídio individual: fases de conhecimento e de execução. Recursos. Dissídio coletivo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ALCANTARA, Silvano Alves. **Gestão do contencioso trabalhista**. Curitiba: Contentus, 2020 (**Biblioteca virtual Pearson**) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186224>
- AMEIDA, Ronaldo Silka de. **Prática trabalhista: elementos para a produção de peças processuais**. Curitiba: Intersaberes, 2021 (**Biblioteca virtual Pearson**) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/193281>
- ZAFFARI, Eduardo Kucker. **Direito coletivo do trabalho**. Porto Alegre: SAGAH, 2021 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556901442/>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- DESTE, Janete Aparecida. **Sentença trabalhista: estratégia de elaboração**. 2.ed. São Paulo: Método, 2016 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530972615/>
- DINIZ, José Janguê Bezerra. **Ministério Público do Trabalho** (Ação civil pública. Ação anulatória. Ação de cumprimento). 2.ed. São Paulo: Atlas, 2017 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597011821>
- LUZ, Valdemar P. da. **Manual do advogado: advocacia prática, civil, trabalhista e criminal**. 35.ed. São Paulo: Manole,

2024 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555769173>
MACHADO, Costa. **CLT Interpretada** (Artigo por artigo, parágrafo por parágrafo). 15.ed. São Paulo: Manole, 2024 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520461907>
MARTINS, Sérgio Pinto. **Prática trabalhista**. 11.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553628878>

Curso: Direito – 10º Período

Disciplina: Direito Ambiental e Processo Ambiental

Carga Horária: 66 horas

Modalidade: Presencial

Status: Obrigatória

Pré-Requisito: -

Ementa:
Considerações sobre evolução histórica do Ambientalismo. Fundamentação filosófica/epistemológica do Direito Ambiental. A crise ambiental global e a circunstancial formação do Direito Ambiental, no plano internacional e nacional. O caráter multidisciplinar do Direito Ambiental. As Visões/Aspectos do Direito Ambiental (antropocêntrico, biocêntrico e ecocêntrico). Princiologia do Direito Ambiental. Direito Ambiental Constitucional e a Análise da proteção do meio ambiente na Constituição Federal. Repartição de competências em matéria ambiental. Política Nacional do Meio Ambiente. Conceitos gerais do Direito Ambiental. Composição e Estruturação do SISNAMA e competências dos seus órgãos, sobretudo do CONAMA. Análise do conteúdo do Dec. 99274/1990. Instrumentos de Política Ambiental: Zoneamento Ecológico-Econômico. Padrões de Qualidade Ambiental. Avaliação de impactos ambientais – EIA/RIMA e licenciamento ambiental. A Responsabilidade Ambiental e as questões que envolvem a Tutela do Risco. Responsabilidade civil ambiental: o dano ambiental e a sua reparação. Infrações administrativas e crimes ambientais. Política Nacional de Resíduos Sólidos. Direito de Águas e a Política Nacional de Gestão de Recursos Hídricos. Política Nacional da Educação Ambiental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito ambiental**. 23.ed. São Paulo: Atlas, 2023 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559773787/>

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro**. 24.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553623495/>

TRENNEPOHL, Terence. **Manual de direito ambiental**. 11.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553620265>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LEITE, João Rubens Morato. *et.al.* **Perspectiva do direito ecológico e da justiça:** contribuições da América Latina. São Paulo: Expressa, 2023 (Série Novas Fronteiras do Direito Ambiental) (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553623842/>

MAZZAROTTO, Angelo de Sá. **Direito e legislação ambiental**. Curitiba: Contentus, 2020 (**Biblioteca virtual Pearson**) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188229>

RODRIGUES, Marcelo Abelha. **Direito ambiental**. 11.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024 (Coleção Esquematizado) (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553622047/>

SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. **Curso de direito ambiental**. 4.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559648603/>

SIRVINSKAS, Luis Paulo. **Manual de direito ambiental**. 20.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2023 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553620438>

Curso: Direito – 10º Período

Disciplina: Direito das Relações de Consumo

Carga Horária: 66 horas

Modalidade: Presencial

Status: Obrigatória

Pré-Requisito: -

Ementa:

Consumismo e Consumerismo. Princípios na norma consumerista. Relação Jurídica de Consumo. Âmbito de aplicação CDC. Direitos Básicos do Consumidor. Teoria da Quantidade e Qualidade no Direito do Consumidor. Responsabilidade pelo Fato e Vício do Produto e do Serviço. Prazos Prescricionais e Decadenciais. Oferta no CDC.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MIRAGEM, Bruno. **Curso de direito do consumidor**. 9.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559648856/>

NUNES, Rizzato. **Curso de Direito do Consumidor**. 15.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553623372>

TARTUCE, Flávio; NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de direito do consumidor** (volume único). 13.ed. Belo Horizonte: Método, 2024 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559649990>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Fabrício Bolzan de. **Direito do consumidor esquematizado**. 12. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553621866/>

CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de direito do consumidor**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2022. (**Acervo digital Minha biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559772766/>

MARQUES, Claudia Lima (Org.) *et.al.* **Direito do consumidor aplicado: garantias do consumo**. São Paulo: Foco, 2023 (**Biblioteca virtual Pearson**) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/208878>

MELLO, Cleyson de Moraes. **Curso de direito do consumidor**. Rio de Janeiro: Processo, 2023 (**Biblioteca virtual Pearson**) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/209135>

PERES FILHO, José Augusto. **Direito do consumidor**. 2.ed. Belo Horizonte: Método, 2022 (Coleção Método Essencial) (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559645596>

Curso: Direito – 10^º Período

Disciplina: Direito Internacional

Carga Horária: 66 horas

Modalidade: Presencial

Status: Obrigatória

Pré-Requisito: -

Ementa:

Sociedade e Direito Internacional. Pessoas internacionais. Sujeitos do Direito Internacional. Ação internacional. Tratados e Convenções internacionais ratificados pelo Brasil. Definição de Direito Internacional Privado e seu funcionamento. Regime jurídico brasileiro em face do Direito Internacional Privado. Aplicação da lei estrangeira. Lex Mercatoria. Estatuto do estrangeiro. Carta rogatória. Execução de sentença estrangeira.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de Direito internacional privado**. 6.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023. (Acervo digital Minha biblioteca) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559647699>

_____. **Curso de Direito internacional público**. 15.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023. (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559645886/>

TEIXEIRA, Carla Noura. **Manual de direito internacional público e privado** (Inclui Direitos Humanos). 6.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2023 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553624511/>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ACCIOLY, Hildebrando; SILVA, G. E. DO Nascimento e.; CASELLA, Paulo Borba. **Manual de direito internacional público**. 26.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2023 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553624542>

GUERRA, **Curso de direito internacional público**. 16.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553623396/>

MALHEIRO, Emerson. **Direito internacional privado**. 2.ed. Rio de Janeiro: Método, 2022 (Coleção Método Essencial) (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559643257>

MAGALHÃES, José Carlos de. **Direito internacional contemporâneo e suas repercussões no direito interno**. São Paulo: Almedina, 2023 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556279787/>

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de direito internacional privado**. 3.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2023 (**Acervo digital Minha Biblioteca**) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553624719/>

--

Curso: Direito – 10º Período	
Disciplina: Negociação; Mediação e Arbitragem	
Carga Horária: 66 horas	Modalidade: Presencial
Status: Obrigatória	Pré-Requisito: -

Ementa:
Mediação: princípios e conceitos fundamentais. Mediação, jurisdição e jurisconstrução. Mediação, negociação, conciliação e transação. O papel e a atividade do mediador. Perspectivas na mediação. Arbitragem: princípios e conceitos fundamentais; fundamentos históricos e teoria geral. Arbitragem e jurisdição. A arbitragem no Brasil. Análise da Lei nº 9.307/96.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA
GUILHERME, Luiz Fernando do Vale de Almeida. **Manual de arbitragem e mediação:** conciliação e negociação. 6.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2022 (*Acervo digital Minha Biblioteca*)
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553620568>
SALLES, Carlos Alberto de; LORENCINI, Marcos Antonio Garcia Lopes; SILVA, Paulo Eduardo Alves da. **Negociação, mediação, conciliação e arbitragem.** 5ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023 (*Acervo digital Minha Biblioteca*)
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559647637/>
SCAVONE JR., Luiz Antonio. **Arbitragem:** mediação, conciliação e negociação. 11.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023 (*Acervo digital Minha Biblioteca*) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559648191>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
BACELLAR, Roberto Portugal. **Mediação e arbitragem.** Curitiba: Contentus, 2020 (*Biblioteca virtual Pearson*)
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/184109>
HANTHORNE, Bruna de Oliveira Cordeiro. **Métodos consensuais de solução de conflitos.** Curitiba: Intersaberes, 2022 (*Biblioteca virtual Pearson*) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/198385>
MELLO, Cleyson de Moraes. **Mediação e arbitragem.** Rio de Janeiro: Processo, 2024 (*Biblioteca virtual Pearson*)
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/184109>
ROCHA, Caio César Vieira; SALOMÃO, Luiz Felipe (Coords.) **Arbitragem e mediação:** a reforma da Legislação Brasileira. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2017 (*Acervo digital Minha Biblioteca*)
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597012798>
TARTUCE, Fernanda. **Mediação nos conflitos civis.** 7.ed. Rio de Janeiro: Método, 2024 (*Acervo digital Minha Biblioteca*)
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559648955>

Curso: Direito – 10º Período	
Disciplina: TCC II	
Carga Horária: 66 horas	Modalidade: Presencial
Status: Obrigatória	Pré-Requisito: -

Ementa:
Elaboração de artigo científico: Observância das diretrizes previstas no regulamento institucional. Estrutura do artigo científico. Elementos pré-textuais. Elementos textuais. Elementos pós-textuais. Orientação de conteúdo e acompanhamento metodológico. Apresentação e defesa de artigo científico. Avaliação por bancas examinadoras. Depósito do trabalho aprovado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA
CASA NOVA, Silvia Pereira de Castro (Orgs.) et.al. **TCC - Trabalho de Conclusão de Curso:** uma abordagem leve, divertida e prática. São Paulo: Saraiva Jur, 2020 (*Acervo digital Minha Biblioteca*)
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788571440708>
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico.** 9.ed. São Paulo: Atlas, 2024 (*Acervo digital Minha Biblioteca*) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026559/>
SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 24.ed. Rio de Janeiro: Cortez, s.d. (*Acervo digital Minha Biblioeca*) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788524925207>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- AQUINO, Ítalo de Souza. **Como escrever artigos científicos**. 9.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2019 (*Acervo digital Minha Biblioteca*) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788571440289/>
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2022 (*Acervo digital Minha Biblioteca*) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771653/>
- LIRA, Bruno Carneiro. **O passo a passo do trabalho científico**. 2.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2018 (*Biblioteca virtual Pearson*) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/202142>
- MEDEIROS, João Bosco; TOMASI, Carolina. **Redação de artigos científicos**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2021 (*Acervo digital Minha Biblioteca*) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026641/>
- SANTOS, Anne Caroline de Moraes; DIAS, Silvana Moreli Vicente. **Leitura e produção de textos acadêmicos**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2023 (*Biblioteca virtual Pearson*) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/211837>

OPTATIVAS

Componente Curricular: Exclusivo do Curso / Eixo Comum / Eixo Universal		
Curso: Bacharelado de Direito		Tipo: OPTATIVA
Nome do Componente Curricular: Direito Notarial e registral		Código do Componente Curricular:
Carga Horária: 66 horas	Estilo da Exposição do Conteúdo:	Período: OPTATIVA
Descrição: Introdução ao direito notarial: conceito, importância e objeto. O Tabelião, a função notarial e competência. O notário na organização judiciária do Estado. Fé pública. Atos notariais. Escritas públicas em geral. Capacidade das partes, identificação, representação e assistência. Testamentos. Adoções, emancipações e reconhecimento de filho. Escrituras públicas de Compra e venda, compromisso, hipoteca, permuta e dação em pagamento. Usufruto, fideicomissão e cláusulas. Administração pública dos interesses privados. Foro extrajudicial. Histórico do Registro. Sistema do Registro. Fins do Registro. Efeitos dos Registros. Imóveis registráveis. Direitos Registráveis. Registro civil das pessoas naturais e jurídicas. Registros Públicos de interesse de empresários comerciais. Terminologia do Registro. Princípio da inscrição. Princípio de presunção e de fé pública. Princípio de prioridade. Princípio de especialidade. Princípio de legalidade. Princípio de continuidade. Princípio de instância. Livros de Registros. Responsabilidade civil dos oficiais de registros.		
Bibliografia Básica:		
1. GENTIL, Alberto [coord.]. Registros públicos. 3.ed. Rio de Janeiro: Método, 2022 (Acervo digital Minha Biblioteca) https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559644773/		
2. LOPES, Joaquim Seabra. Direito dos registros e do notariado. 11.ed. São Paulo: Almedina, 2020 (Minha Biblioteca) https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9789724084473/		
3. SOUZA, Eduardo Pacheco Ribeiro de. Noções fundamentais de direito registral e notarial. 3.ed. São Paulo: SaraivaJur, 2022. (Minha Biblioteca) https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553620087/		
Bibliografia Complementar:		
1. ALVIM, Arruda; CLÁPIS, Alexandre Laizo; CAMBLER, Everaldo Augusto. FERREIRINHA, Fernando Neto. Inventário notarial: reflexões sobre o novo Regime Jurídico, aprovado pela Lei n. 117/2019 de 13 de setembro. São Paulo: Almedina, 2020 (Minha Biblioteca) https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9789724085227/pageid/0		
2. DUARTE, Melissa de Freitas; VALGOI, Gabriele. Sistema registral e notarial brasileiro. Porto Alegre: SAGAH, 2018 (Acervo digital Minha Biblioteca) https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595024854/pageid/0		
3. GALHARDO, Flaviano (Coord.) [et.al.] Direito registral e novas tecnologias. Rio de Janeiro: Forense, 2021 (Acervo digital Minha Biblioteca) https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559641130/		

4. ROCHA JUNIOR, Cid; KAMEL, Antoine Youssef. Noções elementares da atividade notarial e registral. 2.ed. Curitiba: Intersaberes, 2020 (Pearson) https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/180505		
5. TAMURA, Maytê Ribeiro [et.al.] Registro de notas e protestos. Porto Alegre: SAGAH, 2020. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556900599/pageid/0		
Componente Curricular: Exclusivo do Curso / Eixo Comum / Eixo Universal		
Curso: Bacharelado em Direito		Tipo: OPTATIVA
Nome do Componente Curricular: LINGUAGEM BRASILEIRA DE SINAIS: LIBRAS		Código do Componente Curricular:
Carga Horária: 66 horas	Estilo da Exposição do Conteúdo:	Período: OPTATIVA
Descrição: Retrospectiva histórica sobre os surdos, sua cultura, sua identidade, sua comunidade, suas conquistas legais e a legitimação da LIBRAS como língua oficial dos surdos no país. Ensino da LIBRAS no contexto de uma Educação Inclusiva. Noção básica de aspectos linguísticos da LIBRAS, quanto à estruturação e gramática.		
Bibliografia Básica:		
1. MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira; SANTOS, Lara Ferreira dos; LACERDA, Cristina Broalia Feitosa de. Libras: aspectos fundamentais. Curitiba: Intersaberes, 2019 (Biblioteca virtual Pearson) https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/169745		
2. PEREIRA, Maria Cristina da Cunha (Org.) Libras: conhecimento além dos sinais. São Paulo: PEARSON, 2011 (Biblioteca virtual Pearson) https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/2658		
3. SILVA, Rafael Dias (Org.) Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. São Paulo: Pearson, 2016 (Biblioteca virtual Pearson) https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/35534		
Bibliografia Complementar:		
1. BAGGIO, Maria Auxiliadora; CASA NOVA, Maria da Graça. Libras. Curitiba: Intersaberes, 2017 (Biblioteca virtual Pearson) https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/129456		
2. BOTELHO, Paula. Linguagem e letramento na educação dos surdos: ideologias e práticas pedagógicas. Rio de Janeiro: Autêntica, 2007 (Biblioteca virtual Pearson) https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/192473		
3. GÓES, Maria Cecília Rafael de. Linguagem, surdez e educação. São Paulo: Autores Associados, 2020 (Biblioteca virtual Pearson) https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186577		
4. FERNANDES, Sueli. Educação de surdos. Curitiba: Intersaberes, 2013 (Biblioteca virtual Pearson) https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/6089		
5. SARNIK, Mariana Victoria Todeschini. Libras. Curitiba: Contentus, 2020 (Biblioteca virtual Pearson) https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186507		
Componente Curricular: Exclusivo do Curso / Eixo Comum / Eixo Universal		
Curso: Bacharelado em Direito		Tipo: OPTATIVA
Nome do Componente Curricular: RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS E AFRODESCENDÊNCIA		Código do Componente Curricular: OPTATIVA
Carga Horária: 66 horas	Estilo da Exposição do Conteúdo:	Período: OPTATIVA
Descrição: Os Fundamentos filosóficos nas perspectivas clássica, moderna e contemporânea. As principais questões filosóficas nas áreas da lógica, política, ética e epistemologia. A Filosofia enquanto método do pensar criativo, útil para o pensamento estratégico e para a solução de problemas. O estudo da História da África e		

dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

Bibliografia Básica:

1. AMERICO JUNIOR, Elston; RADVANSKEI, Iziquel Antonio. Estudo das relações étnico- raciais para o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena. Curitiba: Contentus, 2020 (Biblioteca virtual Pearson) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186412>
2. DORETO, Daniela Tech; SCHEIFER, Anderson B.; SALVADOR, Anarita de Souza; SCHOLZE, Martha Luciana. Questão social, direitos humanos e diversidade. Porto Alegre: SAGAH, 2018 (Acervo digital Minha Biblioteca) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595027619/>
3. MATTOS, Rejane Augusto de. História e cultura afro-brasileira. São Paulo: Contexto, 2007 (Biblioteca virtual Pearson) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/1467>

Bibliografia Complementar:

1. CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011 (Série Consciência em Debate) (Biblioteca virtual Pearson) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/36950>
2. LOEWE, Daniel. Multiculturalismo e direitos culturais. Caxias do Sul: EDUCS, 2011 (Biblioteca virtual Pearson) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/3085>
3. MARÇAL, José Antônio; LIMA, Sílvia Maria Amorim. Educação escolar das relações étnico-raciais: história e cultura afro-brasileira e indígena no Brasil. Curitiba: Intersaberes, 2015 (Biblioteca virtual Pearson) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/30117>
4. KOTTAK, Conrad Phillip. Um espelho para a humanidade: uma introdução concisa à antropologia cultural. 3.ed. Porto Alegre: AMGH, 2013 (Acervo digital Minha Biblioteca) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580551914/>
5. OLIVEIRA, Carolina Bessa Ferreira de; MELO, Débora Sinflório da Silva; ARAÚJO, Sandro Alves de. Fundamentos de sociologia e antropologia. Porto Alegre: SAGAH, 2018 (Acervo digital Minha Biblioteca) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595023826/>

Componente Curricular: Exclusivo do Curso / Eixo Comum / Eixo Universal		
Curso: Bacharelado em Direito		Tipo: OPTATIVA
Nome do Componente Curricular: TÓPICOS ESPECIAIS		Código do Componente Curricular:
Carga Horária: 66 horas	Estilo da Exposição do Conteúdo:	Período: OPTATIVA
Descrição: Processo civil I: Processos de conhecimento. Sentença (Noções). Liquidação (Noções). Execução (Noções). Teoria Geral dos Recursos. Recursos. Atos Processuais. Decadência e prescrição. Direito Penal I: Teoria Geral do Crime; Excludente; Processo Penal I: Inquérito policial. Representação e Ação Penal. Administração Pública (Administrativo). Processo do Trabalho: Procedimento. Estatuto da Ordem (Exercícios). Processo Civil: Processo de Conhecimento.		
Bibliografia Básica:		
1. BARROSO, Luís Roberto. Curso de direito constitucional contemporâneo. 10.ed. São Paulo: SaraivaJur, 2022. (Acesso digital Minha Biblioteca) https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555596700		
2. LOPES JUNIOR, Aury Celso. Direito processual penal. 18.ed. São Paulo: SaraivaJur: 2021 (Acervo digital Minha Biblioteca) https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555590005/		
3. MORAES, Alexandre. Direito constitucional. 37.ed. São Paulo:Atlas, 2021 (Acervo digital Minha		

Biblioteca) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597027648/>

Bibliografia Complementar:

1. ABELHA, Marcelo. Manual de Execução Civil. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019 (Acervo digital Minha Biblioteca) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530987138/>
2. ALMEIDA, Amador Paes de. Curso prático de processo do trabalho. São Paulo: Saraiva, 2020 (Acervo digital Minha Biblioteca) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553619467/>
3. CÂMARA, Alexandre Freitas. O novo processo civil brasileiro. 8.ed. Barueri: Atlas, 2022 (Acervo digital Minha Biblioteca) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559772575/>
4. PRADO, Luiz Regis. Curso de direito penal brasileiro: volume único. 19.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. (Acesso digital Minha Biblioteca) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530994136>
5. RODRIGUES JR., Otávio Luiz. Direito civil contemporâneo: estatuto epistemológico, Constituição e direitos fundamentais. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense Univeresitária, 2023 (Acervo digital Minha Biblioteca) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559646241/>

Componente Curricular: Exclusivo do Curso / Eixo Comum / Eixo Universal		
Curso: Bacharelado em Direito	Tipo: OPTATIVA	
Nome do Componente Curricular: Direito Urbanístico	Código do Componente Curricular: DU	
Carga Horária: 66 horas	Estilo da Exposição do Conteúdo:	Período: OPTATIVA
Descrição: Direito Urbanístico: Conceito e Princípios Vetores. O Estatuto da Cidade como Disciplina da Vida no Perímetro Urbano e melhoria de suas condições. Função Social da Propriedade e Instrumentos para a sua Efetivação. Instrumentos Tributários do Urbanismo. Direito Urbanístico e Participação Popular.		
Bibliografia Básica: 1. BORDALO, Rodrigo. Direito urbanístico. 2.ed. Rio de Janeiro: Método, 2022 (Coleção Método Essencial) (Acervo digital Minha Biblioteca) https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559644667/ 2. FIORILLO, Celso Antonio Pacheco; FERREIRA, Renata Marques. Estatuto da cidade comentado: Lei n. 10.157/2001 (Lei do Meio Ambiente Artificial). 7.ed. SaraivaJur, 2019 (Acervo digital Minha Biblioteca) https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553613069/ 3. SANTOS, Maria Helena Abdanur Mendes dos. Direito urbanístico. Curitiba: Contentus, 2020 (Biblioteca virtual Pearson) https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/184746		
Bibliografia Complementar: 4. CALLAI, Helena Colpetti [et.al.] O estudo da cidade: das vivências à formação cidadã. Ijuí: UNIJUÍ, 2021 (Acervo digital Minha Biblioteca) https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786586074765/ 5. CONDESSO, Fernando dos Reis; CONDESSO, Ricardo Azevedo. Direito do urbanismo e do ambiente. Coimbra: Almedina, 2020 (Acervo digital Minha Biblioteca) https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9789724084701/ 6. MARQUES, Carolina Corso Rodrigues [et.al.] Legislação urbanística aplicada. Porto Alegre: SAGAH, 2018 (Acervo digital Minha Biblioteca) https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595024489/ 7. RECH, Adir Ubaldo; RECH, Advandro. Cidade sustentável: direito urbanístico e ambiental (Instrumentos de planejamento) Caxias do Sul: EDUCS, 2018 (Biblioteca virtual Pearson) https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/175332 8. RECH, Adir Ubaldo; ALMEIDA, Juliana Cainelli de; RAVANELO, Tamires (Orgs.) Direito urbanístico-ambiental: uma visão epistêmica. Caxias do Sul: EDUCS, 2019 (Biblioteca virtual Pearson) https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/187845		

Componente Curricular: Exclusivo do Curso / Eixo Comum / Eixo Universal	
Curso: Bacharelado em Direito	Tipo: OPTATIVA
Nome do Componente Curricular: DIREITO MUNICIPAL	Código do Componente Curricular: DM

Carga Horária: 66 horas	Estilo da Exposição do Conteúdo:	Período: OPTATIVA
Descrição: Estado federal e autonomia municipal. Autonomia política, administrativa, financeira e metropolitana. Competência legislativa do Município. Controle da administração pública municipal. Inconstitucionalidade da lei municipal.		
Bibliografia Básica: 1. BORDALO, Rodrigo. Direito urbanístico. 2.ed. Rio de Janeiro: Método, 2022 (Coleção Método Essencial) (Acervo digital Minha Biblioteca) https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559644667/ 2. MENDES, Gilmar Ferreira; CARNEIRO, Rafael Araripe (Orgs.) Gestão pública e direito municipal: tendências e desafios. São Paulo: Saraiva, 2016 (Acervo digital Minha Biblioteca) https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788547204686/ 3. RECH, Adir Ubaldo; RECH, Advandro. Cidade sustentável: direito urbanístico e ambiental (Instrumentos de planejamento) Caxias do Sul: EDUCS, 2018 (Biblioteca virtual Pearson) https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/17533		
Bibliografia Complementar: 1. CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. 36.ed. São Paulo: Atlas, 2022. (Acesso digital Minha Biblioteca) https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559771837 2. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 35.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022. (Acesso digital Minha Biblioteca) https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559643042 3. FIORILLO, Celso Antonio Pacheco; FERREIRA, Renata Marques. Estatuto da cidade comentado: Lei n. 10.157/2001 (Lei do Meio Ambiente Artificial). 7.ed. SaraivaJur, 2019 (Acervo digital Minha Biblioteca) https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553613069/ 4. LUCCHESI, Shana Trichês. Planejamento urbano e regional: o município. Porto Alegre: SAGAH, 2019 (Acervo digital Minha Biblioteca) https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788533500396/ 5. VANIN, Fabio Scope. Direito e política urbana: gestão municipal para a sustentabilidade. Caxias do Sul: EDUCS, 2015 (Biblioteca virtual Pearson) https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185264		

Componente Curricular: Exclusivo do Curso / Eixo Comum / Eixo Universal		
Curso: Bacharelado em Direito		Tipo: OPTATIVA
Nome do Componente Curricular: ENGLISH FOR THE JOB MARKET		Código do Componente Curricular: EFJM
Carga Horária: 66 horas	Estilo da Exposição do Conteúdo:	Período: OPTATIVA

Descrição:

Development of communication skills in English with emphasis on disciplines focused on the work market. Focus on the vocabulary of the area. Coaching activitFAMETRO .

Bibliografia Básica:

1. LARSON, Anthony; TEIGLAND, Robin. The digital transformation of labor: automation, the gig economy and welfare. London: Routledge, 2019. <https://doi.org/10.4324/9780429317866>
2. McLEAN, Scott. Writing for sucess. Minnesota: University of Minnesota/LibrarFAMETRO Publishing, 2015. <https://openresearchlibrary.org/content/283c8d1c-b84e-49d3-b0d6-5409beabff53>
3. NOVIARISTANTI, Siska. Contemporary research on business and management. London: CRC Press, 2021 <https://www.taylorfrancis.com/books/oa-edit/10.1201/9781003196013/contemporary-research-business-management-siska-noviaristanti>

Bibliografia Complementar:

1. EAST, Martin. Foundational principles of task-based language teaching. New York: Routledge, 2021. <https://www.taylorfrancis.com/books/oa-mono/10.4324/9781003039709/foundational-principles-of-task-based-language-teaching-martin-east?context=ubx&refId=2de564ce-7049-45cf-99f2-e79705660682>
2. KUHN, Timothy; ASHCRAFT, Lee; COOREN, François. The work of communication: relational perspectives on working and organizing in contemporary capitalism. New York: Routledge, 2019. <https://openresearchlibrary.org/content/595f0aa6-5f0b-440e-b6e0-ba31f764b96f>
3. TAJINO, Akira; STEWART, Tim; DALSKY, David. Team teaching and team learning in the language classroom. London: Routledge, 2015. <https://www.taylorfrancis.com/books/oa-edit/10.4324/9781315718507/team-teaching-team-learning-language-classroom-akira-tajino-tim-stewart-david-dalsky>
4. JOHANNESSEN, Jon-Arild. The workplace of the future: the fourth industrial revolution, the precariat and the death of hierarchFAMETRO . London: Routledge, 2018. <https://www.taylorfrancis.com/books/oa-mono/10.4324/9780429441219/workplace-future-jon-arild-johannessen?context=ubx&refId=946907ba-546a-4df3-b7ed-6a7beb9918fb>
5. LIBRARFAMETRO PUBLISHING. Writing for success. Minnessota: University of Minnesota, 2011. <https://openresearchlibrary.org/content/283c8d1c-b84e-49d3-b0d6-5409beabff53>

Componente Curricular: Exclusivo do Curso / Eixo Comum / Eixo Universal

Curso: Bacharelado em Direito

Tipo: OPTATIVA

NOME DO COMPONENTE CURRICULAR:
DIREITO PORTUÁRIO

Código do Componente Curricular:
DP

Carga Horária:
66 horas

Estilo da Exposição do Conteúdo:

Período:
OPTATIVA

Descrição:

Aspectos gerais do direito portuário. O marco regulatório do setor portuário brasileiro. Evolução do marco regulatório do setor portuário no Brasil. Tendências do transporte marítimo mundial e sua contextualização para o planejamento portuário brasileiro. Poligonais e seus aspectos processuais. Esboço de guia jurídico para a revisão das poligonais de portos organizados. As consultas e audiências públicas no âmbito do direito portuário: validade e eficácia. Terminais portuários públicos e privados. A Lei de Portos e a valorização da concorrência nos serviços

públicos.

Bibliografia Básica:

ZEMPULSKI, Tatiana Lazzaretti. Direito marítimo e portuário. Curitiba: Intersaberes, 2022 (Biblioteca virtual Pearson) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/198938>

SEHN, Solon. Curso de direito aduaneiro. Rio de Janeiro: Forense, 2021 (Acervo digital Minha Biblioteca) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559640928/>

JUCÁ, Paulo Renato. Regulação do setor portuário. São Paulo: Almedina, 2021 (Coleção Estudos em Direito Público e Regulatório) (Acervo digital Minha Biblioteca) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556273310/>

Bibliografia Complementar:

1. CAPARROZ, Roberto. Comércio internacional e legislação aduaneira. 8.ed. São Paulo:SaraivaJur, 2022. (Minha Biblioteca) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978655596625/>

2. CASELLA, Paulo Borba. Direito internacional dos espaços: conceitos basilares, domínio terrestre, fluvial e marítimo. Tomo I. 2.ed. São Paulo: Almedina, 2022 (Coleção Tratado do Direito Internacioal) (Acervo digital Minha Biblioteca) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556275116/>

3. JUCÁ, Paulo Renato. Regulação do setor portuário. São Paulo: Almedina, 2021 (Coleção Estudos em Direito Público e Regulatório) (Acervo digital Minha Biblioteca) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556273310/pageid/0>

4. NYEGRAY, João Alfredo Lopes. Legislação aduaneira: comércio exterior e negócios internacionais. Curitiba: Intersaberes, 2016 (Biblioteca virtual Pearson) <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/37957>

5. PIMENTA, Matusalém Gonçalves. Processo marítimo: formalidades e tramitação. 2.ed. São Paulo: Manole, 2013 (Acervo digital Minha Biblioteca) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520444832/pageid/0>

Componente Curricular: Exclusivo do Curso / Eixo Comum / Eixo Universal

Curso: Bacharelado em Direito

Tipo: OPTATIVA

Nome do Componente Curricular:

DESAFIOS JURIDICOS NACIONAIS E LOCORREGIONAIS

Código do Componente Curricular:

DJNL

Carga Horária:
66 horas

Estilo da Exposição do Conteúdo:

Período:
OPTATIVA

Descrição:

Transformações recentes ocorridas na esfera jurídica. Novos campos sociais. A Bioética e Sua Interface com o Direito em uma Sociedade Inclusiva. A Questão Racial. Desafio Brasileiro à Proteção Multinível de Direitos Humanos. Direitos Humanos de Grupos Vulneráveis: pessoas com necessidades especiais, crianças, adolescentes, idosos e outros. Populações Tradicionais: identidade e direitos territoriais. Direito à Saúde. Sistema plural de proteção aos direitos humanos, concedendo especial ênfase à necessidade de aproximação do diálogo entre o Supremo Tribunal Federal, e o Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH). Neoconstitucionalismo. Pluralismo. Argumentação nas decisões judiciais. Estruturas legais em parques industriais. Redes Sociais e apoio Jurídico as empresas biotecnológicas.

Bibliografia Básica:

ALMEIDA, Guilherme Assis de. Direitos humanos e não-violência. Atlas, 2015 (Acervo digital Minha Biblioteca)

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597000467/>

DINIZ, Maria Helena. O estado atual do biodireito. 10.ed. São Paulo: SaraivaJur, 2017 (Acervo digital Minha Biblioteca)

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555598551/>

RAMOS, André De Carvalho Ramos. Teoria geral dos direitos humanos na ordem internacional. 6.ed. São Paulo: Saraiva, 2019 (Acervo digital Minha Biblioteca)

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788547202781/pageid/0>

Bibliografia Complementar:

1. DELL'ISOLA, Carmela (Org.) Vulneráveis e acesso à justiça em tempos de crise. São Paulo: Foco, 2020 (Biblioteca virtual Pearson)

[tps://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188642](https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188642)

2. FREITAS FILHO, Roberto (Coord.) Direito à saúde: questões teóricas e a prática de tribunais. São Paulo: SaraivaJur, 2021 (Série IDP - Linha Pesquisa Acadêmica) (Acervo digital Minha Biblioteca)

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555598278/>

3. GARBIN, Isabela. Direitos humanos e relações internacionais. São Paulo: Contexto, 2021 (Biblioteca virtual Pearson)

[tps://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/194881](https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/194881)

4. MORAES, Alexandre. Direitos humanos fundamentais. 12.ed. São Paulo: Atlas, 2021 (Acervo digital Minha Biblioteca) <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597026825/>

5. RODRIGUES JR., Otávio Luiz. Direito civil contemporâneo: estatuto epistemológico, Constituição e direitos fundamentais. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2019 (Acervo digital Minha Biblioteca)

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530987381/>

Componente Curricular: Exclusivo do Curso / Eixo Comum / Eixo Universal		
Curso: Bacharelado em Direito		Tipo: Obrigatório
Nome do Componente Curricular: INGLÊS INSTRUMENTAL		Código do Componente Curricular:
Carga Horária: 66 horas	Estilo da Exposição do Conteúdo:	Período: OPTATIVA
Descrição: Estruturas básicas da língua – revisão geral. Desenvolvimento de estratégias de leitura para a compreensão, interpretação, tradução e versão de textos.		
Bibliografia Básica: BONAMIN, Márcia Costa (Org.). Oficina de textos em inglês. São Paulo: Pearson, 2020. (Biblioteca Virtual Pearson) GREENE, Stephen John. Estudos avançados de língua inglesa: compreensão auditiva e comunicação oral. Curitiba: Contentus, 2020. (Biblioteca Virtual Pearson) NOGUEIRA, Maicon de Araújo. Estudos em ensino e aprendizagem de inglês. Neurus, 2021. (Biblioteca Virtual Pearson)		

Bibliografia Complementar:

- CAMPOS, Giovana Teixeira. Manual Compacto de Gramática da Língua Inglesa. Rio de Janeiro: Rideel, 2010. (Biblioteca Virtual Pearson)
- DICIONÁRIO Inglês/Português/Inglês. Rio de Janeiro: Rideel, 2012. (Biblioteca Virtual Pearson)
- FELIX, Monique Jayne Van Zelm. New technologies in English language teaching: novas tecnologias no ensino de língua inglesa. Curitiba: Contentus, 2021. (Biblioteca Virtual Pearson)
- LAPKOSKI, Graziella Araujo de Oliveira. Do Texto ao Sentido: teoria e prática de leitura em língua inglesa. Curitiba: Intersaberes, 2012. (Biblioteca Virtual Pearson)
- LIMA, Thereza Cristina de Souza. Língua estrangeira moderna: inglês. Curitiba: Intersaberes, 2016. (Biblioteca Virtual Pearson)

Componente Curricular: Exclusivo do Curso / Eixo Comum / Eixo Universal		
Curso: Bacharelado em Direito	Tipo: Obrigatório	
Nome do Componente Curricular: DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	Código do Componente Curricular: DCA	
Carga Horária: 66 horas	Estilo da Exposição do Conteúdo:	Período: OPTATIVA
Descrição: Princípios do Direito da Criança e do Adolescente. Proteção integral. Direito Fundamental. Menoridade e Responsabilidade Penal. Política de Atendimento. Atos infracionais. Medidas sócio-educativas. Justiça da infância e da juventude. Ministério Público e Advogado. Procedimentos. Crimes e infrações administrativas. Prevenção e Prevenção Especial. Adoção e guarda.		
Bibliografia Básica: ARAUJO JR, Gediél Claudino de. Prática no Estatuto da Criança e do Adolescente. 3. ed. São Paulo: atlas, 2018. (Minha biblioteca - Virtual) MACIEL, Katia Regina Ferreira Lobo Andrade. Curso de direito da criança e do adolescente: aspectos teóricos e práticos. 13.ed. São Paulo: Saraiva, 2021. (Minha biblioteca - Virtual) NUCCI, Guilherme de Souza. Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. (Minha biblioteca - Virtual)		
Bibliografia Complementar: MACHADO, Martha de Toledo. A proteção constitucional de crianças e adolescentes e os direitos humanos. São		

Paulo: Manole, 2003. (Minha biblioteca - Virtual)

MACIEL, Katia Regina Ferreira Lobo Andrade. Curso de direito da criança e do adolescente: aspectos teóricos e práticos. 12.ed. São Paulo: Saraiva, 2021. (Minha biblioteca - Virtual)

ROSSATTO, Luciano A. Estatuto da criança e do adolescente comentado artigo por artigo. São Paulo: SaraivaJur, 2020. (Minha biblioteca - Virtual)

TAVARES, José de Farias. Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente. 8.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013. (Minha biblioteca - Virtual)

ZAPATER, Maíra. Direito da criança e do Adolescente. São Paulo: Saraiva, 2019. (Minha biblioteca - Virtual)

1.5 CONTEÚDOS CURRICULARES

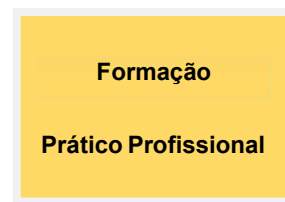
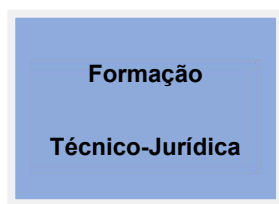
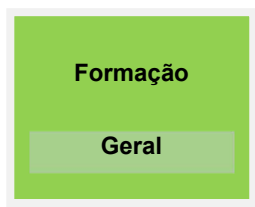
A estrutura curricular é compreendida como uma matriz de conhecimentos, e aponta para conteúdos programáticos articulados entre si, orientadas pela DCN nº 5, de 17 de dezembro de 2018, que organiza a perspectiva da formação do Bacharel em Direito consolidando o perfil do egresso:

Vale ressaltar que esses três eixos e os conteúdos curriculares que eles ensejam estão organizados na perspectiva da formação de uma unidade que se consolida ao final no perfil do Egresso, conforme Art. 3º da Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2018 (DCNs do Curso de Graduação em Direito).

Art. 3º O curso de graduação em Direito deverá assegurar, no perfil do graduando, sólida formação geral, humanística, capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia Jurídica, capacidade de argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, além do domínio das formas consensuais de composição de conflitos, aliado a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem, autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício do Direito, à prestação da justiça e ao desenvolvimento da cidadania. E também.

Art. 5º Os cursos de graduação em Direito, priorizando a interdisciplinaridade e a articulação de saberes, deverá incluir no PPC, conteúdos e atividades que atendam as seguintes perspectivas formativas:

- | | | |
|------|--|---|
| I. | Formação geral | F |
| II. | Formação Técnico-Jurídica | F |
| III. | Formação prático-profissional - assim distribuídas nas disciplinas da matriz da Fametro: | F |



Fundamentos de Economia	Redação e Linguagem Jurídica	Direito Civil – Parte Geral	Direito Administrativo-Teoria Geral	Direito Civil - Obrigações	Direito Administrativo-Teoria Geral	Direito Constitucional I	Direito Penal – Teoria do Crime	Teoria Geral do Processo	Direito Civil – Responsabilidade Civil e Teoria dos Contratos
Metodologia do Trabalho Científico	Filosofia e Ética Jurídica	Direito penal – Teoria da Pena	Dierito processual Civil – Parte Geral	Direito Administrativo Aplicado	Direito Contitucional II	Direito processual Penal – Teoria Geral	Teoria penal – Parte Especial	Direito penal – parte Especial	Direito processual Civil – procedimento Comum
Antropologia e Sociologia Jurídica	Direito Empresarial	Direito Civil-Contrato em espécie	Direito processual Penal Aplicado	Direito Civil – Teoria das Coisas	Direito Econômico e Financeiro	Direito penal – legislação Extravagante	Direito processual Civil – dos processos nos tribunais e recursos	Prática Jurídica Simulada I - Cível	Prática Jurídica Simulada II Penal
Ciência Política e Teoria do Estado	Direito do Trabalho	Direito Civil - Família	Direito processual Civil-Execuções	Direito Tributário	Direito Civil – Sucessões	Direito Coletivo do Trabalho e Previdenciário	Direito Digital e Inovação Tecnológica	Direito processual do Trabalho	Prática Jurídica Simulada III Trabalho
História do Direito	Psicologia Jurídica	Legislação eleitoral	Direitos Humanos	Optativa	Direito Ambiental e Processual Ambiental	Direito Internacional	Direito das Relações de Consumo	TCC I	TCC II
Relações Étnico raciais e Afrodescendência (optativa) Direito dos Povos Originários e populações Tradicionais (optativa)	Negociação; mediação e Arbitragem	Direito da Criança e do adolescente (optativa)	Direito Portuário (optativa)	Tópicos Especiai (optativa)	LIBRAS (optativa) Inglês Instrumental English for the market job	Desafios Jurídicos Nacionais; regionais e Locais (optativa)	Direito Municipal (optativa)	Direito Notarial e Registral (optativa)	Direito Urbanístico (optativa)

Todos os elementos presentes foram organizados, observando a correta proposição em carga horária teórica e prática e ainda com bibliografia atualizada privilegiando títulos com edições dos últimos três anos, sempre que possível.

A bibliografia básica e complementar presente no ementário do curso foi indicada pelos professores das respectivas disciplinas, observando a pertinência da mesma e a adequada relação com o que indicam as ementas das unidades curriculares, e posteriormente aprovadas pelo Núcleo Docente Estruturante do curso.

Os conteúdos curriculares de educação ambiental, educação, étnico-racial e de direitos humanos serão abordados de maneira transversal e interdisciplinar a partir de projetos de trabalhos organizados e desenvolvidos a partir da integração das disciplinas.

Além dos componentes curriculares obrigatórios (disciplinas específicas, atividades complementares e estágios supervisionados), são ofertadas disciplinas optativas, atendendo à parte flexível do currículo, com o objetivo de possibilitar

ao estudante selecionar disciplinas que atendam a seus interesses e ampliem os conhecimentos, contribuindo para o desenvolvimento de sua autonomia.

1.4.5 Relação das Disciplinas da Matriz com os Conteúdos Curriculares Exigidos nas DCNs.

Como já foi afirmada anteriormente os Conteúdos Curriculares para a Faculdade Fаметro são entendidos a partir de uma visão tridimensional na perspectiva da formação de competências. Existe uma relação permanente entre o que se deseja formar, como se pretende formar e qual o conteúdo desta formação. Neste projeto pedagógico, os conteúdos curriculares estão relacionados com os conteúdos em acordo com a RESOLUÇÃO nº 5 de 17 de dezembro de 2018, que dispõe sobre o componente específico da área da formação do bacharel em Direito.

Quadro 17 - *RELAÇÃO COM AS DISCIPLINAS DA MATRIZ COM OS CONTEÚDOS CURRICULARES EXIGIDOS NA DCN*

Perfil do egresso (Eixos de formação e os conteúdos curriculares da diretriz)	Estrutura curricular (disciplinas da matriz que atendem os conteúdos curriculares da diretriz)	Competências do perfil do egresso
Eixo de Formação Geral	Fundamentos de Economia; Sociologia e Antropologia; História do Direito; Filosofia e Ética Jurídica Psicologia Jurídica Metodologia do Trabalho Científico Ciência Política e Teoria Geral do Estado OPTATIVAS Redação e Linguagem Jurídica; English for the Market Job Inglês Instrumental	Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural; aprender conceitos deontológicos-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos; desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada, quando couber.
Eixo de Formação Prático-profissional	Prática Jurídica Simulada I – Civil; Prática Jurídica Simulada II – Penal; Prática Jurídica Simulada III – Trabalho; 1. TCC I; e 2. TCC II	I compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes de Direito; II atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos; III utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas;

		<p>IV Compreender o impacto das novas tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.</p>
<p>Eixo de formação Técnico-Jurídica Eixo de formação Técnico-Jurídica</p>	<p>Direito Civil - Parte Geral Direito Administrativo -Teoria Geral</p> <p>Direito Civil – Obrigações Direito Constitucional I Direito Penal - Teoria do Crime Teoria Geral do Processo Direito Civil – Responsabilidade Civil e Teoria dos Contratos Direito Penal - Teoria da Pena Direito Processual Civil – Parte Geral</p> <p>Direito Administrativo Aplicado Direito Constitucional II Direito Processual Penal – Teoria Geral</p> <p>Direito Penal – Parte Especial Direito Processual Civil – Procedimento Comum Direito Empresarial Direito Civil – Contrato em Espécie</p> <p>Direito Processual Penal Aplicado</p> <p>Direito Civil V – Direito das Coisas</p> <p>Ordem Constitucional Financeira e Tributária</p> <p>Direito Penal– Legislação Extravagante</p> <p>Direito Processual Civil - Dos Processos nos Tribunais e Recursos Direito do Trabalho Direito Civil – Família Direito Processual Civil – Execuções</p> <p>Direito Tributário Direito Civil - Sucessões Direito Coletivo do Trabalho e Previdenciário</p> <p>Direito Digital e Inovação Tecnológica</p> <p>Direito Processual do Trabalho Legislação Eleitoral Direitos Humanos Direito Ambiental e Processual Ambiental Direito Internacional Direito das Relações de Consumo Negociação; Mediação e Arbitragem</p>	<p>articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas;</p> <p>II demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico- Jurídicas;</p> <p>III demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão;</p> <p>IV dominar instrumentos da metodologia Jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito;</p> <p>V adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito;</p> <p>VI desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos; e</p> <p>VII utilizar corretamente a terminologia e as categorias Jurídicas.</p>

A estrutura curricular do curso considera a flexibilidade, a interdisciplinaridade, a acessibilidade metodológica, a compatibilidade da carga horária total (em horas/relógio), Articulação entre componentes Curriculares e a Integração, Ensino, Serviços e Comunidade (FAMETRO C). Além disso, evidencia a articulação da teoria com a prática são características de mecanismos de familiarização com a modalidade presencial.

A criação da estrutura curricular foi padronizada conforme Resolução CNE/CES 5, de 17 de dezembro de 2018 no seu art.5º, seguindo a interligação de formação com Conteúdos no Básicos, Formação Profissional e Formação Teórico-prática. Cada vez mais, as organizações concentram seus esforços na busca por gerar e utilizar informações. Ter informação é a maneira mais eficiente de entender o mercado no qual o profissional de Direito está inserido, pois permite que ele se organize frente às dinâmicas existentes e seja capaz de se manter atualizado e competitivo.

Pontos de destaque no curso de Direito são: a interdisciplinaridade e a integração entre a teoria e a prática, com a utilização de metodologias ativas utilizadas no dia a dia de sala de aula. Além desses destaques, as atividades de ensino são cada vez mais articuladas às atividades de extensão e de iniciação científica, conforme estabelece a CNE/CES nº7/2018 com a Curricularização da extensão, com no mínimo 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular do curso, assim sendo a Fametro utilizará a referida carga horária para o aprimoramento e à inovação de vivências práticas na comunidade ou de caráter social.

A presente proposta favorece uma educação menos conteudista e mais direcionada para as competências cognitivas, instrumentais e interpessoais. Essa articulação é uma constante sempre voltada aos “problemas emergentes e transdisciplinares” e aos novos desafios de ensino e pesquisa.

Merece destaque para facilitar o processo de aprendizagem em todas as vertentes a Plataforma Virtual utilizada em nossa FAMETRO que permite uma maior interação entre professores e estudantes, facilitando inclusive a utilização de metodologias ativas, uma vez que fomentam a capacidade e a aptidão para uma aprendizagem autônoma e dinâmica, garantindo assim a formação do perfil do egresso desejada.

1.5 METODOLOGIA

Para a Faculdade Fametro a aprendizagem está relacionada com a atividade problematizadora, tanto do aluno quanto do professor, e a aprendizagem universitária está associada ao APRENDER A PENSAR E AO APRENDER A APRENDER. Acreditamos que o ensino universitário precisa hoje ajudar o aluno a desenvolver habilidades de pensamento e identificar procedimentos necessários para aprender e resolver problemas, problemas estes que provavelmente ainda nem existem no momento da formação, mas que se farão reais

quando os acadêmicos estiverem no mercado de trabalho. Nosso modelo metodológico crer que a problematização é um importante gatilho na construção das competências previstas nos perfis de egressos que orientam o percurso de formação na graduação.

Mais do que isto, pensamos que o ensino superior deve adotar outra lógica epistemológica que favoreça a superação com modelos estritamente disciplinares e fechados em si mesmos. Assim as metodologias de ensino, entendidas, como o caminho da mediação entre o sujeito cognoscente e o objeto do conhecimento, deve favorecer a aproximação desses dois polos a partir de mediações qualitativas que permitam ao aluno a construção do conhecimento tendo em vista a formação das competências que se deseja no perfil de cada curso de graduação, na seguinte lógica:

Considerando que os métodos de ensino constituem um ponto fundamental do planejamento da disciplina e do planejamento das aulas, propomos que eles devem conter uma visão dialógica do processo de construção do conhecimento. Para garantir esse tipo de dinâmica, a linha horizontal possibilitará a consolidação da relação entre teoria e prática. Nessa linha, os alunos são motivados a problematizar e contextualizar os saberes adquiridos com a linha vertical.

A metodologia de ensino aprendizagem assim delineada deve buscar:

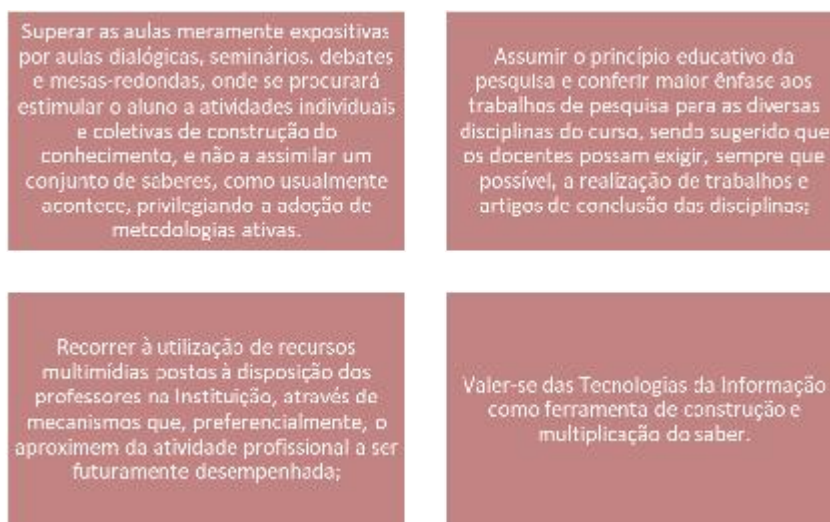


Figura 28 - metodologia de ensino aprendizagem. Fonte: Fametro, 2023

1.5.1 Metodologia de Ensino de Educação a Distância e sua Acessibilidade

Neste contexto, as práticas pedagógicas a serem empregadas pela Faculdade Fametro são apoiadas em quatro concepções de ensino-aprendizagem: aprendizagem autodirigida; aprendizagem baseada em problemas ou casos; aprendizagem em pequenos grupos de tutoria e aprendizagem orientada para a comunidade.

Há ainda que se considerar o trabalho transversal necessário com as temáticas voltadas para as questões étnico-raciais, aquelas relativas a educação ambiental, e direitos humanos neste sentido é previsto que a abordagem desses temas se realize de maneira transversal nos currículos da graduação promovendo discussões que ressaltem a importância da compreensão de tais temáticas no contexto geral da formação dos alunos. Isto significa afirmar, que tais abordagens dar-se-ão na oportunidade do desenvolvimento das disciplinas do curso, sendo contempladas, como mecanismo de reflexão e de sensibilização para as discussões sociais que essas implicam.

Outro aspecto relevante no campo metodológico referente à acessibilidade pedagógica e atitudinal, acerca desta questão que vale a pena destacar é o da ACESSIBILIDADE. O aumento crescente no número de Estudantes com necessidades educativas especiais e de atendimento pedagógico diferenciado tem demandado das instituições de ensino superior à implantação e a consolidação de Políticas de inclusão e de acessibilidade, que estão para além de garantir o acesso as instalações físicas da Faculdade Fametro, mas que sejam ofertados todo um conjunto de ações que garantam que estes alunos estejam inclusos em condições excelentes de aprendizagem e desenvolvimento.

Tendo como base um vasto conjunto de leis, orientações e recomendações expressas em documentos publicados pelo Governo Federal e mais especificamente pelo Ministério da Educação, o conceito de acessibilidade vem sendo ampliado, fazendo com que as ações desenvolvidas pela Faculdade Fametro se tomem cada vez mais variadas e, por certo, também mais complexas. Neste sentido, o conceito de acessibilidade exige a formulação de Políticas institucionais, das quais emergem ações articuladas no âmbito pedagógico e da gestão.

Sendo assim a acessibilidade e a inclusão passam a ser integrantes de outro conceito fundamental que é o da Responsabilidade Social, conforme preconiza o documento REFERENCIAL DE ACESSIBILIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR E A AVALIAÇÃO IN LOCO DO SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SINAES), publicado em 2013. Como indicado neste documento especificamente a responsabilidade social ultrapassa a perspectiva do compromisso para se tornar um dever constituindo a essência de ser das instituições de ensino superior. Citando a Lei do SINAES, a finalidade de uma instituição de educação superior deve ser a de promover:

Acessibilidade Metodológica

Outro aspecto relevante no campo metodológico está a acessibilidade pedagógica e atitudinal, acerca desta questão vale a pena destacar é o da Acessibilidade. O aumento crescente de estudantes com necessidades educativas especiais e de atendimento pedagógico diferenciado, tem demandando das instituições de ensino superior a implantação e a consolidação de políticas de inclusão e de acessibilidade, que estão para além de garantir o acesso as instalações físicas das FAMETRO , mas que sejam ofertadas todo um conjunto de ações que garantam que estes alunos estejam inclusos em condições excelentes de aprendizagem e desenvolvimento.

Neste sentido, o conceito de acessibilidade exige a formulação de políticas institucionais, das quais emergem ações articuladas no âmbito pedagógico e da gestão. Sendo assim a acessibilidade e a inclusão passam a ser integrante de outro conceito fundamental que é o da Responsabilidade Social, conforme preconiza o documento REFERENCIAIS DE ACESSIBILIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR E A AVALIAÇÃO IN LOCO DO SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SINAES),

publicado em 2013. Como indicado neste documento especificamente a responsabilidade social ultrapassa a perspectiva do compromisso para se tornar um dever constituindo a essência de ser das instituições de ensino superior.

Citando a Lei do SINAES, a finalidade de uma instituição de educação superior deve ser a de promover:

[...] a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. (Lei nº 10.861/04 – SINAES).

É neste sentido que a FAMETRO , concebeu o seu Programa Institucional de Acessibilidade e Inclusão,

observando Decreto nº 5.296/2004, onde as Barreiras de Acessibilidade no campo das edificações, na dimensão urbanística, de transportes, de comunicação e de informações devem ser retiradas e ainda no campo da acessibilidade atitudinal/pedagógica para onde devem convergir todos os esforços para garantir acesso ao currículo onde haja:

- Adequação nos materiais didáticos e pedagógicos;
- Adequação nos mobiliários e equipamentos;
- Adequação de objetivos; Adequação de conteúdos;
- Adequação de métodos e didática;
- Adequação nas avaliações;
- Adequação de tempo.

Estas adequações, por sua vez encontram respaldo legal principalmente no Decreto nº 3.298/1999, o qual afirma que as instituições de ensino superior deverão oferecer adaptações de provas e os apoios necessários, previamente solicitados pelo aluno portador de deficiência, inclusive tempo adicional para realização das provas, conforme as características da deficiência. E também no conceito de acessibilidade como a condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida presente no Decreto nº 5.296/2004.

Para a FAMETRO , a acessibilidade pedagógica entende que a comunidade acadêmica deve desenvolver medidas pedagógicas diferenciadas, compreendendo que as necessidades educacionais são específicas, podendo ser permanentes ou temporárias, a ser consideradas as seguintes características dos/as alunos/as com:

- Altas habilidades e superdotação;
- Deficientes físicos, intelectuais, sensoriais e múltiplos;
- Transtornos mentais, distúrbios de humor e outras situações classificadas pelo CID ou DSMV-TR;
- Transtornos globais;
- Alterações orgânicas como insuficiências.

Neste sentido, nosso programa defende acessibilidade integral enquanto prática institucional entendendo como um dos fundamentos das práticas pedagógicas e de gestão no ensino superior, considerando,

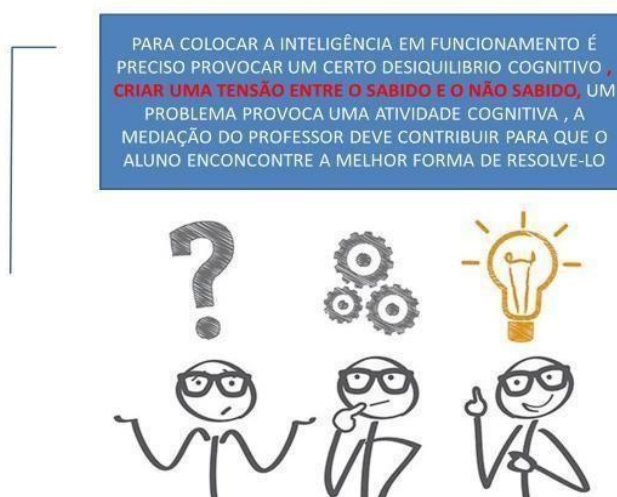
- Mapeamento das necessidades dos estudantes: preenchimento de ficha cadastral; registro de observação em sala de aula; registro de impressões dos professores; registro das impressões dos próprios acadêmicos; mapeamento de estudos e rotina realizados;
- Orientação pedagógica aos coordenadores de cursos e professores;
- Encaminhamento/solicitação de adequações didático-pedagógicas;
- Encaminhamento de adequações de materiais didáticos;
- Promoção de cursos, palestras e eventos de capacitação de funcionários e docentes;

- Trabalho colaborativo com outros profissionais por meio de convênio com entidades e/ou associações que possam contribuir com o desenvolvimento de práticas de acessibilidade;
- Os estudantes e funcionários surdos são acompanhados por profissional intérprete de LIBRAS;
- Empréstimos de materiais para estudantes e servidores: notebooks, gravadores, lupas e ampliadores eletrônicos, bengala;
- Formação em Libras para funcionários, alunos e professores.
- Sala de Multimeios.

1.5.2 Metodologia das Atividades Presenciais Obrigatórias

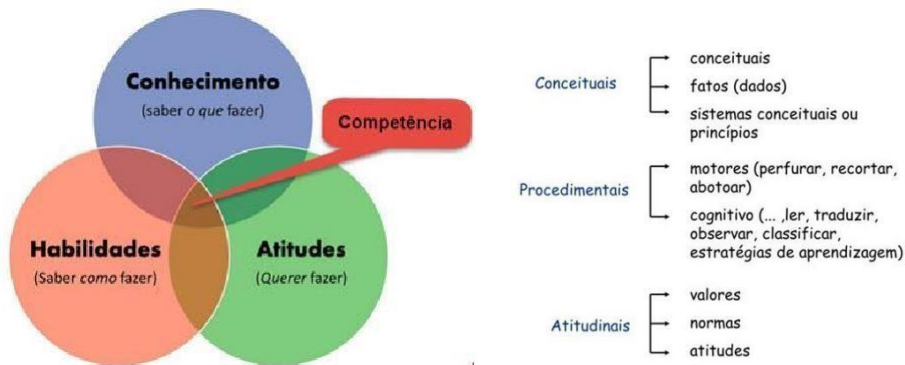
Para FAMETRO a aprendizagem está relacionada com a atividade de pesquisa tanto do aluno quanto do professor, e a aprendizagem universitária está associada ao aprender a pensar e ao aprender a aprender. Acreditamos que o ensino universitário precisa hoje ajudar o aluno a desenvolver habilidades de pensamento e identificar procedimentos necessários para aprender.

Mais do que isto, pensamos que o ensino superior deve adotar outra lógica epistemológica que favoreça a ruptura com modelos disciplinares e fechados em si mesmos. Assim as metodologias de ensino, entendidas, como o caminho da mediação entre o sujeito cognoscente e o objeto do conhecimento, devem favorecer a aproximação desses dois polos, a partir de mediações qualitativas que permitam ao aluno a construção do conhecimento, tendo em vista a formação das competências que se deseja no perfil de cada curso de graduação.



Nesta lógica os conteúdos da aprendizagem assumem um caráter tridimensional que avança e busca superar o entendimento unidimensional dos conteúdos centrados na maioria das vezes no conceito. Admitimos assim que para a formação das competências um conteúdo curricular deve proporcionar ao acadêmico saber o que fazer e porque fazer, saber como fazer e querer fazer. A competência seria então um campo de intersecção que se forma a partir do contato com diferentes

aspectos de um conteúdo.



Neste contexto, considerando que os métodos de ensino se constituem em um ponto fundamental do planejamento da disciplina/aulas, propomos que os mesmos devem conter uma visão dialógica do processo de construção do conhecimento. Para garantir esse tipo de dinâmica, propomos a interdisciplinaridade e a transversalidade como modos de integração do conhecimento a partir de uma pedagogia de projetos.

A metodologia de ensino aprendizagem assim delineada deve buscar:

- Superar as aulas meramente expositivas por aulas dialógicas, seminários, debates e mesas-redondas, onde se procurará estimular o aluno a atividades individuais e coletivas de construção do conhecimento, e não a assimilar um conjunto de saberes, como usualmente acontece;
- Conferir maior ênfase aos trabalhos de pesquisa para as diversas disciplinas do curso, sendo sugerido que os docentes possam exigir, sempre que possível, a realização de trabalhos e artigos de conclusão das disciplinas;
- Recorrer à utilização de recursos multimídias postos à disposição dos professores na Instituição, através de mecanismos que, preferencialmente, o aproximem da atividade profissional a ser futuramente desempenhada;
- Valer-se das Tecnologias da Informação como ferramenta de multiplicação do saber. Os Cursos presenciais possuem como apoio um ambiente virtual de aprendizagem denominado digital Fametro, onde o professor e o aluno podem estender a experiência pedagógica a partir do repositório para estudo dos conteúdos ministrados, indicação de estudos complementares, fóruns, chats, exercícios online e videoconferência permitindo a interação dos alunos entre turmas, cursos e unidades

diferentes. Possui ainda acesso à bibliotecavirtual e laboratórios virtuais, por meio do convênio coma Algetech.

- Realizar a problematização para a elaboração dos projetos tendo em vista as temáticas de interessado aluno e que estejam pertinentes ao momento da formação dos mesmos.

Há ainda que se considerar o trabalho com as temáticas voltadas para as questões étnico-raciais e aquelas relativas à educação ambiental, que devem ser incorporadas ao dia a dia da sala de aula de modo permanente e contínuo como apregoa a legislação. Neste sentido é previsto que a abordagem desses temas serealize de maneira transversal nos currículos da graduação promovendo discussões que ressaltem a importância da compreensão de tais temáticas no contexto geral da formação dos alunos.

Isto significa afirmar que tais abordagens dar-se-ão na oportunidade do desenvolvimento das disciplinas do curso, sendo contemplada, como mecanismo de reflexão e de sensibilização para as discussões sociais que essas implicam.

Neste sentido, como já afirmamos a opção pela Pedagogia de Projetos deve-se à orientação metodológica para o desenvolvimento das atividades de ensino/aprendizagem, que coloquem o aluno como sujeito ativo do seu processo de ensino-aprendizagem, tendo em vista a necessidade de desenvolver o perfil do egresso do curso.

Assim, outras técnicas de ensino devem ser incorporadas para que os objetivos, as competências e ashabilidades previstas no Projeto Político Pedagógico possam se consolidar. Neste contexto, está indicado que o professor assuma o conhecimento dentro de uma perspectiva interdisciplinar e transdisciplinar, que incorpore técnicas e atividades variadas no dia a dia da sala de aula, que realize o planejamento de projetos que contenham situações didáticas que privilegiem o aluno como protagonista da construção dosaber e que por fim demonstre a importância do papel social de todos na construção de umasociedade mais justa a partir de uma inserção consciente e cidadã no mundo do trabalho.

Como técnicas de ensino, indicamos, dentre outros, o uso de:

- **Aulas Expositivas Dialogadas:** a aula expositiva dialogada deve permitir que a partir da exposição realizada o aluno possa interagir com o conteúdo sendo provocado, a partir das questões apresentadas pelo professor, mais do que expor um assunto numa perspectiva definida e acabada, o professor deve a partir do que apresenta indagar o aluno, para que a partir do que este já sabe, avançar na construção de um novo conhecimento. Neste sentido o professor deve sempre iniciar sua exposição a partir de uma pergunta problematizadora que tenha o poder de mobilizar o já sabido em direção ao não-sabido
- Aulas Expositivas dialogadas com uso de recursos audiovisuais: semelhante ao processo da aula expositiva está diferencia-se da primeira por incluir recursos audiovisuais na dinâmica da exposição. Esses recursos audiovisuais podem ser desde o uso do Datashow com projeções de

imagens ou textos, até a apresentação de pequenos vídeos, ou trechos de filmes, músicas, manchetes de jornais, trechos de programas de televisão, telejornais, ou seja, as possibilidades do trabalho pedagógico são ampliadas pela -quantidade significativa de informações que os professores podem acessar e apresentar, encontrando neste recurso os elementos problematizadores para a partir de então inserir os elementos teóricos necessários a reflexão.

- Atividades em grupo tais como seminário; painel integrado; grupos de observação e de verbalização: estas atividades além de favorecerem a construção do conhecimento e o aprendizado de conteúdos conceituais, são também excelentes fontes para o desenvolvimento de competências e conteúdos atitudinais, para que isso aconteça, estas devem ser muito bem preparadas, devendo ter seus objetivos e procedimentos claros e compartilhados com os alunos. Estas atividades conferem bastante dinamismo à sala de aula, além de serem excelente fonte de construção coletiva de conhecimento.
- Estudos Dirigidos: os estudos dirigidos privilegiam as habilidades destinadas fundamentalmente a capacidade de leitura e escrita, devendo também ser objeto de planejamento do professor, onde a partir de um texto ou conjunto de textos, localiza as informações pertinentes ao estudo, sinalizando onde deseja que os alunos realizem o devido aprofundamento.
- Exercícios de Fixação de Conteúdos: realização de exercícios teóricos para a fixação de conteúdos, ou treino de habilidades específicas.
- Estudos de Caso: realização de estudos como um problema que reproduz os questionamentos, as incertezas e as possibilidades de um determinado contexto mobilizando conhecimentos para a tomada de decisão. O processo de chegar a uma decisão, por meio da análise e discussão individual e coletiva das informações expostas no estudo de caso, promove o raciocínio crítico e argumentativo dos alunos. Em função dessas características, o caso é considerado um valioso instrumento pedagógico, que desafia o aluno a raciocinar, argumentar, negociar e refletir – habilidades bastante demandantes do ponto de vista cognitivo e social.
- Elaboração de projetos de ação ou de investigação: elaboração, desenvolvimento e aplicação de ações ou ainda realização de pesquisas acerca de temas relativos disciplinas do currículo que por sua relevância mereçam aprofundamento.
- Atividades de extensão: atividades que proporcionem a execução de atividades na comunidade externa a partir de conteúdos aprendidos e produzidos no transcurso da graduação, favorece a integração de conhecimentos em caráter interdisciplinar e transversa, além de proporcionar excelente articulação entre teoria e prática
- Atividades Práticas Supervisionadas em Laboratórios ou Espaços Externos: atividades de



aplicação de conhecimentos ou de treinos de habilidades no sentido da integração entre teoria e prática que podem ser simuladas quando realizadas em laboratório, ou reais quando realizadas

em espaços externos à instituição.

- Workshops ou oficinas pedagógicas: a partir de um conceito ou um problema, o professor proporciona a interação e a troca de experiências em sala de aula, tendo em vista a elaboração de um produto. Este produto pode ser desde um produto material, quando um produto conceitual. O sentido do Workshop e das Oficinas pedagógicas e o aprender fazendo, ou seja, integrando teoria e prática mediadas pelo professor com vista a alcançar um objetivo comum.
- Jogos; Gincanas; Feiras e Exposições Temáticas: realização das atividades em grupo que tenham como objetivo o exercício de algum conhecimento específico, o treino de uma habilidade ou a exposição do produto final de uma aprendizagem consolidada pelos alunos.



M

inipalestras: integração dos alunos com profissionais da área no sentido de atualização do conhecimento a partir da abordagem de temas atuais pertinentes ao exercício da profissão. As mini palestras devem ser realizadas em sala de aula; deve priorizar conhecimentos atuais e inovadores.

- Círculo de debates ou discussões: atividade, orientadas e mediadas pelo professor que deve organizá-la de modo a favorecer a participação de todos os envolvidos. Estas atividades podem ser realizadas como forma de socialização do conhecimento a partir da leitura de textos, ou de qualquer outra atividade que tenham os conceitos teóricos como fundamento. Nestas atividades os professores têm a excelente oportunidade de promover o desenvolvimento da autonomia do pensamento, da capacidade de argumentação e de negociação para a criação de consensos.
- Elaboração de paper / artigos científicos; resumos, resenhas e textos escritos argumentativos ou dissertativos, participar de



eventos científicos: atividades que devem considerar a capacidade de integração conceitual dos alunos, além de excelentes oportunidades para o exercício da capacidade de articulação de conceitos e de treino das capacidades de leitura e escrita dos alunos.

- Aulas Práticas em Laboratórios e/ou ambientes externos: tendo em vista a necessidade de atender aos requisitos da formação proporciona experiências acadêmicas de articulação entre teoria e prática referentes aos conhecimentos específicos da química, até aqueles



referentes aos conhecimentos pertinentes ao exercício da docência, estas atividades aulas práticas são proporcionadas em espaços internos que são nossos laboratórios e estende-as as atividades de visita técnicas e oficinas pedagógicas além de estágio curricular utilizando instituições públicas e privadas conveniadas. As aulas práticas, as visitas técnicas, as oficinas pedagógicas, assim como os estágios, são atividades acadêmicas monitorada em campo por professores e/ou preceptores que realizam o acompanhamento dos alunos na realização das atividades em diferentes disciplinas do currículo. Sendo, portanto, assim definidas:

As Visitas Técnicas: consiste no propósito de levar o aluno ao local de uma atividade profissional relacionada a sua formação, para que o mesmo possa a partir do conhecimento teórico obtido em sala de aula, aprofundar o mesmo através de estudo, análise e avaliação. A mesma não deve ser encarada como um passeio, mas sim, com uma atividade formal, a qual precisa de planejamento prévio. Durante a Visita, o registro e as anotações devem ser atividades prioritários. As visitas devem ser realizadas com objetivos didáticos, sendo orientada e operacionalizada com técnica e discutida previamente. Os professores, na oportunidade, estarão avaliando: postura, pontualidade, conhecimento técnico e respeito com os colegas. O relatório final deverá ser elaborado e entregue para que o professor possa avaliar a efetividade da atividade na aprendizagem dos alunos.

- Oficinas Pedagógicas: são atividades de ensino e aprendizagem realizadas em ambientes destinados ao desenvolvimento das aptidões e habilidades, mediante atividades orientadas por professores capacitados. Nestas oficinas deverão estar disponíveis diferentes tipos de equipamentos e materiais para o ensino ou aprendizagem, nas diversas modalidades do desempenho profissional, podendo ocorrer em espaços da instituição ou fora dela.

Tanto as Aulas Práticas como os Estágios, ocorrem em instituições que possuam convênio ou termode cooperação com a FAMETRO .

1.5.3 Metodologia das Atividades Interdisciplinares

Neste cenário há ainda que se considerar o trabalho transversal necessário com as temáticas voltadas para as questões étnico-raciais e aquelas relativas à educação ambiental. É previsto que a abordagem destes temas se realize de maneira transversal nos currículos da graduação promovendo discussões que ressaltem a importância da compreensão de tais temáticas no contexto geral da formação dos alunos. Isto significa afirmar que tais abordagens dar-se-ão na oportunidade do desenvolvimento das disciplinas do curso, sendo contemplado, como mecanismo de reflexão e de sensibilização para as discussões sociais que essas implicam.

Metodologia FAMETRO ocorre como conteúdo específico de disciplinas da grade e também como disciplina optativa, cujo ementário trata dos princípios de: dignidade humana; igualdade; reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; laicidade do Estado; democracia na educação; transversalidade, vivência e globalidade; e sustentabilidade socioambiental.

Os direitos humanos são, modernamente, entendidos como aqueles direitos fundamentais que o homem possui pelo fato de ser homem, por sua própria natureza humana, pela dignidade que a ela é inerente. São pedagogias que não resultam de uma concessão da sociedade Política. Pelo contrário, são pedagogias que a sociedade Política tem o dever de consagrar e garantir. O conceito de “Direitos Humanos” resultou de uma evolução do pensamento filosófico, jurídico e político da Humanidade. O retrospecto dessa evolução permite visualizar a posição que o homem desfrutou, aqui e ali, dentro da sociedade, através dos tempos.

Mas a ressalva maior está no que condiz ao sistema de ensino. Este deve ter uma responsabilidade de enquadrar-se na formação do Estado Democrático, pois o sistema de ensino deve contemplar a formação do cidadão, desenvolvendo uma visão moderna e bem fundamentada nos direitos civis, políticos e sociais, e também uma consciência mais abrangente dos direitos humanos.

Frente à pergunta de como abarcar o ensino e aprendizagem dos direitos humanos no sistema educativo, alinham-se diversas respostas, pois por um lado estão todas aquelas que podem denominar-se de incorporação dos conteúdos. Estas consideram que é suficiente a inclusão desta temática em

alguma das disciplinas existentes, ou, no máximo, o estudo de uma disciplina específica, para que os acadêmicos logrem os objetivos que, sobre este aspecto, orientam a ação do sistema educativo.

Duas objeções podem ser formuladas a esta postura. Uma delas consiste em que atrás desta posição, existe uma concepção meramente declaratória, nominalista, dos direitos humanos, que os reduz a um conjunto de informações cuja formulação é suficiente para assegurar sua existência real. Por outro lado, se fundamenta na difundida crítica que se faz dos sistemas

educativos em relação ao enciclopedismo curricular. O conjunto de temas ou disciplinas reforça este enciclopedismo e torna mais questionável a ação das instituições de ensino.

O tema “direitos humanos e cidadania” assume papel importante em nossa sociedade, principalmente através das transformações ocorridas nos últimos séculos. A noção de cidadania foi fortalecida, e ganhou novo significado a partir da Constituição Federativa de 1988 que reforçou a ideia de cidadãos como sujeitos sociais ativos que contribuem para o desenvolvimento de um Estado Democrático de Direito.

A educação está intimamente ligada à cidadania, desde o ensino primário até o superior, pois neste cenário imbuído de significação, que são apresentados aos estudantes o real valor em ser cidadão. Desta maneira trabalha-se para despertar no aluno este anseio em se tornar um ser participe das transformações sociais. A educação torna-se o pilar para o desenvolvimento e crescimento do sujeito como cidadão, assim:

A educação para a cidadania e os programas educacionais voltados para esse fim pressupõem a crença na tolerância, a marca do bom senso, da razão e da civilidade que faz com que os homens possam se relacionar entre si. Pressupõem também a crença na possibilidade de formar este homem, ensinando a tolerância e a civilidade dentro do espaço acadêmico.

Os direitos humanos e fundamentais constituem o pilar para a organização de um sistema constitucional e do próprio Estado. As normas constitucionais elaboradas pelo Estado para a organização da sociedade têm como alguns de seus fundamentos a cidadania e a dignidade da pessoa humana. A consolidação de tais pedagogias eleva a condição do cidadão que vive em uma sociedade e zela pelo respeito mútuo. É de grande importância o reconhecimento, pelos cidadãos de seus direitos visto que desta maneira os mesmos podem lutar por melhorias na qualidade de vida.

Ao exercer o papel de cidadão na sociedade, o sujeito visa participar da efetivação dos direitos que o tutelam e da afirmação dos Direitos Humanos e Fundamentais. Desta forma a educação passa a ter um papel essencial no conhecimento e construção de tais direitos.

Assim, se o conhecimento dos Direitos Humanos deve ser divulgado na sociedade, tanto mais se deve exigí-lo quando se trata de estudantes do ensino superior, pois estes, em face de sua posição privilegiada na sociedade brasileira, devem conhecer a fundo seus direitos e buscar seu reconhecimento na sociedade. Tratar da questão dos Direitos Humanos significa não apenas defender os direitos próprios, é também buscar a defesa dos direitos que envolvem a sociedade como um todo.

Certos desse propósito e atendendo ao chamado de sua vocação institucional expressa na sua missão institucional, a Educação para os Direitos Humanos será ofertada como prevê os termos legais, conforme dispõe as Diretrizes Nacionais em Direitos Humanos CNE/CP No. 08 de 06/03/2012, em formato de uma disciplina “Direitos Humanos”.

1.5.4 Atividades Transversais de Educação Ambiental e Educação Étnico Racial

A Transversalidade a FAMETRO entende ser a possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a

realidade) e as questões da vida real e de sua transformação (aprender na realidade e da realidade). Assim, a Transversalidade será uma estratégia para a abordagem e tratamento do conhecimento de caráter obrigatório, a ser desenvolvida por meio de Projetos Transversais, os quais serão realizados em todos os períodos letivos, em todos os cursos, a partir da integração vertical e horizontal dos componentes curriculares de um determinado período em duas áreas temáticas específicas, a saber:

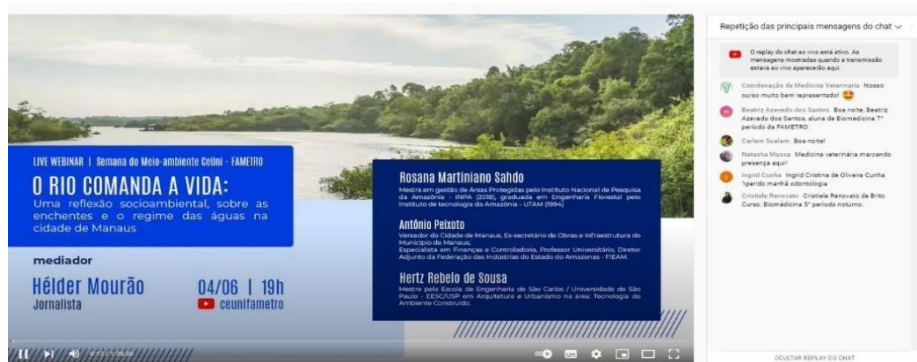
- a) Educação Ambiental
- b) Relações Étnico-Raciais

O Projeto Transversal tem como finalidade proporcionar aos alunos a compreensão da importância de debater esses temas para a melhoria da qualidade de vida da comunidade onde atuam e vivem, e para uma atuação cidadã dos futuros profissionais formados pela instituição.

O Projeto Transversal deve também contribuir para:

- Promover atividade extraclasse, para que se possa investigar e colher informações; debater e obter conhecimento acerca de temas contemporâneos relativos às áreas temáticas identificadas;
- Despertar nos discentes o gosto pelo debate, pela troca de experiência, pela intercomunicação de conhecimentos e vivência e pela tolerância na perspectiva da acessibilidade atitudinal e da consciência ambiental.

Neste escopo a Transversalidade será desenvolvida por meio da pedagogia de projetos, onde a partir de um tema gerador, os alunos desenvolverão atividades teóricas e/ou práticas, utilizando como referência temáticas pertinentes a Educação Ambiental e as Relações Étnico-raciais, com destaque para as temáticas culturais locais.



<https://www.youtube.com/watch?v=udp1WrAHRW0&t=10s>

Este tema gerador, por sua vez, deve necessariamente concorrer para a integração da realidade refletida a luz de conhecimentos adquiridos e desenvolvidos no per curso formativo dos alunos, nesta direção os projetos Transversais fazem parte da pedagogia de projetos, a qual pretende proporcionar ao aluno uma reflexão acerca das questões ambientais e étnico-raciais, proporcionando aos alunos uma aprendizagem ativa para a construção de conhecimento, por meio de ações executadas pelos alunos e acompanhadas pelos

professores envolvidos no projeto.

Os projetos serão planejados ao início de cada semestre letivo a partir da contribuição dos professores de um mesmo período letivo, visando à integração transversal dos conteúdos relacionados à Educação Ambiental e Relações Étnico-Raciais, e terão caráter permanente e contínuo, devem conter ainda, a indicação de quais professores, e de quais disciplinas, estarão envolvidas no projeto, trazendo também, a indicação de quais temas serão abordados referentes às áreas temáticas indicadas neste regulamento. De caráter curricular o projeto transversal terá para sua realização será destinado até 20% da carga horária total de cada disciplina envolvida.

As atividades que serão realizadas no decorrer do projeto e o seu produto final, devem obedecer ao nível de maturidade intelectual dos alunos no período em que estes estão cursando, devendo também guardar coerência com as competências e habilidades previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso.

1.5.5 Metodologia da Educação para os Direitos Humanos

Esta ocorre como conteúdo específico de disciplinas da grade e também como disciplina optativa, cujo ementário trata dos princípios de: dignidade humana; igualdade de direitos; reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; laicidade do Estado; democracia na educação; transversalidade, vivência e globalidade; e sustentabilidade socioambiental.

Direitos Humanos são modernamente, entendidos como aqueles direitos fundamentais que o homem possui pelo fato de ser homem, por sua própria natureza humana, pela dignidade que a ela é inerente. São direitos que não resultam de uma concessão da sociedade política. Pelo contrário, são direitos que a sociedade política tem o dever de consagrar e garantir. O conceito de “Direitos Humanos” resultou de uma evolução do pensamento filosófico, jurídico e político da Humanidade. O retrospecto dessa evolução permite visualizar a posição que o homem desfrutou, aqui e ali, dentro da sociedade, através dos tempos.

Mas a ressalva maior está no que condiz ao sistema de ensino. Este deve ter uma responsabilidade de enquadrar-se na formação do Estado Democrático, pois o sistema de ensino deve contemplar a formação do cidadão, desenvolvendo uma visão moderna e bem fundamentada dos direitos civis, políticos e sociais, e também uma consciência mais abrangente dos direitos humanos.



Frente a pergunta de como abarcar o ensino e aprendizagem dos Direitos Humanos no sistema educativo, alinham-se diversas respostas, pois por um lado estão todas aquelas que podem denominar-se de incorporação dos conteúdos. Estas consideram que é suficiente a inclusão desta temática em alguma das disciplinas existentes, ou, no máximo, o

estudo de uma disciplina específica, para que os académicos logrem os objetivos que, sobre este aspecto, orientam a ação do sistema educativo.

Duas objeções podem ser formuladas a esta postura. Uma delas consiste em que atrás desta posição, existe uma concepção meramente declaratória, nominalista, dos Direitos Humanos, que os reduz a um conjunto de informações cuja formulação é suficiente para assegurar sua existência real. Por outro lado, se fundamenta na difundida crítica que se faz dos sistemas educativos em relação ao enciclopedismo curricular. O conjunto de temas ou disciplinas reforça este enciclopedismo e torna mais questionável a ação das instituições de ensino.

O tema direito humanos e cidadania assume papel importante em nossa sociedade, principalmente através das transformações ocorridas nos últimos séculos. A noção de cidadania foi fortalecida, e ganhou novo significado a partir da Constituição Federativa de 1988 que reforçou a ideia de cidadãos como sujeitos sociais ativos que contribuem para o desenvolvimento de um Estado Democrático Social de Direito.

A educação está intimamente ligada à cidadania, desde o ensino primário até o superior, pois é neste cenário imbuído de significação que são apresentados aos estudantes o real valor em ser cidadão. Desta maneira trabalha-se para despertar no aluno este anseio em se tornar um ser partícipe das transformações sociais. A educação torna-se o pilar para o desenvolvimento e crescimento do sujeito como cidadão, assim:

A educação para a cidadania e os programas educacionais voltados para esse fim pressupõem a crença na tolerância, a marca do bom senso, da razão e da civilidade que faz com que os homens possam se relacionar entre si. Pressupõem também a crença na possibilidade de formar este homem, ensinando a tolerância e a civilidade dentro do espaço e do tempo da escola (SANTOS, 2001).

Os Direitos Humanos e Fundamentais constituem o pilar para a organização de um sistema constitucional e do próprio Estado. As normas constitucionais elaboradas pelo Estado para a organização da sociedade têm como alguns de seus fundamentos a cidadania e a dignidade da pessoa humana. A consolidação de tais direitos eleva a condição do cidadão que vive em uma sociedade e zela pelo respeito mútuo. É de grande importância o reconhecimento, pelos cidadãos de seus direitos visto que desta maneira os mesmos podem lutar por melhorias na qualidade de vida.

Ao exercer o papel de cidadão na sociedade, o sujeito visa participar da efetivação dos direitos que o tutelam e da afirmação dos Direitos Humanos e Fundamentais. Desta forma a educação passa a ter um papel essencial no conhecimento e construção de tais Direitos.

Assim, se o conhecimento dos Direitos Humanos deve ser divulgado na sociedade, tanto

mais se deve exigí-lo quando se trata de estudantes do ensino superior pois estes, em face de sua posição privilegiada na sociedade brasileira, devem conhecer a fundo seus direitos e buscar seu reconhecimento na sociedade. Tratar da questão dos Direitos Humanos significa não apenas defender os direitos próprios, é também buscar a defesa dos direitos que envolvem a sociedade como um todo.

Certos desse propósito a FAMETRO , atendendo ao chamado de sua vocação institucional expressa na sua missão institucional, a Educação para os Direitos Humanos será ofertada como prevê os termos legais, conforme dispõe as Diretrizes Nacionais em Direitos Humanos CNE/CP No. 08 de06/03/2012, em formato de uma disciplina “Educação e Direitos Humanos” em todas as matrizes curriculares dos cursos.



Ademais, a FAMETRO já vem desde 2017, trabalhará com a Temática das Relações étnico-raciais e indígenas no formato dos projetos transversais, fato que reafirma o compromisso institucional da FAMETRO com o desenvolvimento de competências atitudinais em nossos alunos como nosso contributo para a formação de uma sociedade mais justa, igualitária e tolerante para com as diferenças.

1.5.6 Metodologia da Articulação do Ensino, Pesquisa e Extensão

O Artigo 3º. da Resolução N 7/2018: “A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa”.

Assim as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos, conforme o estabelecido nos Artigos acima, devem ser inseridas nas matrizes dos cursos 10% do total da carga horária de cada disciplina para desenvolvimento de atividades do Projeto PAPEERI.

A articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico, estruturam a sua concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior:

- I. A contribuição na formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável;
- II. A promoção de iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena;
- III. A promoção da reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa;
- IV. O incentivo à atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural;

As atividades extensionistas, segundo sua caracterização nos projetos políticos pedagógicos dos cursos, se inserem nas seguintes modalidades:

Os Projetos Políticos Pedagógicos (PPC's) dos cursos de graduação devem ressaltar o valor das atividades de extensão, caracterizando-as adequadamente quanto à participação dos estudantes, permitindo-lhes, dessa forma, a obtenção de créditos curriculares ou carga horária equivalente após a devida avaliação, e as atividades de Extensão nos projetos devem ser informadas ao discente (NOTA E CARGA HORÁRIA) no início do período.

Devem também, ter sua proposta, desenvolvimento e conclusão, devidamente registrados,

documentados e analisados, de forma que seja possível organizar os planos de trabalho, as metodologias, os instrumentos e os conhecimentos gerados, estando sistematizadas e acompanhadas, com o adequado assentamento, além de registradas, fomentadas e avaliadas por instâncias administrativas institucionais, devidamente estabelecidas, em regimento próprio.

As atividades de extensão podem ainda ser realizadas com parceria entre instituições de ensino superior, de modo que estimule a mobilidade interinstitucional de estudantes e docentes. Os cursos podem fazer parcerias com outras FAMETRO e empresas paradesenvolvimento das atividades de Extensão. A partir de 2023, a FAMETRO passará adotar o processo de Curricularização da Extensão.

1.5.7 Metodologia de Avaliação do ensino Aprendizagem

As avaliações são consideradas nesse documento a partir de três dimensões: diagnósticas; formativas e somativas. Essas dimensões se apresentam articuladas em torno de obter, ao fim e ao cabo, um perfil do desempenho acadêmico, que não se restringe unicamente a obtenção de notas. O que se espera é que por meio das mesmas, possamos encontrar uma maneira de monitorar e impulsionar o desempenho dos nossos acadêmicos, com vista ao alcance pleno do perfil do egresso. Neste sentido no Projeto Pedagógico assim estão metodologicamente designadas:

- **As diagnósticas:** as avaliações diagnósticas constituem mais do que instrumentos avaliativos, elas formam uma dimensão da avaliação, adentrando inclusive nos instrumentos das avaliações formativas e somativas, podendo também se constituir como instrumento específico que pode ser aplicado com esse propósito. E quanto ao instrumento avaliativo diagnóstico específico, no primeiro contato com a disciplina, os discentes terão a oportunidade de realização de uma avaliação diagnóstica que servirá como subsídio para as abordagens das introduções teóricas das aulas. Ainda, quanto à dimensão da avaliação diagnóstica nos instrumentos das avaliações formativas e somativas, essa subsistirá na ponderação dos resultados de desempenhos dos discentes nos referidos instrumentos para a correção de rumos e aperfeiçoamento do curso. Será realizada no início de cada disciplina uma avaliação diagnóstica com cinco questões sem atribuição de nota.
- **As formativas:** serão realizadas após as aulas em cada unidade da disciplina, quando os discentes responderão a questionário contendo itens de múltipla escolha sobre os conteúdos estudados na respectiva unidade e em abordagem interdisciplinar. Bem como, serão realizadas pela elaboração de produtos dos estudos autoinstrucionais dirigidos que serão apresentados pelos discentes ao final de cada unidade didática e corrigidos pelo professor da disciplina.
- **As somativas:** serão realizadas ao final da disciplina considerando os conteúdos específicos desenvolvidos no percurso da mesma.

A nota atribuída ao aluno ao final de cada disciplina será assim composta:

- **Formativa:** somatória de até oito pontos atribuídos aos exercícios realizadas ao final das unidades referentes as disciplinas específicas. Serão realizados para cada disciplina quatro exercícios no valor de até dois pontos. Compõe ainda, a nota dos exercícios o produto final

apresentado nos estudos interdisciplinares previstos para cada núcleo de estudo.

- **Somativa:** Avaliação Institucional presencial de até dez pontos atribuídos referentes aos conteúdos específicos desenvolvidos no conjunto das unidades de uma disciplina.

Para ser aprovado o aluno deverá obter cinco pontos de média, observando a seguinte norma:



Caso o aluno não obtenha média 5,0, estando em patamar de Média Final igual ou superior a 4,0, este poderá realizar o Exame Final Presencial.

Exame Final (EF): os discentes aptos à realização do EF, conforme calendário acadêmico, realizarão uma avaliação somativa individual composta por 10 questões de múltipla escolha com 5 alternativas cada, sendo apenas 1 correta, e com valor de 1 ponto cada. A média final será composta na seguinte razão:

Assim, somam-se a média obtida anteriormente à nota do Exame Final Presencial e divide-se por 2

$$\text{Média Final} = (\text{Média} + \text{EFP}) \div 2$$

para obter a média final. Os discentes que obtiverem nessa média aritmética nota igual ou superior a 5,0 serão considerados aprovados (se preenchidas as demais condições). Os acadêmicos que obtiverem nessa média aritmética nota inferior a 5,0 serão considerados reprovados.

A 2ª Chamada será realizada da seguinte maneira: as provas de 2ª chamada seguirão os mesmos formatos e valores das avaliações de 1ª chamada e deverão ser realizadas conforme calendário institucional e mediante prévio requerimento na forma dos regulamentos internos da FAMETRO. Não haverá 2ª chamada de Exame Final Presencial. As atividades presenciais, tal qual previstas na legislação são desenvolvidas respeitando o percentual apontado em lei, e se apresentam evidenciadas nos documentos apensados pelo curso. Ao final do período de avaliações é aplicado um questionário de resposta por adesão para identificar a percepção do aluno acerca do seu percurso de aprendizagem até a avaliação e acerca da própria avaliação.

1.6 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Considera Estágio Curricular como ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido em ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo dos estudantes que estejam frequentando o ensino regular, em instituições de educação superior, de educação profissional, conforme Projeto Pedagógico do Curso, podendo ser realizado em duas modalidades, a saber:

- **Curricular obrigatório:** é aquele definido no Projeto Pedagógico dos Cursos, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção do certificado ou diploma.

- **Curricular não obrigatório:** é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária obrigatória e que não tem validade para a contagem no curso por não ser supervisionado. Pode ser considerado como Atividade Complementar de acordo com regulamento apropriado da Faculdade Fаметro.

1.6.1 Determinação das DCNS para o estágio supervisionado

Tendo em vista a consolidação do perfil do egresso das Diretrizes Curriculares Nacionais, o Estágio Supervisionado é uma atividade de capacitação indispensável para a formação profissional, pois, objetiva a integração do conhecimento teórico com a realidade prática nas diversas áreas de atuação. Como importante instrumento da formação acadêmica deve possibilitar a articulação entre o pensar e o agir, a teoria e a prática, constituindo-se como um momento privilegiado do processo ensino e aprendizagem e de desenvolvimento profissional.

O Projeto Pedagógico do Curso, pretende com o estágio supervisionado, além de integrar o itinerário formativo do educando, possibilitar o desenvolvimento de competências próprias da atividade profissional, objetivando, o desenvolvimento do educando para a vida e para o trabalho, a partir da troca de experiência, fazendo com que o novo profissional se torne mais preparado para atuar em diferentes áreas e lidar com a complexidade da realidade cotidiana.

De acordo com a DCN, Resolução nº 5 de 17 de dezembro de 2018, em seu Art. 6º dispõe que “a prática Jurídica é componente curricular obrigatório, indispensável à consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando”, e na matriz curricular do Curso de Direito o discente tem que cumprir uma carga mínima de 300h de estágio supervisionado que é coordenado pelo Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ) com regulamento aprovado pelo NDE e Colegiado do Curso de Direito.

As diretrizes gerais que regem o Estágio Curricular Supervisionado do curso, estão explicitas no regulamento do estágio supervisionado com o objetivo de orientar as ações de professores e alunos no campo do estágio, contendo metodologias e sistemáticas para o desenvolvimento do mesmo, definindo o papel de todos os envolvidos neste processo. O presente instrumento tem como fundamento as legislações abaixo relacionadas:

- Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008, publicada no DOU de 26.09.2008;
- Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996 Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Artigo 82).
- Resolução CNE/CP Nº 5, de 18 de dezembro de 2018.

Atendendo os preceitos legais, as práticas são consideradas como uma forma de complementar o ensino e a aprendizagem acadêmica subsidiando a formação profissional e devem ser: “planejadas, executadas, acompanhadas e avaliadas em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares, a fim de se constituírem em instrumentos de integração, em termos de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano”. A prática profissional é estabelecida para o estudante qualificar seu processo de formação ao longo do curso.

Denominada como Prática Profissional é estabelecida para permitir ao estudante qualificar seu processo de formação ao longo do curso. No Curso de Direito, o Estágio Curricular Supervisionado deverá ser cumprido a partir do 7º. Período letivo do curso. O estágio supervisionado tem um total de carga horária de 300h, dividido em três áreas de atuação: civil, penal, previdenciária e trabalhista.

Deverá ser observada, por parte do estagiário, a carga horária no Termo de Compromisso, documento obrigatório, firmado entre a Coordenação de Estágio, Entidade Concessionária e o Estagiário, de forma obrigatória. A atividade de Estágio, tem como objetivo principal promover o processo educativo de aprendizagem e de formação profissional mediante atividades de aprendizagem social, profissional e cultural, proporcionadas ao estudante a participação em situações reais de vida e trabalho de seu meio, sendo realizado sob a responsabilidade e coordenação do professor orientador.

A validação das atividades de prática profissional, desenvolvidas pelo estudante, se dará mediante autorização da Coordenação de Estágio, considerando a obrigatoriedade de orientação do professor orientador e ainda da supervisão do profissional onde irá realizar tais práticas quando do estágio externo. A atividade deve ser realizada dentro do período letivo, respeitando o calendário acadêmico da FAMETRO .

O relatório de avaliação específico do estágio curricular deve estar acompanhado dos documentos de atividades regulamentadas a ser entregue pelo estudante ao professor orientador, acompanhado da avaliação do responsável sendo o profissional supervisor e comprovante da carga horária efetivamente cumprida, resultando como critérios de avaliações divididos em quatro etapas, sendo a primeira etapa com a entrega do termo de compromisso; a segunda correspondente a participação semanal, o desenvolvimento de projetos e de tarefas inerentes ao próprio estágio; a

terceira etapa exige a entrega das documentações que comprovem a frequência, declaração contendo as horas realizadas e atividade desenvolvidas pelo estagiário, mais o relatório final de atividades; e a quarta etapa a avaliação do supervisor. O regulamento do estágio curricular supervisionado encontra-se nos anexos do Projeto Pedagógico do Curso.

1.6.2 Áreas de Estágio, Período, Forma de Integralização da Carga Horária, Critérios de Avaliação e Produto de Estágio

Convênios Para Estágio Supervisionado O estágio Supervisionado acontecerá tanto na FAMETRO quanto nas instituições conveniadas com a FAMETRO , e os alunos serão devidamente assegurados como prevê a Lei do estágio. Os termos de convênio estão disponíveis para consulta.

1.6.3 Forma de Orientação e Planejamento para Acompanhamento pelo Docente Orientador do Estágio Supervisionado

As atividades serão orientadas de forma planejadas e programada conjuntamente com o(s) professor(es) orientadores sendo submetidas a aprovação da Coordenação do NPJ. Ademais, os estágios obedecem às normas Gerais dos Regimentos Interno e ao seu Regulamento próprio (em anexo).

A supervisão e a avaliação serão realizadas diretamente pelos docentes orientadores da própria FAMETRO . A corresponsabilidade da FAMETRO estará sempre envolvida nesse processo, observando o nível de formação e a etapa do curso em que se encontra o estagiário.

Do Professor Supervisor de Estágio:

- 2 Elaborar o plano de ensino de estágio e apresenta-lo no início do semestre ao Coordenador de Curso;
- 3 Fornece todos os formulários referentes ao estágio supervisionado aos alunos no início do semestre;
- 4 Elaborar juntamente com o estagiário e a concedente o Plano de Atividades de Estágio, orientar e acompanhar a execução do mesmo;
- 5 Supervisionar as atividades e frequências dos alunos do estágio supervisionado;
- 6 Realizar a escala de tarefas dos alunos regularmente;
- 7 Redimensionar a escala de atividades dos alunos quando julgar conveniente;
- 8 Zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de normas;
- 9 Estimular a participação dos alunos para a avaliação das práticas realizadas;
- 10 Avaliar o desempenho do aluno nas atividades propostas pelo plano de ensino de estágio;

- 11 Participar das reuniões e atividades programadas pelo Coordenador do Curso;
- 12 Comunicar por escrito, imediatamente à coordenação do curso qualquer ocorrência que possa prejudicar o bom relacionamento entre a instituição conveniada e a Faculdade Fametro da Amazônia;
- 13 Realizar o fechamento do diário com as notas e número de faltas dos estagiários ao final do semestre.
- 14 Exigir do estagiário a apresentação periódica, em prazo não superior a seis meses, de relatório final das atividades de estágio.

14.1.1 Forma de Coordenação do Estágio Supervisionado

Os estágios são coordenados pela Coordenação do Núcleo de Práticas Jurídicas do Curso, respeitando normas Gerais dos Regimentos Interno e ao seu Regulamento próprio. São funções da Coordenação do estágio e da Supervisão:

Do Coordenador do curso:

- Contatar as instituições potencialmente concedentes de estágio, escolhidas pela própria FAMETRO ou sugerida pelos alunos;
- Solicitar os convênios com instituições públicas e/ou privadas para a realização dos estágios;
- A coordenação de curso indicará um docente do Curso, preferencialmente mestre ou doutor para orientação de estágio.
- Apreciar os planos de estágio propostos pelos Professores Supervisores de Estágio;
- Realizar reuniões periódicas com o professor supervisor de estágio, com o objetivo de manter um processo contínuo de avaliação das atividades desenvolvidas;
- Participar de decisões quanto a questões extra normativas ocorridas no decorrer dos estágios curriculares do curso;
- Receber ao final de cada semestre do professor supervisor de estágio os processos individualizados de cada estagiário, que se constituem na documentação comprobatória da realização do estágio curricular.

14.1.2 Práticas do Estágio e Estratégias para a Gestão da Integração entre o Ensino e o Mundo do Trabalho

Curso de Direito possuirá uma estratégia para integrar essas atividades considerando as competências e perfil do egresso preconizado pelas DCNs.

O Estágio Curricular Não-Obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, o qual se constitui em atividade de formação acadêmico-profissional do estudante.

- A carga horária do estágio curricular deve corresponder a 10% da carga horária total do curso;

A carga horária do Estágio não se confundirá com a carga horária das outras atividades práticas exigidas para o desenvolvimento das competências e habilidades clínicas específicas de cada componente curricular.

14.1.3 Gestão de Insumos para Atualização das Práticas do Estágio

N.S.A

14.2 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO – RELAÇÃO COM A REDE DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

N.S.A

14.3 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO – RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA

N.S.A

14.4 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

14.4.1 Carga Horária das Atividades Complementares do Curso

Essas atividades complementares devem atender a uma carga horária de 200 horas. As atividades complementares terão por objetivo propiciar ao aluno a oportunidade de realizar, em prolongamento ao Currículo Pleno, uma trajetória diversificada, autônoma e particular, com conteúdos extracurriculares que lhe permitam enriquecer o conhecimento propiciado pelo curso. Elas serão sempre ajustadas entre o corpo discente e a coordenação do curso, a qual tornará público às modalidades admitidas, de sorte a permitir a sua livre escolha pelo aluno.

As atividades complementares devem se converter em oportunidades de atualização e de enriquecimento complementando o perfil do formando, possibilitando o reconhecimento, por avaliação de habilidades, conhecimento e competência do aluno, inclusive adquirida fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mercado do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

14.4.2 Forma de Aproveitamento das Atividades Complementares

As Atividades Complementares serão avaliadas, segundo a carga horária ou por participação efetiva nas atividades, atendendo ao disposto na tabela de conversão anexa a este regulamento. Em caso de transferência de instituição caberá ao aluno apresentar para a coordenação de curso ou professor por esta designado, os registros que comprovem a participação em atividades complementares para fins de registros nos documentos de transferência.

14.4.3 Aderência das Atividades Complementares à Formação Geral e Específica do Discente

O Mundo no seu atual estágio de desenvolvimento nunca experimentou mudanças de maneira tão aceleradas, e de tanto impacto na vida das pessoas e das organizações. Novas abordagens técnicas, mídias e inovadoras formas de comunicação forçam o espírito humano a repensar suas práticas enquanto indivíduos membros da sociedade e como partícipes do mundo do trabalho.

Nesta perspectiva, assim como mudam as relações humanas, altera-se também as relações organizacionais, tornando o mercado de trabalho um espaço muito mais dinâmico e flexível. O que outrora era mais duradouro, e podia se dá a partir de modelos fixos de formação está sendo substituído por formas mais flexíveis de caráter interdisciplinar e transversal.

Assim, embora as unidades curriculares de um curso ofereçam as bases teóricas e conceituais de uma formação e habilitem para o exercício da profissão, as atividades complementares ocupam uma significativa importância na direção de favorecer também a construção de itinerários próprios de formação que atendam os interesses, às necessidades e às vocações inerentes a cada aluno. Elas permitem a diversificação e ampliação do currículo formal por meio de experiências integradoras no âmbito da pesquisa, da extensão e formação cultural. Desse modo, considerando as habilidades previstas ao perfil do egresso dispostas no dispositivo legal das Diretrizes Curriculares, é fundamental ofertar este espaço ampliado de formação para além da sala de aula.

De tal sorte que respeitando os limites legais impostos pelos documentos de orientação pedagógica do curso no uso de carga horária para as Atividades Complementares, nossa instituição fornecerá um conjunto significativo de oportunidades formativas, que ajude no conjunto do currículo a fortalecer o objetivo do curso e as competências e habilidades também previstas nas Diretrizes Curriculares, as quais estão detalhadas no Projeto Pedagógico do Curso de Graduação de Bacharelado em Direito, trata-se, assim, de um esforço para ofertar as condições mais favoráveis para o desenvolvimento de competências, quer sejam aquelas necessárias hoje, quer sejam aquelas que nasceram no futuro próximo, o domínio destas no contexto da trabalhabilidade futura.

14.4.4 Mecanismos Inovadores na Regulação, Gestão e Aproveitamento das Atividades Complementares.

As Atividades Complementares se constituem em parte integrante o currículo dos cursos de Graduação da Instituição, e devem ser desenvolvidas dentro do prazo de conclusão do curso, conforme definido em seu Projeto Pedagógico carga horária e ao longo

dos semestres letivos, cabendo ao aluno participar de Atividades Complementares que privilegiem a construção de comportamentos sociais, humanos, culturais e profissionais.

Ressaltamos que estas poderão ser desenvolvidas na própria Instituição ou em organizações públicas e privadas, que propiciem a complementação da formação do aluno, assegurando a diversidade de enfoque e de espaços formativos para os alunos, quando ofertadas pela Instituição, devem ser ofertadas de modo a não comprometer a carga horária das atividades acadêmicas curriculares, não sendo, portanto, justificativa para faltas em outras disciplinas/componentes curriculares. Neste sentido, para melhor organização delas, o Coordenador de Curso, o Colegiado de Curso e o Núcleo docente estruturante, possuem papel fundamental na identificação daquelas atividades promovidas pela instituição que contribuirão para o fortalecimento do perfil do egresso do curso.

Neste sentido, para melhor organização delas, o Coordenador de Curso, o Colegiado de Curso e o Núcleo docente estruturante, possuem papel fundamental na identificação daquelas atividades promovidas pela instituição que contribuirão para o fortalecimento do perfil do egresso do curso.

Ao Coordenador do Curso compete:

- I. coordenar a oferta e a divulgação das atividades complementares no âmbito de seu curso;
- II. avaliar e realizar o registro de horas complementares dos alunos no âmbito do seu curso validando as mesmas;
- III. supervisionar o desenvolvimento das atividades complementares quando organizadas pelo seu curso;
- IV. definir, ouvido o Colegiado de Curso, as atividades complementares que poderão ser ofertadas em calendário acadêmico do respectivo ano letivo.
- V. encaminhar à Secretaria Acadêmica – SECAD, o resultado da avaliação das Atividades Complementares, quando for o caso;
- VI. informar sobre o Regulamento e as atividades oferecidas dentro ou fora da Instituição que propiciem pontuações para atividades Complementares;
- VII. participar das reuniões necessárias para a operacionalização das ações referentes às Atividades Complementares.

Na avaliação das Atividades Complementares, desenvolvidas pelos alunos, serão considerados:

A compatibilidade e a relevância das atividades desenvolvidas, de acordo com o Regulamento, e os objetivos do curso em que o aluno estiver matriculado;

O total de horas dedicadas à atividade. As Atividades Complementares deverão possuir um importante portfólio de habilidades e competências que serão conquistadas pelos alunos do Curso de Graduação em consonância com as Diretrizes Curriculares no que compete ao perfil do egresso a ser construído.

14.4.5 Regulamento das Atividades Complementares

Art. 1º. As atividades complementares constituem atividades extracurriculares dos Cursos e compreendem uma carga horária de acordo com cada matriz curricular aprovada pelo Ministério da Educação, sendo desenvolvida no decorrer do curso.

Art. 2º. Os alunos podem realizar atividades complementares desde o 1º semestre do curso até o último semestre. Em virtude do sistema do e-mec não disponibilizar um processo para as atividades complementares à parte, a carga do curso foram distribuídas nos semestres sem a obrigatoriedade do aluno cursar as horas estabelecidas naquele semestre, mas durante o curso.

Art. 3º. Os alunos deverão cursar no mínimo 4 atividades diversificadas;

Art. 4º. As atividades complementares só serão contabilizadas a partir da entrada do aluno na FAMETRO .

Art. 5º. As atividades complementares têm como objetivos específicos: adquirir conhecimentos extracurriculares; participar ativamente, na qualidade de auxiliar, monitor ou estagiário, de atividades de pesquisa, extensão e ensino; produz e/ou apresentar trabalhos acadêmicos próprios. Desenvolver atividades relacionadas com responsabilidade social, cultural, artística e esportiva.

Art. 6º. O aluno pode escolher quaisquer atividades complementares dentre as listadas no artigo abaixo.

Art. 7º. Ficam estabelecidas as seguintes exigências para o aproveitamento das atividades complementares:

Art. 8º. Os casos omissos e as interpretações deste regulamento devem ser resolvidos pelo Colegiado de Curso, com recurso, em instância final, da FAMETRO.

Art. 9º. Este regulamento entra em vigor na data de sua aprovação.

CAPÍTULO I - DAS FINALIDADES

Art. 1º - As Atividades Complementares se constituem em parte integrante o currículo dos cursos de Graduação.

§1º - As Atividades Complementares são desenvolvidas dentro do prazo de conclusão do curso, conforme definido em seu Projeto Pedagógico, sendo componente curricular obrigatório para a graduação do aluno.

§2º - Caberá ao aluno participar de Atividades Complementares que privilegiem a construção de comportamentos sociais, humanos, culturais e profissionais. Tais atividades serão adicionais às demais atividades acadêmicas e deverão contemplar os grupos de atividades descritos neste Regulamento.

Art. 2º - As Atividades Complementares têm por objetivo enriquecer o processo de

ensino-aprendizagem, privilegiando:

- I. atividades de complementação da formação social, humana e cultural;
- II. atividades de cunho comunitário e de interesse coletivo;
- III. atividades de iniciação científica, tecnológica e de formação profissional.

CAPÍTULO II - DO LOCAL E DA REALIZAÇÃO

Art. 3º - As Atividades Complementares poderão ser desenvolvidas na própria FAMETRO ou em organizações públicas e privadas, que propiciem a complementação da formação do aluno, assegurando o alcance dos objetivos previstos nos Artigos 1º e 2º deste Regulamento.

Parágrafo único - As Atividades Complementares deverão ser realizadas preferencialmente aos sábados ou no contra turno do aluno, não sendo justificativa para faltas em outras disciplinas/unidades curriculares.

CAPÍTULO III - DAS ATRIBUIÇÕES

SEÇÃO I - DO COORDENADOR DO CURSO

Art. 4º - Ao Coordenador do Curso compete:

- I. indicar à Gerência de Ensino e Pesquisa o professor responsável por coordenar as ações das Atividades Complementares no âmbito de seu curso;
- II. propiciar condições para o processo de avaliação e acompanhamento das Atividades Complementares;
- III. supervisionar o desenvolvimento das Atividades Complementares;
- IV. definir, ouvido o Colegiado de Curso, para as atividades relacionadas no artigo 13, procedimentos de avaliação e pontuação para avaliação de Atividades Complementares em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;
- V. validar, ouvido o Colegiado de Curso, as disciplinas/unidades curriculares de enriquecimento curricular que poderão ser consideradas Atividades Complementares, em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;
- VI. julgar, ouvido o Colegiado de Curso, a avaliação das Atividades Complementares não previstas neste Regulamento.

SEÇÃO II - DO COLEGIADO DO CURSO

Art. 5º - Ao Colegiado do Curso compete:

- I. propor ao Coordenador do Curso, para as atividades relacionadas no artigo 13, procedimentos de avaliação e pontuação para avaliação de Atividades Complementares, em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;

II. propor ao Coordenador do Curso as disciplinas/unidades curriculares de

enriquecimento curricular que poderão ser consideradas Atividades Complementares, em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;

III. propor ao Coordenador do Curso a avaliação das Atividades Complementares não previstas neste Regulamento.

SEÇÃO III - DO PROFESSOR RESPONSÁVEL

Art. 6º - Ao professor responsável pelas Atividades Complementares compete:

I. analisar e validar a documentação das Atividades Complementares apresentadas pelo aluno, levando em consideração este Regulamento;

II. avaliar e pontuar as Atividades Complementares desenvolvidas pelo aluno, de acordo com os critérios estabelecidos, levando em consideração a documentação apresentada;

III. orientar o aluno quanto à pontuação e aos procedimentos relativos às Atividades Complementares;

IV. fixar e divulgar locais, datas e horários para atendimento aos alunos;

V. controlar e registrar as Atividades Complementares desenvolvidas pelo aluno, bem como os procedimentos administrativos inerentes a essa atividade;

VI. encaminhar à Secretaria Acadêmica – SECAD, o resultado da matrícula e da avaliação das Atividades Complementares;

VII. participar das reuniões necessárias para a operacionalização das ações referentes às Atividades Complementares.

SEÇÃO IV - DO ALUNO

Art. 7º - Aos alunos da FAMETRO, matriculados nos cursos de Graduação, compete:

I. informar-se sobre o Regulamento e as atividades oferecidas dentro ou fora da FAMETRO que propiciem pontuações para Atividades Complementares;

II. inscrever-se e participar efetivamente das atividades;

III. solicitar a matrícula e a avaliação em Atividades Complementares, conforme prevê este Regulamento;

IV. providenciar a documentação comprobatória, relativa à sua participação efetiva nas atividades realizadas;

V. entregar a documentação necessária para a pontuação e a avaliação das Atividades Complementares, até a data limite estabelecida no Calendário Acadêmico; VI. arquivar a documentação comprobatória das Atividades Complementares e apresentá-la sempre que solicitada;

VII. retirar a documentação apresentada junto ao professor responsável em até 60 dias corridos após a publicação do resultado.

§1º - A documentação a ser apresentada deverá ser devidamente legitimada pela Instituição emitente, contendo carimbo e assinatura ou outra forma de avaliação e especificação de carga horária, período de execução e EMENTA da atividade.

§2º - A documentação não retirada no prazo estabelecido neste Regulamento será destruída.

CAPÍTULO IV - DO PROCESSO DE MATRÍCULA

Art. 8º - O aluno deverá protocolar junto ao professor responsável a entrega da documentação comprobatória para avaliação em Atividades Complementares, no momento que julgar ter os pontos necessários para avaliação.

§1º - A documentação comprobatória deverá ser entregue até a data limite prevista em Calendário Acadêmico.

§2º - Caso o aluno complete o número mínimo de pontos exigido para aprovação em Atividades Complementares, a matrícula será realizada, sendo o aluno considerado aprovado. §3º - Caso o aluno não complete o número mínimo de pontos exigido para aprovação em Atividades Complementares, a matrícula não será realizada.

§4º - Caso o aluno tenha como único requisito faltante para conclusão do curso as Atividades Complementares e não complete o número mínimo de pontos exigido para aprovação, a matrícula será realizada e o aluno será considerado reprovado.

Art. 9º - A matrícula e a avaliação em Atividades Complementares deverão ser realizados até a data limite para lançamento de notas estabelecida no Calendário Acadêmico.

Art. 10 - Não será aceita matrícula em enriquecimento curricular em Atividades Complementares.

Art. 11 - Não haverá dispensa ou convalidação das Atividades Complementares.

CAPÍTULO V - DA AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 12 - Na avaliação das Atividades Complementares, desenvolvidas pelo aluno, serão considerados:

- I. a compatibilidade e a relevância das atividades desenvolvidas, de acordo com o Regulamento, e os objetivos do curso em que o aluno estiver matriculado;
- II. o total de horas dedicadas à atividade.

Parágrafo único - Somente será considerada, para efeito de pontuação, a participação em atividades desenvolvidas a partir do ingresso do aluno no Curso.

Art. 13 - Poderão ser validadas como Atividades Complementares:

Grupo 1 - Atividades de complementação da formação social, humana e cultural, estando inclusas:

Atividades esportivas - participação nas atividades esportivas;

Cursos de língua estrangeira – participação com aproveitamento em cursos de língua estrangeira;

Participação em atividades artísticas e culturais, tais como: banda marcial, camerata de sopro, teatro, coral, radioamadorismo e outras;

Participação efetiva na organização de exposições e seminários de caráter artístico ou cultural;

Participação como expositor em exposição artística ou cultural.

Grupo 2 - Atividades de cunho comunitário e de interesse coletivo, estando Inclusas:

I. participação efetiva em Diretórios e Centros Acadêmicos, Entidades de Classe, Conselhos e Colegiados internos à Instituição;

II. participação efetiva em trabalho voluntário, atividades comunitárias, CIPAS, associações de bairros, brigadas de incêndio e associações escolares;

III. participação em atividades beneficentes;

IV. atuação como instrutor em palestras técnicas, seminários, cursos da área específica, desde que não remunerados e de interesse da sociedade;

V. engajamento como docente não remunerado em cursos preparatórios e de reforço escolar;

VI. participação em projetos de extensão, não remunerados, e de interesse social.

Grupo 3 - Atividades de iniciação científica, tecnológica e de formação profissional, estando inclusas:

participação em cursos extraordinários da sua área de formação, de fundamento científico ou de gestão;

participação em palestras, congressos e seminários técnico-científicos;

participação como apresentador de trabalhos em palestras, congressos e seminários técnico-científicos;

participação em projetos de iniciação científica e tecnológica, relacionados com o objetivo do Curso;

participação como expositor em exposições técnico-científicas;

participação efetiva na organização de exposições e seminários de caráter acadêmico;

publicações em revistas técnicas;

publicações em anais de eventos técnico-científicos ou em periódicos científicos de abrangência local, regional, nacional ou internacional;

estágio não obrigatório na área do curso;

trabalho com vínculo empregatício, desde que na área do curso;

trabalho como empreendedor na área do curso;

estágio acadêmico;

participação em visitas técnicas organizadas pela FAMETRO ;

participação e aprovação em disciplinas/unidades curriculares de enriquecimento curricular de interesse do Curso, desde que tais disciplinas/unidades curriculares tenham sido aprovadas pelo Colegiado de Curso e estejam de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso.

participação em Empresa Júnior, Hotel Tecnológico, Incubadora Tecnológica;

participação em projetos multidisciplinares ou interdisciplinares.

§1º - Os estágios previstos referem-se a estágios de característica opcional por parte do discente (estágio não obrigatório). O Estágio Curricular Obrigatório não poderá ser pontuado em Atividades Complementares, por já possuir carga horária e registro de nota próprios.

§2º - Os projetos multidisciplinares ou interdisciplinares referem-se àqueles de característica opcional por parte do discente, não previstos no currículo do curso do aluno. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) não poderá ser pontuado em Atividades Complementares, por já possuir carga horária e registro de nota próprios.

CAPÍTULO VI - DA PONTUAÇÃO

Art. 14 - As Atividades Complementares serão avaliadas, segundo a carga horária ou por participação efetiva nas atividades, atendendo ao disposto no parágrafo 1º do Art. 7º deste Regulamento.

Parágrafo único - As atividades que se enquadram em mais de um item serão pontuadas por aquele que propiciar maior pontuação.

Art. 15 - O aluno deverá participar de atividades que contemplem os Grupos listados no Artigo 13 deste Regulamento, completando no mínimo 20 pontos em cada um dos grupos.

Art. 16 - O aluno poderá integralizar:

I. no grupo 1 o máximo de 30 pontos;

II. no grupo 2 o máximo de 30 pontos;

III. no grupo 3 o máximo de 40 pontos.

Art. 17 - Caberá ao Colegiado de Curso propor ao Coordenador do Curso a pontuação dos itens de cada Grupo, respeitados os Artigos 15 e 16.

Parágrafo único - O Anexo 1 deste Regulamento será utilizado como referência para definição dos pontos em cada item.

Parágrafo único - O Anexo 1 deste Regulamento será utilizado como referência para definição dos pontos em cada item.

CAPÍTULO VII - DAS FORMAS INOVADORAS DE APROVEITAMENTO

Art. 15. As atividades classificadas como pertencentes ao grupo 3, tratado no Art. 13, terão tramitação distinta, podendo obter aproveitamento duplicado em dois grupos a saber:

I. atribuição de aproveitamento no grupo 2 (Atividades de cunho comunitário e de interesse coletivo, estando inclusas atividades de extensão) e grupo 3 (Atividades de iniciação científica, inovação tecnológica e de formação profissional).

CAPÍTULO VIII - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 18 - Os casos omissos neste Regulamento serão tratados pela Coordenação do Curso.

14.5 TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

14.6 APOIO AO DISCENTE

POLÍTICA

A Política de atendimento aos estudantes consiste no suporte acadêmico que a FAMETRO oferece por meio de uma gama de serviços como: acolhimento ao ingressante; atendimento extraclasse; nivelamento; monitoria; estímulo à representatividade discente; diretório acadêmico; ouvidoria; portal acadêmico; formação de escola de líderes; formação de empreendedores; apoio psicopedagógico e de acessibilidade; acompanhamento de egressos; internacionalização; e apoio financeiro. Todos os serviços ofertados pelo Programa de Apoio ao Discente, serão disponibilizados aos alunos da modalidade presencial e na modalidade à distância. Para tanto far-se-á uso das tecnologias da informação e da comunicação disponíveis e do Ambiente Virtual de Aprendizagem.

E por meio do atendimento proporcionado aos discentes pelos núcleos: NAPA- Núcleo de apoio psicopedagógico e de acessibilidade responsável pelo atendimento de demandas espontâneas e dirigidas de alunos com dificuldade de aprendizagem, relacionamento ou psicológica na qual o NAPA atende, orienta e acompanha, e ainda promove palestras sobre temáticas ligadas a questões como: suicídio, drogadição, respeito à diversidade, gênero entre outros, e do NADI- Núcleo de atendimento ao discente responsável por captação de vagas de emprego e estágio não obrigatório, bem como pela promoção de palestras de formação para o mercado de trabalho, e ainda, por ações de reversão, no caso de alunos que eventualmente tenham intenção de desistir dos estudos.

PROGRAMA

A política de atendimento aos estudantes se dá por meio dos programas (regulamento em anexo):

- PAD – Programa de Apoio ao Discente,
- PROACesso – Programa de Acessibilidade e Inclusão Social

AÇÕES:

Tais programas ofertam melhores condições de continuidade acadêmica aos alunos de nossa instituição, a saber:

Programas de Bolsas e Financiamento Estudantil (NADI)

Serão concedidas bolsas de estudos aos alunos que desenvolverem projetos de iniciação científica/pesquisa/extensão, sob a orientação docente. Atualmente, a FAMETRO

disponibiliza bolsas na forma de desconto nas mensalidades.

- a. Bolsa Desconto de Iniciação Científica: A FAMETRO , por meio do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica –oferece bolsas de iniciação científica, como forma de estimular e apoiar a participação dos estudantes nos projetos de pesquisa desenvolvidos pela Instituição. É um instrumento que proporciona a melhor forma de trabalho com o aluno, incentivando-o a novas iniciativas e valorizando o seu espírito de empreendimento, de curiosidade, de interesse e gosto pela investigação.
- b. Política de desconto: A FAMETRO mantém uma política de desconto de 10% para o vencimento e 10% para convênios. E para os colaboradores há um desconto de 50%. Convênios Empresa por Contratos.
 - Financiamento Estudantil:
 - Programas Governo Federal: FFAMETRO E PROUNI;
 - Programa Municipal: Bolsa Universidade
 - Participação nos Programas: Quero Bolsa e Educa mais Brasil

Para a chegada dos novos alunos, propomos ações de acolhida aos calouros, que vão desde as visitas guiadas às instalações da FAMETRO , palestras de esclarecimento sobre a vida acadêmica e serviços da FAMETRO , minicursos para orientação aos estudos, distribuição do manual do aluno e programa de nivelamento e atendimento psicopedagógico.

14.6.1 Acolhimento ao Ingressante

Para a chegada dos novos alunos, propomos ações de acolhida aos calouros, que vão desde as visitas guiadas às instalações da FAMETRO , palestras de esclarecimento sobre a vida acadêmica e serviços da FAMETRO , minicursos para orientação aos estudos, distribuição do manual do aluno e programa de nivelamento e atendimento psicopedagógico.

14.6.2 Controle de Evasão

O NADI - Núcleo de Apoio ao discente é o setor responsável por captação de vagas de emprego e estágio não obrigatório, bem como pela promoção de palestras de formação para o mercado de trabalho, e ainda, por ações de reversão, no caso de alunos que eventualmente tenham intenção de desistir dos estudos, como forma de controlar a evasão. O Regulamento do Núcleo de Apoio Pedagógico e Acessibilidade se encontra apensado a este documento.

As coordenações de curso também fazem acompanhamento da evasão e encaminham alunos para o NADI quando levantadas questões como necessidade de apoio

financeiro ou de falta de adaptação ao curso para que o discente seja encaminhado para vagas de emprego ou estágio, setor de bolsa, ou para teste vocacional possibilitando a transferência interna para outro curso, e ainda, se tratando de alguma questão como conflitos interpessoais com colegas de classe ou docente a intervenção é feita via NAPA- Núcleo de Apoio Psicopedagógico.

14.6.3 Acessibilidade Metodológica e Instrumental

Outro aspecto relevante no campo metodológico está a acessibilidade pedagógica e atitudinal, acerca desta questão vale a pena destacar é o da Acessibilidade. O aumento crescente de estudantes com necessidades educativas especiais e de atendimento pedagógico diferenciado, tem demandando das instituições de ensino superior a implantação e a consolidação de políticas de inclusão e de acessibilidade, que estão para além de garantir o acesso as instalações físicas das FAMETRO , mas que sejam ofertadas todo um conjunto de ações que garantam que estes alunos estejam inclusos em condições excelentes de aprendizagem e desenvolvimento.

Neste sentido, o conceito de acessibilidade exige a formulação de políticas institucionais, das quais emergem ações articuladas no âmbito pedagógico e da gestão. Sendo assim a acessibilidade e a inclusão passam a ser integrante de outro conceito fundamental que é o da Responsabilidade Social, conforme preconiza o documento REFERENCIAIS DE ACESSIBILIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR E A AVALIAÇÃO IN LOCO DO SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SINAES), publicado em 2013. Como indicado neste documento especificamente a responsabilidade social ultrapassa a perspectiva do compromisso para se tornar um dever constituindo a essência de ser das instituições de ensino superior.

Citando a Lei do SINAES, a finalidade de uma instituição de educação superior deve ser a de promover:

[...] a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. (Lei nº 10.861/04 – SINAES).

É neste sentido que a FAMETRO , concebeu o seu Programa Institucional de Acessibilidade e Inclusão, observando Decreto nº 5.296/2004, onde as Barreiras de Acessibilidade no campo das edificações, na dimensão urbanística, de transportes, de comunicação e de informações devem ser retiradas e ainda no campo da acessibilidade

atitudinal/pedagógica para onde devem convergir todos os esforços para garantir acesso ao currículo onde haja:

- Adequação nos materiais didáticos e pedagógicos;
- Adequação nos mobiliários e equipamentos;
- Adequação de objetivos;
- Adequação de conteúdos;
- Adequação de métodos e didática;
- Adequação nas avaliações;
- Adequação de tempo.

Estas adequações, por sua vez encontram respaldo legal principalmente no Decreto nº 3.298/1999, o qual afirma que as instituições de ensino superior deverão oferecer adaptações de provas e os apoios necessários, previamente solicitados pelo aluno portador de deficiência, inclusive tempo adicional para realização das provas, conforme as características da deficiência. E também no conceito de acessibilidade como a condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida presente no Decreto nº 5.296/2004.

Para a FAMETRO, a acessibilidade pedagógica entende que a comunidade acadêmica deve desenvolver medidas pedagógicas diferenciadas, compreendendo que as necessidades educacionais são específicas, podendo ser permanentes ou temporárias, a ser consideradas as seguintes características dos/as alunos/as com:

- Altas habilidades e superdotação;
- Deficientes físicos, intelectuais, sensoriais e múltiplos;
- Transtornos mentais, distúrbios de humor e outras situações classificadas pelo CID ou DSMV-TR;
- Transtornos globais;
- Alterações orgânicas como insuficiências.

Neste sentido, nosso programa defende acessibilidade integral enquanto prática institucional entendendo como um dos fundamentos das práticas pedagógicas e de gestão no ensino superior, considerando:

- Mapeamento das necessidades dos estudantes: preenchimento de ficha cadastral; registro de observação em sala de aula; registro de impressões dos professores; registro das impressões dos próprios acadêmicos; mapeamento de estudos e rotina realizados;
- Orientação pedagógica aos coordenadores de cursos e professores;

- Encaminhamento/solicitação de adequações didático-pedagógicas;
- Encaminhamento de adequações de materiais didáticos;
- Promoção de cursos, palestras e eventos de capacitação de funcionários e docentes;
- Trabalho colaborativo com outros profissionais por meio de convênio com entidades e/ou associações que possam contribuir com o desenvolvimento de práticas de acessibilidade;
- Os estudantes e funcionários surdos são acompanhados por profissional intérprete de LIBRAS;
- Empréstimos de materiais para estudantes e servidores: notebooks, gravadores, lupas e ampliadores eletrônicos, bengala;
- Formação em Libras para funcionários, alunos e professores.

14.6.4 Intermediação e Acompanhamento do Estágio Não Obrigatório

O NADI- é o setor responsável pela intermediação e acompanhamento do estágio não obrigatório para os alunos dos cursos da FAMETRO . O NADI faz a captação das vagas, prepara os alunos para o processo seletivo e acompanha estatisticamente os alunos com estágio não obrigatório.

14.6.5 Apoio psicopedagógico e de acessibilidade- NAPA

O apoio psicopedagógico na FAMETRO dar-se-á por meio de uma estrutura pedagógico- administrativa denominada Núcleo e Apoio Psicopedagógico e Acessibilidade. Neste espaço a partir da intersecção da pedagogia com outras áreas de conhecimento, a FAMETRO realiza ações de prevenção e de apoio aos alunos com problemas, distúrbios, dificuldades de aprendizagem e ainda aqueles com necessidades educativas especiais específicas de natureza permanente.

O NAPA tem como objetivo geral de promover, por meio do atendimento psicopedagógico e social, a saúde dos relacionamentos interpessoais e institucionais, contribuindo para o processo de aprendizagem e inclusão do aluno para seu pleno desenvolvimento. O Regulamento do Núcleo de Apoio Pedagógico e Acessibilidade se encontra apensado a este.

14.6.6 Nivelamento

Com o objetivo de recuperar as deficiências de formação dos ingressantes da FAMETRO oferece aos seus alunos cursos de nivelamento. Considerando a importância do uso correto da língua portuguesa e dos fundamentos de matemática são ministrados

cursos de gramática e redação e também matemática básica. Estes cursos visam suprir as deficiências básicas dos alunos que não conseguem acompanhar adequadamente o aprendizado. Dessa maneira, acredita-se estar atendendo os alunos que estavam temporariamente afastados da vida escolar e aqueles que necessitam de reforço das bases de ensino médio. As aulas são realizadas aos sábados, transmitidas via web no ambiente virtual de aprendizagem, nas áreas de Português, Matemática e Informática, sem nenhum custo adicional aos alunos.

14.6.7 Representatividade Discente e Diretório Acadêmico

A FAMETRO compreende que a representatividade discente é um dos pilares do funcionamento de uma gestão democrática, neste sentido estimulamos a organização dos alunos valorizando a participação dos mesmos a partir do Colegiado Discente, formado pelo conjunto de representantes discentes escolhidos de maneira livre por seus pares. Este Colegiado possui um calendário de reuniões semestrais, além disso, os representantes discentes possuem assento no Colegiado de Curso com direito a voz e voto.

A FAMETRO oferece infraestrutura para o funcionamento de seu Diretório Acadêmico e incentiva a organização estudantil, conforme prevê o seu Regimento Interno.

14.6.8 Internacionalização e Mobilidade Acadêmica

A FAMETRO mantém convênio com instituições de ensino estrangeiras a fim de disponibilizar o intercâmbio e a troca de experiências entre diferentes culturas, bem como a oferta de disciplinas em língua estrangeira.

14.6.9 Ações Inovadoras

1.12.9.1 Projeto de Formação de Líderes e Formação de Empreendedores

Escola de Líderes: Oficinas de formação ofertadas gratuitamente e vinculadas à extensão para a formação de lideranças em especial para a qualificação da representatividade discente.

Formação de Empreendedores: Oficinas de formação ofertadas gratuitamente e vinculadas à extensão para a formação de empreendedores em especial para a qualificação da representatividade discente.

1.12.9.2 Conecta Mundo

Programa multimídia, com a gravação de vídeos para as redes sociais com a intenção de demonstrar a comunidade externa o trabalho pedagógico realizado nas salas de aulas e demais espaços institucionais, valorizando boas práticas pedagógicas, atuando como ação de estímulo a adoção de práticas inovadoras e articuladoras entre teoria e prática, ressaltando as ações de extensão, pesquisa e inovação no âmbito da FAMETRO . Projeto de fluxo contínuo voltado para os cursos na modalidade presencial e a distância.



Posicione a câmera do seu celular para assistir o vídeo na íntegra.



Vem aí o Conecta Mundo Fаметro



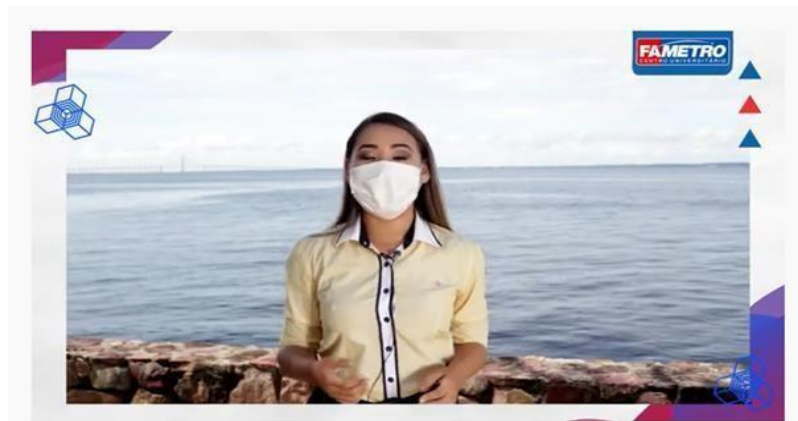
Aponte a câmera do seu celular para o código QR Code para assistir o vídeo na íntegra.



#Conectafametro #Fametro
Conecta Mundo Educação Física



Aponte a câmera do seu celular para o código QR Code para assistir o vídeo na íntegra.



ECOTURISMO - UMA OPÇÃO SUSTENTÁVEL | CONECTA MUNDO FAMETRO



Aponte a câmera do seu celular para o código QR Code para assistir o vídeo na íntegra.

1.12.9.3 Workshop de Empregabilidade

A Instituição é rica também em virtude de seus paradoxos, que a fazem ao mesmo tempo criar o espírito de mudança. Por outro lado, pode assumir um papel importante na nova realidade econômica mundial em que empresas de conhecimento se transformam em uma das principais forças do desenvolvimento econômico (DOLABELA, 1999c).

O Programa da Escola de Empreendedor, que tem como objetivo incentivar o empreendedorismo no âmbito do Ensino Superior da FAMETRO , o Programa será oferecido a todos os alunos dos cursos de graduação e tecnológicos, beneficiando muitos alunos que têm o interesse em abrir seu próprio negócio.

O Programa visa à educação empreendedora na universidade que surge em um momento muito importante tanto para a empregabilidade quanto para o desenvolvimento do Estado e municípios. As universidades estão diante de um desafio que é a adoção de uma nova postura pedagógica para formar empreendedores. “Esse projeto é grandioso, porque atingirá alunos de todos os cursos de graduação e tecnológicos ofertados pela FAMETRO .

A FAMETRO , através do ensino do empreendedorismo, busca a geração de riquezas por meio da capacitação dos seus alunos para a aquisição do conhecimento, da comunicação e da criatividade, podendo conscientizar os seus alunos sobre a riqueza na forma de bens e na forma de capital (humano, social, intelectual, monetário, entre outros). Essa construção passa, evidentemente, pelos processos de produção, concentração, distribuição e ampliação dessas capitais (VOLKER, 2001).

O papel da universidade na formação de empreendedores ganha cada vez mais relevância no contexto do ensino formal. É necessário preparar o estudante para participar de um novo mundo do trabalho no qual a capacidade de iniciativa, flexibilidade e adaptação às mudanças são fundamentais para o êxito profissional.

Além disso, o conhecimento produzido na instituição se transforma mais rapidamente em benefício para a sociedade se empreendedores o transformam em serviços e bens disponíveis.

O desafio é inserir o empreendedorismo como conteúdo complementar da maioria dos cursos superiores oferecidos. Diante dele, o Programa da Escola de Empreendedores da FAMETRO pretende adotar no ensino superior de modo permanente, o ensino do empreendedorismo em suas práticas pedagógicas.

1.12.9.4 Monitoria

Para o estímulo da atividade acadêmica e docente a FAMETRO , oferece o programa de Monitoria, como parte integrante de sua política de Ensino. Após a abertura do edital há uma seleção dos discentes interessados e os selecionados realizam a monitoria

semestral tutoriados pelos docentes. O Manual de Monitoria se encontra apensado a este documento.

14.7 GESTÃO DO CURSO E AS AÇÕES DECORRENTES DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA DO CURSO

Obedecendo ao que se encontra estabelecido como Diretrizes para os cursos de saúde a partir das recomendações do Conselho Nacional de Saúde, a instituição possui canais direto de comunicação diversos, que proporcionam uma constante participação de diferentes segmentos da sociedade civil e comunidade acadêmica com o Curso. Esta comunicação se dá principalmente por meio dos nossos canais institucionais que são abertos e estão à disposição de todos plataforma digital, nesse sentido haverá disposição dos parceiros institucionais um ambiente de troca de experiências por meio de uso de plataformas de comunicação já integradas ao curso.

Ademais os estudantes, por meio de suas representatividades participarão das participar das reuniões do NDE contribuindo para a melhoria do curso a partir da apresentação de suas necessidades acadêmicas, trazendo o ponto de vista estudantil, a fim de integrar melhorias no Projeto Pedagógico do Curso. Já os professores participam, por meio do NDE e do Colegiado de Curso, também na perspectiva de trazer para o Projeto Político Pedagógico processos de aprimoramento, que reverberem em maior qualidade acadêmica as ações do curso.

A Sociedade Civil e as Entidades de Classe também são chamadas a contribuir participando de reuniões com a coordenação do curso a partir das atividades do projeto de integração educação e serviço tendo em vista melhorias que impliquem em uma maior adesão da vida acadêmica ao mundo do trabalho. Da mesma forma os movimentos sociais podem participar de reuniões promovidas, com o intuito de divulgar e apresentar a sociedade as estratégias de formação promovidas no interior do curso do mesmo modo os conselhos municipais e estaduais de saúde serão convidados a participar de eventos com a perspectiva intersetorial para que todos os seguimentos envolvidos na oferta e promoção de saúde a comunidade estejam cientes das intensos pedagógicas, formativas do curso.

O Projeto de Avaliação Institucional baseia-se em quatro nortes que serviram para um processo avaliativo na perspectiva de aperfeiçoamento institucional:

- a) Conscientização e adesão voluntária - a avaliação deve ser algo conquistado e não imposto, a fim de que tenha legitimidade política, pois a imposição não produz absolutamente nada, ao contrário, faz do ato de avaliar algo punitivo e não construtivo;
- b) Avaliação total e coletiva - é preciso que a instituição seja avaliada como um todo e não fragmentada, ou seja, em todos os seus setores e com envolvimento de

todos os seus colaboradores;

- c) Unificação da linguagem – para que não haja ruídos na comunicação, é preciso que se unifiquem os conceitos, princípios e finalidades do projeto de avaliação institucional;
- d) Competência técnico-metodológica – deve-se ter uma base científica que direcione o projeto e que propicie legitimidade aos dados coletados.

Além destes parâmetros, a autoavaliação foi desenvolvida tendo em vista as seguintes características:

- Processo democrático – possibilitou aos colaboradores envolvidos conhecer os objetivos, procedimentos e aspectos que serão utilizados;
- Contextualizada – norteou a instituição a conhecer a demanda de ensino superior no ambiente social onde está inserida; respeitando as diversidades, a história e a cultura institucional;
- Flexível – aberta as discussões e mudanças necessárias durante o processo, sem perder de vista a veracidade de seus objetivos;
- Incentivadora – promoveu o envolvimento e a participação de toda a comunidade institucional, afastando a insegurança e a desconfiança. Incentivou, também, a veracidade, o livre arbítrio de opiniões, criando valores de aperfeiçoamento e desenvolvimento constante;
- Ética – pautou-se em valores morais e éticos, de acordo com a práxis acadêmica e de autoavaliação institucional das comunidades interna e externa à instituição;
- Sistemática – o processo avaliativo foi contínuo, regular e sistemático de conhecimento e aprimoramento da realidade educacional avaliada e do próprio processo avaliativo.

Nesta perspectiva, o processo avaliativo se constitui em uma oportunidade ímpar para a comunidade acadêmica refletir sobre suas ações e a possibilidade de conhecer e analisar de forma crítica a instituição com vista à qualidade das ações empreendidas acontecendo em dois momentos distintos, ou seja, no âmbito do próprio curso e no âmbito da Instituição, por meio da CPA - Comissão Própria de Avaliação.

A Avaliação de Curso será feita regularmente anualmente sempre no início do 1º. Semestre, por meio do levantamento e estudo do desempenho do curso, com o foco voltado para as questões ligadas diretamente aos aspectos pedagógicos dos cursos, considerando, também, os aspectos relativos ao atendimento das expectativas da comunidade externa, ou seja, do próprio mercado de trabalho. O instrumento desta avaliação foi elaborado tendo em vista o marco regulatório da avaliação e o conjunto de indicadores presentes na avaliação in loco e no ENADE.

14.7.1 Objetivos do Processo de Auto Avaliação Institucional e de Curso

Objetivo Geral:

Promover a Cultura da auto avaliação entendendo a mesma e seus resultados, como instrumento de gestão acadêmica e administrativa;

Objetivos Específicos:

- Realizar auto avaliação institucional em um processo democrático de participação detodos os segmentos envolvidos docentes/discentes/técnicos;
- Realizar autoavaliação de curso em um processo democrático de participação detodos os segmentos envolvidos docentes/discentes/técnicos;
- Analisar os dadoscoletados tendo em vista o subsídio das ações cadêmico /administrativas realizadas no âmbito dos cursos e da instituição.

14.7.2 Planejamento da Avaliação Institucional e do Curso

O processo de auto avaliação é assumido dentro de duas dimensões:A primeira se define como avaliação externa, ou seja, diz respeito aos índices alcançados pela FAMETRO (ENADE; IGC; CPC e Avaliação In Loco), o processo de avaliação desses índices é realizado a partir da ampla divulgação dos resultados e da análise detalhada dos indicadores aferidos pelos membros da CPA e do Conselho Maior da Instituição. Os relatórios emitidos pelos organismos oficiais de avaliação são também objeto de análise das instâncias colegiadas (NDE e Colegiado de Curso), os quais por meio de convocação extraordinária analisam, debatem e propõem soluções de melhoria que serão viabilizadas, por meio de ações previstas, planejadas e executadas nos Planos Acadêmicos Administrativos (semestrais) e Plano de Gestão (anual) da FAMETRO ;

- a) A segunda se define como avaliação interna, esta dimensão se desdobra em dois níveis, a saber: O primeiro nível é o Macro institucional, onde a comunidade acadêmica e a sociedade civil avaliam os determinantes macro-institucionais da FAMETRO , incluindo a Infraestrutura. O segundo nível compreende os determinantes internos do curso identificados com os itens de natureza pedagógica e acadêmica.

A avaliação Interna é composta por duas avaliações:

Primeiro Nível: Avaliação Macro Institucional

Em acordo com a legislação vigente e atendendo o que preconizam os documentos que norteiam o processo de avaliação institucional, o primeiro nível de avaliação diz

respeito à avaliação da instituição a partir de 10 dimensões, da lei 10.861, que institui o SINAES, a saber:

- 1ª Missão Institucional
- 2ª Política de Ensino/ Pesquisa e Extensão
- 3ª Responsabilidade Social
- 4ª A Comunicação com a Sociedade
- 5ª Política de Pessoal
- 6ª Gestão Institucional
- 7ª Infraestrutura
- 8ª Planejamento e Avaliação
- 9ª Atendimento ao Estudante
- 10ª Sustentabilidade Financeira

Focada nos aspectos macro institucional e protagonizada pela CPA, a avaliação interna tem como foco principal captar os aspectos administrativos e a maneira como os alunos, colaboradores e sociedade organizada percebem o conjunto de atividades que a instituição oferta. Esta avaliação terá como função a complementação da avaliação interna (curso) realizada pela FAMETRO . Desta avaliação é gerado o plano de gestão Institucional, o qual possui os seguintes eixos:

Eixo 1 - Políticas de Gestão:

- 1.1 Políticas de Pessoal;
- 1.2 Organização e Gestão da Instituição;
- 1.3 Sustentabilidade Financeira.

Eixo 2. Infraestrutura Física:

- 2.1 Melhorias das Instalações Físicas;
- 2.2 Equipamentos; Máquinas;
- 2.3 Plano de Manutenção.

Eixo 3. Políticas Acadêmicas

- 3.1 Ações de Estímulo ao Ensino;
- 3.2 Ações de Estímulo a Extensão;
- 3.3 Ações de Estímulo à Produção Científica e Inovação Tecnológica;
- 3.4 Ações de Apoio ao Discente;
- 3.5 Ações de relacionamento com a comunidade externa e interna.

Este plano é elaborado mediante a análise e discussão dos indicadores obtidos pela FAMETRO , sendo elaboradas medidas corretivas e de melhorias dos aspectos críticos e estratégicos da FAMETRO . Com vigência de 12 meses essas medidas tomadas são reavaliadas em função de sua efetividade na obtenção de melhores resultados e podem

ser revistas, ampliadas e ou substituídas por outras de maior eficácia.

b) Segundo Nível: Avaliação de Curso

A Avaliação de Curso será feita regularmente anualmente sempre no início do 1º. Semestre, por meio do levantamento e estudo do desempenho do curso, com o foco voltado para as questões ligadas diretamente aos aspectos pedagógicos dos cursos considerando também, os aspectos relativos ao atendimento das expectativas da comunidade externa, ou seja, do próprio mercado de trabalho. O instrumento desta avaliação foi elaborado tendo em vista o marco regulatório da avaliação e o conjunto de indicadores presentes na avaliação in loco e no ENADE.

Etapas da avaliação institucional e ações de melhoria institucional:

As avaliações preveem as seguintes etapas:

Definição dos Instrumentos e Coleta de Dados: Nesta etapa serão definidos as técnicas e os instrumentos para coletar dados quantitativos e qualitativos. Com relação aos docentes, técnico-administrativos e integrantes da direção, toda a população preencherá o instrumento de avaliação. Enquanto, aos discentes a mostra corresponderá a 50% ou 100% do número de matrículas. Os instrumentos serão elaborados pela CPA, mas discutidos com o colegiado de curso e reformulados se necessário, conforme os parâmetros estabelecidos, a partir dos indicadores selecionados pela comissão, dentre as relacionadas previamente pelos envolvidos no processo avaliativo.

Os questionários terão um campo comum que visará à avaliação dos Cursos da FAMETRO e um específico para a auto avaliação do discente, do docente, dos integrantes da direção e dos colaboradores da área técnica administrativa.

Eles serão constituídos, prioritariamente, de questões fechadas, embora se reserve o espaço para a expressão de opiniões pessoais que propiciem o aprofundamento qualitativo dos itens previamente construídos. Além do questionário, será utilizada a técnica de grupo focal, a fim de conhecer as concepções e posicionamentos dos discentes e docentes e técnicos - administrativos sobre questões que envolvem o curso, que vão desde a estrutura física à dimensão pedagógica e administrativa.

Sensibilização da Comunidade Acadêmica e Técnica Administrativa: visando o envolvimento acadêmico, técnico e docente a uma participação efetiva de todos os níveis serão realizadas reuniões com todas as turmas dos diferentes cursos, com docentes e técnicos administrativos para sensibilizá-los quanto à importância da participação e os objetivos de todo o processo avaliativo. Este processo de sensibilização se dá também por meio da divulgação no site institucional, nas páginas oficiais das redes sociais e nos blog's dos cursos de maneira sistemática. É também realizado um calendário de atendimento aos cursos nos nossos laboratórios de informática, com um monitor disponível para orientações, a fim de garantir os meios de preenchimento online para alunos que não possuem acesso a equipamentos e informática.

Tratamento dos Dados e Comunicação dos Resultados: a comissão de avaliação encarregar-se-á de apurar os instrumentos e de interpretar os dados por meio do programa de Avaliação Institucional. Os resultados obtidos por meio de questões fechadas serão submetidos a estatísticas descritivas do programa. Enquanto, que os disponibilizados por meio de questões abertas serão categorizados por uma análise de conteúdo (busca de sentido das citações). Os resultados serão comunicados e divulgados a toda a comunidade acadêmica por meio de relatório que incluirá também conclusões e recomendações. A utilização dos resultados será motivo de discussão em reunião com a comunidade acadêmica, após a divulgação do relatório.

Elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso: o plano setorial de curso é um instrumento de planejamento interno das coordenações de curso, que visa implantar ações de melhorias em eixos considerados estratégicos para a FAMETRO , e para a qualidade de ensino que está propõe. São objetivos do Plano:

- Realizar o planejamento das atividades pedagógicas e administrativas, assegurando aos professores as orientações, o tempo e o espaço necessário para o planejamento do semestre;
- Organizar o semestre letivo, discutindo com os professores as ações pedagógicas a serem realizadas;
- Propor e organizar ações tendo em vista o enfrentamento das questões pedagógicas que se revelaram problemáticas na avaliação do curso;
- Elaborar um calendário de atividades para o curso, destacando as ações pedagógicas e administrativas internas relevantes.

14.7.3 Relatório Analítico do Resultado da Avaliação de Curso

O coordenador de curso recebe o resultado da autoavaliação do curso realizada pela CPA e elaborará um relatório analisando os principais pontos positivos e negativos do curso com base na avaliação.

O relatório de autoavaliação apresentará resultados, análises, reflexões e proposições de forma excelente para subsidiar planejamento e ações. Ele constitui-se em um importante instrumento para a revisão das ações institucionais. Nesse sentido, deverá ser elaborado obedecendo à legislação vigente, incluindo a Nota Técnica INEP/DAES/CONAES N°. 065, a qual prevê um roteiro a ser seguido. Sendo assim, o Relatório será composto de:

Introdução - onde deve constar os dados da instituição, a composição da CPA e o planejamento estratégico de autoavaliação. Deverão ser informados o ano e o período ao qual o relatório se refere. Deve ser também informado se o relatório é parcial ou integral.

Metodologia - deverão ser descritos os instrumentos utilizados para coletar os dados, os segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil, consultados e as técnicas

utilizadas para a análise dos dados.

Desenvolvimento - nesse campo devem ser apresentados os dados e as informações relativas a cada eixo/dimensão, de acordo com o PDI e a identidade da instituição.

Análise dos dados e das informações - devem ser apresentados os dados conclusivos obtidos no conjunto das avaliações, apontando para as medidas que serão tomadas com relação a eles.

Ações previstas com base na análise dos dados - deverá ser apresentado o planejamento das ações, no sentido de conferir sempre maior qualidade aos processos de gestão acadêmica, infraestruturas e de ensino da nossa instituição.

14.7.4 Plano de Acadêmico Administrativo de Gestão do Curso

O Plano de Gestão Acadêmico Administrativo é um instrumento decorrente do processo de auto avaliação de curso e que serve de plano de ação interno de gestão da do curso, que visa implantar ações de melhorias em eixos considerados estratégicos para a FAMETRO com base na auto avaliação de curso, e para a qualidade de ensino que esta propõe. São objetivos do Plano:

Realizar o planejamento das atividades pedagógicas e administrativas, assegurando aos professores as orientações, o tempo e o espaço necessário para o planejamento do semestre.

Organizar o semestre letivo, discutindo com os professores as ações pedagógicas a serem realizadas.

Propor e organizar ações tendo em vista o enfrentamento das questões pedagógicas que se revelaram problemáticas na avaliação do curso.

Elaborar um calendário de atividades para o curso, destacando as ações pedagógicas e administrativas internas relevantes.

Metodologia de Elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso:

Ao início do semestre será destinado um período para o planejamento do curso, após esse período o coordenador deverá zelar pelo cumprimento das ações e realizações das atividades, tendo em vista o planejamento das atividades do semestre. Ao final desse período o coordenador do curso deverá encaminhar um plano de ação evidenciando as atividades pertinentes ao seu curso, tendo em vista o enfrentamento das dificuldades apontadas pelos professores e a necessidade de melhoria contínua da qualidade dos processos pedagógicos.

Deve-se ainda submeter à apreciação superior o calendário de atividades do curso para que o mesmo possa ser compatibilizado com as demais ações previstas pelos outros cursos a fim de evitar atropelos /ou dificuldades na realização das mesmas. Espera-se que

os resultados obtidos nas avaliações possam subsidiar a elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso tendo em vista a continua melhoria dos processos pedagógicos institucionais visando a excelência dos serviços educacionais ofertados e o cumprimento dos princípios, da missão e dos valores da FAMETRO , previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional PDI.

Deve-se observar o planejamento dos seguintes eixos, a saber:

Atividades Extracurriculares: atividades de cunho formativo e/ou cultural que contribuam para a formação do perfil do egresso, tendo em vista o reforço ao desenvolvimento das competências e habilidades previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso e que não estejam necessariamente vinculadas aos componentes curriculares.

Aqui podem ser consideradas atividades complementares como realização de palestras que promovam formação e desenvolvimento profissional com membros da comunidade interna e externa da instituição. São exemplos de atividades extracurriculares: campanhas de conscientização com temas atuais, cursos de curta duração que tragam aperfeiçoamento de habilidades específicas ao desenvolvimento profissional e pessoal do aluno, atividades culturais com a finalidade de promover a cultura local, o talento dos alunos e da comunidade em geral, Concursos, Campanhas Solidárias, Responsabilidade Social e outros. As atividades extracurriculares não possuem caráter obrigatório, não podem servir como critério de avaliação de desempenho do aluno, podendo ser, contudo, considerada como atividades complementares.

Atividades Interdisciplinares e Transversais: projeto de trabalho acadêmico, que tenham como princípio o diálogo entre disciplinas, áreas de conhecimento e conteúdos curriculares, na perspectiva de fomentar a interligação de saberes e práticas da área de conhecimento do curso. Espaço para o desenvolvimento de atividades com as temáticas transversais de questões étnico-raciais e de educação ambiental, além de temas desenvolvidos nas disciplinas que careçam de aprofundamento e de abordagem Inter conceitual. São consideradas atividades interdisciplinares todas aquelas realizadas nas quais estejam sendo tratados assuntos das disciplinas ministradas. São atividades que devem ser organizadas a partir da sala de aula, com a participação efetiva dos professores, sendo desenvolvidas por estes com seus alunos, servindo inclusive de referência para atribuição de notas na avaliação de desempenho acadêmico. Neste sentido pode ser feitos projetos de trabalhos acadêmicos onde os professores da disciplina do período possam dividir a responsabilidade pela orientação das mesmas e partilhar a nota atribuída entre os componentes curriculares envolvidos. São exemplos dessas atividades: Projetos de Pesquisa e de Extensão. Projetos de Estudos Orientados. Seminários Acadêmicos, Jornadas Científicas, Semanas Acadêmicas, Mostra de trabalhos de curso, Visitas Técnicas, Gincanas de conhecimento, entre outros. A diferença entre as atividades interdisciplinares e transversais e as atividades extracurriculares e que as primeiras são consideradas como

metodologias de ensino, devendo ser consideradas como fundamento metodológico dos processos de ensino e aprendizagem. Já as atividades extracurriculares possuem caráter complementar, informal, não obrigatória. É importante destacar que as semanas acadêmicas por seu caráter e amplitude são consideradas atividades interdisciplinares, pois envolvem diferentes conteúdos e extracurriculares por estarem abertas também a comunidade externa e não serem obrigatórias.

Acompanhamento de Egressos: realizar um acompanhamento dos egressos do curso, obtendo retorno acerca da aceitação dos nossos ex-alunos no mercado de trabalho, assim como, acerca da necessidade de revisão de condutas e processos pedagógicos tendo em vista a melhor e maior inserção dos nossos alunos no mundo do trabalho.

Monitoramento da Evasão: propor a realização de ações de acompanhamento da evasão, buscando minimizar os índices do curso.

Auto avaliação interna do curso: organizar ações tendo em vista a avaliação interna do curso, essa avaliação poderá dar-se mediante seminários de avaliação com a participação do corpo docente e representatividade discente do curso, utilizando como base de dados a avaliação da CPA e outras bases de dados oriundas de formulários próprios de avaliação elaborados pelo curso tendo em vista a especificidade do mesmo. A ênfase dessa avaliação deverá ser os aspectos pedagógicos do curso. Metodologias empregadas de ensino e aprendizagem, técnicas de ensino, processos de avaliação e etc.

Atividades Complementares: As atividades complementares são consideradas atividades curriculares e devem ser propostas pelos cursos tendo em vista o caráter complementar a formação do perfil do egresso, devendo ser pensadas e programadas a partir das competências previstas para serem desenvolvidas pelos alunos no decorrer da formação. Ao programar estas atividades os docentes e coordenadores devem considerar o regulamento das atividades complementares institucionais.

Atividades de Extensão: atividades realizadas pelo corpo docente e discente tendo em vista a partilha do conhecimento produzido com o fito de promover a melhoria da qualidade de vida das comunidades envolvidas.

Atividades de Incentivo à Produção Científica Discente e Docente: Planejar ações de incentivo à produção científica e a inovação tecnológica no interior dos cursos.

Monitoria: Planejar ações de incentivo de monitoria nos cursos

Avaliação do Rendimento: Planejar ações de acompanhamento do rendimento acadêmico dos alunos no interior dos cursos.

Plano Acadêmico Administrativo na documentação anexa.

14.7.5 Plano de Ação de Melhoria de Gestão Institucional

O Plano de Melhoria de Gestão Institucional é um instrumento decorrente do

processo de auto avaliação institucional e que serve de planejamento de ação interno de gestão da FAMETRO , que visa implantar ações de melhorias em eixos considerados estratégicos para a FAMETRO com base na auto avaliação de curso. Após receber os resultados da auto avaliação institucional a direção da FAMETRO elabora o Plano de Melhoria de Gestão Institucional que tem como eixos de ação:

1.1. Políticas de Pessoal

1.2 Organização e Gestão da Instituição

1.3 Sustentabilidade Financeira

2. Infraestrutura Física:

2.1 Melhorias das Instalações Físicas

2.2 Equipamentos; Máquinas

2.3 Plano de Manutenção

3. Políticas Acadêmicas

3.1 Ações de Estímulo ao Ensino

3.2 Ações de Estímulo a Extensão

3.3 Ações de Estímulo à Produção Científica e Inovação Tecnológica

3.4 Ações de Apoio ao Discente

14.7.6 Divulgação dos Resultados para a Comunidade a Acadêmica

A divulgação dos resultados da auto avaliação conduzida pela CPA ocorre por meio de um Fórum permanente de discussão, que tem nas nossas instâncias colegiadas, o local privilegiado, os resultados dos processos internos e externos de avaliação e ainda os índices oficiais que dizem respeito aos resultados alcançados pelos alunos no ENADE, nos cursos pelas avaliações in loco, e ainda o CPC e o IGC, serão cuidadosamente analisados. Estes dados serão cruzados com os resultados obtidos pela CPA e servirão de base para o processo e tomada de decisão tanto no âmbito da gestão como no âmbito pedagógico, tendo em vista a constante melhoria de nossos processos institucionais e de nossas ações educativas.

Evidências de Divulgação: <https://www.youtube.com/watch?v=xghVIKzzYUs>

<https://www.youtube.com/watch?v=sMRRwz0btTo>



1.14 ATIVIDADES DE TUTORIA

A comunicação com os estudantes envolve todos os atores partícipes do modelo pedagógico EaD adotado pela FAMETRO , porém, a assistência direta aos estudantes depende da boa mediação pedagógica, que ocorre com o apoio permanente de docentes, tutores EaD e tutores presenciais.

O docente é responsável pelo planejamento e desenvolvimento das disciplinas, precisa criar estratégias de mediação pedagógica que sejam significativas para o estudante, responsabilizando-se por acompanhar o andamento dos estudantes, intervir quando necessário, contribuir, incentivar e somar esforços em prol da construção da aprendizagem, em consonância com a coordenação do curso e coordenação acadêmica e pedagógica do NEaD.

Nesse contexto, os tutores EaD colaboram através da mediação no AVA, publicam os avisos, acompanham o programa de qualidade e estimulam a participação dos estudantes.

As atividades de tutoria garantem que o estudante tenha um acompanhamento permanente, auxiliado por meio de encontros mediados ao longo do processo educativo. A tutoria EaD garante a efetividade da interação, do atendimento, do suporte aos estudantes e do estímulo ao aprendizado, estabelecendo-se uma relação de proximidade aos docentes no que compete ao planejamento e à condução das disciplinas.

Para apresentação dos materiais instrucionais, organizados em referenciais e complementares, o docente e o tutor trabalham juntos na composição das trilhas de aprendizagem. Aos tutores EaD cabe apoiar a estruturação das trilhas de aprendizagem de acordo com o planejamento e orientação conferida pelo docente. Da mesma forma ocorre no desenvolvimento e compilação de materiais complementares convergentes aos materiais referenciais. Além disso, o tutor EaD apoia o docente nos eventos síncronos e assíncronos, mantém os estudantes informados sobre os eventos da disciplina e faz o acompanhamento dos fóruns e de outras atividades.

Conta-se ainda com a participação do tutor presencial, que é um interlocutor acadêmico presencial a quem cabe organizar, desenvolver e manter o devido registro das atividades de acompanhamento pedagógico, dos encontros presenciais e das atividades que promovem a interação entre os estudantes.

O tutor EaD tem como atribuições:

- Prestar informações, sanar dúvidas dos estudantes, e registrá-las;

- Encaminhar ao setor competente os pedidos, as solicitações de informação e as dúvidas dos estudantes;
- Incentivar os estudantes a participarem dos encontros presenciais, dos eventos síncronos (web conferências), dos fóruns e das demais atividades;
- Auxiliar os estudantes na interlocução com o docente da disciplina;
- Mediar os recursos de interação, seguindo as orientações fornecidas pelo docente da disciplina;
- Alertar os estudantes sobre o cumprimento do cronograma de realização e sobre a entrega das atividades de aprendizagem;
- Orientar os estudantes na realização das atividades de estudo, de interação e de avaliação;
- Ter uma atitude proativa de estímulo à aprendizagem, ao sucesso escolar e à permanência;
- Ter participação ativa nas ações direcionadas ao sucesso acadêmico, à permanência acadêmica e à contenção da evasão;
- Sob orientação dos docentes, auxiliar na correção de avaliações e de outros materiais instrucionais quando solicitado.

O tutor presencial tem como atribuições:

- Organizar e desenvolver atividades e encontros presenciais, registrando-as;
- Planejar, desenvolver e orientar ações pedagógicas que contribuam para o desenvolvimento acadêmico;
- Encaminhar ao setor competente os pedidos, as solicitações de informação e as dúvidas apresentadas pelos estudantes;
- Aplicar as avaliações presenciais;
- Dar suporte aos estudantes nas dúvidas de utilização do AVA e de seus recursos de aprendizagem.

1.14.1 Mediação Pedagógica junto aos Discentes em Momentos Online

A mediação pedagógica na EAD é feita a distância, presencialmente e por meio dos materiais didáticos. A distância, essas mediações ocorrem através do uso das ferramentas do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e de ferramentas de interação online fora do AVA apropriadas para chats. São interações diárias, sistemáticas e de extrema importância para o desenvolvimento de uma consciência crítica e social em relação à formação pessoal e profissional do estudante.

Na EaD, a mediação pedagógica adquiriu papel de suma importância uma vez que o distanciamento físico sempre esteve a exigir recursos, estratégias, habilidades, competências e atitudes diferentes dos convencionais – pautados na exposição oral e no

contato face a face. Com a inserção das tecnologias digitais de comunicação na EaD e o desenvolvimento de ambientes virtuais de aprendizagem, a função mediadora tomou um forte impulso, pelas possibilidades e também pelas exigências da configuração desse novo “espaço”. Em ambientes virtuais de aprendizagem, a mediação ocorre por meio de diversos dispositivos que viabilizam a comunicação, tanto síncrona como assíncrona, possibilitando a criação de diversas estratégias para favorecer o diálogo e a participação ativa dos estudantes.

A utilização dos dispositivos de comunicação implica tanto na aquisição de habilidades e competências comunicativas por parte de todos, docentes e discentes, quanto uma preocupação maior com a criação de momentos de interação e de possibilidades concretas da execução de trabalhos colaborativos, com os quais a aprendizagem ocorre de modo participativo. Para isso, o tutor EaD conta com dispositivos de comunicação, como chats, fóruns, entre outros, e necessita planejar como cada um deles e em que momento serão utilizados, e deve preparar-se para atuar, conforme as características e peculiaridades de cada dispositivo, para que a mediação aconteça. Cada um destes dispositivos exige habilidades mediadoras diferenciadas e propiciam diferentes estratégias pedagógicas, que exigem participação em tempo real ou diferida, possibilitando a expressão, a intervenção e a colaboração para a construção coletiva do conhecimento.

1.14.2 Mediação Pedagógica em Momento Presencial

A EaD caracteriza-se por ser um processo composto por duas mediações: a mediação humana e a mediação tecnológica, imbricadas uma na outra. A primeira pelo sistema de tutoria, a segunda pelo sistema de comunicação que está a serviço da primeira para viabilizar a mediação pedagógica. A mediação pedagógica, resultante da concepção planejada entre estas duas mediações, é potencializada pela convergência digital que disponibiliza acesso e portabilidade por meio de dispositivos de comunicação síncrona e assíncrona cada vez mais integrados, velozes e potentes. As tecnologias da comunicação utilizadas na EaD oferecem diversas linguagens que favorecem a aprendizagem. As linguagens oral, escrita, audiovisual e multimídia se fazem presente de modo a facilitar a aprendizagem, tornando o processo mais desafiador, por um lado, e, por outro, sintonizado com a base sociotécnica de nossa sociedade, o que ativa matrizes culturais e abre perspectivas para a EaD. Além das perspectivas, impõe desafios que colocam a todos os atores envolvidos nesse processo em frente a diversas questões relativas à qualidade do ensino, às perspectivas dos alunos quanto à modalidade educativa que estão conhecendo e de novas possibilidades pedagógicas para a prática docente.

A mediação pedagógica em momento presencial, deverá ocorrer de forma planejada e sistemática para e provisionada para o apoio pedagógico necessário às atividades práticas

do curso, a fim de se ampliar o papel pedagógico e formativo de tais atividades. Além disso será utilizado para ampliar as fontes de materiais e metodologias disponíveis aos alunos, além de propiciar sua interação e troca de experiências.

A mediação pedagógica em momento presencial, favorece um modo de interação entre o mundo interior e o exterior do sujeito de forma que esse indivíduo possa desenvolver e ampliar suas capacidades. O tutor presencial, nesse processo, será o proponente de atividades que agregam diferentes instrumentos, saberes culturais e ambientes diferenciados oferecendo uma possibilidade de maior desenvolvimento humano. A ele é dada a tarefa de, através da interação em sala de aula, despertar no aluno o interesse de resolver os desafios de cada nova etapa de seu aprendizado e ir se aproximando cada vez mais de um nível mais elevado de aculturação.

Essas considerações nos levam a refletir sobre a importância de uma ação pedagógica consistente devendo ser bem fundamentada teoricamente, na qual, o tutor possa exercer de forma mais satisfatória seu papel de mediador do conhecimento propondo indagações, questionamentos e desafios por meio de uma prática contextualizada rumo a uma aprendizagem significativa.

1.14.3 Domínio de Conteúdo, de Recursos e dos Materiais Didáticos

Para atuar como tutor na modalidade de Educação a Distância, é necessário que o profissional conheça os fundamentos, estruturas, metodologias em EAD assim como o PPC dos cursos, ter experiência em docência, conhecimento em relação ao Ambiente Virtual de Aprendizagem, habilidade em tecnologia, principalmente no que diz respeito à informática básica e uso de planilhas e documentos office, conhecimento básico sobre a disciplina e sobre o curso, habilidade para comunicação oral ou escrita, conhecimentos das rotinas de trabalho na modalidade de EAD. Tem que ser proativo, ter equilíbrio emocional e habilidade para lidar com as dificuldades de entendimento dos alunos e assim trabalhar com a interação e valorização dos aprendizes, ter organização e planejamento em relação às suas atribuições, ser assíduo, ter comprometimento e saber trabalhar em equipe.

Os tutores, presenciais e a distância, devem apresentar, em seu perfil, as seguintes competências:

- Atuar como mediador: conhecer a realidade de seus alunos em todas as dimensões, pessoal, social, familiar, escolar etc.;
- Oferecer a possibilidade permanente de diálogo, saber ouvir, ter empatia e manter uma atitude de cooperação, assim como proporcionar experiências de melhoria de qualidade de vida aos alunos;
- Possuir conhecimento dos fundamentos, metodologias e estrutura da educação a distância, a fim de sustentar as bases pedagógicas da aprendizagem;

- Possuir habilidades de comunicação, relacionamento interpessoal, liderança, dinamismo, iniciativa, entusiasmo, criatividade e capacidade para trabalhar em equipes;
- Oferecer experiências de melhoria de qualidade de vida aos alunos;
- Saber lidar com os ritmos diferentes, individuais de cada aluno.

No caso do tutor a distância, deverá ter formação em curso no qual exercerá a tutoria ou em áreas afins e, preferencialmente, com experiência em EaD, como aluno ou professor. Receberão contínuo treinamento interno para melhoria de desempenho e para eventuais adequações na forma de condução do trabalho, que será avaliado semestralmente por alunos, professores e coordenadores

Todo o material didático da disciplina é disponibilizado com antecedência ao Tutor para que este possa se apropriar do conhecimento, dirimir suas dúvidas e fazer propostas de estudos, assim como o conhecimento dos recursos e ferramentas necessários às suas atividades na tutoria.

À tutoria ainda são evidenciados todos os fluxos de produção das referidas disciplinas.

O ponto de partida para a elaboração dos materiais instrucionais são os Planos de Ensino das disciplinas, alinhados ao projeto pedagógico do curso. A partir deles, uma equipe multidisciplinar, composta pelo(s) docente(s) autor(es) do Plano de Ensino, NDE do curso e equipe técnica de produção EaD (designers e profissionais de tecnologia de informação) definem os elementos basilares dos materiais referenciais e os validam, considerando uma linguagem inclusiva, área de abrangência, coerência teórica e, acessibilidade metodológica e instrumental, além das orientações e indicações para a organização dos materiais complementares disponibilizados aos estudantes.

De maneira objetiva o material didático institucional é composto de material referencial e complementar.

O material referencial é composto pelo conteúdo de referência da disciplina, desenvolvido por um Professor Autor (Professor Conteudista) com titulação e aderência especializado na área de conhecimento das disciplinas e disponibilizado em formato de livro eletrônico e objetos de aprendizagem.

A organização dos E-books respeita os conteúdos previstos nas ementas das disciplinas e seu respectivo Plano de Ensino, com adequação das bibliografias do material didático às exigências de formação, em consonância com o projeto pedagógico do curso. Eles podem ser impressos ou visualizados em meios eletrônicos, e em sua elaboração predomina a linguagem dialógica e a concepção andragógica e significativa, relacionando os conteúdos ao cotidiano a partir de exemplos, exercícios e práticas.

Os objetos de aprendizagem destacam conceitos, reforçando ideias contidas no livro

eletrônico. Eles podem ser apresentados em forma de ilustração, animação, vídeo, arquivo sonoro, e têm como objetivo principal proporcionar a interação.

O material complementar é composto por conteúdos criados ou selecionados pelos docentes e tutores para auxiliar os estudantes na compreensão do material referencial.

Trata-se de uma seleção de materiais de apoio, em diferentes formatos, reunindo sugestões de leituras complementares, arquivos sonoros, vídeos, softwares, ilustrações, entrevistas, indicações de sites, sugestões de filmes e softwares. Seu principal objetivo é contextualizar o tema de estudo, e estimular o aprofundamento no tema.

A elaboração de materiais é feita por docente com titulação na área de conhecimento. O docente além da parte escrita dos conteúdos e das vídeoaulas, é responsável também pela elaboração do banco de questões que será utilizado como exercício e avaliação. O material para ser inserido no AVA é previamente validado pela equipe multidisciplinar com o objetivo de assegurar que cumpre com todos os requisitos da referida disciplina e de qualidade estabelecidos pelo NEaD e por conseguinte pela FAMETRO .

Os materiais disponibilizados no AVA para estudo vêm acompanhados do plano de aprendizagem da disciplina, onde o estudante tem a possibilidade de verificar os objetivos do curso e da disciplina, a metodologia utilizada para o desenvolvimento no processo de ensino e aprendizagem. Os estudantes têm acesso ao material no próprio Ambiente Virtual de Aprendizagem, assim como das atividades de desenvolvimento pedagógico e fisicamente, baixando a versão em PDF para impressão.

O docente conteudista é orientado a utilizar como base bibliográfica para a elaboração dos materiais, fontes atualizadas e que estejam de acordo com o que pede a ementa e o PPC do curso. A estruturação do material é voltada para a interdisciplinaridade e com isso, para a formação profissional que o curso propõe.

1.14.4 Acompanhamento dos Discentes no Processo Formativo

O engajamento do aluno é de extrema importância para sua formação acadêmica. Esse engajamento é possível de ser acompanhado por meio da verificação dos acessos aos materiais didáticos, participação nos fóruns de debates, participação nas videoconferências e em alguns momentos presencialmente por meio de agendamento com os tutores. Isso ocorre para que o aluno esteja sempre em comunicação com tutores e professores para melhor envolvimento e compreensão do que está sendo estudado.

O processo avaliativo, por meio de provas e outras atividades desenvolvidas no Ambiente Virtual de Aprendizagem, é uma maneira tanto dos tutores, como dos professores e dos alunos, verificarem o aproveitamento e o desenvolvimento em relação a sua aprendizagem. Serve como um parâmetro para perceber se precisa retomar o estudo de algum conteúdo e aprimorar a questão da prática em relação a esse conteúdo e para que

tutores e professores revejam suas práticas e busquem diferentes processos didáticos que possibilitem ao aluno, sanar as lacunas que existirem em relação ao seu aprendizado.

A avaliação é composta por atividades de aprendizagem que são desenvolvidas em cada unidade e são formuladas em questões de múltipla escolha, relacionamento, lacunas, verdadeiro/falso, correspondência, ordenação.

Para o acompanhamento do processo educativo são utilizados os seguintes recursos: Acompanhamento das atividades do estudante: conjunto de recursos disponíveis no AVA que permitem acompanhar a evolução do estudante e auxiliam docentes e tutores a fazerem orientações pontuais; Avaliação do processo pedagógico: recursos oriundos do Analytics que permitem fazer o acompanhamento processual dos indicadores de sucesso acadêmico, da permanência, da evasão, do êxito e do fracasso escolar.

1.14.5 Planejamento de Avaliação Periódica por Estudantes e Equipe Pedagógica do Curso e Ações Corretivas e de Aperfeiçoamento das Atividades Futuras

Todos os Componentes Curriculares voltados para a modalidade de EAD, assim como as avaliações, são trabalhados tendo como foco principal o aluno e sua aprendizagem. O planejamento pedagógico é elaborado tendo como base os parâmetros específicos da modalidade, atendendo as diretrizes curriculares, o perfil do aluno que irá fazer parte do curso e ao desenvolvimento das habilidades e competências destes. Uma das características da EAD é o acompanhamento sistemático ao aluno e o uso de instrumentos de avaliação que possibilitem a verificação do desenvolvimento do aluno periodicamente, com a finalidade de perceber as deficiências de aprendizagem e com isso fazer uso de outras estratégias que contribuam para que o aluno se sinta seguro em relação à sua formação acadêmica. Os tutores fazem o acompanhamento dos alunos, verificando seu desenvolvimento, atendendo às suas dificuldades que muitas vezes são expressadas por meio dos chats, verificando o rendimento desses alunos de forma a detectar os níveis de aprovação e reprovação e assim ter um parâmetro que mostre o nível em que este aluno se encontra individualmente e em relação à turma. Tendo como base esse acompanhamento e esses parâmetros, é feito um trabalho pela equipe pedagógica no sentido de buscar novas estratégias que atuem sobre as deficiências encontradas, com melhorias das atividades, com novas ferramentas se for o caso, mas que seja possibilitado a esse aluno ter suas deficiências supridas e sua aprendizagem efetivada. Os tutores, através das ferramentas síncronas e assíncronas, buscam realizar o atendimento sistematizado aos alunos com o objetivo de acompanhar e desenvolver nestes as habilidades e competências necessárias à sua formação.

1.14.6 Atividades Presenciais Obrigatórias

As disciplinas ofertadas em EaD têm um grande diferencial no qual o aluno não precisa comparecer à instituição física para estudar e assistir as suas aulas, assim como para tirar as suas dúvidas. Mas há momentos, como para realizar avaliações, defender trabalhos de conclusão de curso, estágios curriculares, visitas técnicas e aulas práticas que o estudante deve comparecer à FAMETRO . As atividades presenciais devem ser provisionadas no calendário acadêmico e divulgadas amplamente à toda comunidade acadêmica para que estes possam se preparar para os encontros presenciais. O corpo tutorial precisa planejar as atividades para realizar a mediação pedagógica com objetivo de desenvolver as habilidades e competências dos alunos, estimular nestes a autonomia acadêmica e sobretudo assegurar a qualidade da relação ensino-aprendizagem.

1.15 CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES NECESSÁRIAS ÀS ATIVIDADES DE TUTORIA

1.15.1 Adequação dos Conhecimentos, Habilidades e Atitudes dos Tutores para as Ações Alinhadas ao PPC, às Demandas Comunicacionais e às Tecnologias Previstas para o Curso

Para atuar como tutor na modalidade de Educação a Distância, é necessário que o profissional tenha titulação em programas de pós-graduação e sobretudo aderência na disciplina referida. É necessário conhecer os fundamentos, estruturas, metodologias em EAD assim como o PPC dos cursos, ter experiência em docência, conhecimento em relação ao Ambiente Virtual de Aprendizagem, habilidade em tecnologia, principalmente no que diz respeito à informática básica e uso de planilhas e documentos office, conhecimento básico sobre a disciplina e sobre o curso, habilidade para comunicação oral ou escrita, conhecimentos das rotinas de trabalho na modalidade de EAD, tem que ser proativo, ter equilíbrio emocional e habilidade para lidar com as dificuldades de entendimento dos alunos e assim trabalhar com a interação e valorização dos aprendizes, ter organização e planejamento em relação às suas atribuições, ser assíduo, ter comprometimento e saber trabalhar em equipe.

Os tutores, presenciais e a distância, devem apresentar, em seu perfil, as seguintes competências:

- Atuar como mediador: conhecer a realidade de seus alunos em todas as dimensões, pessoal, social, familiar, escolar etc.;
- Oferecer a possibilidade permanente de diálogo, saber ouvir, ter empatia e manter uma atitude de cooperação, assim como proporcionar experiências de melhoria de qualidade de vida aos alunos;
- Possuir conhecimento dos fundamentos, metodologias e estrutura da educação a

distância, a fim de sustentar as bases pedagógicas da aprendizagem;

- Possuir habilidades de comunicação, relacionamento interpessoal, liderança, dinamismo, iniciativa, entusiasmo, criatividade e capacidade para trabalhar em equipes;
- Oferecer experiências de melhoria de qualidade de vida aos alunos;
- Saber lidar com os ritmos diferentes, individuais de cada aluno.

Os tutores deverão ter a titulação mínima de Especialista, em curso de Pós-graduação lato sensu, com carga horária mínima de 360 horas, e serão selecionados por meio de um processo de análise curricular, entrevistas e testes no ambiente virtual.

No caso do tutor a distância, deverá ter formação em curso no qual exercerá a tutoria e, preferencialmente, com experiência em EaD, como aluno ou professor. Os tutores serão incentivados a participar de congressos, fóruns, workshops e receberão contínuo treinamento interno para melhoria de desempenho e para eventuais adequações na forma de condução do trabalho, que será avaliado semestralmente por alunos, professores e coordenadores.

1.15.2 Planejamento de Avaliações Periódicas de Identificação de Necessidade de Capacitação de Tutores

A capacitação e preparação do tutor continuamente é primordial para o desenvolvimento de suas funções. Mesmo possuindo todos os pré-requisitos necessários para atuar com a tutoria, esse profissional passa por constante avaliação a fim de serem verificados os pontos positivos de sua atuação e àqueles pontos que precisam ser trabalhados para que sua atuação mediante a aprendizagem do aluno, leve aos resultados e objetivos traçados. Essas atualizações são feitas por meio de treinamentos virtuais no AVA da FAMETRO, assim como presencialmente em momentos com a coordenação pedagógica, por meio de estudos de casos, análise de artigos e reflexão sobre as ações e desenvolvimento de habilidades e atitudes e estudo do Ambiente Virtual de Aprendizagem. Para garantir a formação do corpo de tutores com o objetivo de formatar as atitudes e habilidades dentro das funções relacionadas, a FAMETRO define algumas características e perfis profissionais fundamentais para o processo de trabalho do tutor. Para a garantia de cumprimento da qualidade e excelência já conhecidos desta FAMETRO são estabelecidas políticas para a formação continuada de tutores e que fomentam a capacitação e formação continuada destes.

São elas:

POLÍTICAS DE CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA PARA TUTORES			
Meta	Ações	2020	2021

Ter o seu corpo de tutoria atendidos com projetos de qualificação, formação e capacitação docente.	Ampliar os incentivos para participação em eventos científicos/técnicos e culturais.	X	X
	Promover Formação Continuada didático-pedagógica, no início de cada semestre com oficinas, palestras etc.	X	X
	Valorizar a titulação acadêmica, experiência na tutoria e fora dela, produção científica e tecnológica como critério de seleção para admissão de tutores;	X	X
	Valorizar a produção científica como critério de ascensão horizontal para níveis sucessivos das categorias docentes.	X	X
	Disponibilizar acervo bibliográfico online aos tutores.	X	X
	Disponibilizar cursos de extensão realizados pela FAMETRO sem custo aos docentes.	X	X
	Disponibilizar cursos de pós-graduação com descontos de 50% para atualização.	X	X
	Criar programa de Inter formação entre tutores EAD e professores da graduação presencial.	X	X
	Garantir expansão de domínio dos tutores de novas tecnologias e ferramentas para uso na modalidade EAD.	Promover Formação específica para criação de videoaulas por meio digital.	X
Valorizar e capacitar o uso de ferramentas móveis para complemento do Ambiente Virtual de Aprendizagem.		X	X

1.15.3 Apoio Institucional para Adoção de Práticas Criativas e Inovadoras para Permanência e Êxito dos Discentes

Para que haja a inserção de disciplinas e cursos na modalidade de EAD, há a realização de planejamento com a finalidade de organizar todo o desenvolvimento do curso. O desenvolvimento das habilidades e atitudes dos alunos é um dos pontos principais. A instituição atua dentro de um modelo pedagógico que é voltado para a prática por meio das metodologias ativas. As atividades que são desenvolvidas pelos professores fazem a relação entre a teoria e situações reais do cotidiano do aluno e do mercado de trabalho dentro da formação que o discente está recebendo.

A Instituição entende que a teoria não alinhada com a prática não forma pessoas e não constrói profissionais capacitados. As atividades aplicadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem são elaboradas tendo sempre como ponto principal a aprendizagem do aluno e para isso, essas atividades têm o perfil voltado para o dinamismo, para atividades que desenvolvam a criatividade do aluno e que desafiem esse aluno à pesquisa e à inovação.

1.16 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO

ENSINO APRENDIZAGEM

1.16.1 TICs Planejadas para o Processo de Ensino Aprendizagem

Entende-se por Tecnologia da Informação os recursos tecnológicos utilizados para mediar a comunicação e mediar os processos de ensino e aprendizagem. Dessa forma, as ferramentas tecnológicas desenvolvidas para a EAD pela Instituição, tem uma característica, recursos voltados para o aprender a aprender e o aprender a fazer. São ferramentas que possuem uma característica intuitiva, de fácil manuseio, que permitem aos discentes utilizar sem dificuldade por meio do Ambiente Virtual Moodle, de todos os materiais didáticos disponibilizados para estudo, assim como interagir com atividades, com professores e com tutores.

Por meio dessas ferramentas, o aluno tem acesso aos seus materiais didáticos e às suas atividades de fixação da aprendizagem. Todos os recursos utilizados por meio do AVA foram pensados com o objetivo de viabilizar aos alunos que o estudo por meio da modalidade de EAD ocorra de maneira tranquila e seja eficiente, que o aluno sinta segurança ao acessar seu ambiente de estudo.

1.16.2 Viabilização Acessibilidade Digital e Comunicacional por meio das TICs

Atualmente os Ambientes Virtuais de Aprendizagem vêm preparados para ser ferramentas de aprendizagem capazes de diminuir as barreiras comunicacionais e atender as necessidades de quem o utiliza como meio de estudo.

São ambientes que estão em constante atualização, facilitando o acesso a todas as pessoas, com ou sem deficiência. O Ambiente Virtual de Aprendizagem utilizado pela FAMETRO , o Moodle, possibilita aos discentes acessos a ferramentas diversificadas que permitem o elo entre a tecnologia e a aprendizagem, adotando formas inovadoras de relacionamento e interação.

1.16.3 Interatividades entre Discente, Docentes e Tutores e Acesso a Materiais e Recursos Didáticos por meio das TICs a quaisquer horas e lugar

Por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem utilizado pela FAMETRO , a interação entre docentes, discentes e tutores é facilitado, tornando possível um elo entre todos os polos da Instituição que atuam com EAD. É um diferencial por possibilitar a troca de experiências, de informação e de práticas, que dão solidez na construção do conhecimento. Para a Região Amazônica que tem problemas de gestão de pessoas entre seus municípios, as TICs oportunizam acesso ao conhecimento e à formação acadêmica, abrindo assim,

novas possibilidades a seus educandos, ao mercado de trabalho. É esse elo de comunicação que existe entre os educandos, os tutores e docentes que fortalece toda a prática pedagógica que o EAD possibilita, apesar da distância física existente.

O aluno que estuda por meio da modalidade de EAD na Instituição, tem acesso a materiais e recursos didáticos que estão disponibilizados no Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle. Esses materiais podem ser utilizados para estudo no próprio AVA assim como possibilita ao aluno a impressão, para que ele possa fazer uso físico dos materiais. É uma forma flexível de viabilizar ao aluno estudar da maneira que melhor se adequa ao seu modo de aprendizagem.

Para ter acesso a esses materiais e aos recursos tecnológicos possibilitados pelo AVA, o aluno precisa acessar com o uso de um login e senha. Após esse acesso, o aluno passa a ter a sua disposição todos os recursos didáticos como material escrito, atividades de fixação da aprendizagem, avaliações, jogos, fóruns de debates, chats de interação, vídeo aulas, slides e caderno de anotações. Todos esses recursos didáticos são elaborados e disponibilizados aos alunos com o objetivo de atuar na sua formação acadêmica e profissional.

1.16.4 Experiências Diferenciadas de Aprendizagem Baseadas no uso das TICs

As ferramentas de Tecnologia da Informação e do Comunicação, possibilita aos alunos da FAMETRO , a troca de experiência, ideias, visões diversificadas, dentre os diversos polos que a Instituição possui e os diversos cursos. Para a aprendizagem do aluno, é uma forma de fazer a relação entre o conteúdo estudado e todas essas interações, possibilitando uma reflexão que o leve a aplicar esses conhecimentos à sua realidade de vida e à sua formação profissional. Dentre os diferenciais oferecidos pela FAMETRO por meio das TICs temos os momentos das videoconferências que possibilitam aos alunos um contato síncrono e ao vivo com os tutores, dando a eles a oportunidade de sanar dúvidas e trocar informações e experiências.

Além dessas ferramentas a FAMETRO possui Biblioteca Virtual e Laboratórios Virtuais que permitem a interação de docentes e discente com recursos tecnológicos inovadores.

1.17 AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM – AVA

1.17.1 Materiais, Recursos e Tecnologias do AVA para a Cooperação e Reflexão sobre Conteúdos entre Tutores, Discentes e Docentes

O Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle (Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment), que é utilizado pela FAMETRO , foi preparado para receber

materiais didáticos e recursos de aprendizagem adequados aos projetos pedagógicos dos cursos e à qualidade de ensino pela qual a Instituição preza. São materiais diversificados, escritos, de áudio, de vídeo, além dos recursos de interação, que possibilitam ao educando todo o suporte pedagógico necessário para sua aprendizagem.

O AVA implantado possui as seguintes características gerais, conforme os desenvolvedores e distribuidores da ferramenta:

- Promove uma pedagogia socioconstrucionista (colaboração, atividades, reflexão crítica, etc.);
- Adequado para aulas 100% on-line assim como complementando a aprendizagem face-a-face;
- Simples, leve, eficiente, compatível, interface baseada em navegadores de tecnologias simples;
- Fácil de instalar em qualquer plataforma que suporte o PHP. Exige apenas uma base de dados (e pode compartilhá-la);
- Independência total da base de dados suporta todas as principais marcas de base de dados (exceto pela definição na tabela inicial);
- A lista de cursos mostra as descrições de cada curso existente no servidor, incluindo acessibilidade para convidados;
- Cursos podem ser categorizados e pesquisados – um site Moodle pode suportar milhares de cursos;
- Ênfase em total segurança o tempo todo. Os formulários são todos checados, os dados validados, os cookies codificados, etc;
- A maioria das áreas de entrada de texto (recursos, postagens nos fóruns, etc.) podem ser editadas usando um editor HTML incorporado.

1.17.2 Acessibilidade Metodológica, Instrumental e Comunicacional no AVA

O Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle é uma ferramenta de aprendizagem utilizada por meio das TICs, de fácil manuseio. A metodologia aplicada pela FAMETRO, que é uma metodologia voltada para a construção do conhecimento, é facilmente percebida por meio dos materiais didáticos disponibilizados e das ferramentas de interação e interatividade. Todos os recursos são disponibilizados de maneira clara com o objetivo de não apresentar nenhum obstáculo ao aluno em relação aos seus estudos.

Alguns módulos usados em nossa ferramenta são: Módulo Tarefa, Módulo Chat, Módulo Pesquisa de Opinião, Módulo Fórum, Módulo Questionário, Módulo Recursos, Módulo Pesquisa de Avaliação e Módulo Laboratório de avaliação.

FERRAMENTAS SÍNCRONAS:

São ferramentas cuja principal característica é que todos os participantes iniciem e

terminem suas atividades em datas e horários específicos simultaneamente. No AVA da FAMETRO as ferramentas síncronas disponibilizadas são:CHAT de suporte;

CHAT de tutoria;

VIDEOAULA Live com canal de retorno;

Avaliação online.

Todas as atividades realizadas sob o aspecto síncrono quando se tratar de mídias digitais serão disponibilizadas em modo assíncrono no AVA e postadas no BLOG da disciplina.

FERRAMENTAS ASSÍNCRONAS:

Neste cenário as atividades são completadas de acordo com a disponibilidade do estudante. No AVA da FAMETRO as ferramentas assíncronas disponibilizadas são:

Fóruns de curso;

Fóruns de temas;

Questionários online;

Videoaula.

1.17.3 Avaliação Periódica do AVA documentadas e Ações de Melhoria Contínua

O Ambiente Virtual *Moodle* é um software que passa por constantes atualizações, trazendo sempre inovações que facilitam cada vez mais o processo educacional. A Instituição, sistematicamente, atua na atualização de seus recursos didáticos e ferramentas para AVA que possibilitem ao aluno uma visão sempre atualizada de todos os mecanismos de aprendizagem. Um dos critérios utilizados como fonte dessas atualizações, é o resultado das pesquisas de satisfação que são aplicadas no decorrer do semestre letivo que possibilitam à FAMETRO entender as necessidades e dificuldades dos alunos e buscar então a solução e as atualizações e os pontos positivos apontados por eles em relação ao AVA. A FAMETRO realiza avaliação disponibilizada no AVA de forma periódica junto aos alunos e tutores com o propósito de oportunizar a estes atores a possibilidade de colaborar com a melhoria do espaço comum entre estes e sobretudo atuar nas fragilidades e potencializar os fortes apontados como fortes.

1.18 MATERIAL DIDÁTICO INSTITUCIONAL

1.18.1 Planejamento da Elaboração e Validação pela Equipe Multidisciplinar do EAD do Material Didático das Disciplinas EAD, em termos de Abrangência, Coerência, Acessibilidade Adequação de Bibliografia, Linguagem Inclusiva e Recursos Inovadores.

A elaboração de materiais é feita por professor da área de conhecimento, selecionado pela coordenação do curso, com título de mestre. É feita uma orientação em relação a todo o processo da parte escrita dos materiais e da gravação das vídeo aulas. Os materiais são elaborados dentro de 5 temas e cada tema em duas partes, para facilitar a organização dos alunos nos momentos de estudo. Para cada parte existe uma videoaula com as respectivas explicações.

O professor além da parte escrita dos conteúdos e das vídeo aulas, é responsável também pela elaboração do banco de questões que serão utilizadas como exercícios e avaliações. O material para ser inserido no AVA precisa passar pela aprovação de um revisor de conteúdo e gramatical, estar dentro dos padrões solicitados para materiais instrucionais em EAD, estar com todas as etapas concluídas e ter sido ajustado quando solicitado pelo revisor. Após passar por essas etapas, o material é validado e inserido no Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Os materiais didáticos elaborados para as disciplinas/cursos em EAD são elaborados com base na Ementa que compõe o PPC de cada curso. As ementas são elaboradas de acordo com as DCNs e os objetivos de formação profissional do curso. Todo o material didático precisa estar de acordo com o que propõe o Projeto do curso.

Os materiais disponibilizados no AVA para estudo, vem acompanhado do plano de ensino da disciplina, onde o aluno tem a possibilidade de verificar os objetivos do curso e da disciplina, a metodologia utilizada para o desenvolvimento no processo de ensino e aprendizagem. Os alunos têm acesso ao material no próprio Ambiente Virtual de Aprendizagem, assim como das atividades de desenvolvimento pedagógico e fisicamente, baixando a versão em PDF para impressão.

O professor conteudista é orientado a utilizar como base bibliográfica para a elaboração dos materiais, fontes atualizadas e que estejam de acordo com o que pede a ementa e o PPC do curso. A estruturação do material é voltada para a interdisciplinaridade e com isso, para a formação profissional que o curso propõe.

O curso produz material didático próprio para as disciplinas oferecidas na modalidade EAD. A produção do conteúdo ou cadernos de estudo segue regras de qualidade bem específicas para a garantia de qualidade e rastreabilidade de erros. Além de possuir design instrucional planejado de forma a garantir o cumprimento do contexto processual da aprendizagem.

Após a criação todo o material será exportado a um revisor que fará as devidas considerações quanto à estrutura gramatical e normas pertinentes, assim como a verificação da coerência do material produzido frente à proposta didático-pedagógica da FAMETRO . E se houverem alterações serão realizadas pelo próprio produtor.

A etapa seguinte é a validação por parte da COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA para

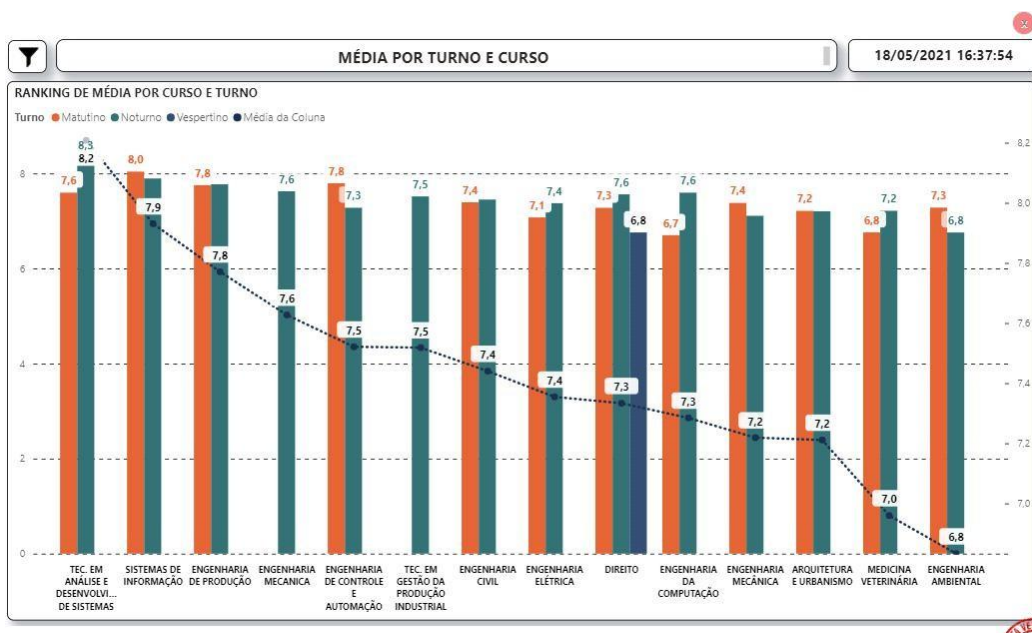
que sejam realizadas as devidas considerações em consonância com as diretrizes acadêmicas da FAMETRO .Após o processo de validação pedagógica o conteúdo é diagramado e postado nos devidos repositórios digitais para compartilhamento e distribuição no ambiente virtual e para os alunos.

Quanto ao material produzido em estúdio, as videoaulas e audioaulas, após a sua produção e edição, realizada pela EQUIPE DE PRODUÇÃO, passa por um processo de validação de qualidade realizado pela EQUIPE DE APOIO DO NEAD. São verificados itens como qualidade de vídeo, qualidade de áudio, caracteres, edição entre outros indicadores. Após aprovação, os arquivos de mídia são postados nos repositórios em nuvem para integração com o ambiente virtual de aprendizagem e disponibilização aos alunos.

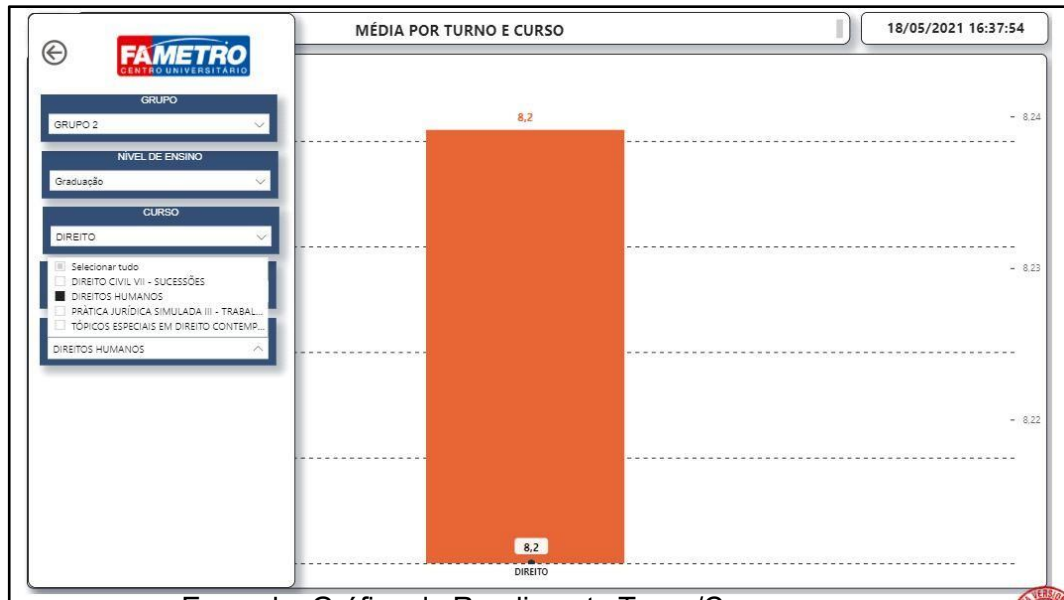
1.19 PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM

1.19.1 Atendimento do Acompanhamento e de Avaliação para a Concepção do Curso

As avaliações da aprendizagem são entendidas como ferramentas de interpretação e análise das condições de oferta dos cursos. Por meio dos resultados avaliativos implantados pelo curso o Coordenador e os professores poderão realizar quase que em tempo real os resultados através do acesso ao Portal de Serviços do FAMETRO, neste ambiente os coordenadores têm a visão completa das notas alcançadas pelos alunos com a visão do rendimento acadêmico por turma, por disciplina e por professor. Esta ferramenta, desenvolvida pelos especialistas em TI da instituição, ofertam indicadores que devem ser objeto de análise do NDE e do colegiado de curso.



Exemplo: Gráfico de Rendimento Turno/Curso



Exemplo: Gráfico de Rendimento Turno/Curso

Outra estratégia de acompanhamento se dá pelo acesso ao input de questões da avaliação institucional no ambiente digital, o coordenador de curso pode ajustar o nível dos itens avaliativos solicitados aos alunos, para que os mesmos contribuam no processo de formação visando o alcance do objetivo do curso, o perfil do egresso com as competências previstas no Projeto Pedagógico de Curso.

The screenshot shows a digital assessment interface. The top navigation bar indicates the course and assessment details: "2021/1 - (SEDE)TG-GAST211M01-02 - TÉCNICAS CULINÁRIAS I / AVALIAÇÕES / AVALIAÇÃO N1 / Visualização prévia". The main content area displays a question about kitchen equipment. The question text is: "Os equipamentos são classificados como: equipamento de preparação, equipamentos de conservação e equipamentos de cocção, cada um com uma especificidade maneira diferente de trabalho, trazendo inúmeros benefícios a quem os utiliza. A partir das informações apresentadas marque a alternativa correta que fala sobre os equipamentos de preparação?". Below the question are five multiple-choice options (a-e). The interface also includes a sidebar with navigation options like "Participantes", "Emblemas", "Competências", "Notas", "MATERIAL DE APOIO", "VIDEOCONFERÊNCIA", "ATIVIDADES", "AVALIAÇÕES", "Painel", "Página inicial do site", "Calendário", "Arquivos privados", and "Meus cursos". On the right, there is a "Navegação do questionário" section with a progress bar (1-8) and buttons for "Finalizar tentativa..." and "Iniciar nova visualização".

1.19.2 Avaliação do Ensino Aprendizagem e Autonomia Discente

A avaliação tem um significado muito profundo, à medida que oportuniza a todos os envolvidos no processo educativo momentos de reflexão sobre a própria prática. Através dela, direciona o trabalho, privilegiando o aluno como um todo, como um ser social com suas necessidades próprias e também possuidor de experiências que devem ser valorizadas na escola. Devem ser oportunizados aos alunos os conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade.

Nesse sentido, faz-se necessário redimensionar a prática de avaliação no contexto escolar, onde o professor e o aluno, estão mutuamente implicados, portanto o acesso aos resultados de seu desempenho proporcionará um maior engajamento nas atividades formativas.

Isto posto é recomendável aos professores que procedam junto aos alunos um momento de reflexão acerca dos erros e também acerca do próprio desempenho ao final do semestre. Neste sentido o professor pode utilizar uma ferramenta de autoavaliação aberta onde se recomenda a abordagem dos seguintes pontos pelos alunos:

- Determine uma periodicidade.
- Liste seus pontos fortes e fracos.
- Identifique como você reflete os pontos fortes listados.
- Potencialize seus pontos fortes no dia a dia.
- Compreenda seus pontos fracos.
- Encontre meios para utilizar os pontos fracos a seu favor.
- Saiba aonde você quer chegar.

Ou ainda utilizar um instrumento com questões fechadas com um foco mais determinado em certas competências que sejam essenciais ao desenvolvimento do aluno, contudo, tanto em questões abertas, quanto em questões fechadas é fundamental compreender que esse processo de autoavaliação deverá ser incorporado às práticas pedagógicas, mostrando claramente as implicações positivas desse processo não só para a formação, como para a vida profissional em curso, ou futura.

1.19.3 Avaliação Diagnóstica

A avaliação diagnóstica é utilizada para melhor desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem, com objetivo de compreender o estágio de aprendizagem em que se encontra o discente para ajustar e adequar o processo à realidade de cada turma. Se dá por meio de enquetes, questões ou testes realizados pelos docentes no início de cada semestre.

1.19.4 Avaliação Formativa

A avaliação formativa se dará no desenvolver do processo ensino-aprendizagem quando os sujeitos serão os próprios reguladores da ação educativa, tendo a oportunidade de rever a adequação da dinâmica e metodologias adotadas, viabilizando os próprios reguladores da ação educativa, tendo a oportunidade de rever a adequação da dinâmica e metodologias adotadas, viabilizando o redirecionamento das atividades educativas planejadas, no sentido de adquirir as competências estabelecidas.

1.19.5 Avaliação Somativa

A avaliação somativa tem como objetivo conferir notas, tendo como referência as normas e exigências institucionais, acompanhará a avaliação formativa através da auto avaliação discente e avaliação do moderador da aprendizagem. A verificação do rendimento escolar se fará ao longo do ano letivo, em cada componente curricular, compreendendo:

- Apuração de tempo de permanência no ambiente virtual e frequência às atividades escolares;
- Avaliação do aproveitamento acadêmico.

O rendimento acadêmico será aferido com base no cômputo da frequência e dos resultados do aproveitamento nas atividades didático-pedagógicas previstas na programação do componente curricular, sob orientação acadêmica. A avaliação do aproveitamento escolar deve ser entendida como instrumento de acompanhamento contínuo e de caráter construtivo, visando a melhoria da qualidade da aprendizagem através de um processo formativo, permanente e de progressão continuada.

Será considerado aprovado no componente curricular o aluno que obtiver:

- Frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) às atividades didático- pedagógicas programadas em cada componente curricular;
- Média aritmética das notas obtidas nos componentes curriculares, igual ou superior a 5 (cinco);

Aos componentes curriculares semestrais serão atribuídas 2 notas com no mínimo 2 atividades de avaliação. No final de cada semestre letivo, o aluno que obtiver média inferior a 5 (cinco) estará reprovado.

A média final em cada disciplina é obtida mediante a seguinte fórmula:

$$M \frac{(N1 + N2) + PF}{2} \geq 5$$

Onde:

M = Média

N1 e N2 = nota

PF = Prova Final

N1 = média da N1 e AV1 (média de 2 atividades avaliativas)

N2 = média da N2 e AV2 (média de 2 atividades avaliativas)

1.19.6 Disponibilização dos Resultados das Avaliações de Ensino Aprendizagem

Fica assegurado ao aluno o direito de revisão do resultado da avaliação, que será regulamentado em norma específica. Terá direito a matricular-se na série seguinte, o aluno aprovado nos componentes curriculares da série na qual está matriculado. O aluno reprovado em 50% (igual e superior) dos componentes curriculares fará matrícula na série seguinte em regime de progressão parcial. Em caso de nova reprovação, será vedada a matrícula na série subsequente, devendo o aluno cursar apenas os componentes curriculares que determinaram a progressão parcial.

A avaliação adotada em sala de aula tem impacto direto e indireto no processo de ensino-aprendizagem. Dessa forma, a FAMETRO busca um aperfeiçoamento constante de novas técnicas e metodologias mais eficientes e eficazes através do melhor planejamento e implementação cuidadosa.

Outro aspecto de extrema importância é a utilização constante de outros processos intelectuais de extrema relevância na formação profissional e acadêmica, como, por exemplo, debates, seminários, palestras e outros, que fornecem os mecanismos necessários para o raciocínio crítico, resolução de problemas e facilidade na transformação de informação em conhecimento. Além disso, a avaliação está aliada a um processo crítico e construtivo a serviço da aprendizagem dos alunos, no que diz respeito às suas capacidades cognitivas e sociais.

A avaliação integra as diversas práticas utilizadas como base do sistema de avaliação institucional. A disponibilização e análise dos resultados dos métodos avaliativos garantem o melhor caminho para garantir a evolução dos alunos. Assim podemos perceber uma ampla discussão sobre os resultados da avaliação, que se dá pela avaliação diagnóstica, formativa e somativa, podendo vir a ser transformada, para uma educação mais libertadora que tem em sua essência alguns pontos positivos e a partir de velhos elementos, fazer emergir novos, que contribuam, de fato, para a formação do educando de modo coerente com as exigências do atual contexto histórico

1.19.7 Planejamento de Ações para Melhoria da Aprendizagem

O rendimento acadêmico será monitorado pelo Coordenador de Curso por meio dos relatórios de notas expedidos pelo sistema acadêmico, a partir daí o Coordenador poderá acompanhar o desenvolvimento das turmas e localizar problemas importantes que podem

ser mitigados por uma ação preventiva e em tempo hábil. O rendimento das turmas deve ser objeto de discussão em Colegiado de Curso e o Núcleo Docente Estruturante, este último para corrigir possíveis distorções no projeto Pedagógico do Curso, a análise do rendimento acadêmico deve contar também com apoio da CP

Por outro lado, a cultura da FAMETRO será a do reconhecimento do Mérito Acadêmico, assim uma vez ao ano a FAMETRO celebra em Cerimônia oficial o maior coeficiente acadêmico por curso e turno, colocando em relevo o esforço e a superação de nossos alunos. Para o acompanhamento, o aluno responde por aplicativo um questionário de percepção acerca da avaliação, o qual se encontra em anexo a este documento.

Em casos mais graves na questão do desempenho de turmas ou individual dos alunos, o Coordenador deve buscar elaborar um trabalho com NAPA, (Núcleo de Apoio Psicopedagógico Acessibilidade e Inclusão) para atendimento individual ou da turma.

1.20 NÚMERO DE VAGAS E FORMAS DE ACESSO AO CURSO

1.20.1 Número de Vagas Pleiteado 150 anual

Matutino	Noturno
75 vagas	75 vagas.

1.20.2 Estudo Qualitativo e Quantitativo de Adequação do Número de Vagas e Adequação à Dimensão do Corpo Docente e à Infraestrutura Física e Tecnológica

O Amazonas tem uma área de 1.559.161.814 km² com população de 3.480.937 habitantes, população estimada de 4.144.597 pessoas em 2019 e a projeção de 4.477.266 para 2020 (IBGE).

Tabela 12 - Municípios da Região Metropolitana

Município	Legislação[60]	Área territorial (km ²)[61]	População (2019)[62]	PIB (2016)[13]	IDH-M (2010)[63]
Autazes	30.04.2009 (LC N.64)	7.652,851	39.565	R\$ 287,7 milhões	0,577 baixo
Careiro	30.04.2009 (LC N.64)	6.096,210	37.869	R\$ 241,6 milhões	0,557 baixo
Careiro da Várzea	30.05.2007 (LC N.52)	2.627,474	30.225	R\$ 295,1 milhões	0,568 baixo

Irاندوبا	30.05.2007 (LC N.52)	2.216,817	48.296	R\$ 636 milhões	0,613 médico
Itacoatiara	30.05.2007 (LC N.52)	8.891,906	101.337	R\$ 2 bilhões	0,644 médico
Itapiranga	30.04.2009 (LC N.64)	4.335,075	9.148	R\$ 100,5 milhões	0,654 médico
Manacapuru	27.12.2007 (LC N.59)	7.336,579	97.377	R\$ 1,2 bilhão	0,614 médico
Manaquiri	30.04.2009 (LC N.64)	3.973,259	32.105	R\$ 249,8 milhões	0,596 baixo
Manaus	30.05.2007 (LC N.52)	11.401,092	2.182.763	R\$ 70,2 bilhões	0,737 alto
Novo Airão	30.05.2007 (LC N.52)	37.805,257	19.454	R\$ 120,5 milhões	0,570 baixo
Presidente Figueiredo	30.05.2007 (LC N.52)	25.412,265	36.279	R\$ 546,2 milhões	0,647 médico
Rio Preto da Eva	30.05.2007 (LC N.52)	5.815,622	33.347	R\$ 445,1 milhões	0,611 médico
Silves	30.04.2009 (LC N.64)	3.723,382	9.171	R\$ 97,9 milhões	0,632 médico
Total		127.287,789	2.676.936	R\$ 76,6 bilhões	0,720 alto

Fonte: IBGE

A realidade social do Norte do País se apresenta extremamente marcada por desigualdades e índices de desenvolvimento humano que se apresentam ligados principalmente com as condições econômicas e de baixa cobertura de políticas públicas capazes de impulsionar desenvolvimento em todos os campos da vida social e evitar o êxodo dessas populações para as extremidades periféricas do seu centro urbano referente – no caso do Amazonas.

Neste sentido, destacamos que o número de vagas solicitado pela FAMETRO , se apresenta consubstanciado em alguns aspectos relevantes, a saber:

- As características geográficas e culturais da região norte;
- Cenário loco-regional da oferta de saúde a população local;
- Oferta local de espaços de formação e demanda por serviços de saúde na Região;

As características geográficas e culturais da Região Norte

Do ponto de vista do primeiro ponto elencado acima, o Estado do Amazonas é um estado com características geográficas e culturais bastante peculiares, com seus 62 municípios, formado pelo encontro de várias culturas, é entre as regiões brasileiras, a mais extensa, com uma área de 3.869.637km², correspondendo a 42,27% do território brasileiro, sendo formada por sete Estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

Grande parte do Estado do Amazonas é ocupada pela Floresta Amazônica, o mais importante ecossistema para o planeta, onde vivem populações que necessitam tanto quanto outras de atenção às suas necessidades, especialmente àquelas relacionadas à saúde. Nosso também é cortado por um grande número de rios de grande dimensão, e a presença de vasta quantidade de água, caracteriza o estado por uma grande população ribeirinha. O trânsito de pessoas, materiais e serviços na região é feito por via fluvial ou aérea, dificultando o trânsito e o acesso de pessoas à serviços que só estão disponíveis na capital.

O Curso de Bacharel em Administração da FAMETRO apresenta além da abordagem técnica uma abordagem humanística, considera as diferentes culturas organizacionais influenciadas inclusive por diferenças locorregionais. O incentivo à leitura, ao desenvolvimento de projetos que envolvam a pesquisa permeiam o desenvolvimento e a consolidação do conhecimento necessário para a formação do profissional de Administração. Considera-se no arcabouço teórico e prático deste Projeto a Missão, os Objetivos e o Perfil Profissiográfico desejado para o aluno egresso.

O campo de atuação do profissional de Administração é bem amplo. Administrar negócios, elaborar planejamento com estratégias para executar e controlar ações que possam manter o crescimento das organizações, exige o esforço e o conhecimento das várias áreas que compõem uma organizações. As funções de um administrador são:

Planejar, Organizar, Executar e Controlar as atividades a fim de alcançar os objetivos das empresas.

1.20.3 Formas de Acesso ao Curso

O ingresso de alunos a qualquer curso ministrado pelo FAMETRO se dá, conforme exigência da legislação em vigor, sempre através de um processo seletivo.

O ingresso em um curso de graduação se dará através de:

- Processo Seletivo;
- Transferência;
- Transferência ex officio
- Portador de Diploma de Curso Superior;
- Reopção;
- ENEM.

1.20.4 Do Processo Seletivo

O Processo Seletivo é um exame seletivo e classificatório a que se submetem aqueles que concluíram o ensino médio ou equivalente e que desejam ingressar em curso de graduação. O Processo Seletivo será aberto por edital e será elaborado em articulação com o ensino médio, sem ultrapassar este nível de complexidade.

A classificação dos candidatos aprovados obedece a ordem decrescente de pontos obtidos, até o preenchimento das vagas definidas para cada curso e turno da preferência do candidato registrado no ato de sua inscrição. O Processo Seletivo, com validade exclusiva para o ano ao qual se destina, será realizado antes do início de cada ano letivo, sob a responsabilidade da Pró-reitoria Acadêmica.

Processo Seletivo Contínuo

O Processo Seletivo Contínuo é um processo seletivo sequenciado destinado aos estudantes que ainda estão cursando o ensino médio e que pretendem, após sua conclusão, ingressar em curso de graduação.

O Processo Seletivo Contínuo, aberto por edital, só terá validade para o estudante que se submeter aos três exames correspondentes a 1^a, 2^a e 3^a ano do ensino médio e terá validade exclusiva para o ano imediatamente subsequente ao ano de conclusão do ensino médio.

A média final do aluno que se submeter ao Processo Seletivo Contínuo corresponde à média aritmética dos resultados dos três exames mencionados no parágrafo anterior.

A classificação dos candidatos para o preenchimento das vagas definidas pelo Conselho Maior para o Processo Seletivo Contínuo obedecerá à ordem decrescente das médias obtidas na forma do parágrafo anterior.

O Processo Seletivo contínuo será planejado e coordenado pela Pró-reitoria Acadêmica.

1.20.5 Da Transferência Externa

Transferência é a forma de admissão de estudantes oriundos de outra Instituição de Ensino Superior – FAMETRO no decorrer de um curso de graduação. A transferência facultativa depende da existência de vaga no curso ou curso a fim e sua autorização está condicionada ao atendimento das exigências das normas estabelecidas pelo Conselho Maior, mediante processo seletivo. O processo de transferência facultativa inicia-se com o pedido de declaração de vaga.

A FAMETRO, ao deferir o pedido de declaração de vaga, deverá solicitar da FAMETRO de origem do candidato a respectiva guia de transferência acompanhada da seguinte documentação:

Histórico escolar completo do aluno a ser transferido, no qual conste inclusive o semestre e ano letivo em que foi aprovado no processo seletivo;

Currículo pleno do curso, com a indicação do programa e carga horária de cada disciplina cursada;

Regime ou critério de aprovação.

1.20.6 Transferência ex officio

A Transferência ex officio a que se refere o Parágrafo Único do Art.49 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 se opera independente de época e disponibilidade de vaga sendo assegurada aos servidores públicos efetivos federais e estaduais, civis e militares e/ou seu(s) dependente(s) estudante(s) que sejam removidos ou transferidos compulsoriamente implicando em mudança de domicílio. A Transferência deverá ser concedida para curso idêntico ao de origem, ou na inexistência deste, para curso afim.

O interessado deverá solicitar à SECAD, por meio de requerimento junto ao Setor de Protocolo Geral da FAMETRO, acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Histórico Escolar completo e atualizado, constando as notas do vestibular (doc. Original);
- b) Declaração de regularidade de matrícula na FAMETRO – Instituição

de Ensino Superior de origem, no período letivo em exercício; (doc. Original)

- c) Programas das disciplinas cursadas; (doc. Original)
- d) Declaração de Reconhecimento do Curso pelo MEC e/ou Conselho Estadual de Educação, no caso de Instituição Estadual de Ensino Superior, onde conste o número do Decreto ou Portaria e data de publicação no Diário Oficial da União ou do Estado; (doc. Original)
- e) Portaria de remoção ou equivalente, de publicação em Boletim, Diário Oficial;
- f) Comprovação de dependência, quando for o caso; (Certidão de Nascimento, Casamento, Sentença Judicial ou Declaração de IR.)
- g) Documento comprobatório que indique a mudança de domicílio para a área de atuação da FAMETRO .

Após a conclusão do processo e aprovada a transferência compulsória, caso o período letivo regular da FAMETRO já tenha iniciado, a matrícula em componentes curriculares será autorizada.

A SECAD encaminhará o processo à coordenação do curso que deverá definir, conforme o aproveitamento de estudos, em qual período letivo o (a) requerente deverá ser matriculado (a). A matrícula somente poderá ser efetivada após a confirmação do recebimento da Guia de Transferência do (a) requerente por parte da SECAD- Secretaria Acadêmica da FAMETRO .

1.20.7 Do Portador de Diploma de Curso Superior

Transferência é a forma de admissão de estudantes oriundos de outra FAMETRO no decorrer de um curso de graduação. A transferência facultativa depende da existência de vaga no curso ou curso afim e sua autorização está condicionada ao atendimento das exigências das normas estabelecidas pelo Conselho Maior, mediante processo seletivo. O processo de transferência facultativa inicia-se com o pedido de declaração de vaga.

A FAMETRO , ao deferir o pedido de declaração de vaga, deverá solicitar da FAMETRO de origem do candidato a respectiva Guia de Transferência acompanhada da seguinte documentação:

Histórico escolar completo do aluno a ser transferido, no qual conste inclusive o semestre e ano letivo em que foi aprovado no processo seletivo;

Currículo pleno do curso, com a indicação do programa e carga horária de cada disciplina cursada;

Regime ou critério de aprovação.

1.20.8 Da Reopção

Reopção é transferência interna de um curso de graduação para outro da mesma área permitida a alunos regulares da FAMETRO, através de seleção. Os critérios exigidos para o deferimento do pedido de re-opção são:

Existência de vaga no curso pretendido;

Comprovação de regularidade de matrícula no curso de origem; e

Comprovação de que o estudante já tenha cursado, pelo menos, dois semestres do curso de origem.

1.20.9 Do Enem

Através do resultado do ENEM, o candidato concorre às vagas sem precisar fazer o vestibular, desde que obtenha média igual ou superior a 450 (Quatrocentos e cinquenta pontos).

1.20.10 Matrícula

A primeira matrícula institucional é o cadastramento do candidato selecionado por uma das formas de admissão a um curso de graduação ou pós-graduação, tornando-se por este ato, um aluno regular vinculado ao Curso da FAMETRO.

Por ocasião do cadastramento o aluno recebe um número permanente no curso, o qual indica o ano de seu ingresso, o código da área de estudo e a sequência numérica do curso.

A matrícula institucional é feita pela secretaria Acadêmica no prazo fixado no calendário acadêmico, salvo por motivo de força maior, devidamente comprovado e aceito pelo Conselho Superior.

A não efetivação da primeira matrícula institucional, expirados todos os prazos de chamada, implica na perda do direito a vaga.

A solicitação de matrícula institucional é feita em formulário próprio pelo acadêmico ou seu representante legal, anexando a esta, a seguinte documentação:

Certificado de conclusão do ensino médio ou equivalente;

II - Histórico escolar do ensino médio;

III - Diploma do ensino superior;

IV - Título de eleitor;

V - Comprovante de estar quites com o serviço militar, para os homens;

VI - Uma foto $\frac{3}{4}$.

Os itens I e II são exigidos para os cursos de graduação e os itens III e IV para os

cursos de pós-graduação ou cursos de graduação com ingresso como portador de diploma de nível superior. A solicitação de matrícula institucional, sem qualquer exceção só poderá ser feita à vista de toda documentação exigida. Será anulada a matrícula efetuada quando não tenham sido observadas todas as exigências legais e regimentais, o que deve ser notificado.

1.21 INTEGRAÇÃO COM AS REDES PÚBLICAS DE ENSINO (LICENCIATURAS)

1.21.1 Convênios e ações previstas para integração com a rede pública de ensino

N.S.A

1.21.2 Ações e uso de tecnologias educacionais de desenvolvimento, testagem, execução e avaliação de estratégias didático-pedagógicas

N.S.A

1.21.3 Forma de documentação das experiências na rede pública de ensino

N.S.A

1.21.4 Resultados esperados/atingidos para discentes e para rede pública de escolas de educação básica

N. S.A

1.21.5 Planejamento/execução de ações inovadoras na integração com a rede pública de escolas de educação básica

N.S.A

1.22 INTEGRAÇÃO DO CURSO COM O SISTEMA LOCAL E REGIONAL DE SAÚDE – SUS

1.22.1 Convênios e Integração com o Sistema Local e Regional de Saúde

N.S.A

1.22.2 Formação Discentes em Serviço e sua Inserção em Equipes Multidisciplinares e Multiprofissionais nos Diferentes Cenários do Sistema e Diferentes Níveis de Complexidade

N.S.A

1.23 ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO PARA ÁREAS DE SAÚDE

N.S.A

1.23.1 Atividades Práticas de Ensino da Saúde em Conformidade com as DCNs.

N.S.A

1.23.2 Regulação para a Orientação, Supervisão e Responsabilidade Docentes para a Inserção nos Cenários do SUS e Outros Ambientes Profissionais

N.S.A

1.23.3 Desenvolvimento de Competências Específicas da Profissão relacionadas ao Contexto de Saúde da Região

N.S.A

1.24 ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO PARA LICENCIATURAS

1.24.1 Relação das atividades práticas de ensino da licenciatura com as DCNs da Educação Básica, da formação de formação de professores e da área de conhecimento da licenciatura

N.S.A

1.24.2 Distribuição das Atividades Práticas de Ensino para a Licenciatura Relacionando Teoria e Prática de Forma Reflexiva ao Longo de Todo o Curso

N.S.A

Corpo Docente

"Nossa excelência acadêmica é impulsionada pelo corpo docente altamente qualificado, dedicado a guiar e inspirar a próxima geração de profissionais em seu caminho para uma prática excepcional, inovação e prestação de serviços de alta qualidade em todas as áreas de estudo."

DIMENSÃO

2

DIMENSÃO 2: CORPO DOCENTE E TUTORIAL

2.1 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE

As normas do NDE compreendem os seguintes itens:

O NDE de um curso de graduação constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso;

O NDE deve ser constituído por membros do corpo docente do curso, que exerçam liderança acadêmica no âmbito do mesmo, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino, e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição, e que atuem sobre o desenvolvimento do curso;

São atribuições do NDE: contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso; zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo- indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso; zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação;

A FAMETRO , por meio dos seus colegiados superiores, devem definir as atribuições e os critérios de constituição do NDE, atendidos, no mínimo, os seguintes: ser constituído por um mínimo de 5 professores pertencentes ao corpo docente do curso; ter pelo menos 60% de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação stricto sensu; ter todos os membros em regime de trabalho de tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 20% em tempo integral; assegurar estratégia de renovação parcial dos integrantes do NDE de modo a assegurar continuidade no processo de acompanhamento do curso;

O NDE constituído deverá se reunir no mínimo 2 vezes por semestre em reuniões ordinárias previstas em calendário acadêmico. Caso haja necessidade de outras reuniões o Presidente do NDE, poderá convocar reuniões extraordinárias;

As reuniões ordinárias e extraordinárias deverão ser registradas em ata aprovada por todos os membros. O presidente nato do NDE é o Coordenador de Curso de Graduação. O NDE não se constitui em instância deliberativa devendo suas propostas serem submetidas aos Colegiados de Curso.

2.1.1 Composição do NDE

Seguindo as novas diretrizes do MEC, em resposta ao novo instrumento de Avaliação de Cursos de graduação presencial, a Pró-Reitoria Acadêmica da FAMETRO designou os professores relacionados em anexo, sob coordenação do curso, constituir o Núcleo Docente Estruturante (NDE), responsável pela formação, implementação e desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso e outras atividades pertinentes ao curso, que constam em regulamento próprio.

2.1.2 Atribuições do NDE

O Núcleo Docente Estruturante do Curso é formado por professores, contratados em regime integral ou parcial, que participaram efetivamente da construção do Projeto Pedagógico e juntos com o coordenador são responsáveis pela implantação do curso, os mesmos possuem formação *stricto sensu* e experiência na área. As reuniões do NDE ocorrem duas vezes ao semestre em caráter ordinário, convocadas pelo presidente do Núcleo. As demais reuniões ocorrem em caráter extraordinário, podendo também acontecer em conjunto com o colegiado de curso, devendo ser convocada pelo presidente do núcleo e o coordenador de curso.

2.1.3 Planejamento dos Estudos e Avaliação Periódica o PPC pelo NDE

Semestralmente serão realizadas ao mínimo duas reuniões do NDE para debate e discussão de melhorias do curso, assim como avaliação e adequação (se necessário) do PPC, o qual será levado para discussão e deliberação por parte do colegiado do curso. As informações coletadas e organizadas pelo NDE serão encaminhadas, no caso dos cursos à distância para a Equipe Multidisciplinar. A Avaliação Qualitativa do PPC, terá um ciclo de trienal, ou no momento da alteração de legislação que afete a oferta do curso. no momento da avaliação trienal, onde serão observados os indicadores do Projeto de Curso com a observação dos itens apontados abaixo na tabela que segue este texto.

INDICADORES PARA AVALIAÇÃO PERÍODICA DO PPC DO CURSO	SIM	NÃO	NECESSITA DE APERFEIÇOAMENTO E/OU ALTERAÇÃO
O PPC expressa com clareza a articulação das políticas institucionais de ensino, extensão e pesquisa (quando for o caso), alinhadas com a Missão, a Visão, Os princípios e valores Educacionais da Instituição?			
O Perfil do Egresso se encontra atual e dialoga com as demandas atuais do mundo do trabalho?			
As competências previstas no perfil do egresso estão alinhadas com as DCN's e se mostram atualizadas com previsão de desenvolvimento de novas competências que se expressem em termos de inovação para o mundo do trabalho.			
Os Objetivos do Curso atendem as DCN's e se mostram exequíveis e compatíveis com a capacidade técnico-científica da Instituição?			
As Metodologias de ensino previstas, estão alinhadas aos princípios da política de ensino e guardam a proposta de oferta de atividades problematizadoras e mobilizadoras de conhecimentos?			
O processo de avaliação descrito no PPC recomenda a adoção das dimensões diagnósticas; formativas e somativas da avaliação, com orientações claras e exemplos exequíveis aos docentes?			
As tecnologias da Informação e da Comunicação estão inseridas como suporte metodológico ao ensino?			
Os Programas e Regulamentos Institucionais são respeitados e os regulamentos internos, específicos de curso guardam relação com os mesmos?			
A estrutura Curricular que demonstra o itinerário de formação do aluno necessita de alteração em face à novas demandas e processos?			
A participação Discente e Docente está prevista no PPC?			
Os requisitos legais previstos na legislação vigente estão contemplados e seus processos de execução estão claros e oferecem direcionamento para a adoção das mesmas pelo professor?			
Os processos de Interdisciplinaridade e Transversalidade estão evidentes no estudo do ementário do Curso?			
O Corpo Docente e Tutorial atende de maneira excelente aos objetivos, perfil do egresso e matriz curricular do curso, observando a experiência profissional dentro e fora do magistério, a produção técnica e científica, e o desempenho do professor, a partir dos indicadores apontados pela Comissão própria de Avaliação?			
Aspectos de Análise Qualitativa – Parecer técnico do membro do Núcleo Docente Estruturante			

2.2 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

A equipe multidisciplinar atua na relação entre a coordenação do Curso e o Núcleo de Educação a Distância (NeaD), que é a unidade institucional responsável pela gestão dos processos acadêmicos e pedagógicos de cursos e atividades educacionais na modalidade a distância, o que inclui: organizar, implantar e gerenciar as atividades a distância nos cursos, inclusive orientando e supervisionando os docentes envolvidos nessa modalidade de ensino.

O NeaD é composto por um grupo de profissionais com grande experiência acadêmica e tecnológica na área, com passagem por renomadas instituições de ensino, que trabalham de forma sistêmica e colaborativa. O NeaD tem regimento próprio (Regimento da Graduação Modalidade a Distância), com status de uma Unidade com autonomia para gerir suas ações, bem como para garantir a implantação, implementação, e desenvolvimento do processo educativo utilizando a modalidade a distância, por meio de ações didático-pedagógicas, tecnológicas e administrativas adequadas.

Coordenação Pedagógica

Tem como atribuições:

Responsável pelo desenvolvimento dos projetos pedagógicos, manuais e regulamentos junto com os coordenadores de cursos, revisão, controle e acompanhamento do ambiente virtual do aluno; organização, planejamento e controle dos tutores e conteudistas. Tem conhecimento na área pedagógica, incluindo didática e metodologias, gestão educacional, técnicas de ensino-aprendizagem, docência e uso de mídias e tecnologias.

Composição:

- 01 Revisor: com conhecimento e formação na área de Língua Portuguesa;
- 01 Supervisor de Tutores: com formação e experiência na área de supervisão;
- Tutores (20 h) presencial (de polo): com formação de nível superior e atua na área de conhecimento de sua formação. Responsável por acompanhar os alunos no polo, preparar a sala de aula, passar as dúvidas dos alunos para os professores, via chat, aplicar as provas e as encaminhar ao Núcleo de Educação a Distância e auxiliar o aluno na utilização do AVA;
- Tutores (20 h) à distância: com formação de nível superior e atua na área de conhecimento de sua formação. Responsável por dar suporte às atividades dos docentes;
- 01 Psicopedagogo: com formação em Psicologia para atendimento aos alunos:

- 01 Professor por disciplina: 06 horas semanais.

Supervisor de Tutores

Tem como atribuições:

- Receber e emitir parecer sobre propostas de cursos de graduação, modalidade a distância, e enviá-los ao CONSUP da FAMETRO ;
- Exercer a supervisão pedagógica dos cursos de graduação, modalidade EaD, observando as normas e desenho curricular do Projeto Pedagógico Institucional do NeaD;
- Supervisionar a observância das normas e qualidade exigida na produção dos materiais didáticos a serem elaborados pelos professores;
- Revisar os elementos que irão compor o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA);
- Acompanhar o desempenho dos coordenadores e supervisionar o cumprimento de suas atribuições;
- Quando solicitado, representar o curso perante as instâncias superiores institucionais e órgãos avaliadores do Ministério da Educação.

Coordenação de Mídias e Tecnologias

Tem como atribuições:

Escolher as tecnologias e mídias a serem utilizadas nas atividades e nos cursos oferecidos pelo NeaD e a operacionalização da construção do material didático.

Composição:

- 01 Analista de Sistema: esse profissional deve ter formação em análise de sistema e experiência técnica comprovada;
- 01 Analista Designer Web: esse profissional deve ter ótimos conhecimentos sobre softwares para design de recursos e páginas web; 01 Analista de Ambiente Virtual de Aprendizagem: o profissional dessa área deve ter ótimos conhecimentos nas áreas de programação e, em especial, sobre as especificidades do software escolhido para hospedar os cursos e as atividades;
- 02 Assistentes de Produção: acompanhamento das gravações das videoaulas, agendamento com os professores, controle e organização dos estúdios.

Tem como atribuições:

- Apresentar mídias e tecnologias apropriadas para atender à sociedade;
- Coordenar todos os processos que visam ao funcionamento do Ambiente

Virtual de Aprendizagem (AVA);

- Coordenar a operacionalização dos materiais didáticos, o design institucional do AVA, o design institucional dos estúdios de gravações; o design dos materiais didáticos.

Coordenação de Produção

Tem como atribuições:

- Ser responsável pela produção, gerenciamento e orientação aos docentes no processo de produção e gravação das videoaulas com vistas a garantir a qualidade técnica e pedagógica desse recurso didático.
- Produzir recursos para as videoaulas;
- Gerenciar demandas relativas às videoaulas;
- Gerenciar demandas da agenda dos estúdios;
- Produzir locais para gravações externas e entrevistas;
- Orientar professores quanto ao conteúdo das videoaulas e sua relação com o conteúdo escrito.
- Orientar professores quanto à estrutura e recursos para a gravação das videoaulas;
- Recepcionar e dar apoio aos docentes durante sua estada no Núcleo de Educação a Distância;
- Acompanhar gravações;
- Acompanhar produção da locução e da tradução da Língua de Sinais;
- Criar, implantar e otimizar processos referentes às videoaulas e suas demandas; e
- Produzir relatórios sobre o andamento das gravações.

Secretaria Acadêmica (SeaD):

Setor responsável por todos os processos, registros e controles acadêmicos, e pelo relacionamento com alunos e com os polos de apoio presencial.

Composição:

- 04 Assistentes administrativos acadêmicos para a secretaria: atendimento on-line e por telefone aos alunos;
- 01 Assistente administrativo acadêmico para recursos humanos: controle materiais didáticos e documentos;
- 02 Assistentes administrativos acadêmicos para apoio ao aluno: atendimento on-line e por telefone aos alunos;
- 01 Ouvidor: atendimento on-line e por telefone aos alunos.

2.2.1 Plano de ação da equipe multidisciplinar e processos de trabalho formalizados

A equipe multidisciplinar do Núcleo de Educação a Distância desta FAMETRO , tem a finalidade de auxiliar as instâncias administrativo-pedagógicas no planejamento e implementação de ações que visem a melhoria da qualidade do ensino dos cursos ofertados pela instituição. Ressalta-se que não existe um modelo único de equipe multidisciplinar. Em regra, essas se adequam às demandas dos cursos criados em cada FAMETRO e nessa perspectiva a equipe multidisciplinar do NEaD não se afasta dessa realidade.

O principal documento que serve de embasamento para a elaboração deste documento é o Referencial de Qualidade para a Educação Superior a Distância, instituído pela Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação, em 2007, que aponta que na “(...) educação a distância, há uma diversidade de modelos, que resulta em possibilidades diferenciadas de composição dos recursos humanos necessários à estruturação e funcionamento de cursos nessa modalidade” (2007, p. 19).

Entretanto, esse mesmo documento indica que, independentemente da configuração do modelo de equipe multidisciplinar, essa deverá ter como funções o planejamento, a implementação e a gestão dos cursos à distância (2007) . A equipe multidisciplinar do NEaD da FAMETRO é composta por integrantes de diferentes áreas, mas que buscam atuar de forma integrada na excelência dos cursos da instituição.

Com esse intuito a equipe multidisciplinar visa estabelecer um contínuo diálogo entre as instâncias de decisão, como o Núcleo Docente Estruturante (NDE), coordenadores/as de curso, professores/as formadores/as, tutores/as, técnicos/as administrativos/as, os/as quais participam direta e indiretamente das ações propostas por esta equipe multidisciplinar, com o fito de elaborar o Plano de Ação da Equipe Multidisciplinar, conforme o modelo abaixo:



Este documento pretende definir as ações da Equipe Multidisciplinar em consonância com o que está previsto nas resoluções do Conselho Superior e nos Projetos Pedagógicos de Cursos – PPCs.

2.2.2 Atuação da equipe multidisciplinar e processos de trabalho formalizados.

A Equipe Multidisciplinar tem um papel fundamental na organização do trabalho pedagógico no processo de Educação à Distância, pois os desafios complexos inerentes à modalidade demandam um conjunto de saberes e expertises que só podem ser levados a cabo com sucesso, mediante” um conjunto estruturado de funções, desenvolvidas por profissionais de diferentes backgrounds”.

Sendo assim, são atribuições da equipe multidisciplinar:

- Assegurar o envolvimento da comunidade acadêmica na modalidade de EaD, mediante a articulação contínua com todos os setores das FAMETRO ;
- Propor a estrutura física e de recursos necessários ao desenvolvimento dos cursos e/ou programas de EaD, bem como acompanhar e avaliar a execução do processo de ensino aprendizagem nos Cursos ofertados na modalidade a Distância;
- Oferecer cursos e/ou atividades formativas de Graduação e de Pós-graduação lato sensu, e de Extensão;
- Assegurar a distribuição do material didático no AVA;
- Garantir a funcionalidade do AVA assim como a sua atualização contínua;
- Qualificar docentes e técnicos administrativos para atuarem em EaD;
- Assessorar e dar suporte a todas as iniciativas e experiências em EaD, no âmbito das FAMETRO ;
- Apoiar e incentivar a aplicação do conhecimento adquirido em EaD;
- Estudar, elaborar e difundir modalidades de EaD;
- Buscar o desenvolvimento de habilidades em novas tecnologias aplicadas à EaD;
- Propor normas de organização, gestão e avaliação da EaD no âmbito das FAMETRO ;
- Promover as melhores práticas pedagógicas em todos os cursos ofertados em EaD;
- Promover parcerias com outras instituições nacionais e internacionais, públicas e privadas, governamentais e não governamentais;
- Promover congressos, simpósios e similares sobre assuntos relacionados com EaD;
- Disseminar tecnologia, metodologias e os recursos educacionais para a EAD.

2.3 ATUAÇÃO DO COORDENADOR

O perfil de atuação do coordenador que a FAMETRO tem é de alguém que seja mais que um simples mediador entre alunos e professores, ou seja, deseja-se um gestor para promover as alterações e introduzir propostas inovadoras no ambiente universitário. Sendo

capaz de transformar, diariamente, conhecimento em competência.

O Coordenador deve atuar de forma a:

- Reconhecer as necessidades da área em que atua;
- Tomar decisões que possam beneficiar toda a comunidade acadêmica;
- Atender as exigências legais do Ministério da Educação;
- Gerir e executar o projeto político-pedagógico do curso;
- Operar novas tecnologias;
- Avaliar o trabalho dos docentes;
- Estar comprometido com a missão, crença e valores da instituição;
- Estar atento às mudanças impostas pelo mercado de trabalho a fim de adequar e modernizar o curso com foco na garantia de qualidade;
- Gerir equipes e processos, pensando e agindo estrategicamente;
- Colaborar com o desenvolvimento dos alunos e com o crescimento da instituição em que trabalha.

Assim, ser coordenador de curso pressupõe possuir competências nos aspectos: legal, mercadológico, científico, organizacional e de liderança. Trata-se não apenas de competência técnica, centrada no saber fazer de modo operacional, mas no conhecer, no saber ser e no saber viver junto, ou seja, o conhecimento dos dados isolados é insuficiente; é preciso articulá-los à iniciativa, a motivação para o trabalho, às relações interpessoais, aliando saberes sócio afetivo e cognitivo.

2.3.1 Relação do Coordenador com Docentes, Discentes, Tutores

O coordenador é um profissional da área do curso com experiência em gestão e a relação com docentes, discentes e tutores deve ser baseada em funções políticas, gerenciais, acadêmicas, institucionais, em liderança e bom relacionamento.

O bom relacionamento do coordenador deve acontecer tanto no meio acadêmico quanto no meio profissional de forma a garantir seu melhor desempenho na função.

O diálogo com alunos e professores deve ser aberto afim de formar parcerias, ouvir opiniões e sugestões e garantir a satisfação. E assim poder ajustar o andamento do curso as mudanças de perfil dos alunos e as mudanças do meio educacional garantindo a seus docentes atualizações para os processos de ensino-aprendizagem.

Já o diálogo com o meio profissional deve acontecer com personagens importantes da área para promoção de parcerias e estar sempre a par da realidade de mercado.

1.3.2 Representatividade do Coordenador nos Colegiados Superiores

Em acordo com a política institucional que promove a participação dos setores da instituição nos órgãos colegiados, os coordenadores dos cursos de graduação participam efetivamente do colegiado de curso do NDE do Comitê de Qualidade de Ensino e possui uma representatividade no Conselho Superior a partir de membro eleito pelos seus pares.

1.3.3 Plano Acadêmico Administrativo de Gestão do Curso sua Documentação e Compartilhamento

O Plano de Gestão Acadêmico Administrativo é um instrumento decorrente do processo de autoavaliação de curso e que serve de plano de ação interno de gestão da do curso, que visa implantar ações de melhorias em eixos considerados estratégicos para a FAMETRO com base na autoavaliação de curso, e para a qualidade de ensino que esta propõe. São objetivos do Plano:

- Realizar o planejamento das atividades pedagógicas e administrativas, assegurando aos professores as orientações, o tempo e o espaço necessário para o planejamento do semestre.
- Organizar o semestre letivo, discutindo com os professores as ações pedagógicas a serem realizadas.
- Propor e organizar ações tendo em vista o enfrentamento das questões pedagógicas que se revelaram problemáticas na avaliação do curso.
- Elaborar um calendário de atividades para o curso, destacando as ações pedagógicas e administrativas internas relevantes.

a) Metodologia de Elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso:

Ao início do semestre será destinado um período para o planejamento do curso, após esse período o coordenador deverá zelar pelo cumprimento das ações e realizações das atividades, tendo em vista o planejamento das atividades do semestre. Ao final desse período o coordenador do curso deverá encaminhar um plano de ação evidenciando as atividades pertinentes ao seu curso, tendo em vista o enfrentamento das dificuldades apontadas pelos professores e a necessidade de melhoria contínua da qualidade dos processos pedagógicos.

Deve-se ainda submeter à apreciação superior o calendário de atividades do curso para que o mesmo possa ser compatibilizado com as demais ações previstas pelos outros cursos a fim de evitar atropelos /ou dificuldades na realização das mesmas. Espera-se que os resultados obtidos nas avaliações possam subsidiar a elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso tendo em vista a continua melhoria dos processos pedagógicos institucionais visando a excelência dos serviços educacionais ofertados e o cumprimento dos princípios, da missão e dos valores da FAMETRO, previstos no Plano de

Desenvolvimento Institucional PDI.

Deve-se observar o planejamento dos seguintes eixos, a saber:

- i) Atividades Extracurriculares: atividades de cunho formativo e/ou cultural que contribuam para a formação do perfil do egresso, tendo em vista o reforço ao desenvolvimento das competências e habilidades previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso e que não estejam necessariamente vinculadas aos componentes curriculares. Aqui podem ser consideradas atividades complementares como realização de palestras que promovam formação e desenvolvimento profissional com membros da comunidade interna e externa da instituição. São exemplos de atividades extracurriculares: campanhas de conscientização com temas atuais, cursos de curta duração que tragam aperfeiçoamento de habilidades específicas ao desenvolvimento profissional e pessoal do aluno, atividades culturais com a finalidade de promover a cultura local, o talento dos alunos e da comunidade em geral, Concursos, Campanhas Solidárias, Responsabilidade Social e outros. As atividades extracurriculares não possuem caráter obrigatório, não podem servir como critério de avaliação de desempenho do aluno, podendo ser, contudo considerada como atividades complementares.
- ii) Atividades Interdisciplinares e Transversais: projeto de trabalho acadêmico, que tenham como princípio o diálogo entre disciplinas, áreas de conhecimento e conteúdos curriculares, na perspectiva de fomentar a interligação de saberes e práticas da área de conhecimento do curso. Espaço para o desenvolvimento de atividades com as temáticas transversais de questões étnico-raciais e de educação ambiental, além de temas desenvolvidos nas disciplinas que careçam de aprofundamento e de abordagem Inter conceitual. São consideradas atividades interdisciplinares todas aquelas realizadas nas quais estejam sendo tratados assuntos das disciplinas ministradas. São atividades que devem ser organizadas a partir da sala de aula, com a participação efetiva dos professores, sendo desenvolvidas por estes com seus alunos, servindo inclusive de referência para atribuição de notas na avaliação de desempenho acadêmico. Neste sentido pode ser feitos projetos de trabalhos acadêmicos onde os professores da disciplina do período possam dividir a responsabilidade pela orientação das mesmas e partilhar a nota atribuída entre os componentes curricularesenvolvidos. São exemplos dessas atividades: Projetos de Pesquisa e de Extensão. Projetos de Estudos Orientados. Seminários Acadêmicos, Jornadas Científicas, Semanas Acadêmicas, Mostra de trabalhos de curso, Visitas Técnicas, Gincanas de conhecimento, entre outros A diferença entre as atividades interdisciplinares e transversais e as atividades extracurriculares e que as

primeiras são consideradas como metodologias de ensino, devendo ser consideradas como fundamento metodológico dos processos de ensino e aprendizagem. Já as atividades extracurriculares possuem caráter complementar, informal, não obrigatória. É importante destacar que as semanas acadêmicas por seu caráter e amplitude são consideradas atividades interdisciplinares, pois envolvem diferentes conteúdos e extracurriculares por estarem abertas também a comunidade externa e não serem obrigatórias.

iii) Acompanhamento de Egressos: realizar um acompanhamento dos egressos do curso, obtendo retorno acerca da aceitação dos nossos ex-alunos no mercado de trabalho, assim como, acerca da necessidade de revisão de condutas e processos pedagógicos tendo em vista a melhor e maior inserção dos nossos alunos no mundo do trabalho.

iv) Monitoramento da Evasão: propor a realização de ações de acompanhamento da evasão, buscando minimizar os índices do curso.

v) Autoavaliação interna do curso: organizar ações tendo em vista a avaliação interna do curso, essa avaliação poderá dar-se mediante seminários de avaliação com a participação do corpo docente e representatividade discente do curso, utilizando como base de dados a avaliação da CPA e outras bases de dados oriundas de formulários próprios de avaliação elaborados pelo curso tendo em vista a especificidade do mesmo. A ênfase dessa avaliação deverá ser os aspectos pedagógicos do curso. Metodologias empregadas de ensino e aprendizagem, técnicas de ensino, processos de avaliação e etc.

vi) Atividades Complementares: As atividades complementares são consideradas atividades curriculares e devem ser propostas pelos cursos tendo em vista o caráter complementar a formação do perfil do egresso, devendo ser pensadas e programadas a partir das competências previstas para serem desenvolvidas pelos alunos no decorrer da formação. Ao programar estas atividades os docentes e coordenadores devem considerar o regulamento das atividades complementares institucionais.

vii) Atividades de Extensão: atividades realizadas pelo corpo docente e discente tendo em vista a partilha do conhecimento produzido com o fito de promover a melhoria da qualidade de vida das comunidades envolvidas.

viii) Atividades de Incentivo à Produção Científica Discente e Docente: Planejar ações de incentivo à produção científica e a inovação tecnológica no interior dos cursos.

ix) Monitoria: Planejar ações de incentivo de monitoria nos cursos

x) Avaliação do Rendimento: Planejar ações de acompanhamento do rendimento acadêmico dos alunos no interior dos cursos.

1.3.4 Indicadores de Desempenho do Coordenador e sua Publicização

Para a definição dos indicadores, realiza-se um simples ciclo de especificação, implementação, acompanhamento e avaliação. A parte final (avaliação) é realizada por meio de observação e entrevista do coordenador. Por fim, é utilizado uma ficha padrão, que possibilita a clara avaliação do desempenho do coordenador. A seguir, estão os indicadores para avaliação do desempenho do coordenador que são realizados semestralmente:

ESFERA 1 – ACADÊMICA		
ITEM	PARECER (SIM/NÃO)	OBSERVAÇÃO
O número de disciplinas com alto grau de reprovação é de acordo com a média?		
Realiza feedback com o corpo docente durante e ao final de cada semestre?		
Realiza e/ou disponibiliza treinamento para o seu corpo docente?		
Possui estratégias pedagógicas para minimizar a evasão de alunos?		
Possui boa relação com seu corpo docente?		
Possui boa relação com seu corpo discente?		
É pontual?		
Possui um alto índice de resolubilidade de protocolos?		
Detém um alto rendimento em avaliações de alta escala externa?		
ESFERA 2 – AVALIAÇÃO INTERNA		
Para as esferas 2 e 3, realizar parecer de acordo com a Escala Likert:		
PARECER	LEGENDA	
1	Discordo totalmente	
2	Discordo parcialmente	
3	Não concordo, nem discordo	
4	Concordo parcialmente	
5	Concordo totalmente	
ITEM	PARECER (1 a 5)	OBSERVAÇÃO
Média do curso de satisfação por disciplina básica;		
Média do curso satisfação por disciplina específica;		
Média de satisfação por docente em relação ao aluno;		

Quantidade de aulas práticas por semestre;		
Quantidade de visitas técnicas por semestre;		
Quantidade de atividades extensionistas do Curso;		
ESFERA 3 – AVALIAÇÃO EXTERNA		
Titulação docente;		
Estimulação ao corpo docente para educação continuada: cursos, palestras, congressos e treinamentos;		
Publicações do corpo docente em revistas científicas indexadas.		

Após realizada a avaliação do coordenador, e tendo em posse os resultados da CPA, os resultados serão discutidos individualmente para oportunidades de melhorias e indicação dos pontos fortes da gestão em curso. Após o processo de atendimento individual, os resultados serão publicizados nas vias de comunicação interna e externa da Instituição.

1.3.5 Planejamento da Administração do Corpo Docente

O corpo docente dos cursos de graduação do Centro Universitário FAMETRO encontra-se ligado hierarquicamente à Coordenação do curso. Esta, a partir de calendário interno e plano acadêmico administrativo, realiza o planejamento e administração das ações do corpo docente no âmbito do curso semestralmente. Este planejamento é revisto sistematicamente, tendo em vista os resultados alcançados no período anterior e a prospecção de ações futuras que possam colocar o corpo docente, de maneira mais eficiente, alinhado aos objetivos do curso ao perfil profissional do egresso.

2.4 REGIME DE TRABALHO DO COORDENADOR DO CURSO

O coordenador tem regime integral com carga horária dividida:

- 31h de Coordenação
- 06h de Núcleo Docente Estruturante
- 03h de sala de aula

Doutora em Ciência Jurídica UNIVALI/SC (2013). Mestre em Direito Ambiental pela Universidade do Estado do Amazonas (2008). Especialização em Direito Penal e Direito Processual Penal (2001) e Graduação em Direito pela Universidade Federal do Amazonas (1997). Atua principalmente nos seguintes

temas: Justiça Ambiental, Desenvolvimento Sustentável, Criminologia e Transnacionalidade. Professora de Direito Penal e Processo Penal da Faculdade Santa Teresa; Advogada.

2.4.1 Atribuições do Coordenador de Curso

A FAMETRO entende que coordenador de um curso no Ensino Superior requer responsabilidades cada vez mais abrangentes dentro do processo de transformação pelas quais as instituições passam atualmente. Por isso tem definido claramente qual o perfil que deseja de seus coordenadores e por consequência as suas atribuições.

A atuação do coordenador de curso é definida pelas seguintes competências:

- Reconhecer as necessidades da área em que atua;
- Tomar decisões que possam beneficiar toda a comunidade acadêmica;
- Atender as exigências legais do Ministério da Educação;
- Gerir e executar o projeto político-pedagógico do curso;
- Operar novas tecnologias;
- Avaliar o trabalho dos docentes;
- Estar comprometido com a missão, crença e valores da instituição;
- Estar atento às mudanças impostas pelo mercado de trabalho a fim de adequar e modernizar o curso com foco na garantia de qualidade;
- Gerir equipes e processos, pensando e agindo estrategicamente;
- Colaborar com o desenvolvimento dos alunos e com o crescimento da instituição em que trabalha.

Assim, ser coordenador de curso pressupõe possuir competências nos aspectos: legal, mercadológico, científico, organizacional e de liderança. Trata-se não apenas de competência técnica, centrada no saber fazer de modo operacional, mas no conhecer, no saber ser e no saber viver junto, ou seja, o conhecimento dos dados isolados é insuficiente; é preciso articulá-los à iniciativa, a motivação para o trabalho, às relações interpessoais, aliando saberes sócio afetivo e cognitivo.

No que compete a representatividade do coordenador nas instâncias colegiadas institucionais, possuindo acento no Conselho Maior da Instituição, sendo ainda, presidente nato do colegiado de curso e membro do Núcleo Docente Estruturante.

2.4.2 Relação do Coordenador com Docentes, Discentes, Tutores

O coordenador é um profissional da área do curso com experiência em gestão e a relação com docentes, discentes e tutores deve ser baseada em funções políticas, gerenciais,

acadêmicas, institucionais, em liderança e bom relacionamento.

O bom relacionamento do coordenador deve acontecer tanto no meio acadêmico quanto no meio profissional de forma a garantir seu melhor desempenho na função.

O diálogo com alunos e professores deve ser aberto afim de formar parcerias, ouvir opiniões e sugestões e garantir a satisfação. E assim poder ajustar o andamento do curso as mudanças de perfil dos alunos e as mudanças do meio educacional garantindo a seus docentes atualizações para os processos de ensino-aprendizagem.

Já o diálogo com o meio profissional deve acontecer com personagens importantes da área para promoção de parcerias e estar sempre a par da realidade de mercado.

A FAMETRO entende que coordenar um curso no Ensino Superior requer responsabilidades

ada vez mais abrangentes dentro do processo de transformação pelas quais as instituições passam atualmente. Por isso tem definido claramente qual o perfil que deseja de seus coordenadores e por consequência as suas atribuições.

A atuação do coordenador de curso é definida pelas seguintes competências:

- Reconhecer as necessidades da área em que atua;
- Tomar decisões que possam beneficiar toda a comunidade acadêmica;
- Atender as exigências legais do Ministério da Educação;
- Gerir e executar o projeto político-pedagógico do curso;
- Operar novas tecnologias;
- Avaliar o trabalho dos docentes;
- Estar comprometido com a missão, crença e valores da instituição;
- Estar atento às mudanças impostas pelo mercado de trabalho a fim de adequar e modernizar o curso com foco na garantia de qualidade;
- Gerir equipes e processos, pensando e agindo estrategicamente;
- Colaborar com o desenvolvimento dos alunos e com o crescimento da instituição em que trabalha.

Assim, ser coordenador de curso pressupõe possuir competências nos aspectos: legal, mercadológico, científico, organizacional e de liderança. Trata-se não apenas de competência técnica, centrada no saber fazer de modo operacional, mas no conhecer, no saber ser e no saber viver junto, ou seja, o conhecimento dos dados isolados é insuficiente; é preciso articulá-los à iniciativa, a motivação para o trabalho, às relações interpessoais, aliando saberes sócio afetivo e cognitivo.

No que compete a representatividade do coordenador nas instâncias colegiadas institucionais, possuindo acento no Conselho Maior da Instituição, sendo ainda, presidente nato do colegiado de curso e membro do Núcleo Docente Estruturante.

2.4.3 Representatividade do Coordenador nos Colegiados Superiores

Em acordo com a política institucional que promove a participação dos setores da instituição nos órgãos colegiados, os coordenadores dos cursos de graduação participam efetivamente do colegiado de curso do NDE do Comitê de Qualidade de Ensino e possui uma representatividade no Conselho Superior a partir de membro eleito pelos seus pares.

2.4.4 Plano Acadêmico Administrativo de Gestão do Curso sua Documentação e Compartilhamento

O Plano de Gestão Acadêmico Administrativo é um instrumento decorrente do processo de autoavaliação de curso e que serve de plano de ação interno de gestão da do

curso, que visa implantar ações de melhorias em eixos considerados estratégicos para a FAMETRO com base na autoavaliação de curso, e para a qualidade de ensino que esta propõe. São objetivos do Plano:

- Realizar o planejamento das atividades pedagógicas e administrativas, assegurando aos professores as orientações, o tempo e o espaço necessário para o planejamento do semestre.
- Organizar o semestre letivo, discutindo com os professores as ações pedagógicas a serem realizadas.
- Propor e organizar ações tendo em vista o enfrentamento das questões pedagógicas que se revelaram problemáticas na avaliação do curso.
- Elaborar um calendário de atividades para o curso, destacando as ações pedagógicas e administrativas internas relevantes.

b) Metodologia de Elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso:

Ao início do semestre será destinado um período para o planejamento do curso, após esse período o coordenador deverá zelar pelo cumprimento das ações e realizações das atividades, tendo em vista o planejamento das atividades do semestre. Ao final desse período o coordenador do curso deverá encaminhar um plano de ação evidenciando as atividades pertinentes ao seu curso, tendo em vista o enfrentamento das dificuldades apontadas pelos professores e a necessidade de melhoria contínua da qualidade dos processos pedagógicos.

Deve-se ainda submeter à apreciação superior o calendário de atividades do curso para que o mesmo possa ser compatibilizado com as demais ações previstas pelos outros cursos a fim de evitar atropelos /ou dificuldades na realização das mesmas. Espera-se que os resultados obtidos nas avaliações possam subsidiar a elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso tendo em vista a contínua melhoria dos processos pedagógicos institucionais visando a excelência dos serviços educacionais ofertados e o cumprimento dos princípios, da missão e dos valores da FAMETRO, previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional PDI.

Deve-se observar o planejamento dos seguintes eixos, a saber:

- I. Atividades Extracurriculares: atividades de cunho formativo e/ou cultural que contribuam para a formação do perfil do egresso, tendo em vista o reforço ao desenvolvimento das competências e habilidades previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso e que não estejam necessariamente vinculadas aos componentes curriculares. Aqui podem ser consideradas atividades complementares como realização de palestras que promovam formação e desenvolvimento profissional com membros da comunidade interna e externa da instituição. São exemplos de atividades extracurriculares: campanhas de conscientização com temas atuais, cursos de curta duração que tragam

aperfeiçoamento de habilidades específicas ao desenvolvimento profissional e pessoal do aluno, atividades culturais com a finalidade de promover a cultura local, o talento dos alunos e da comunidade em geral, Concursos, Campanhas Solidárias, Responsabilidade Social e outros. As atividades extracurriculares não possuem caráter obrigatório, não podem servir como critério de avaliação de desempenho do aluno, podendo ser, contudo considerada como atividades complementares.

- II. Atividades Interdisciplinares e Transversais: projeto de trabalho acadêmico, que tenham como princípio o diálogo entre disciplinas, áreas de conhecimento e conteúdos curriculares, na perspectiva de fomentar a interligação de saberes e práticas da área de conhecimento do curso. Espaço para o desenvolvimento de atividades com as temáticas transversais de questões étnico-raciais e de educação ambiental, além de temas desenvolvidos nas disciplinas que careçam de aprofundamento e de abordagem Inter conceitual. São consideradas atividades interdisciplinares todas aquelas realizadas nas quais estejam sendo tratados assuntos das disciplinas ministradas. São atividades que devem ser organizadas a partir da sala de aula, com a participação efetiva dos professores, sendo desenvolvidas por estes com seus alunos, servindo inclusive de referência para atribuição de notas na avaliação de desempenho acadêmico. Neste sentido pode ser feitos projetos de trabalhos acadêmicos onde os professores da disciplina do período possam dividir a responsabilidade pela orientação das mesmas e partilhar a nota atribuída entre os componentes curriculares envolvidos. São exemplos dessas atividades: Projetos de Pesquisa e de Extensão. Projetos de Estudos Orientados. Seminários Acadêmicos, Jornadas Científicas, Semanas Acadêmicas, Mostra de trabalhos de curso, Visitas Técnicas, Gincanas de conhecimento, entre outros A diferença entre as atividades interdisciplinares e transversais e as atividades extracurriculares e que as primeiras são consideradas como metodologias de ensino, devendo ser consideradas como fundamento metodológico dos processos de ensino e aprendizagem. Já as atividades extracurriculares possuem caráter complementar, informal, não obrigatória. É importante destacar que as semanas acadêmicas por seu caráter e amplitude são consideradas atividades interdisciplinares, pois envolvem diferentes conteúdos e extracurriculares por estarem abertas também a comunidade externa e não serem obrigatórias.
- III. Acompanhamento de Egressos: realizar um acompanhamento dos egressos do curso, obtendo retorno acerca da aceitação dos nossos ex-alunos no mercado de trabalho, assim como, acerca da necessidade de revisão de condutas e processos pedagógicos tendo em vista a melhor e maior inserção dos nossos alunos no

mundo do trabalho.

- IV. Monitoramento da Evasão: propor a realização de ações de acompanhamento da evasão, buscando minimizar os índices do curso.
- V. Autoavaliação interna do curso: organizar ações tendo em vista a avaliação interna do curso, essa avaliação poderá dar-se mediante seminários de avaliação com a participação do corpo docente e representatividade discente do curso, utilizando como base de dados a avaliação da CPA e outras bases de dados oriundas de formulários próprios de avaliação elaborados pelo curso tendo em vista a especificidade do mesmo. A ênfase dessa avaliação deverá ser os aspectos pedagógicos do curso. Metodologias empregadas de ensino e aprendizagem, técnicas de ensino, processos de avaliação e etc.
- VI. Atividades Complementares: As atividades complementares são consideradas atividades curriculares e devem ser propostas pelos cursos tendo em vista o caráter complementar a formação do perfil do egresso, devendo ser pensadas e programadas a partir das competências previstas para serem desenvolvidas pelos alunos no decorrer da formação. Ao programar estas atividades os docentes e coordenadores devem considerar o regulamento das atividades complementares institucionais.
- VII. Atividades de Extensão: atividades realizadas pelo corpo docente e discente tendo em vista a partilha do conhecimento produzido com o fito de promover a melhoria da qualidade de vida das comunidades envolvidas.
- VIII. Atividades de Incentivo à Produção Científica Discente e Docente: Planejar ações de incentivo à produção científica e a inovação tecnológica no interior dos cursos.
- IX. Monitoria: Planejar ações de incentivo de monitoria nos cursos
- X. Avaliação do Rendimento: Planejar ações de acompanhamento do rendimento acadêmico dos alunos no interior dos cursos.

2.4.5 Indicadores de Desempenho do Coordenador e sua Publicização

Para a definição dos indicadores, realiza-se um simples ciclo de especificação, implementação, acompanhamento e avaliação. A parte final (avaliação) é realizada por meio de observação e entrevista do coordenador. Por fim, é utilizado uma ficha padrão, que possibilita a clara avaliação do desempenho do coordenador. A seguir, estão os indicadores para avaliação do desempenho do coordenador que são realizados semestralmente:

ESFERA 1 – ACADÊMICA		
ITEM	PARECER (SIM/NÃO)	OBSERVAÇÃO
O número de disciplinas com alto grau de reprovação é de acordo com a média?		
Realiza feedback com o corpo docente durante e ao final de cada semestre?		
Realiza e/ou disponibiliza treinamento para o seu corpo docente?		
Possui estratégias pedagógicas para minimizar a evasão de alunos?		
Possui boa relação com seu corpo docente?		
Possui boa relação com seu corpo discente?		
É pontual?		
Possui um alto índice de resolubilidade de protocolos?		
Detém um alto rendimento em avaliações de alta escala externa?		
ESFERA 2 – AVALIAÇÃO INTERNA		
Para as esferas 2 e 3, realizar parecer de acordo com a Escala Likert:		
PARECER	LEGENDA	
1	Discordo totalmente	
2	Discordo parcialmente	
3	Não concordo, nem discordo	
4	Concordo parcialmente	
5	Concordo totalmente	
ITEM	PARECER (1 a 5)	OBSERVAÇÃO
Média do curso de satisfação por disciplina básica;		
Média do curso satisfação por disciplina específica;		
Média de satisfação por docente em relação ao aluno;		
Quantidade de aulas práticas por semestre;		
Quantidade de visitas técnicas por semestre;		
Quantidade de atividades extensionistas do Curso;		
ESFERA 3 – AVALIAÇÃO EXTERNA		
Titulação docente;		
Estimulação ao corpo docente para educação continuada: cursos, palestras, congressos e treinamentos;		

Publicações do corpo docente em revistas científicas indexadas.		
---	--	--

Após realizada a avaliação do coordenador, e tendo em posse os resultados da CPA, os resultados serão discutidos individualmente para oportunidades de melhorias e indicação dos pontos fortes da gestão em curso. Após o processo de atendimento individual, os resultados serão publicizados nas vias de comunicação interna e externa da Instituição.

2.4.6 Planejamento da Administração do Corpo Docente

O corpo docente dos cursos de graduação do Centro Universitário FAMETRO encontra-se ligado hierarquicamente à Coordenação do curso. Esta, a partir de calendário interno e plano acadêmico administrativo, realiza o planejamento e administração das ações do corpo docente no âmbito do curso semestralmente. Este planejamento é revisto sistematicamente, tendo em vista os resultados alcançados no período anterior e a prospecção de ações futuras que possam colocar o corpo docente, de maneira mais eficiente, alinhado aos objetivos do curso ao perfil profissional do egresso.

2.5 CORPO DOCENTE: TITULAÇÃO

O Corpo Docente é constituído por professores com titulação no mínimo de especialização e que tenham sido admitidos após banca de seleção de docentes organizada pela Coordenação de Ensino.

O Centro Universitário tem procurado contratar, preferencialmente, profissionais com doutorado ou mestrado concluído ou em andamento, mas leva em conta, também, a experiência profissional na docência e a produção científica dos candidatos. Quanto à titulação dos docentes da FAMETRO incluem:

- Doutores;
- II- Mestres;
- III- Especialistas

Os professores são contratados pela Entidade Mantenedora, conforme as normas do Plano de Cargos e Salários homologado no Ministério do Trabalho.

O processo seletivo de docentes incluiu os seguintes passos:

- Análise do currículo dos candidatos previamente selecionados na “banca de currículos” da FAMETRO ou dos que apresentarem, mediante divulgação do processo seletivo, em edital publicado em jornal de grande circulação desta capital;
- Banca de avaliação de uma aula dos candidatos sobre um tema relacionado à disciplina em questão;
- Entrevista com o candidato;
- Argumentação oral sobre um tema relacionado à disciplina para cuja vaga o

candidato estiver concorrendo.

2.5.1 Relação do Corpo com a Respectiva Titulação

Os professores que atuarão no curso foram contratados mediante a realização de processo seletivo, executado por comissão designada para esse fim, e que incluiu os seguintes passos:

- Análise do currículo dos candidatos previamente selecionados na “banca de currículos” da FAMETRO e ou dos que apresentarem, mediante divulgação do processo seletivo, em edital publicado em jornal de grande circulação desta capital;
- Banca de avaliação de uma aula dos candidatos sobre um tema relacionado à disciplina em questão;
- Entrevista com o candidato;
- Argumentação oral sobre um tema relacionado à disciplina para cuja vaga o candidato estiver concorrendo.

A FAMETRO tem procurado contratar, preferencialmente, profissionais com doutorado ou mestrado concluído ou em andamento, mas leva em conta, também, a experiência profissional na docência e a produção científica dos candidatos.

Os professores previstos para o curso estão elencados no quadro em anexo.

2.5.2 Relação da titulação dos docentes com seu desempenho em sala de aula, capacidade de analisar conteúdos curriculares e fomentar o raciocínio crítico e relevância para atuação profissional e acadêmica.

Entendendo que a análise crítica da realidade existente é imprescindível para sua transformação, o nosso quadro de docentes analisa as competências dos componentes curriculares na fomentação do raciocínio crítico, reflexivo e dialógico. O conhecimento acadêmico do corpo docente traz contribuições para o alargamento da consciência crítica dos educandos nas práticas institucionais concretamente situadas na construção da democracia social e educacional. O relatório está inserido no anexo deste documento.

2.6 REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE DO CURSO

2.6.1 Relação do Corpo Docente com o Respectivo Regime de Trabalho

O regime de trabalho do corpo docente possibilita o atendimento integral da demanda, considerando a docência, o atendimento aos discentes, a participação no colegiado, o planejamento didático e a preparação e correção das avaliações de aprendizagem, os documentos comprobatórios encontram-se no anexo na pasta da

dimensão 2.

2.6.2 Atribuição dos Docentes e Forma de Registro das Atribuições Individuais Considerando a Carga Horária por Atividade

Os professores horistas exclusivamente às atividades de sala de aula. Os professores que trabalham em regime parcial contratados para atuar com 12h ou mais horas semanais reservam ao menos 25% do tempo para estudos, planejamento, avaliação e orientação de estudantes.

Os docentes contratados em regime integral atuam 40h semanais na FAMETRO , sendo destas 20h semanais para estudos, pesquisa, trabalhos de extensão, planejamento e avaliação.

2.7 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO DOCENTE

2.7.1 Relação do corpo docente com as respectivas experiências profissionais FORA do magistério superior.

A FAMETRO considera a importância da relação entre a experiência profissional do corpo docente visto que tal conhecimento reflete diretamente no desempenho em sala de aula. Segue em anexo a este a tabela com a relação dos docentes e as respectivas experiências profissionais fora do magistério superior.

2.7.2 Relação da experiência do corpo docente previsto e seu desempenho fora do magistério superior.

A FAMETRO considerando o perfil do egresso constante no PPC traça um relatório evidenciando a importância da experiência profissional do corpo docente para o bom desempenho em sala de aula ao aplicar, analisar e exemplificar de forma contextualizada, problemas práticos, de aplicação da teoria ministrada em diferentes unidades curriculares em relação ao fazer profissional. O referido relatório estará disponível em pasta anexa.

2.8 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

N.S.A

2.8.1 Estudo que Demonstra e justifica a Relação entre a Experiência no Exercício da Educação Básica do Corpo Docente

N.S.A

2.9 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO DOCENTE NA DOCÊNCIA SUPERIOR

2.9.1 Relação do Corpo Docente com as Respectivas Experiências no Magistério Superior

Considerando o perfil do egresso a FAMETRO ressignifica a relação entre a experiência no exercício da docência superior do corpo docente e seu desempenho em sala de aula, neste contexto as ações que permitem identificar as dificuldades dos alunos, expor o conteúdo em linguagem adequada e apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares, além de promover avaliações coerentes com os objetivos da aprendizagem.

A tabela com os docentes e as respectivas experiências no ensino superior serão apresentadas em anexo na pasta da dimensão 2.

2.10 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

2.10.1 Estudo que Demonstra e Justifica a Relação entre a Experiência no Exercício da Docência na Educação a Distância do Corpo Docente e seu Desempenho na Identificação das Dificuldades de Aprendizagem, Contextualização dos Conteúdos, Avaliação diagnóstica, formativa e somativa, Liderança e Produção reconhecida.

Abordar sobre saberes docentes é uma tarefa difícil devido à complexidade desta análise, uma vez que os saberes nascem de conhecimentos e experiências no decorrer de sua práxis educativa.

Tardif (2014), em seus estudos, considera dois importantes aspectos relacionados aos professores: o saber em seu trabalho e o saber em sua formação. Para o autor, não há como estudar o saber do docente sem fazer a relação com o contexto e com os condicionantes em que os professores estão inseridos. Portanto, os saberes só possuem sentido quando estão relacionados com o trabalho dos docentes. Tudo aquilo que já foi vivenciado como processo educativo faz parte e fará parte da prática profissional do docente, seja de forma positiva ou não. Quando o docente se depara com as necessidades é quando ele fará sua atuação de fato.

O saber não é uma coisa que flutua no espaço: o saber dos professores é o saber deles e está relacionado com a pessoa e a identidade deles, com a experiência de vida e com a sua história profissional, com as suas relações com os alunos em sala de aula e com os outros atores escolares na escola, etc. Por isso, é necessário estudá-lo relacionando-o com esses elementos constitutivos do trabalho docente (TARDIF, 2014, p. 11)

A função do docente não está dissociada do saber docente. Todavia não há como dissociar estes papéis. Embora haja uma rotina de trabalho diferenciada na modalidade a distância, o trabalho acontece da mesma forma, de forma colaborativa e coletiva.

As experiências vivenciadas pelos docentes nas salas de aulas de cursos presenciais, no que diz respeito aos processos metodológicos, técnicas inovadoras, processos avaliativos serão de suma importância para aquele docente que vai atuar no ensino a distância, uma vez que o mesmo se depara com todas essas situações, seja através de um ambiente virtual, ou mesmo de encontros semipresenciais.

Para isso, é preciso que o docente além destas experiências desenvolva competências e habilidades inerentes a função de um docente EAD. Sobre esse contexto, afirma Masetto (2015, p.143):

(...) compreende-se melhor a função docente do professor, “colocando-o na contingência de conhecer novos recursos tecnológicos, adaptar-se a eles, usá-los e compreendê-los em prol de um processo de aprendizagem mais dinâmico e motivador para seus alunos”.

Para Belloni (2015, p. 89), é crucial a redefinição do papel do docente para que ocorra o sucesso dos processos educacionais, tanto presencial como a distância. A atuação desse profissional na EaD passará do [...] monólogo sábio da sala de aula para o diálogo dinâmico dos laboratórios, salas de meios, e-mail, telefone e outros meios de interação mediatizada; do monopólio do saber à construção coletiva do conhecimento, por meio da pesquisa; do isolamento individual ao trabalho em equipes interdisciplinares e complexas; da autoridade à parceria no processo de educação para a cidadania.

Para Tenório, Santos e Tenório (2016), as competências impostas ao professor na modalidade presencial, igualmente, são imprescindíveis ao tutor na educação a distância, devendo ser adaptadas de acordo com as especificidades da modalidade. Com isso, percebe-se que as duas figuras, compartilham das mesmas competências, mesmo que com funções diferentes.

Desta forma, é possível perceber que é de suma importância os saberes e experiências dos docentes adquiridos durante sua trajetória, mas também é muito mais importante que ele inove e se renove a cada dia, principalmente no que diz respeito aos recursos tecnológicos.

No que se refere ao trabalho do docente tutor Mill (2014, p. 26) o define como polidocência. “O termo [...] não é necessariamente novo e [...] poderia ser definido como uma docência coletiva, isto é, onde cada parte é realizada por um trabalhador distinto”. Nesta concepção, uma nova situação acontece no processo de ensino e de aprendizagem, sobretudo na educação a distância: o uso das TDIC. Para Masetto (2015), o

desenvolvimento das TDIC impactou na educação, a partir do uso de computadores e da internet; do acesso em tempo real e imediato às informações, às experiências, ao conhecimento e aos projetos transformadores. Fica evidente que não é suficiente apenas conhecer as ferramentas, cabendo ao docente saber utilizá-las na prática.

Com o desenvolvimento da cultura digital, a mediação pedagógica, baseada no uso das TDIC, entra em discussão. Masetto (2015) entende por mediação pedagógica a atitude do professor que se posiciona como um facilitador, um motivador ou um incentivador da aprendizagem. Para o autor, esse comportamento se apresenta como uma ponte entre a aprendizagem e seu aprendiz, colaborando ativamente para o alcance dos objetivos do aluno. Suas experiências docentes, seja de saberes (conhecimentos), técnicas e metodologias diferenciadas, bem como suas experiências como um tutor, mediador e um “professor digital”, contribui significativamente para sua atuação enquanto tutor, na interação com os estudantes, na exposição de conteúdos e consequentemente resultando em práticas exitosas e inovadoras para o processo de ensino e aprendizagem.

Contudo, muitos tutores encontram algumas dificuldades no desenvolvimento de seu fazer pedagógico. Oliveira e Santos (2013) verificaram em seus estudos, que muitos profissionais que atuam na EaD não possuem experiências nessa modalidade em sua formação. Configura-se, então, um ambiente de novos desafios e descobertas, porém com o enfrentamento de certas dificuldades. Cabe a Instituição, deixar claro o papel do tutor EAD, bem como do seu fazer pedagógico, promovendo reuniões periódicas para deixá-los a par de orientações gerais, bem como de alteração em documentos legais relacionados ao EAD e promovendo formações continuadas que desenvolvam habilidades no seu corpo docente.

Quando o tutor possui habilidades desenvolvidas para a mediação pedagógica possibilita vivenciar aspectos que surgem do e no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), gerando situações em que o estudante seja capaz de realizar conexões entre os conhecimentos construídos e os conteúdos do curso, de modo que a aprendizagem seja realmente incorporada em diversos contextos, aponta Schlunzenet al. (2016).

Nessa perspectiva, fica evidente a necessidade de conhecer e entender as competências de um tutor. Por competência, Perrenoud (2000, p. 35) entende ser “[...] a faculdade de mobilizar um conjunto de recursos cognitivos (saberes, capacidades, informações etc.), para solucionar com pertinência e eficácia uma série de situações”. Sobre as competências necessárias ao tutor, conforme os estudos de Maggio (2001, p. 41) aponta uma série de conhecimentos necessários como: conhecimento de conteúdo e pedagógico, conhecimento do contexto educacional, bem como de valores educativos de suas raízes históricas e filosóficas.

Desta forma, para se desenvolver competências para a tutoria são necessárias situações e experiências que demonstrem a precisão de mobilizar o saber e executá-lo. Ao

considerar o tutor como a figura fundamental na educação a distância, torna-se necessário falar sobre a sua capacitação e sua formação para atuar nos vários cursos disponibilizados pelas instituições. De acordo com Belloni (2015, p. 92) a formação inicial objetiva “[...] prepará-los para a inovação tecnológica e suas consequências pedagógicas e também para a formação continuada, numa perspectiva de formação ao longo da vida”.

No anexo desde está disposta a relação comprobatória da experiência do corpo docente na educação à distância.

2.11 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA TUTORIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

2.11.1 Relação da experiência no exercício da tutoria na educação à distância do corpo tutorial e a capacidade de fornecer suporte às atividades dos docentes, realizar mediação pedagógica, relacionar-se com docentes, incrementar processos de ensino aprendizagem, orientar e sugerir atividades e leituras complementares.

A capacitação e preparação do tutor continuamente é primordial para o desenvolvimento de suas funções. Mesmo possuindo todos os pré-requisitos necessários para atuar com a tutoria, esse profissional passa por constante avaliação a fim de serem verificados os pontos positivos de sua atuação e àqueles pontos que precisam ser trabalhados para que sua atuação mediante a aprendizagem do aluno, leve aos resultados e objetivos traçados.

Essas atualizações são feitas por meio de treinamentos virtuais através de sites voltados à EAD, assim como presencialmente em momentos com a coordenação pedagógica, por meio de estudos de casos, análise de artigos e reflexão sobre as ações e desenvolvimento de habilidades e atitudes e estudo do Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Para garantir a formação do corpo de tutores com o objetivo de formatar as atitudes e habilidades dentro das funções relacionadas, é necessário estabelecer características e perfis profissionais fundamentais para o processo laborar do tutor. Para assegurar o cumprimento da qualidade e excelência já conhecidos desta FAMETRO são realizadas formações continuadas ao corpo tutorial.

Nessa perspectiva, para ter o seu corpo de tutoria atendidos com projetos de qualificação a FAMETRO busca promover:

- Ampliar os incentivos para participação em eventos científicos/técnicos e culturais.
- Promover Formação Continuada didático-pedagógicamente, no início de cada semestre com oficinas, palestras etc.

- Valorizar a titulação acadêmica, experiência na tutoria e fora dela, produção científica e tecnológica como critério de seleção para admissão de tutores;
- Valorizar a produção científica como critério de ascensão horizontal para níveis sucessivos das categorias docentes.
- Disponibilizar acervo bibliográfico online aos tutores.
- Criar programa de Inter formação entre os tutores EAD e professores da graduação presencial.
- Garantir expansão de domínio dos tutores de novas tecnologias e ferramentas para uso na modalidade EAD
- Disponibilizar ferramentas para aumento de interação com os alunos com a devida formação dos tutores para uso.
- Promover Formação específica por meio digital.
- Valorizar e capacitar o uso de ferramentas móveis para complemento do ambiente virtual de aprendizagem.

É importante ainda destacar que a FAMETRO busca correlacionar todas as experiências no exercício da tutoria para que estes profissionais se sintam valorizados e sobretudo aptos a desenvolver todas as atividades inerentes ao seu respectivo papel no processo de ensino- aprendizagem dos estudantes, assegurando a estes o pleno desenvolvimento de suas competências e habilidades necessárias à sua formação. Nesse escopo, realizar mediação pedagógica, relacionar-se com docentes, incrementar processos de ensino-aprendizagem, orientar e sugerir atividades e leituras complementares.

Nos anexos deste está disposta a relação comprobatória da experiência do corpo docente na educação à distância.

2.12 ATUAÇÃO DO COLEGIADO DE CURSO

O coordenador, os professores do curso e um representante discente participam ativamente dos órgãos colegiados da FAMETRO , nos termos do Regimento Institucional, especialmente o Colegiado de Curso.

O Colegiado de Curso é o órgão colegiado da unidade do curso, sendo integrado pelos seguintes membros:

- Coordenador, que o preside;
- Corpo docente do curso;
- Um representante do corpo discente.
- Compete ao Colegiado de Curso:
- Aprovar o perfil do curso e as diretrizes gerais das disciplinas, com suas ementas e respectivos programas elaborados pelo NDE;

- Aprovar o currículo do curso e suas alterações com a indicação das disciplinas e respectivas cargas horárias de acordo com as diretrizes curriculares elaborado pelo NDE;
- Acompanhar os resultados da auto avaliação do curso realizado pela CPA;
- Colaborar com os demais órgãos acadêmicos no âmbito de sua atuação;
- Articular a formulação, execução e avaliação do projeto institucional e formação de professores;
- Exercer outras atribuições de sua competência.

O Colegiado de Curso reúne-se ordinariamente duas vezes por semestre, estas reuniões possuem caráter deliberativo e pauta voltada para as questões de organização acadêmico-administrativa do curso. As demais reuniões ocorridas no semestre são convocadas pelo coordenador de curso em caráter extraordinário. Algumas reuniões extraordinárias podem ocorrer em conjunto com reuniões do NDE, desta maneira a convocação é realizada pelo presidente do núcleo e o coordenador do curso.

O conteúdo das reuniões é registrado em ata e os pleitos encaminhados via Comunicação Interna com cópia da ata para a Direção geral a qual cabe tomar as medidas acadêmico-administrativas pertinentes às demandas do curso.

2.12.1 Institucionalização do Colegiado com Representatividade dos Segmentos e Periodicidade e Registro das Reuniões.

O coordenador, os professores do curso e um representante discente participam ativamente dos órgãos colegiados da FAMETRO , nos termos do Regimento Institucional, especialmente o Colegiado de Curso.

O Conselho de Curso é o órgão colegiado da unidade do curso, sendo integrado pelos seguintes membros:

Coordenador, que o preside;

Corpo docente do curso;

Um representante do corpo discente.

Compete ao Colegiado de Curso:

- I. aprovar o perfil do curso e as diretrizes gerais das disciplinas, com suas ementas e respectivos programas elaborados pelo NDE;
- II. aprovar o currículo do curso e suas alterações com a indicação das disciplinas e respectivas cargas horárias de acordo com as diretrizes curriculares elaborado pelo NDE;
- III. acompanhar os resultados da auto avaliação do curso realizado pela CPA;
- IV. colaborar com os demais órgãos acadêmicos no âmbito de sua atuação;

- V. articular a formulação, execução e avaliação do projeto institucional e formação de professores;
- VI. exercer outras atribuições de sua competência.

O Colegiado de Curso reúne-se ordinariamente duas vezes por semestre, estas reuniões possuem caráter deliberativo e pauta voltada para as questões de organização acadêmico-administrativa do curso. As demais reuniões ocorridas no semestre são convocadas pelo coordenador de curso em caráter extraordinário. Algumas reuniões extraordinárias podem ocorrer em conjunto com reuniões do NDE, desta maneira a convocação é realizada pelo presidente do núcleo e o coordenador do curso. Os conteúdos das reuniões são registrados em ata.

2.12.2 Fluxo para Encaminhamentos das Decisões, Encaminhamento e Execução.

Após o registro das reuniões em ata, os pleitos devem ser encaminhados via Comunicação Interna com cópia da ata para a Pró-reitoria acadêmica, a qual cabe tomar as medidas acadêmico-administrativas pertinentes às demandas do curso, e assim responder também por meio de Comunicação Interna a decisão para execução por parte da coordenação e do colegiado.

2.12.3 Avaliação Periódica do Desempenho das Decisões Colegiadas para Implementação ou Ajuste de Práticas de Gestão

A avaliação periódica das decisões colegiadas e a implementação dos ajustes de práticas de gestão, dar-se-ão mediante os resultados apontados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) e pela autoavaliação do curso a partir de práticas democráticas de discussão e reflexão acerca dos resultados alcançados no período de um semestre. Essa avaliação alicerça a possibilidade de planejamento de ações futuras e ajusta a prática de gestão, sempre em busca da melhoria da qualidade de ensino e demais ações praticadas no interior do curso.

2.13 TITULAÇÃO E FORMAÇÃO DO CORPO DE TUTORES DO CURSO

2.13.1 Demonstração que todos os Tutores são Graduados na Área da Disciplina e da Titulação da sua Maioria

A FAMETRO considerando o perfil do egresso constante no PPC, apresenta em anexo na pasta da dimensão 2, a relação do corpo de tutores presenciais e a distância com suas respectivas titulações e formação.

2.14 EXPERIÊNCIA DO CORPO DE TUTORES EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

2.14.1 Estudos que Demonstra e Justifica a Relação entre a Experiência dos Tutores em Educação a Distância e seu Desempenho na Identificação de Dificuldades de Aprendizagem, Exposição do Conteúdo em Linguagem Aderente, Contextualização dos Conteúdos, Adoção de Práticas Exitosas e Inovadoras

Com o desenvolvimento da cultura digital, a mediação pedagógica, baseada no uso das TICs, ganha um destaque fundamental na relação ensino-aprendizagem. A atitude do tutor na mediação pedagógica é aquela que se posiciona como um facilitador, um motivador ou um incentivador da aprendizagem. Esse comportamento se apresenta como uma ponte entre a aprendizagem e seu aprendiz, colaborando ativamente para o alcance dos objetivos do aluno. Suas experiências docentes, seja de saberes (conhecimentos), técnicas e metodologias diferenciadas, bem como suas experiências como um tutor, mediador e um “professor digital”, contribui significativamente para sua atuação enquanto tutor, na interação com os estudantes, na exposição de conteúdos e consequentemente resultando em práticas exitosas e inovadoras para o processo de ensino e aprendizagem.

Nessa perspectiva, a FAMETRO preza pela contratação de tutores com formação específica na área de conhecimento da referida disciplina, assim como agregar experiências com o ensino a distância, pois isto em muito contribuirá para a formação dos estudantes.

A relação entre a experiência dos Tutores em Educação a Distância e seu Desempenho na Identificação de Dificuldades de Aprendizagem se configura em questão sine qua non para o estabelecimento de uma mediação pedagógica mais produtiva para com os estudantes.

Cabe a Instituição, deixar claro o papel do tutor EAD, bem como do seu fazer pedagógico, promovendo reuniões periódicas para deixá-los a par de orientações gerais, bem como de alteração em documentos legais relacionados ao EAD e promovendo formações continuadas que desenvolvam habilidades no seu corpo docente, pois quando o tutor possui habilidades desenvolvidas para a mediação pedagógica possibilita vivenciar aspectos que surgem do e no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), gerando situações em que o estudante seja capaz de realizar conexões entre os conhecimentos construídos e os conteúdos do curso, de modo que a aprendizagem seja realmente incorporada em diversos contextos.

Nessa perspectiva, fica evidente a necessidade de conhecer e entender as competências de um tutor no sentido de entender ser esta a faculdade de mobilizar um conjunto de recursos cognitivos (saberes, capacidades, informações etc.), para solucionar com pertinência e eficácia uma série de situações. Nesse contexto podemos considerar

como competências necessárias ao tutor, uma série de conhecimentos necessários como: conhecimento de conteúdo pedagógico, conhecimento do contexto educacional, bem como de valores educativos de suas raízes históricas e filosóficas.

Desta forma, para se desenvolver competências para a tutoria são necessárias situações e experiências que demonstrem a precisão de mobilizar o saber e executá-lo. Ao considerar o tutor como a figura fundamental na educação a distância, torna-se necessário falar sobre a sua capacitação e sua formação para atuar nos vários cursos disponibilizados pelas instituições.

Nesse contexto a FAMETRO busca capacitar seus tutores na contextualização dos conteúdos assim como fomentar nestes a adoção de Práticas Exitosas e Inovadoras com o objetivo de assegurar a qualidade na formação dos respectivos estudantes.

2.15 INTERAÇÃO ENTRE TUTORES, DOCENTES E COORDENADOR DE CURSO

A interação entre os tutores presenciais, tutores a distância, docentes e coordenador de curso, ocorre de forma sistemática e programada tanto presencialmente quanto no AVA, com o objetivo de desenvolver estratégias e implementar ações que contribuam para o melhor andamento das disciplinas e conforme as DCNs do curso.

As tutorias online e as tutorias presenciais têm atribuições distintas com o objetivo de melhor apoiar o estudante no processo de ensino-aprendizagem. Contudo, ambas formas de tutorias são amparadas e estão sob responsabilidade de um professor denominado aqui, como docente responsável. Todos esses atores, envolvidos nesse processo são definidos de forma conjunta entre coordenador de curso e coordenação acadêmica e pedagógica do NEaD. A interação entre os tutores presenciais, tutores a distância, docentes e coordenadores de curso, ocorre de forma sistemática e programada tanto presencialmente quanto no AVA, com o objetivo de desenvolver estratégias e implementar ações que contribuam para o melhor andamento das disciplinas e conforme as DCNs do curso.

A interação com o Estudante é potencializada de diversas formas, seja de forma presencial, via contato telefônico, e-mails e pelo uso criativo dos recursos do Ambiente Virtual de Aprendizagem. A proposta pedagógica do Ensino a distância da FAMETRO utiliza a Plataforma Moodle para gerenciar seu ambiente virtual de aprendizagem. O AVA é estruturado para atender os estudantes de forma que se sintam em uma sala de aula. Utiliza ferramentas síncronas e assíncronas. Cada participante desse cenário e que faz parte do processo de aprendizagem utiliza canais específicos de comunicação.

Os tutores EAD são responsáveis pelo gerenciamento da disciplina, pelo acompanhamento das atividades realizadas pelos estudantes no AVA, cria fóruns de discussão e interage nestes fóruns, aplica atividades avaliativas, interage com o estudante através de comunicação síncrona e assíncrona, orienta e tira dúvidas de forma online e

presencial e realiza encontros presenciais. Estão divididos entre Tutores EAD e presenciais, interagindo de forma diferenciada.

Parceiro do aluno de EaD:

- Orienta, de acordo com o ritmo de cada aluno, todas as etapas do processo ensino aprendizagem;

Mediador:

- Através do seu conhecimento global do curso, leva o aluno à aprendizagem usando de estratégias mediadoras;

Multiplicador de conhecimento:

- Apoia os docentes da equipe com orientações claras e didáticas quanto à preparação de materiais e ao acompanhamento das atividades geradas;

Conhecedor e entusiasta da abordagem interdisciplinar do conhecimento:

- Mostra aos alunos como os conteúdos e disciplinas se integram no curso, dando-lhes um conhecimento mais completo, não fragmentado, interdisciplinar; Orienta os professores nesta mesma direção;

Facilitador da aprendizagem discente:

- Objetiva proporcionar ao aluno de EaD autonomia para aprender mais e de modo correto, através de oportunidades colaborativas de aprendizagem seja entre aluno-tutor seja entre alunos-alunos ou aluno-tutor-aluno;

Usuário da comunicação dialógica:

- Mostra, através do diálogo didaticamente estruturado, que existem caminhos para as soluções de problemas;
- Estabelece etapas em que a comunicação do aluno é indispensável à execução de uma tarefa e/ou pesquisa;

Orientador pedagógico:

- Atendendo aos alunos presencial e virtualmente em suas dúvidas de origem técnica ou de conteúdo; avalia e seleciona materiais de apoio; elabora a apresentação dos materiais de apoio, que leve o aluno ao uso da tecnologia, motivando-o a conhecer mais e mais;

Veículo de Interatividade:

- Atua com outros professores e tutores na elaboração de processos interativos;

- Identifica o grau de interatividade dos alunos;
- Tenta resgatar os alunos resistentes ou desmotivados;

Assessor dos professores das disciplinas:

- Passam aos colegas os conhecimentos/experiências adquiridas em eventos sobre EaD;
- Participa de discussões sobre a elaboração e uso de material didático de EaD;
- Leva ao especialista de conteúdos (professor da disciplina) as dúvidas do aluno para poder ajudá-lo via chat, e-mail, fax, etc;

Usuário e conhecedor da TI:

- Utiliza as tecnologias e informação (TI) como veículo de interação com os seus orientandos;
- Organiza atividades e as desenvolve com os alunos usando as TI's.

2.15.1 Planejamento da Interação entre Tutores, Docentes e Coordenador de Curso

Por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem utilizado pela FAMETRO , é possível a cooperação entre Tutores, Docentes e Coordenador de Curso o que possibilita um trabalho em equipe, com a finalidade de atingir a um objetivo comum. Academicamente essa cooperação é importante, porque tem o aluno como o objetivo principal de todo o processo ensino e aprendizagem.

Segundo a proposta da FAMETRO , o coordenador de curso é o responsável pelo acompanhamento das disciplinas quanto à adequação ao projeto pedagógico do curso. A interação entre coordenador de curso e tutores ocorre em vários momentos e de formas diferentes. A primeira forma a ser citada é através de reuniões presenciais para relato de problemas e soluções, assim como compartilhamento de experiências entre tutores.

O planejamento da Interação entre Tutores, Docentes e Coordenador de Curso ocorre de forma sistematizada e sempre voltado para a melhoria dos resultados e otimização dos processos em que esses atores atuam.

De forma síncrona, o meio de reuniões através de ferramentas específicas para tal, a exemplo do meet e do jitsi. Uma outra forma de otimizar o fluxo de comunicação e oportunizar uma maior interação entre esses atores é a “Sala Multidisciplinar”, onde estão inseridos tanto o coordenador do curso, coordenação acadêmica e pedagógica e docentes/tutores.

2.15.2 Avaliação Periódica para Incremento na Interação entre os Interlocutores

Na contextualização da interação entre professores e tutores presenciais e a distância, são realizadas por meio de comunicação de grupos de estudos, sistema de comunicação interna, distribuição de materiais entre os mesmos sempre prezando pela qualidade de ensino em EAD. Neste sentido, a gestão do ensino a distância, é responsável pela promoção de planejamento de interação que possibilite condições de mediação e articulação entre tutores, docentes e coordenação do curso, considerando uma análise sobre a interação para encaminhamento de questões de gestão acadêmica do curso.

A interação garante a mediação e a articulação entre tutores, docentes e coordenador do curso, para a realização de avaliações periódicas para a identificação de problemas ou incremento na interação entre os interlocutores. Os mecanismos de interações dos alunos com os docentes e tutores são pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), sala multiprofissional virtual e de forma oportuna, presencialmente.

Nesses ambientes são criados links para facilitar os processos de comunicação multimídia em tempo real e off-line. Esses mecanismos permitem processos de interação com os professores e tutores em grupo e individual. Além disso, o serviço de tutoria acessa os mecanismos de interação periodicamente para realizar atendimento ao aluno. Os tutores têm a função de mediação pedagógica entre os alunos e os conteúdos com atendimento periódicos das demandas dos alunos em horário de trabalho pré-definido pela coordenação do curso. O serviço de tutoria também tem a função de animação pedagógica dos alunos com monitoria permanente para saber se estão participando ou afastados das atividades pedagógicas de ensino e aprendizagem.

2.16 PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA

2.16.1 Relação do Corpo Docente Previsto e suas Respectivas Produções

A FAMETRO considerando a oferta do Curso e o corpo docente para o perfeito cumprimento do perfil do egresso constante no PPC, apresenta em anexo na pasta da dimensão 2, a relação do corpo docente e suas respectivas produções.

Infraestrutura

"Nossa infraestrutura moderna e avançada proporciona um ambiente propício para a formação de excelência, dedicada a proporcionar um ambiente propício ao aprendizado e à pesquisa, capacitando nossos alunos a alcançarem seus mais altos potenciais em todas as áreas de estudo."

DIMENSÃO

3

DIMENSÃO 3: INFRAESTRUTURA

3.1 ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL

O curso oferece gabinetes de trabalho equipados, na proporção de um gabinete de trabalho para cada professor de tempo integral lotado na respectiva unidade acadêmica. Esses gabinetes encontram-se equipados com internet, terminais de computador para livre acesso dos docentes e atendem, plenamente, aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessárias à atividade proposta.

3.2 ESPAÇO DE TRABALHO PARA O COORDENADOR

A coordenação possui uma sala própria com condições adequadas em termo de dimensão, equipamentos e conservação para comportar o gabinete individual do coordenador e o gabinete para a funcionária auxiliar. A sala dispõe de arquivos e prateleiras para a organização da documentação do curso. O coordenador e a funcionária possuem acesso a recursos tecnológicos com impressora na própria sala e a internet irrestrita. As acomodações do espaço permitem o atendimento individualizado e atendimento em grupos de discentes e docentes tanto pelo coordenador como pela funcionária que auxilia nos processos administrativos do setor que garantem privacidade.

3.3 SALA COLETIVA DE PROFESSORES

As instalações para docentes (salas de professores) estão equipadas segundo a finalidade e atendem, plenamente, aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade como mesas, cadeiras, sofás, bebedouro, necessária à atividade proposta viabilizando o trabalho docente. Dispõe de recursos de tecnologia da informação e comunicação como impressora e internet e apoio técnico-administrativo próprio. O espaço está equipado com armários para guarda de material e equipamentos e permite o descanso, lazer e integração.

3.4 SALAS DE AULA

As salas de aula estão equipadas, segundo a finalidade e atendem, aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessária à atividade proposta e contém uma média de 50 cadeiras estofadas com braço, cadeiras adaptadas, um quadro branco, ar condicionado, uma mesa de professor e recursos

pedagógicos à disposição. O espaço permite situações de ensino-aprendizagem com recursos que garantem práticas diferenciadas.

3.5 ACESSO DOS ALUNOS AOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

A FAMETRO possui laboratórios de informática com terminais, softwares e acesso à internet para o uso de professores e alunos mediante sistema de agendamento. Nos laboratórios os alunos contam com suporte de um técnico de informática que assessora a utilização dos mesmos.

Além dos laboratórios físicos, dispõe de laboratório móvel que permite o deslocamento dos equipamentos pela FAMETRO .

Os laboratórios de informática possuem normas de segurança específica e plano de avaliação periódica dos espaços e plano de gerenciamento.

3.6 BIBLIOGRAFIA BÁSICA POR UNIDADE CURRICULAR

A FAMETRO possui acervo físico e virtual por meio de contrato com número de acessos que atendem à demanda do curso.

A bibliografia básica do curso é homologada pelo NDE em relatório específico com adequação à DCN, número de vagas e número de títulos.

São 03 títulos por unidade curricular com exemplares na proporção de 01 exemplar para cada 09 vagas, atualizados e tombados junto ao patrimônio da FAMETRO .

O acervo é gerenciado com plano de contingência para garantia de acesso e do serviço.

3.7 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR POR UNIDADE CURRICULAR

A FAMETRO possui acervo físico e virtual por meio de contrato com número de acessos que atendem à demanda do curso.

A bibliografia complementar do curso é homologada pelo NDE em relatório específico com adequação ao Catálogo de Curso Superior Tecnológico, número de vagas e número de títulos.

São 05 títulos por unidade curricular, com no mínimo 02 exemplares de cada título disponível, estando tombados e cadastrados junto ao patrimônio da FAMETRO e ao sistema da biblioteca.

O acervo é gerenciado com plano de contingência para garantia de acesso e do serviço.

PERIÓDICOS EM ASSINATURA CORRENTE CURSO

1. **Revista da Faculdade de Direito UFPR** <https://revistas.ufpr.br/direito/issue/archive>
2. **Revista Contexto Internacional** http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0102-8529&nrm=iso&rep=&lng=pt
3. **Revista Direito & Justiça da PUCRS** <https://www.pucrs.br/direito/informacoes-academicas/revista-direito-justica/>
4. **Revista da Faculdade de Direito da UERJ - RFD** <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rfduerj>
5. **Revista Direito GV da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas** http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1808-2432&nrm=iso&rep=&lng=pt
6. **Revista Âmbito Jurídico** <https://ambitojuridico.com.br/revista-ambito-juridico/>
7. **Revista de Historia Del Derecho** http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_serial&pid=1853-1784&nrm=iso&rep=&lng=pt
8. **Revista Novos Estudos Jurídicos** <http://siaiweb06.univali.br/seer/index.php/nej>
9. **Revista Direito em Construção (Universidade Salgado de Oliveira)** <http://revista.universo.edu.br/index.php?journal=1direitoconstrucao3&page=index>
10. **Revista Jurídica CESUMAR de Mestrado** <http://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica>
11. **Revista CENIPEC (Centro de Investigaciones Penales Y Criminologicas da Universidad de Los Andes)** <http://www.saber.ula.ve/handle/123456789/4836>
12. **Rivista Internazionale di Filosofia del Diritto** <http://dialnet.unirioja.es/servlet/revista?codigo=1308>
13. **Boletín Mexicano de Derecho Comparado (Instituto de Investigaciones Jurídicas da UNAM)** http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_serial&pid=0041-8633&nrm=iso&rep=&lng=pt
14. **Revista Estudios Constitucionales (Universidade de Talca - Centro de Estudios Constitucionales - Chile)** http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_serial&pid=0718-5200&nrm=iso&rep=&lng=pt
15. **Revista Prisma Jurídico (Universidade Nove de Julho)** <https://periodicos.uninove.br/prisma>
16. **Revista Dat@venia (Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Estadual da Paraíba)** <http://revista.uepb.edu.br/index.php/datavenia>

17. **Revista Veredas do Direito - Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável (Escola Superior Dom Helder Câmara)** <https://domhelder.edu.br/revista>
 18. **Revista Direito Fundamentais & Democracia (UniBrasil)**
<http://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd>
 19. **Revista IBDH - Instituto Brasileiro de Direitos Humanos** <https://revista.ibdh.org.br/index.php/ibdh>
 20. **Revista do Direito Público (Universidade Estadual de Londrina)**
<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/direitopub>
 21. **Revista Direito, Estado e Sociedade (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)**
<http://direitoestadosociedade.jur.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home>
 22. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais**
<http://www.direito.ufmg.br/revista/index.php/revista/issue/view/35>
 23. **RDAS - Revista Direito Ambiental e Sociedade (Universidade de Caxias do Sul)**
<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/direitoambiental>
 24. **Revista Eletrônica de Direito Processual (Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ)**
<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/redp>
- Revista Sistema Penal & Violência (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)**
<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/sistemapenaleviolencia>

3.8 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO BÁSICA

Não se aplica

3.8.1 MANUAL DE UTILIZAÇÃO DO LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA

NORMAS GERAIS PARA DOCENTES E DISCENTES DURANTE AS AULAS PRÁTICAS NA ÁREA DA SAÚDE E TECNOLÓGICO

OBJETIVOS

Este documento regulamenta e normatiza o processo de utilização dos Laboratórios de Informática da FAMETRO , de modo a sustentar o seu bom uso e funcionamento no âmbito acadêmico

Os Laboratórios caracterizam-se por sua natureza didático-pedagógica, servindo de complemento aos usuários, na busca pela informação e do conhecimento.

Os Laboratórios têm por finalidade atender aos alunos de todos os anos/cursos oferecidos pela FAMETRO permitindo a pratica de atividades relacionadas ao ensino, à pesquisa e ao desenvolvimento do conhecimento.

Os Laboratórios de Informática da FAMETRO , oferecem espaço e equipamentos de

informática e multimídia para atividades de ensino, pesquisa e extensão, que visem, especificamente, a:

- Estimular e promover o conhecimento das tecnologias informatizadas aplicadas à comunicação e ao aprendizado em geral aos alunos dos cursos regulares;

projetos de pesquisa e extensão individuais ou coletivos;

- Dar o suporte as disciplinas dos cursos da FAMETRO . A política de uso foi criada com os objetivos básicos de melhorar o gerenciamento dos equipamentos e serviços do Laboratório de Informática, bem como impedir o mal-uso destes recursos. Ela se baseia na ideia de que o acesso a estes recursos é um direito que gera deveres.

O LABORATÓRIO

Os Laboratórios de Informática têm a missão de apoiar aos alunos oferecendo um ambiente favorável para realizações de trabalhos e pesquisas. Todos os computadores possuem acesso à internet, com uma boa velocidade, e bons equipamentos para propiciar conforto e agilidade. Todos os alunos têm direito de utilizar os laboratórios e podem contar com auxílio do laboratorista ou professor responsável que estão à disposição para esclarecer dúvidas e resolver problemas que venham a ocorrer durante a utilização.

NORMAS GERAIS

I - Do Horário de Funcionamento

Art. 19. Os Laboratórios de Informática funcionam de segunda-feira a sexta-feira, das 08:00 às 22:00 e nos sábados de 08:00 as 12:00, durante o período letivo regular. Os horários poderão ser alterados, e flexíveis para o laboratório móvel, a bem da comunidade, por ato da direção da FAMETRO .

II - Dos Usuários

Art. 2º. Enquadra-se como usuário do Laboratório de Informática todo e qualquer integrante do corpo docente, discente (regularmente matriculado) e funcional da FAMETRO , sendo o Laboratório de Informática de uso exclusivo destes. A interrupção de vínculo com a FAMETRO acarreta a consequente e imediata perda do direito de utilização do Laboratório de Informática.

III - das Reservas

Art. 3°. Nos horários reservados para a utilização dos Laboratórios de Informática por parte do corpo docente, para aulas curriculares ou esporádicas, é vedada a utilização concomitante da mesma sala por outros usuários.

Art. 4°. Os professores que desejarem utilizar o Laboratório de Informática para atividades acadêmicas devem efetuar reservas, com antecedência mínima de 24 horas, em formulário próprio junto aos funcionários do Suporte.

IV - Da Utilização

Art. 5° O Laboratório de Informática deve ser utilizado único e tão somente para atividades acadêmicas ligadas ao ensino, pesquisa e extensão. É vedada a sua utilização para fins não relacionados à atividade acadêmica.

Art. 6° Os usuários que incorrerem em tal situação estão sujeitos a sanções e penalizações previstas no item X. O usuário é responsável, durante a sua utilização, dos recursos do Laboratório de Informática.

Art. 8°. O funcionário responsável deverá ser informado de qualquer anormalidade ocorrida durante a utilização dos recursos computacionais. O professor deve orientar os alunos para que deixem o ambiente limpo, organizado e com todos os recursos computacionais devidamente desligados, após o término das atividades acadêmicas.

Art. 9°. Cada usuário recebe uma conta no servidor, com a respectiva senha pessoal e intransferível, que provê acesso e espaço em disco para gravação de arquivos.

V - Dos Deveres

Art. 10°. É dever de todo usuário do Laboratório de Informática zelar pelas instalações e recursos computacionais compostos de hardware, software e respeitar os funcionários do Laboratório de Informática.

VI - Das Proibições

Art. 11°. Fica expressamente proibido no âmbito do Laboratório de Informática da FAMETRO :

- A. Acessar, modificar ou distribuir materiais de ação ofensiva racial, social ou
 - a. religiosa;
- B. Acessar, modificar ou distribuir materiais de conteúdo adulto/pornográfico:

- C. Usar vocabulário de baixo calão/ofensivo,
- D. Utilizar sites ou salas de bate-papo, ICQ, MSN Messenger e assemelhados:
- E. Utilizar Jogos eletrônicos - salvo utilizados em atividades acadêmicas devidamente autorizadas;
- F. Violar direitos autorais/propriedade intelectual:
- G. Propaganda político/partidária;
- H. Comer, beber ou portar alimentos;
- I. Fumar ou conduzir cigarros e assemelhados acessos;
- J. Utilizar equipamentos de comunicação como telefones celulares;
- K. Perturbar o ambiente com brincadeiras e algazarras;
- L. Praticar atividades que afetam ou coloquem em risco as instalações e/ou os recursos computacionais;
- M. Praticar atividades que promovam o desperdício de recursos de energia e computacionais;
- N. Instalação ou desinstalação de softwares e hardware nos equipamentos do laboratório;
- O. Atos de vandalismo digital, tais como quebra de privacidade, invasões internas e externas, captura de senhas e pirataria de software;
- P. Abrir, modificar, consertar ou reconfigurar a configuração dos recursos computacionais;
- Q. Utilização de usuário e senha alheia;
- R. Permanecer nas salas administrativas do Laboratório de Informática, salvo quando solicitado ou necessário.

VII - da Segurança lógica dos dados

Art.12º O Suporte não se responsabiliza pela integridade dos arquivos gravados nos servidores, devendo cada usuário ser responsável pela cópia de segurança dos seus arquivos.

VIII - da Conduta

Art. 13º. É de responsabilidade dos funcionários responsáveis pelo Laboratório de Informática manter a disciplina e ordem no Laboratório de Informática.

Art. 14º Durante a utilização do mesmo para atividades acadêmicas esta responsabilidade decai sobre o professor responsável pela atividade.

Art. 15º O Laboratório de Informática é um local de estudo e, portanto, devem ser observadas a ordem e o silêncio.

Art. 16º Qualquer conduta indevida deve ser comunicada aos responsáveis pelo Laboratório de Informática, através de memorando interno, com provas anexadas para providência de medidas cabíveis.

IX - Das Punições

Art.17º O não cumprimento das normas deste regulamento aqui especificadas ser penalizado de acordo com a sua gravidade conforme descrito abaixo e pelo ressarcimento de prejuízos e danos causados a infraestrutura do Laboratório de

Informática:

- I. Advertência oral;
- II. Advertência escrita;
- III Suspensão temporária dos direitos de utilização do Laboratório de Informática
- IV. Suspensão definitiva dos direitos de utilização do Laboratório de Informática;
- V. Responsabilidades civis ou pessoais cabíveis dentro da lei.

X- Dos Funcionários Responsáveis

Art. 18º. Os funcionários responsáveis pelo Laboratório de Informática da FAMETRO têm como atribuições:

- I. Prestar suporte técnico aos usuários no desenvolvimento das atividades acadêmicas que necessitem dos recursos do Laboratório de Informática;
- II. Supervisionar e controlar o comportamento dos usuários e utilização dos equipamentos;
- III. Zelar pela conservação e manutenção dos recursos computacionais;
- IV. Instalar e configurar recursos computacionais;
- V. Prover manutenção dos recursos computacionais, salvo atividades que requerem intervenção externa especializadas por profissionais ou empresas

Art. 19º. Não constituem atribuições dos funcionários: I. Desempenhar funções de monitoria em atividades acadêmicas;

XI - Dos Casos Omissos

Art. 20º Os casos omissos neste regulamento do Laboratório de Informática serão apreciados, em primeira e única instância, por uma comissão designada pela direção da FAMETRO .Art. 21º Este regulamento entra em vigor na data de sua publicação.

NORMAS DE SEGURANÇA DE LABORATÓRIOS OBJETIVOS

A presente norma tem por objetivo estabelecer diretrizes e condutas para a utilização de recursos de TI disponibilizados nos laboratórios da FAMETRO .

Para efeito de nomenclatura considerar-se-á recurso de TI todos os equipamentos e serviços instalados nos referidos laboratórios, incluindo computadores, periféricos (mouse, mouse pad, teclado, webcam e similares), switches, estabilizadores, no-breaks, sistemas operacionais e aplicativos.

ABRANGÊNCIA

Esta norma aplica-se a todos os usuários dos recursos de TI disponibilizados nos laboratórios.

Consideram-se usuários todos os alunos regularmente matriculados no campus bem como os servidores em exercício, alunos de cursos de extensão, além de estagiários, monitores e bolsistas externos.

SEGURANÇA

3.1 Os Usuários são responsáveis pela utilização correta dos recursos de informática (Computadores, redes e redes wireless e softwares) colocados à sua disposição e das informações disponibilizadas através da rede, devendo utilizá-los para os fins a que se destinam no estrito interesse da instituição, notadamente no que se refere às atividades acadêmicas.

3.2 Sob nenhuma circunstância está o usuário dos recursos de informática autorizado a se engajar em qualquer atividade que seja considerada ilícita, que afronte a moral, a ordem pública e os costumes locais, estaduais, nacionais e internacionais.

3.3 Sob nenhuma circunstância está o usuário dos recursos de informática autorizado a:

3.3.1 Utilizar ou divulgar material que viole os direitos de propriedade intelectual de qualquer natureza, bem como fazer cópia não autorizada de material protegido por direitos autorais, incluindo, exemplificativamente, músicas, textos, digitalização e distribuição de fotografias, livros ou outras fontes protegidas por direitos autorais;

3.3.2 Instalar, distribuir ou utilizar softwares não autorizados ou não licenciados para uso na

3.3.3 Adquirir, criar, produzir, reproduzir, dirigir, transmitir, distribuir, possuir ou armazenar, tornar disponível por qualquer meio, fotografia, vídeo ou outra forma de registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança e/ou adolescente, conforme o disposto nos arts. 240, 241, 241-A, 241-B, 241-C, 241-D e 241-E da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

3.3.4 Divulgar informações injuriosas, caluniosas ou difamatórias, que violem o direito à honra ou à imagem das pessoas;

3.3.5 Divulgar material de cunho racista, que constitua ameaça a alguém ou, ainda, qualquer material que viole quaisquer leis e demais normas vigentes;

3.3.6 Introduzir programas com códigos maliciosos na rede ou nos servidores, como por exemplo: vírus, worms, cavalos de tróia, e-mails infectados, etc;

3.3.7 Fornecer senhas de acesso à rede, a e-mails e a demais sistemas informatizados para pessoas não autorizadas;

3.9 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA

3.9.1 Laboratórios Especializados do 1º Ano do Curso (CST) ou 1º e 2º Ano (Bacharelados e Licenciatura)

N.S.A

3.9.2 NORMAS DE FUNCIONAMENTO, UTILIZAÇÃO E SEGURANÇA

N.S.A

3.10 LABORATÓRIOS DE ENSINO PARA A ÁREA DE SAÚDE

3.10.1 Laboratório Específicos e Multidisciplinares em Conformidade com as DCNs

N.S.A

3.11 LABORATÓRIOS DE HABILIDADES

3.11.1 Laboratório de Habilidades da Atividade Médica ou de Saúde

N.S.A

3.11.2 Capacitação dos Discentes nas Diversas Competências nas Diferentes Fases do Curso

N.S.A

3.12 UNIDADES HOSPITALARES E COMPLEXO ASSISTENCIAL CONVENIADOS

3.12.1 Unidades Hospitalares Conveniadas em Condições para a Formação dos Estudantes

N.S.A

3.12.2 Sistema de Referência e Contrarreferência

N.S.A

3.12.3 Práticas Interdisciplinares e Interprofissionais na Atenção à Saúde

N.S.A

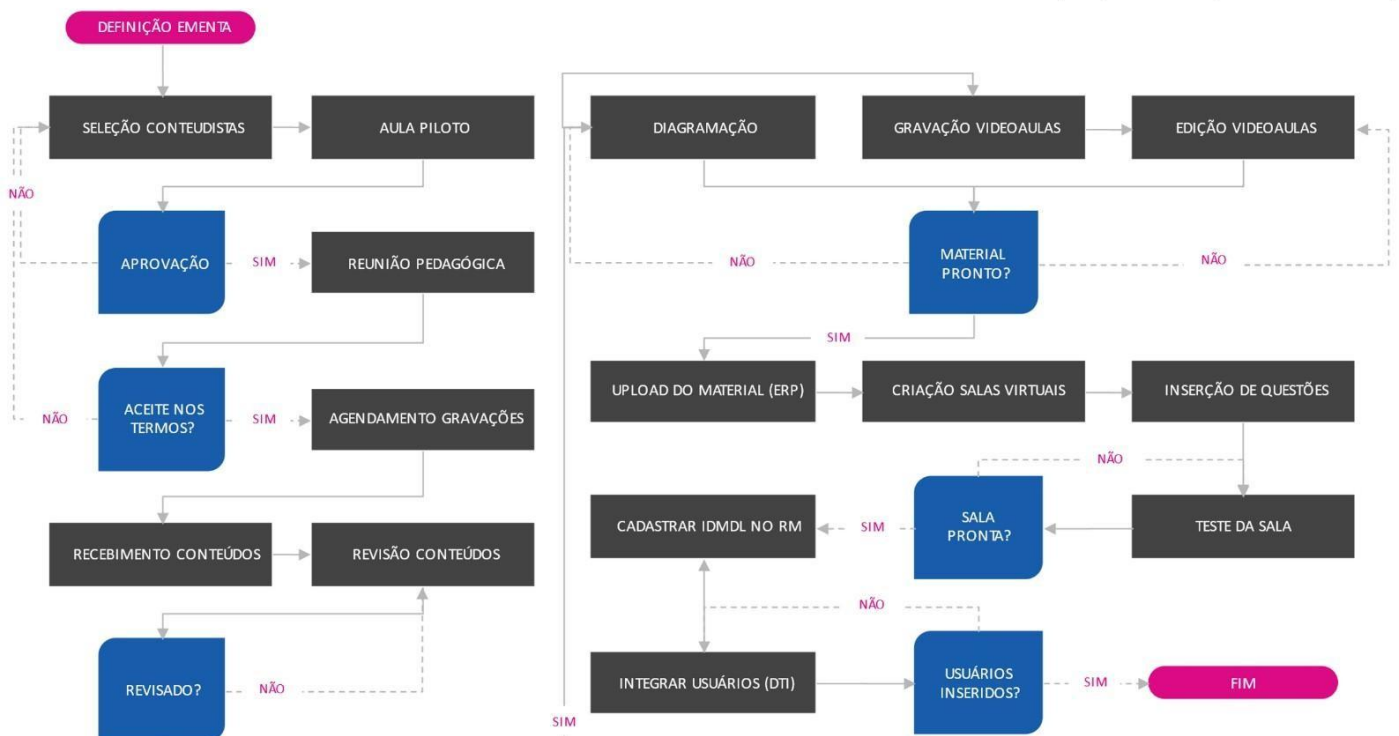
3.13 BIOTÉRIOS

N.S.A

3.14 PROCESSO DE CONTROLE DE PRODUÇÃO OU DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO

O processo de produção de conteúdo e seu controle é realizado pela Gestão do NEAD seguindo os seguintes procedimentos operacionais, apresenta 21 etapas entre a concepção da ideia e a conclusão do trabalho, visualizado no diagrama a seguir:

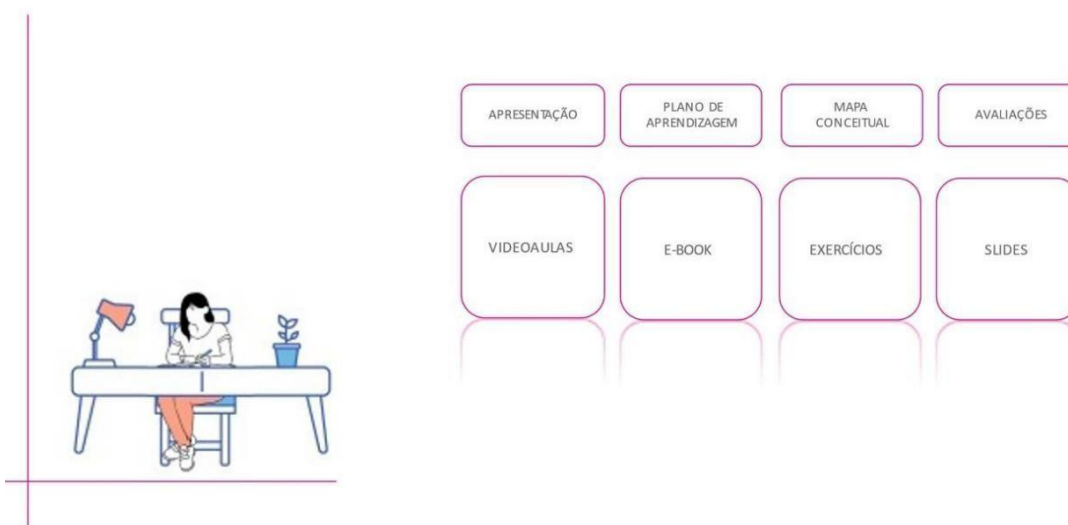
3.14 Processo de controle de produção ou distribuição de material didático (lc)



3.14.1 Material didático para uso na Modalidade de Educação à Distância

MATERIAL DIDÁTICO: Composição

1.18 Material didático



13

MATERIAL DIDÁTICO: E-book: Transcrição

1.18 Material didático



15

Todo o processo é controlado de forma eletrônica pelo SISTEMA DE CONTROLE DE PROCESSOS DO NEAD – SYSEAD. Esta ferramenta foi desenvolvida para realizar o acompanhamento de produção e manutenção do processo de produção de mídias e conteúdo acadêmico para a modalidade EAD.

3.14.2 Processo de Validação do Material didático pelo NEaD.

A produção de material didático na EaD é de grande importância para a efetiva aprendizagem do estudante e, para isso, exige alguns diferenciais em sua elaboração, aspectos que devem ser observados por todos os profissionais que integram o seu processo de produção.

O Núcleo de Educação à Distância (NeaD) da FAMETRO , é responsável pela concepção, gestão e avaliação de projetos em educação a distância, visando dar suporte pedagógico e tecnológico aos cursos presenciais e à distância oferecidos pela Instituição, através do desenvolvimento de tecnologia e mídias educacionais.

Equipe Multidisciplinar e a Produção de Materiais Didáticos

O Núcleo de Educação à Distância da FAMETRO , conta com uma equipe multidisciplinar responsável pelo planejamento, criatividade e produção de recursos didáticos voltados para a prática educativa, os quais, após finalizados, passam por um processo de validação, no qual observa-se especificidades de cada material produzido.

A equipe multidisciplinar da EaD da FAMETRO é composta por integrantes de diferentes áreas, mas que buscam atuar de forma integrada na excelência dos cursos da instituição. Com esse intuito a equipe multidisciplinar visa estabelecer um contínuo diálogo entre as instâncias de decisão, coordenadores/as de curso, professores/as formadores/as, tutores/as, técnicos/as administrativos/as, os/as quais participam direta e indiretamente das ações propostas por esta equipe multidisciplinar.

Composição da Equipe Multidisciplinar do NeaD:

- COORDENADOR EAD
- COORDENADORA DE ENSINO
- ASSESSORIA ACADÊMICO / PEDAGÓGICA EAD
- COORDENADOR DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL
- PROFESSORA REVISORA
- REVISORA DE TEXTOS
- PROFESSOR TUTOR EAD
- ASSISTENTE PEDAGOGICO
- ASSISTENTE DE PRODUÇÃO
- EDITOR DE IMAGEM
- EDITOR DE VIDEO
- DESIGNER MULTIMÍDIA
- ANALISTA DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL
- ANALISTA DE SUPORTE EAD
- DIAGRAMADOR
- ESTAGIÁRIO DE SISTEMAS

- ASSISTENTE ADMINISTRATIVO SR
- ASSISTENTE ADMINISTRATIVO PL
- ASSISTENTE ADMINISTRATIVO PL
- ASSISTENTE DE SECRETARIA SR
- ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
- ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
- ANALISTA FINANCEIRO PLENO

São atribuições da Equipe Multidisciplinar do NEaD:

- Assegurar o envolvimento da comunidade acadêmica na modalidade de EaD, mediante a articulação contínua com todos os setores das FAMETRO ;
- Propor a estrutura física e de recursos necessários ao desenvolvimento dos cursos e/ou programas de EaD, bem como acompanhar e avaliar a execução do processo de ensino aprendizagem nos Cursos ofertados na modalidade a Distância;
- Oferecer cursos e/ou atividades formativas de Graduação e de Pós-graduação lato sensu, e de Extensão;
- Produzir material didático e assegurar sua distribuição no AVA;
- Garantir a funcionalidade do AVA assim como a sua atualização continua;
- Qualificar docentes e técnicos administrativos para atuarem em EaD;
- Assessorar e dar suporte a todas as iniciativas e experiências em EaD, no âmbito das FAMETRO ;
- Apoiar e incentivar a aplicação do conhecimento adquirido em EaD;
- Estudar, elaborar e difundir modalidades de EaD;
- Buscar o desenvolvimento de habilidades em novas tecnologias aplicadas à EaD;
- Propor normas de organização, gestão e avaliação da EaD no âmbito das FAMETRO ;
- Promover as melhores práticas pedagógicas em todos os cursos ofertados em EaD;
- Promover parcerias com outras instituições nacionais e internacionais, públicas e privadas, governamentais e não governamentais;
- Promover congressos, simpósios e similares sobre assuntos relacionados com EaD;
- Disseminar tecnologia, metodologias e os recursos educacionais para a EAD.

Por conseguinte, para a produção de material didático foi criado um fluxograma para definição dos processos, com o objetivo de otimização destes e estabelecimento de imediato, das estratégias necessárias para assegurar o processo de produção com a qualidade almejada pela FAMETRO . (anexo 1).

Validação de materiais didáticos para EaD

A contemporaneidade através das novas tecnologias nos trouxe grandes desafios, especialmente, no que diz respeito a planejar e organizar ambientes para aprendizagem online. Segundo Araújo Jr. e Marquesi (2012, p. 361), “a web constitui um espaço virtual que permite a experiência multissensorial de maneira bastante intensa, valorizando as diferentes formas de aprendizagem e disponibilizando os recursos multimidiáticos”, que deverão favorecer a aprendizagem dos educandos.

O Referencial de Qualidade para a Educação Superior a Distância (2007, p. 09) assevera que “os programas podem apresentar diferentes desenhos e múltiplas combinações de linguagens e recursos educacionais e tecnológicos”, possibilitando criar e recriar formatos de materiais em vários contextos de aprendizagem.

Para que o processo de validação seja eficaz, a Equipe Multidisciplinar observa a construção do material didático no que diz respeito à garantia de unidade entre os conteúdos trabalhados, quaisquer que sejam sua organização, disciplina, módulo, áreas e unidades.

Assim, torna-se relevante observar os critérios de qualidade dos produtos, antes que sejam postados no AVA. Para Schons (2009), “os critérios de qualidade relacionados ao conteúdo, linguagem e estética quando bem interligados, apresentando linguagem legível, conteúdo estruturado e estética apropriada permite um material organizado de forma a entreter o aluno”, pois se este não se identifica com o conteúdo proposto, a aprendizagem pode ficar comprometida. Neste sentido, é necessário estabelecer parâmetros de qualidade para cada ferramenta ou produto que constará no AVA.

Principais critérios de validação para inclusão no AVA

Os parâmetros de qualidade das atividades para o Ambiente Virtual de Aprendizagem, do NeaD da FAMETRO , são classificados em três dimensões: tecnológica, pedagógica e comunicativa.

- Na dimensão tecnológica são assegurados todos os recursos de tecnologia educacional no que diz respeito à utilização de recursos tecnológicos para fins pedagógicos. Seu objetivo é buscar e práticas inovadoras, que facilitem e potencializem o processo de ensino e aprendizagem.
- Na dimensão pedagógica é entendido como aquela implicada diretamente com o processo de ensino–aprendizagem, em suas características de intencionalidade consciente e sistematização.
- Na dimensão comunicativa é permitido verificar a adequação da linguagem utilizada nos avisos e nos enunciados das atividades, observando a clareza e a preocupação com a interação, para potencializar a aprendizagem apoiada no discurso das novas

tecnologias.

Os materiais de aprendizagem e de organização da disciplina disponibilizados no AVA são elaborados e construídos pela equipe Multidisciplinar do EAD e contemplam todas as etapas de produção das disciplinas a distância.

Durante toda a produção das disciplinas os respectivos processos se baseiam em:

- Abrangência, aprofundamento e coerência teórica;
- Organização e Apresentação;
- Consistência, Clareza e Objetividade;
- Cumprimento ao estabelecido na Ementa da Disciplina e Adequação Bibliográfica;
- Linguagem Dialógica, Inclusiva e Acessível;
- Acessibilidade Metodológica e instrumental

Itens Avaliados:

O material didático produzido é avaliado a partir dos critérios estabelecidos e abaixo listados, com o objetivo de assegurar a qualidade destes, conforme Anexo 2.

- a) Plano de Aprendizagem;
- b) E-book;
- c) Avaliações;
- d) Slides de apoio à compreensão da disciplina;
- e) Mapa conceitual com síntese da disciplina;
- f) Videoaulas.

Critérios para validação do plano de aprendizagem:

- Pertinência das temáticas em relação à ementa; relação do objetivo geral com rol de conteúdos da ementa;
- objetivos específicos correlacionados aos conteúdos da disciplina;
- distribuição e organização das unidades de ensino;
- metodologia de ensino, recursos didáticos e formas de avaliação; relação das temáticas da ementa à bibliografia apresentada ao aluno.
- Organização e normas na bibliografia básica e complementar.

Critérios para validação das avaliações:

- Clareza e objetividade dos assuntos propostos pela ementa;
- contextualização dos enunciados;
- ortografia e linguagem;
- organização do conteúdo da avaliação no template.

Critérios para validação dos slides de Apoio:

- Formatação do conteúdo no slide;
- aspectos didáticos na organização do slide (cores, fontes, gravuras etc.);
- distribuição do plano de ensino no slide; estética do material apresentado pelo professor.

Critérios para validação das vídeoaulas:

Organização das temáticas; distribuição dos conteúdos na tela e na oralidade do professor; tempo de apresentação; clareza visual das cartelas de cores utilizadas; trilha sonora para conteúdos de aprendizagem (se necessário); organização do roll, nomes, funções e palavras; organização da bibliografia no roll (normas da ABNT); ortografia e linguagem.

Critérios para validação do Mapa Conceitual:

Quantidade e qualidade de conceitos consideradas suficientes para compreensão e apreensão dos conceitos, níveis de hierarquização dos conteúdos, número de inter-relações, palavras de enlace e proposições com significado lógico, estrutura do mapa conceitual, representatividade dos conteúdos e criatividade.

É mister ainda destacar que os professores responsáveis pelas vídeoaulas são avaliados previamente nos quesitos abaixo, como critérios de avaliação das vídeoaulas-testes, a fim de assegurar a qualidade destas.

- Desenvoltura;
- Dicção;
- Postura;
- Adequação da Linguagem;

CRITÉRIOS PARA VALIDAÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO			
Disciplina:			
Item	Plano de Aprendizagem	Atende	Não Atende
1	Pertinência das temáticas em relação à ementa		
2	relação do objetivo geral com rol de conteúdos da ementa		
3	objetivos específicos correlacionados aos conteúdos da disciplina		
4	distribuição e organização das unidades de ensino		
5	metodologia de ensino, recursos didáticos e formas de avaliação		
6	relação das temáticas da ementa às bibliografias básica e complementar		
7	Organização e normas na bibliografia básica e complementar.		
Avaliações			
8	Clareza e objetividade dos assuntos propostos pela ementa; .		
9	contextualização dos enunciados;		
10	ortografia e linguagem		

11	organização do conteúdo da avaliação no template		
Slides de Apoio			
12	Formatação do Conteúdo no Slide		
13	Aspectos Didáticos na Organização do Slide (cores, fontes, gravuras etc.)		
14	Distribuição do Plano de Aprendizagem no Slide;		
15	Estética do material apresentado pelo professor		
Videoaulas			
16	Organização das temáticas;		
17	distribuição dos conteúdos na tela e na oralidade do professor;		
18	tempo de apresentação;		
19	clareza visual das cartelas de cores utilizadas;		
20	trilha sonora para conteúdos de aprendizagem (se necessário);		
21	organização do roll, nomes, funções e palavras;		
22	organização da bibliografia no roll (normas da ABNT);		
23	ortografia e linguagem.		
Mapa Conceitual			
24	Quantidade e qualidade de conceitos, considerados suficientes para a compreensão e apreensão do conteúdo		
25	Níveis de hierarquização dos conteúdos		
26	Número de inter-relações entre conteúdos,		
27	Palavras de enlace e proposições com significado lógico,		
28	Estrutura do mapa conceitual,		
29	Representatividade dos conteúdos e criatividade.		

3.15 NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS: ATIVIDADES BÁSICAS E ARBITRAGEM, NEGOCIAÇÃO, CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ATIVIDADES JURÍDICAS REAIS

Conforme as DCNs do Curso de Direito, dentro do que estabelece o eixo-prático, o Estágio Supervisionado é um componente curricular obrigatório, o qual deve ser oferecido pela própria Instituição de Ensino Superior, a fim de viabilizar a formação prático-profissional do discente, com o objetivo de integrar a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nas demais perspectivas formativas.

Neste contexto, o Núcleo de Práticas Jurídicas – NPJ, é o ambiente em que os discentes do Curso de Direito desenvolvem/aplicam os conhecimentos teóricos, adquiridos em sala de aula, no dia a dia, na resolução de questões práticas e na resolução de problemas reais, de pessoas carentes.

A partir do 7º (sétimo) PERÍODO do Curso de Direito os discentes passam a ter que cumprir as 300 (trezentas) horas de Estágio Supervisionado Obrigatório, que são divididas em 4 (quatro) períodos. Do 7º (sétimo) ao 9º (nono) PERÍODO os discentes têm que cumprir 80 (oitenta) horas de estágio supervisionado obrigatório e, no 10º (décimo) PERÍODO, deverão ser cumpridas 60 (sessenta) horas.

No âmbito da Faculdade Fаметro, o NPJ possui instalações próprias e Coordenação própria, adequadas para proporcionar aos discentes o espaço adequado para o atendimento à população carente.

As instalações do NPJ são compostas de 6 (seis) salas assim divididas: 2 (duas) salas reservadas, do tipo escritório, voltadas para atendimentos aos clientes, com total privacidade; 2 (duas) salas reservadas, do tipo reunião com mesa redonda, voltadas para realização de mediações e conciliações; e 2 (duas) salas de aula, em formato diferenciado, para que os professores possam dar as devidas orientações e os alunos possam, elaborar as devidas pesquisas e confecção de peças processuais, razão pela qual as salas são dotadas de computadores ligados à internet, e dotadas de projetores para que os professores possam orientar os alunos a protocolar as devidas peças processuais.

As salas de conciliação/mediação foram especialmente criadas para poder desenvolver projetos, em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, voltados para resolução de casos de menor complexidade.

Por meio de parceria entre o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e o NPJ é possível que as audiências de conciliação, de processos reais, que tramitam nos juizados especiais, sejam realizadas no âmbito do NPJ. O TJAM capacita os estagiários, promovendo cursos de formação de conciliadores, esses estagiários passam a exercer o papel de conciliador e o Tribunal consegue desafogar a pauta de audiências de conciliação.

Neste formato de parceria, os discentes têm diversas vantagens, primeiro porque têm contato direto com um processo real, ainda na sua formação acadêmica, segundo porque têm a possibilidade de receber treinamento/formação de conciliador, dada pelo próprio Tribunal de Justiça e terceiro, porque podem exercer, na prática, uma função essencial no andamento processual, que é presidir a audiência de conciliação, o que traz um ganho extraordinário na experiência prática, aliada à formação acadêmica.

Em relação ao procedimento metodológico, o procedimento primordial do NPJ/Fаметro consiste em prestar atendimento jurídico gratuito diretamente à população carente. Esses atendimentos são realizados pelos próprios alunos – estagiários, com orientação direta dos professores, todos advogados.

todos os professores orientadores do Núcleo de Práticas Jurídicas são professores que exercem a advocacia na prática. Não são somente professores, nem somente advogados, mas cumprem concomitantemente as duas funções. A importância do professor orientador ser um advogado se dá em razão da necessidade de se ter um professor, com toda a formação metodológica do ensino superior aliada a vivência da prática forense.

Neste contexto, o atendimento é realizado durante os dias de semana, tanto pelo PERÍODO da manhã, quanto pelo PERÍODO da tarde, objetivando dar suporte a tais atendimentos, o NPJ será composto por um Professor Coordenador e outros professores orientadores, todos advogados, com experiência de prática forense, para possibilitar a devida orientação aos alunos, no trato e atendimento aos clientes.

Importante destacar que a metodologia adotada no NPJ é ativa, eminentemente prática, isto é, são os próprios alunos que prestam o atendimento ao cliente, que dão as orientações e, quando necessário, elaboram as peças judiciais e realizam o devido protocolo.

As áreas primordiais de atendimento, no âmbito do NPJ/Fametro, estão relacionadas ao direito civil, família, penal, previdenciário e orientações relacionadas ao direito do trabalho.

Além dos atendimentos na própria sede do NPJ/Fametro, o Núcleo realizará atendimentos e orientações em comunidades carentes, especialmente àquelas em que a população que ali reside possui mais dificuldade em conseguir acesso à orientação Jurídica.

Por esta razão, o NPJ/Fametro irá realizar parcerias institucionais a fim de promover a divulgação do acesso a orientação Jurídica e de atendimentos jurídicos à população de comunidades carentes, sejam de bairros periféricos, sejam de comunidades ribeirinhas desassistidas.

Tais parcerias serão desenvolvidas, especialmente, por meio de associação de moradores, entidades religiosas, organizações não governamentais e organizações sem fins lucrativos, sempre com o interesse de promover o acesso à Justiça, dar orientação Jurídica de qualidade, fornecer atendimento jurídico, formar os nossos discentes e cumprir com a responsabilidade social da Instituição de Ensino Superior.

Ainda, é no âmbito no NPJ que todas as atividades de competições Jurídicas serão desenvolvidas. Isto é, a participação da Equipe da Faculdade Fametro nas competições Jurídicas de júri simulado, arbitragem, direitos humanos, jogos jurídicos, de iniciativa dos mais variados atores do sistema judicial brasileiro é de responsabilidade do NPJ.

Compete ao NPJ realizar a divulgação, o treinamento, as seletivas internas e orientação das equipes durante as respectivas competições Jurídicas. As competições Jurídicas servem como um importante fator de aprimoramento do raciocínio jurídico, desenvolvimento da oratória, trato com os demais colegas, uma vez que eventuais embates jurídicos não devem extrapolar os limites éticos e do próprio processo.

A percepção e o desenvolvimento de todas essas habilidades devem ser estimulados desde a formação acadêmica e, sem dúvida, se tornam um diferencial no mercado de trabalho. Por essa razão, o NPJ estimula e capacita os discentes a participar de todas as competições Jurídicas disponíveis, independentemente dos ramos específicos do direito.

Portanto, todas essas atividades práticas visam contribuir para a formação do discente, razão pela qual o Núcleo de Práticas Jurídicas fornece não somente a formação prática real, também oportuniza o crescimento profissional do discente.

3.16 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP)

N.S.A

3.17 COMITÊ DE ÉTICA NA UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS (CEUA)

N.S.A

3.18 AMBIENTES PROFISSIONAIS VINCULADOS AO CURSO

3.18.1 atendimentos aos Objetivos do PPC para Complementação de Práticas Laboratoriais e/ou Profissionais

N.S.A

3.18.2 Experiências Diferenciadas de Aprendizagem

N.S.A

3.18.3 Avaliação Periódica Documentada e Ações de Melhoria

N.S.A

APÊNDICES DO PPC - TOMO II DO PPC

Apêndice I – Infraestrutura

APÊNDICE II – REGULAMENTOS

REGULAMENTO DO PROJETO INTERDISCIPLINAR

I DA DEFINIÇÃO

Art. 1º Por Interdisciplinaridade a FAMETRO entende ser uma estratégia de abordagem e tratamento do conhecimento em que duas ou mais disciplinas/unidades curriculares ofertadas simultaneamente estabelecem relações de análise e interpretação de conteúdos, com o fim de propiciar condições de apropriação, pelo discente, de um conhecimento mais abrangente e contextualizado.

Art. 2º. Na FAMETRO, a interdisciplinaridade é uma estratégia para a abordagem e tratamento do conhecimento de caráter obrigatório, a ser desenvolvida por meio de projetos interdisciplinares, os quais serão realizados em todos os períodos letivos, em todos os cursos, a partir da integração horizontal dos componentes curriculares de um determinado período.

II DO OBJETIVO

Art 3º. O Projeto Interdisciplinar tem como objetivo geral a aplicação dos conhecimentos adquiridos pelos alunos em situações ou problemas teórico-práticos, selecionados de maneira a permitir a integração entre disciplinas, aprofundamento da socialização dos alunos, contextualização dos conhecimentos adquiridos em sala de aula, organização, pontualidade e desenvolvimento de habilidades. Além de promover e incentivar atividades de pesquisa e trabalho em equipe, identificar habilidades e aplicar conceitos.

Art 4º. O Projeto Interdisciplinar deve também contribuir para:

- a) Desenvolver uma proposta de intercomunicação entre disciplinas;
- b) Promover atividade extraclasse, para que se possa investigar e colher informações;
- c) Despertar nos discentes o gosto pela investigação científica;
- d) Orientar o desenvolvimento de trabalhos seguindo normas específicas;
- e) Oportunizar aos alunos atividades práticas nas quais possam vivenciar os conteúdos trabalhados em sala de aula;
- f) Registrar as conclusões dos participantes do projeto expondo-as aos demais integrantes da série.

III DA REALIZAÇÃO

Art. 4º. A interdisciplinaridade será desenvolvida por meio da pedagogia de projetos, onde a partir de um tema gerador, de uma situação problema, de necessidades de intervenção práticas, do desenvolvimento de novas técnicas, de soluções inovadoras para problemas pertinentes as disciplinas, os alunos desenvolverão atividades de teórico e práticas, utilizando como referencia os conteúdos curriculares das disciplinas com a finalidade de compreender e analisar o tema, resolver o problema, ou desenvolver novas técnicas que os remetam a compreensão da interligação e da intercomunicação do conhecimento numa perspectiva integradora.

Art. 5º. Este tema gerador, a situação problema, ou atividade teórico-prática a ser realizada deve necessariamente concorrer para a integração das disciplinas de um mesmo período letivo, prevendo a utilização dos conteúdos previstos para as mesmas em acordo com as suas ementas.

Art. 6º. Os projetos interdisciplinares fazem parte da pedagogia de projetos, a qual pretende proporcionar ao aluno uma aprendizagem ativa para a construção de conhecimento, por meio de ações executadas pelos alunos e acompanhadas pelos professores envolvidos no projeto.

Art.7º. Na Modalidade de Ensino à Distância os projetos Interdisciplinares também se denominam Estudos Interdisciplinares.

IV DO PLANEJAMENTO

Art. 8º. Os projetos serão planejados ao início de cada semestre letivo a partir da contribuição dos professores de um mesmo período letivo, visando a integração horizontal das disciplinas de um mesmo período.

Art. 9º. Os referidos projetos deverão conter a apresentação, justificativa, metodologia, formas e processos de avaliação.

Art. 10º. Os projetos devem conter ainda, a indicação de quais professores, e de quais disciplinas, estarão envolvidas no projeto. Devem trazer também, a indicação de quais conteúdos, de cada disciplina, serão explorados tendo em vista as necessidades geradas pelo projeto.

Art. 11º. No caso de Estudos Interdisciplinares, estes se apresentam em forma de disciplina, com carga horária prevista e professor designado, e todo o seu processo de realização deverá ser feito no ambiente virtual de aprendizagem

Art. 12. As atividades que serão realizadas no decorrer do projeto e o seu produto final, deve obedecer ao nível de maturidade intelectual dos alunos no período em que estes estão cursando, devendo também guardar coerência com as competências e habilidades previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso, com a finalidade de fortalecer o perfil do egresso.

V DA CARGA HORÁRIA PARA A REALIZAÇÃO DO PROJETO INTERDISCIPLINAR

Art. 13º. O projeto interdisciplinar é de caráter obrigatório e para a sua realização será destinado até 20% da carga horária total de cada disciplina envolvida.

Art. 14º. No caso dos Estudos Interdisciplinares a carga horária para o desenvolvimento das atividades estará determinada nas matrizes curriculares.

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 15º. Cabe aos professores:

- a) Participar efetivamente da elaboração e do planejamento do projeto interdisciplinar, identificando nos projetos as possíveis aplicações da sua disciplina, enriquecendo-o e tornando-o realmente interdisciplinar;
- b) Comentar e repassar as atividades da disciplina no projeto de acordo com o calendário de apresentações;
- c) Sugerir a qualquer momento, ideais que possam vir a melhorar o resultado esperado do Projeto;
- d) Orientar todas as equipes ao longo do período de projeto, tirando as dúvidas que competem às suas respectivas disciplinas;
- e) Avaliar os resultados a partir dos critérios estabelecidos para o mesmo.

Art. 16º. Cabe aos Coordenadores de Curso:

- a) Acompanhar o desenvolvimento dos projetos a partir do contato com professores e alunos;
- b) Subsidiar os professores com todo o aparato institucional necessário para a melhor realização dos projetos;
- c) Mediar possíveis dificuldades encontradas entre o corpo docente.

Art. 17º. Cabe aos alunos:

- a) Realizar as atividades com dedicação e esmero para o melhor desenvolvimento do trabalho;
- b) Reportar aos professores e/ou aos coordenadores de curso, qualquer dificuldade na realização e/ou desenvolvimento do projeto interdisciplinar;
- c) O Projeto Interdisciplinar é obrigatório, e comporá a nota da avaliação parcial dos acadêmicos;

VI DO REGISTRO DA INTERDISCIPLINARIDADE

Art. 18º. A EMENTA da atividade a ser realizada como projeto interdisciplinar deverá estar contido obrigatoriamente no plano de ensino em espaço reservado para este fim.

Art. 19º. No registro do projeto interdisciplinar no plano de ensino, deverá ser indicada as aulas (em dias e quantidade), respeitando a carga horária máxima para a sua realização.

VII AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Art. 20º. Como critério de avaliação, o projeto deverá conter a EMENTA detalhada dos critérios de avaliação e para a composição de sua nota final deve ser computado até 20% da nota institucional, dentro de uma escala de 0 a 10.

VIII DO RELATÓRIO DO PROJETO INTERDISCIPLINAR

Art. 21º. Deverá ao final do semestre ser apresentado à Coordenação de Curso, relatório substanciado do Projeto Interdisciplinar, que demonstre todas as atividades realizadas, previstas no projeto, e analise os resultados alcançados;

Art. 22º. As atas de notas do projeto interdisciplinar e todo material produzido para este, deve estar em anexo ao relatório final;

Art. 23º. Este relatório ficará arquivado na Coordenação de Curso, junto com o projeto que originou o mesmo, por no mínimo de 03 (Três) anos;

Art. 24º. Para a Modalidade à distância os estudos Interdisciplinares ficarão repostos no ambiente virtual para posterior transição ao repositório institucional.

REGULAMENTO DO PROJETO TRANSVERSAL

I DA DEFINIÇÃO

Art. 1º Por Transversalidade a FAMETRO entende ser à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real e de sua transformação (aprender na realidade e da realidade).

Art. 2º. Na FAMETRO, a Transversalidade será uma estratégia para a abordagem e tratamento do conhecimento de caráter obrigatório, a ser desenvolvida por meio de Projetos Transversais, os quais serão realizados em todos os períodos letivos, em todos os cursos, a partir da integração vertical e horizontal dos componentes curriculares de um determinado período em duas áreas temáticas específicas, a saber:

- a) Educação Ambiental
- b) Relações Étnico-Raciais

II DO OBJETIVO

Art. 3º. O Projeto Transversal tem como finalidade proporcionar aos alunos a compreensão da importância de debater esses temas para a melhoria da qualidade de vida da comunidade onde atuam e vivem, e para uma atuação cidadã dos futuros profissionais formados pela FAMETRO.

Art. 4º. O Projeto Transversal deve também contribuir para:

- g) Promover atividade extraclasse, para que se possa investigar e colher informações; debater e obter conhecimento acerca de temas contemporâneos relativos as áreas temáticas identificadas;
- h) Despertar nos discentes o gosto pelo debate, pela troca de experiência, pela intercomunicação de conhecimentos e vivência e pela tolerância na perspectiva da acessibilidade atitudinal e da consciência ambiental.

Art.5º. Na Modalidade de Ensino à Distância os projetos transversais também se denominam Estudos Transversais.

III DA REALIZAÇÃO

Art. 5º. A Transversalidade será desenvolvida por meio da pedagogia de projetos, onde a partir de um tema gerador, os alunos desenvolverão atividades teóricas e/ou práticas, utilizando como referencia temáticas pertinentes a Educação Ambiental e as Relações Étnico-raciais, com destaque para as temáticas culturais locais.

Art. 6º. Este tema gerador, deve necessariamente concorrer para a integração da realidade refletida a luz de conhecimentos adquiridos e desenvolvidos no percurso formativo dos alunos.

Art. 7º. Os projetos Transversais fazem parte da pedagogia de projetos, a qual pretende proporcionar ao aluno uma reflexão acerca das questões ambientais e étnico-raciais, proporcionando aos alunos uma aprendizagem ativa para a construção de conhecimento, por meio de ações executadas pelos alunos e acompanhadas pelos professores envolvidos no projeto.

IV DO PLANEJAMENTO

Art. 8º. Os projetos serão planejados ao início de cada semestre letivo a partir da contribuição dos professores de um mesmo período letivo, visando à integração transversal dos conteúdos relacionados à Educação Ambiental e Relações Étnico-Raciais, e terão caráter permanente e contínuo.

Art. 9º. Os referidos projetos deverão conter a apresentação, justificativa, metodologia, formas e processos de avaliação.

Art. 10º. Os projetos devem conter ainda, a indicação de quais professores, e de quais disciplinas, estarão envolvidas no projeto. Devem trazer também, a indicação de quais temas serão abordados referentes às áreas temáticas indicadas neste regulamento.

Art. 11º. As atividades que serão realizadas no decorrer do projeto e o seu produto final, deve obedecer ao nível de maturidade intelectual dos alunos no período em que estes estão cursando, devendo também guardar coerência como as competências e habilidade previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso.

V DA CARGA HORÁRIA PARA A REALIZAÇÃO DO PROJETO TRANSVERSAL

Art. 12º. O projeto Transversal é de caráter obrigatório e para a sua realização será destinado até 20% da carga horária total de cada disciplina envolvida.

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 13º. Cabe aos professores:

- f) Participar efetivamente da elaboração e do planejamento do Projeto Transversal.
- g) Comentar e repassar as atividades da disciplina no projeto de acordo com o cronograma do projeto;
- h) Sugerir a qualquer momento ideias que possam vir a melhorar o resultado esperado do Projeto;

- i) Orientar todas as equipes ao longo do período de projeto, tirando as dúvidas que competem às suas respectivas disciplinas;
- j) Avaliar os resultados a partir dos critérios estabelecidos para o mesmo.

Art. 14º. Cabe aos Coordenadores de Curso:

- d) Acompanhar o desenvolvimento dos projetos a partir do contato com professores e alunos;
- e) Subsidiar os professores com todo o aparato institucional necessário para a melhor realização dos projetos;
- f) Mediar possíveis dificuldades encontradas entre o corpo docente.

Art. 15º. Cabe aos alunos:

- d) Realizar as atividades com dedicação e esmero para o melhor desenvolvimento do trabalho;
- e) Reportar aos professores e/ou aos coordenadores de curso, qualquer dificuldade na realização e/ou desenvolvimento do projeto Transversal;
- f) No Projeto Transversal é obrigatório a participação dos alunos.

VI DO REGISTRO DA TRANSVERSALIDADE

Art. 16º. A EMENTA da atividade a ser realizada como Projeto Transversal deverá estar contido obrigatoriamente no plano de ensino em espaço reservado para este fim

Art. 17º. No registro do Projeto Transversal no plano de aprendizagem, deverá ser indicada as aulas (em dias e quantidade), respeitando a carga horária máxima para a sua realização.

VII AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Art 18º. Como critério de avaliação, o projeto deverá conter a EMENTA detalhada dos critérios de avaliação e para a composição de sua nota final deve ser computado até 20% da nota institucional, dentro de uma escala de 0 a 10.

Art. 19º. No caso dos Estudos Transversais este não comporá nota e sim horas de atividades complementares.

VIII DO RELATÓRIO DO PROJETO TRANSVERSAL

Art. 20º. Deverá ao final do semestre ser apresentado à Coordenação de Curso, relatório consubstanciado do Projeto Transversal, que demonstre todas as atividades realizadas, previstas no projeto, e analise os resultados alcançados.

Art. 21º. As atas de notas do projeto Transversal e todo material produzido para este, deve estar em anexo ao relatório final.

Art. 22º. Este relatório ficará arquivado na Coordenação de Curso, junto com o projeto que originou o mesmo, por no mínimo de 03 (Três) anos.

Art. 23º. Para a Modalidade à distância os estudos transversais ficarão repostos no ambiente virtual para posterior transição ao repositório institucional.

REGULAMENTO DA EDUCAÇÃO PARA OS DIREITOS HUMANOS

I DA DEFINIÇÃO

Art 1º Direitos Humanos são entendidos como aqueles direitos fundamentais que o homem possui pelo fato de ser homem, por sua própria natureza humana, pela dignidade que a ela é inerente. São direitos que não resultam de uma concessão da sociedade política.

II DOS OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO PARA OS DIREITOS HUMANOS

Art 2º. Conforme o Art. 5º da Resolução no. 1 de 30 de maio de 2012, a Educação em Direitos Humanos tem como objetivo central a formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regionais, nacionais e planetário.

III DOS TEMAS

Art 3º. Conforme o artigo 3º. Da Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, a Educação em Direitos Humanos, Na FAMETRO será desenvolvida preferencialmente a partir dos seguintes eixos e temas:

I - dignidade humana;

II - igualdade de direitos;

III - reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades;

IV - laicidade do Estado;

V - democracia na educação;

VI - transversalidade, vivência e globalidade; e

VII - sustentabilidade socioambiental.

IV DAS FORMAS DE OPERACIONALIZAÇÃO

Art 4º. Na FAMETRO, a educação para os direitos humanos, será desenvolvida por meio da transversalidade em projetos de trabalho que contemplem as diferentes temáticas assinaladas neste regulamento.

§ 1º. Todas as Matrizes Pedagógicas dos Cursos de Graduação ofertarão em caráter optativo a disciplina Educação para os Direitos Humanos.

§ 2º. Nos Cursos de Licenciatura a Educação em Direitos Humanos será componente curricular obrigatório orientando a formação dos profissionais da educação.

Art 5º. A FAMETRO fomentará e divulgará, conforme determina a lei estudos e experiências bem sucedidas realizados na área dos Direitos humanos e da Educação em Direitos Humanos. 135

Art 6º. A FAMETRO estimulará ações de extensão voltadas para a promoção de Direitos Humanos, em diálogo com os segmentos sociais em situação de exclusão social e violação de direitos, assim como com os movimentos sociais e a gestão pública.

Art. 7º. Este Regulamento entrará em vigor na data de sua publicação.

REGULAMENTO DO ATENDIMENTO AO ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTROAUTISTA

CAPÍTULO I - DA DEFINIÇÃO

Art. 1. O Transtorno do Espectro Autista (TEA) engloba diferentes síndromes marcadas por perturbações do desenvolvimento neurológico com três características fundamentais, que podem manifestar-se em conjunto ou isoladamente. São elas: dificuldade de comunicação por deficiência no domínio da linguagem e no uso da imaginação para lidar com jogos simbólicos, dificuldade de socialização e padrão de comportamento restritivo e repetitivo.

CAPÍTULO II - DO QUADRO CLÍNICO E DA CLASSIFICAÇÃO DO TEA:

- a. Autismo clássico – o grau de comprometimento pode variar de muito. De maneira geral, os portadores são voltados para si mesmos, não estabelecem contato visual com as pessoas nem com o ambiente; conseguem falar, mas não usam a fala como ferramenta de comunicação. Embora possam entender enunciados simples, têm dificuldade de compreensão e apreendem apenas o sentido literal das palavras. Não compreendem metáforas nem o duplo sentido. Nas formas mais graves, demonstram ausência completa de qualquer contato interpessoal. São crianças isoladas, que não aprendem a falar, não olham para as outras pessoas nos olhos, não retribuem sorrisos, repetem movimentos estereotipados, sem muito significado ou ficam girando ao redor de si mesmas e apresentam deficiência mental importante;
- b. Autismo de alto desempenho (antes chamado de síndrome de Asperger) – os portadores apresentam as mesmas dificuldades dos outros autistas, mas numa medida bem reduzida. São verbais e inteligentes. Tão inteligentes que chegam a ser confundidos com gênios, porque são imbatíveis nas áreas do conhecimento em que se especializam. Quanto menor a dificuldade de interação social, mais eles conseguem levar vida próxima à normal.
- c. Distúrbio global do desenvolvimento sem outra especificação (DGD-SOE) – os

portadores são considerados dentro do espectro do autismo (dificuldade de comunicação e de interação social), mas os sintomas não são suficientes para incluí-los em nenhuma das categorias específicas do transtorno, o que torna o diagnóstico muito mais difícil.

CAPÍTULO III - DA ORIENTAÇÃO AO PORTADOR DE TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA

Art3. Em atendimento ao disposto na Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, a Faculdade garante proteção aos Direitos da Pessoa com Transtorno de Espectro Autista.

Art4. O aluno será atendido em suas necessidades e dificuldades referentes a sua vida escolar, à sua aprendizagem e qualidade de relacionamento que mantém com seus pares na instituição, no trabalho e na família

CAPÍTULO III - DO ACESSO AO ATENDIMENTO

Art5. A orientação aos discentes será definida de acordo com a demanda e análise prévia de cada situação problema.

Art6. Para o corpo discente, a demanda de orientação poderá ser manifestada pelo próprio discente ou por encaminhamento dos professores

CAPÍTULO IV - DO SIGILO PROFISSIONAL

Art7, As atividades do Apoio Psicopedagógico, Orientação Pedagógica e à Pessoa com Transtorno de Espectro Autista (orientações e aconselhamentos), quando executados por profissional da área da Educação e ou/Psicologia, serão registradas em formulários específicos, respeitando o critério de sigilo profissional e as normas e resoluções do Profissional; Resolução CFP07/2003; 01/2009 e alterações.

Art8. Os dados das orientações e aconselhamentos realizados serão de acesso exclusivo do profissional psicólogo, registrado no órgão de classe, e serão arquivados em armários com chaves onde apenas o mesmo terá acesso para consulta e registros dos casos acompanhados.

Art9. Outros profissionais da instituição não terão acesso às informações confidenciais, salvo outros profissionais psicólogos autorizados pelo profissional de apoio Psicopedagógico coordenador do Serviço de Psicologia e Orientação Pedagógica que componham a equipe de trabalho ou o usuário ou responsável por menores de idade, de acordo com a Resolução CFP 01/2009. No caso da extinção do serviço ou da substituição de funções ou profissionais da área clínica serão adotados procedimentos do Art. 15, do Código de Ética Profissional/CFP 138 .

CAPÍTULO X - DA LOCALIZAÇÃO E DO HORÁRIO DE ATENDIMENTO

Art 10. O Apoio Psicopedagógico à Pessoa com Transtorno de Espectro Autista funcionará em local próprio e seu horário de funcionamento será definitivo pela Direção Geral em cada semestre letivo.

CAPÍTULO XI – CONDUTAS DE ATENDIMENTO

Art 11. No contexto do atendimento ao adulto e ao idoso com TEA, alguns fatores adicionais devem ser considerados. Primeiro, a demanda por esse tipo de serviço tem aumentado no mundo e o mesmo é esperado aqui no Brasil. Ainda que intervenções precoces e intensivas tragam imensos ganhos para o indivíduo com TEA e suas famílias, muitas das dificuldades vividas por esses indivíduos ultrapassam os anos da infância e da juventude. A necessidade por serviços e cuidados pode, portanto, se estender durante toda a vida do indivíduo.

Art 12. É essencial que a definição do projeto terapêutico das pessoas com TEA leve em conta as diferentes situações clínicas envolvidas nos transtornos do espectro do autismo. Ou seja, é necessário distinguir e ter a capacidade de responder tanto às demandas de habilitação/reabilitação de duração limitada (

Art 13. Após o diagnóstico e a comunicação à família, inicia-se imediatamente a fase do tratamento e da habilitação/reabilitação. A escolha do método a ser utilizado no tratamento e a avaliação periódica de sua eficácia devem ser feitas de modo conjunto entre a equipe e a família do paciente, garantindo informações adequadas quanto ao alcance e aos benefícios do tratamento, bem como favorecendo a implicação e a corresponsabilidade no processo de cuidado à saúde.

Art 14. No atendimento à pessoa com TEA, é importante manter uma rotina clínica (horários, espaço clínico, participantes da sessão, instrumentos, o diálogo como ponto fundamental de inserção da pessoa), pois tal estrutura impõe o caráter terapêutico à situação.

CAPÍTULO XII -DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art 15. Este Regulamento só pode ser alterado se aprovado pela maioria simples dos membros do Conselho Superior.

REGULAMENTO DO NAPA – NÚCLEO DE APOIO PSICOPEDAGÓGICO E INCLUSÃO

CAPÍTULO I - EIXOS DE TRABALHO DO NAPA

Art. 1 O NAPA realiza suas intervenções considerando quatro eixos fundamentais:

- I. atendimento ao corpo discente;
- II. apoio à coordenação de cursos e de ensino;
- III. pesquisa de demanda da Faculdade;
- IV. projetos institucionais.

CAPÍTULO II - DOS ATENDIMENTOS

Art. 2 Os atendimentos ao corpo discente, poderão ser individuais ou em grupo, de acordo com a demanda e análise prévia de cada situação problema.

Art 3. A demanda de atendimento poderá ser manifestada pelo próprio aluno junto ao NAPA ou pela coordenação de ensino, considerando relatório da coordenação de curso.

Art 4. Os atendimentos individuais serão agendados nos horários de funcionamento do NAPA e comunicado ao interessado.

Art 5. Os atendimentos individuais visam:

- a) atendimento aos casos relativos às dificuldades de aprendizagem e estudo;
- b) atendimento a alunos e funcionários com problemas psico-afetivos;
- c) encaminhamento para profissionais e serviços especializados dependendo da demanda apresentada;
- d) atendimento relativo às dificuldades de relacionamento interpessoal que ofereçam dificuldades de adaptação e motivação na dimensão acadêmica e profissional;
- e) atendimento aos casos relativos ao comportamento e conduta do acadêmico;
- f) atendimento aos encaminhamentos da direção, coordenação de curso, coordenação de estágio, corpo docente e Comissão Própria de Avaliação (CPA).
- g) Atendimento às demandas relacionadas à profissão e à formação profissional.

Art 6. Cada acadêmico poderá ser atendido individualmente em no máximo 10 (dez) sessões por semestre, de acordo com disponibilidade.

Art 7. O NAPA utilizará um formulário padrão – Prontuário de Atendimento – para registro dos atendimentos individuais.

Art 8. Os atendimentos em grupo serão agendados nos horários de funcionamento do NAPA e comunicado aos interessados.

Art 9. Os atendimentos em grupo serão realizados em um espaço de reflexão e enfrentamento de problemas cognitivos, relacionais e desenvolvimento de habilidades acadêmicas e profissionais no que se refere à dimensão relacional.

Art 10. Os atendimentos de grupo terão um limite de participantes, a ser definido pelo

coordenador do NAPA, de acordo com o tipo de trabalho a ser desenvolvido.

Art 11. Os encontros dos atendimentos em grupo serão planejados a partir das demandas dos alunos, das pesquisas institucionais desenvolvidas pelo NAPA, das solicitações dos colegiados de cursos e/ou da CPA.

Art 12. Para a Modalidade de Educação à Distância, os atendimentos serão agendados via e-mail e realizados de forma remota. Quando necessário os atendimentos poderão ser presenciais com apoio do Polo referência.

Art. 13 Os temas e áreas envolvidos nos atendimentos em grupo envolvem:

a) Orientação Profissional: reflexão sobre as necessidades, dúvidas e enfrentamento de dificuldades relacionadas a escolha profissional ou adaptação acadêmica.

b) Relações Humanas: oficinas de dinâmica de grupo visando o desenvolvimento de competências relacionais e interpessoais, liderança, comunicação e resolução de conflitos interpessoais.

c) Treinamento de Assertividade: oficinas de dinâmicas de grupo diretamente relacionada a alunos que apresentem alto grau de ansiedade presente em situações que envolvam apresentação de trabalhos em público ou dificuldades relacionadas a relações de trabalhos de equipe.

d) Orientação de Estudos: grupo reflexivo que aborda temas ligados a maximização de recursos envolvendo o planejamento de estudos acadêmicos ou voltados para concursos profissionais e/ou públicos.

e) Inclusão e Acessibilidade Pedagógica

Art. 14. Cada grupo poderá ser atendido em no máximo 5 (cinco) sessões por semestre, de acordo com disponibilidade.

Art 15. O NAPA utilizará um formulário padrão – Plano de Trabalho – para planejamento e registro dos atendimentos em grupo.

CAPÍTULO III - DO APOIO À COORDENAÇÃO DE CURSOS E DE ENSINO

Art. 16. O NAPA irá atuar junto à coordenação dos cursos e de ensino na compreensão e resolução de problemas específicos de aprendizagem e relacionais, juntamente com a assessoria pedagógica da Faculdade.

Art 17. O NAPA participará do planejamento do curso de Formação Continuada dos Docentes, promovido pela Faculdade, atuando principalmente na reflexão e orientação de situações problemas comuns, a partir dos dados coletados em suas pesquisas.

Art 18. O NAPA irá, em situações específicas, disponibilizar aos professores um acompanhamento na implementação de projetos de inclusão de acadêmicos portadores de

necessidades especiais.

Art 19. O apoio à coordenação de cursos e de ensino será realizado pelo NAPA através de reuniões institucionais, atendimentos individuais e orientações específicas.

CAPÍTULO IV - DA PESQUISA DE DEMANDA DA FACULDADE

Art. 20. O NAPA poderá, por solicitação da direção, elaborar pesquisas e relatórios com o objetivo de auxiliar na compreensão do perfil dos alunos, suas dificuldades e possíveis intervenções.

Art. 21. No caso de utilização de dados gerados a partir dos atendimentos individuais ou em grupo, ou ainda, oriundos da CPA, para elaboração de pesquisas e relatórios, o NAPA deverá observar o critério de sigilo profissional que envolve essas informações.

CAPÍTULO VI - DOS PROJETOS INSTITUCIONAIS

Art.22. O NAPA participa de projetos institucionais que envolvam as dimensões acadêmicas, culturais, semana das profissões, atividades extracurriculares, projetos de inclusão de necessidades especiais, estágios profissionalizantes.

Art 23. O NAPA realiza suas atividades em parceria com a Coordenação de Estágio, o Programa de Nivelamento – o Núcleo de Extensão – Coordenação de Ensino.

CAPÍTULO VII - DOS RELATÓRIOS

Art 24. A partir das atividades desenvolvidas pelo NAPA serão elaborados relatórios informativos para fundamentar pesquisas e avaliações dos processos acompanhados, podendo estes serem disponibilizados para a direção e coordenação dos cursos.

Art. 25. Os relatórios previstos deve tratar apenas de dados referentes ao número de atendimentos, tipologia dos atendimentos, tipologia da demanda ou outras informações que não comprometam o sigilo profissional.

CAPÍTULO VIII- DO SIGILO PROFISSIONAL

Art 26.Os atendimentos e atividades do NAPA, quando executados por profissional da área da Psicologia e da Pedagogia serão registrados em formulários específicos, respeitando nos atendimentos clínicos individuais e grupais o critério de sigilo profissional e as normas e resoluções do CFP (Código de Ética Profissional; Resolução CFP 07/2003; 01/2009).

Art. 27. Os dados dos atendimentos individuais e em grupo serão de acesso exclusivo do profissional psicólogo, registrado no órgão de classe, e serão arquivados em armários com

chaves onde apenas o mesmo terá acesso para consulta e registros dos casos acompanhados.

Art. 28 Outros profissionais da instituição não terão acesso às informações confidenciais, salvo outros profissionais psicólogos autorizados pelo coordenador do NAPA, que componham a equipe de trabalho ou o usuário ou responsável por menores de idade, de acordo com a Resolução CFP 01/2009.

Art 29. No caso da extinção do serviço ou da substituição de funções ou profissionais da área clínica serão adotados os procedimentos do Art.15, do Código de Ética Profissional/CFP.

REGULAMENTO DA MOBILIDADE E O INTERCÂMBIO ACADÊMICO INTERNACIONAIS DA FAMETRO

Art. 1º Regular a Mobilidade e o Intercâmbio Acadêmico Internacionais, no âmbito da FAMETRO, destinados a permitir que alunos dos cursos FACULDADE, participem de atividades acadêmicas realizadas em instituições no exterior, e que alunos de graduação de instituições de ensino superior estrangeiras possam participar de atividades acadêmicas na FAMETRO .

CAPÍTULO I

DA MOBILIDADE E INTERCÂMBIO INTERNACIONAIS PARA ALUNOS DA FAMETRO

Art. 2º Fica facultado ao aluno de graduação, regularmente matriculado em qualquer curso da FAMETRO, realizar componentes curriculares em instituições estrangeiras de ensino superior que possuem, ou não, Acordo de Cooperação com a FAMETRO.

§ 1º As atividades de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmico Internacionais deverão ser realizadas em Instituições de Ensino Superior, Centros de Pesquisas, Redes Universitárias e entidades semelhantes.

§ 2º As atividades realizadas e devidamente comprovadas serão creditadas no histórico escolar do aluno, de acordo com o Regimento Interno da FAMETRO.

§ 3º O afastamento do aluno para essas atividades, preferencialmente, estará amparado por Convênio ou Acordo de Cooperação firmado entre a FAMETRO e a instituição receptora.

§ 4º no caso de instituições que não possuem Convênios ou Acordos de Cooperação com a FAMETRO, cabe a Direção Geral aprovar a mobilidade ou o intercâmbio, levando em consideração o padrão de qualidade da instituição de ensino.

§ 5º O intercâmbio e a mobilidade acadêmica nos termos descritos neste regulamento se estende para todos os alunos da Instituição (Modalidade Presencial e a Distância)

Art. 3º Serão consideradas atividades de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmico Internacionais, passíveis de aproveitamento curricular de estudo, apenas aquelas de natureza acadêmica, supervisionadas, ou não, por tutor da instituição anfitriã, como disciplinas, cursos, estágios e pesquisas que visem ao aprimoramento da formação do aluno.

Art.4º A participação do aluno em atividades de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmico Internacionais terá a duração de um semestre letivo, podendo ser prorrogado por mais um semestre consecutivo. 144

§ 1º O prazo estipulado no caput poderá ser alterado, se este for proveniente de programas específicos, desde que haja a aprovação dos órgãos competentes.

§ 2º Compete a Coordenação de Ensino coordenar o Programa de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmicos Internacionais no âmbito da FAMETRO, e se responsabilizará pelos procedimentos gerais relativos aos Acordos de Cooperação.

§ 3º Durante o período de afastamento, o processo instruído ficará na Coordenação de Pesquisa, Extensão e Pós-graduação para o acompanhamento da Mobilidade e Intercâmbio Acadêmico Internacionais. Findado o afastamento, o processo será encaminhado à Secretaria Acadêmica para arquivo na pasta do aluno.

Art.5º O pedido de afastamento deverá ser submetido à apreciação do respectivo Conselho Superior da Faculdade, sendo que a Resolução com a aprovação para o aluno desempenhar atividades acadêmicas em instituição estrangeira deverá ser encaminhado à Coordenadoria de Coordenação de Pesquisa, Extensão e Pós-graduação.

§ 1º O Conselho Superior deverá considerar, na aprovação dos Contratos de Estudo, a carga horária e a presença dos conteúdos relevantes e significativos previstos na estrutura curricular do curso.

§ 2º A realização de intercâmbio sem aprovação do Contrato de estudos prévio só poderá ocorrer com suspensão de matrícula, devendo o Conselho Superior apreciar a *posteriori* o possível aproveitamento dos componentes curriculares cumpridos em intercâmbio.

Art. 6º O Conselho Superior deverá indicar, para cada aluno selecionado à mobilidade e ao intercâmbio, um tutor, que deverá ser professor do curso e ficará responsável pelo acompanhamento da realização das atividades previstas no Contrato de Estudos e aprovação de eventuais alterações.

Parágrafo Único - As eventuais alterações aceitas pelo Tutor Acadêmico no Contrato de Estudos serão submetidas a Direção Geral.

Art. 7º O aluno da FAMETRO interessado em participar de atividades de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmico Internacionais deverá proceder da seguinte forma:

I – executar os expedientes formais para vinculação à instituição onde deseja efetuar seus estudos;

II – arcar com todas as despesas pessoais e estudantis decorrentes da sua adesão ao Programa de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmicos Internacionais;

III – preencher formulário de candidatura próprio e anexar os documentos necessários;

IV – inscrever-se nos termos dos editais e demais convocações do ESAI.

Art. 8º O afastamento com vínculo temporário deverá ser registrado na faculdade de origem do aluno, de acordo com o Sistema de Controle Acadêmico, devendo esse registro ser substituído pelo lançamento de créditos equivalentes no histórico escolar do aluno, obrigatoriamente reconhecidos, por ocasião do retorno do mesmo.

Parágrafo Único: O afastamento do aluno da FAMETRO para vínculo temporário só se efetivará quando a instituição receptora manifestar formalmente o aceite do pedido do aluno, por meio de documento específico.

Art. 9º No período de afastamento por vínculo temporário, o aluno terá sua vaga assegurada no respectivo curso e esse período deve ser computado na contagem do tempo máximo previsto para integralização curricular.

Parágrafo Único: Para assegurar o previsto neste artigo, o aluno deverá efetuar sua matrícula normalmente para o semestre seguinte ao término do intercâmbio ou mobilidade.

Art. 10 Poderá participar do Programa de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmicos Internacionais, o aluno que atender os seguintes requisitos:

I – estar regularmente matriculado Na FAMETRO;II – ter

concluído o segundo semestre ;

III – apresentar bom rendimento acadêmico, com média de aproveitamento igual ou superior a 6,0 (seis);

IV – apresentar plano de atividades acadêmicas a serem cumpridas na instituição anfitriã;

V – comprovar proficiência no idioma do país onde pretende realizar a mobilidade ou intercâmbio, ou em outro aceite pela instituição anfitriã, exceto quando se tratar de países lusófonos.

VI – observar e cumprir os prazos para candidatura e entrega da documentação.

Art. 11 Os cursos ou atividades acadêmicas realizadas pelo aluno durante o período da mobilidade ou intercâmbio poderão ser aproveitados para integralização curricular, como disciplinas obrigatórias, eletivas ou optativas, conforme o caso.

Art. 12 O aluno participante do programa estará, obrigatoriamente, subordinado às normas institucionais da instituição receptora.

Art. 13 A FAMETRO, enquanto instituição de origem exime-se de quaisquer responsabilidades relacionadas às despesas de manutenção de aluno participante no Programa de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmicos Internacionais, incluindo deslocamento, alimentação, moradia e atendimento médico e hospitalar, entre outras.

Art. 14 A FAMETRO fará a aquisição de apólice de seguro coletivo contra acidentes pessoais em favor do estudante participante do Programa.

CAPÍTULO II
DA MOBILIDADE E INTERCÂMBIO INTERNACIONAIS DE ALUNOS ESTRANGEIROS
NA FAMETRO

Art. 15 Fica facultado ao aluno de graduação, regularmente matriculado em instituições estrangeiras de ensino superior com acordo de cooperação, ou não com a FAMETRO realizar componentes curriculares na FAMETRO, durante o período de um semestre letivo, podendo ser prorrogado por mais um semestre consecutivo.

Art. 16 O Conselho Superior da respectiva Faculdade, deverá aprovar o Contrato de Estudos de alunos estrangeiros que solicitarem intercâmbio na FAMETRO.

Art.17 Para cada aluno aceito na FAMETRO, o Conselho Superior indicará um tutor que o acompanhará academicamente em sua permanência na FAMETRO. **Art. 18** As despesas pelo cumprimento do programa correrão por conta do aluno em mobilidade, sem prejuízo de bolsas que possa obter das agências de fomento nacionais e internacionais.

CAPÍTULO III
DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

Art. 19 Os casos não previstos nesta Resolução serão resolvidos pelo Conselho Superior

Art. 20 Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA
FAMETRO

CAPÍTULO I - DAS FINALIDADES

Art. 1º - As Atividades Complementares se constituem em parte integrante o currículo dos cursos de Graduação.

§1º - As Atividades Complementares são desenvolvidas dentro do prazo de conclusão do curso, conforme definido em seu Projeto Pedagógico, sendo componente curricular obrigatório para a graduação do aluno.

§2º - Caberá ao aluno participar de Atividades Complementares que privilegiem a construção de comportamentos sociais, humanos, culturais e profissionais. Tais atividades serão adicionais às demais atividades acadêmicas e deverão contemplar os grupos de atividades descritos neste Regulamento.

Art. 2º - As Atividades Complementares têm por objetivo enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, privilegiando:

- I. atividades de complementação da formação social, humana e cultural;
- II. atividades de cunho comunitário e de interesse coletivo;
- III. atividades de iniciação científica, tecnológica e de formação profissional.

CAPÍTULO II - DO LOCAL E DA REALIZAÇÃO

Art. 3º - As Atividades Complementares poderão ser desenvolvidas na própria FAMETRO ou em organizações públicas e privadas, que propiciem a complementação da formação do aluno, assegurando o alcance dos objetivos previstos nos Artigos 1º e 2º deste Regulamento.

Parágrafo único - As Atividades Complementares deverão ser realizadas preferencialmente aos sábados ou no contraturno do aluno, não sendo justificativa para faltas em outras disciplinas/unidades curriculares.

CAPÍTULO III - DAS ATRIBUIÇÕES

SEÇÃO I - DO COORDENADOR DO CURSO

Art. 4º - Ao Coordenador do Curso compete:

I. indicar à Gerência de Ensino e Pesquisa o professor responsável por coordenar as ações das Atividades Complementares no âmbito de seu curso;

II. propiciar condições para o processo de avaliação e acompanhamento das Atividades Complementares;

III. supervisionar o desenvolvimento das Atividades Complementares;

IV. definir, ouvido o Colegiado de Curso, para as atividades relacionadas no artigo 13, procedimentos de avaliação e pontuação para avaliação de Atividades Complementares em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;

V. validar, ouvido o Colegiado de Curso, as disciplinas/unidades curriculares de enriquecimento curricular que poderão ser consideradas Atividades Complementares, em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;

VI. julgar, ouvido o Colegiado de Curso, a avaliação das Atividades Complementares não previstas neste Regulamento.

SEÇÃO II

DO COLEGIADO DO CURSO

Art. 5º - Ao Colegiado do Curso compete:

I. propor ao Coordenador do Curso, para as atividades relacionadas no artigo 13, procedimentos de avaliação e pontuação para avaliação de Atividades Complementares, em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;

II. propor ao Coordenador do Curso as disciplinas/unidades curriculares de enriquecimento curricular que poderão ser consideradas Atividades Complementares, em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;

III. propor ao Coordenador do Curso a avaliação das Atividades Complementares não

previstas neste Regulamento.

SEÇÃO III DO PROFESSOR RESPONSÁVEL

Art. 6º - Ao professor responsável pelas Atividades Complementares compete:

- I. analisar e validar a documentação das Atividades Complementares apresentadas pelo aluno, levando em consideração este Regulamento;
- II. avaliar e pontuar as Atividades Complementares desenvolvidas pelo aluno, de acordo com os critérios estabelecidos, levando em consideração a documentação apresentada;
- III. orientar o aluno quanto à pontuação e aos procedimentos relativos às Atividades Complementares;
- IV. fixar e divulgar locais, datas e horários para atendimento aos alunos;
- V. controlar e registrar as Atividades Complementares desenvolvidas pelo aluno, bem como os procedimentos administrativos inerentes a essa atividade;
- VI. encaminhar à Secretaria Acadêmica – SECAD, o resultado da matrícula e da avaliação das Atividades Complementares;
- VII. participar das reuniões necessárias para a operacionalização das ações referentes às Atividades Complementares.

SEÇÃO IV DO ALUNO

Art. 7º - Aos alunos da FAMETRO, matriculados nos cursos de Graduação, compete:

- I. informar-se sobre o Regulamento e as atividades oferecidas dentro ou fora da FAMETRO que propiciem pontuações para Atividades Complementares;
- II. inscrever-se e participar efetivamente das atividades;
- III. solicitar a matrícula e a avaliação em Atividades Complementares, conforme prevê este Regulamento;
- IV. providenciar a documentação comprobatória, relativa à sua participação efetiva nas atividades realizadas;
- V. entregar a documentação necessária para a pontuação e a avaliação das Atividades Complementares, até a data limite estabelecida no Calendário Acadêmico;
- VI. arquivar a documentação comprobatória das Atividades Complementares e apresentá-la sempre que solicitada;
- VII. retirar a documentação apresentada junto ao professor responsável em até 60 dias corridos após a publicação do resultado.

§1º - A documentação a ser apresentada deverá ser devidamente legitimada pela Instituição emitente, contendo carimbo e assinatura ou outra forma de avaliação e especificação de

carga horária, período de execução e EMENTA da atividade.

§2º - A documentação não retirada no prazo estabelecido neste Regulamento será destruída.

CAPÍTULO IV DO PROCESSO DE MATRÍCULA

Art. 8º - O aluno deverá protocolar junto ao professor responsável a entrega da documentação comprobatória para avaliação em Atividades Complementares, no momento que julgar ter os pontos necessários para avaliação.

§1º - A documentação comprobatória deverá ser entregue até a data limite prevista em Calendário Acadêmico.

§2º - Caso o aluno complete o número mínimo de pontos exigido para aprovação em Atividades Complementares, a matrícula será realizada, sendo o aluno considerado aprovado. §3º - Caso o aluno não complete o número mínimo de pontos exigido para aprovação em Atividades Complementares, a matrícula não será realizada.

§4º - Caso o aluno tenha como único requisito faltante para conclusão do curso as Atividades Complementares e não complete o número mínimo de pontos exigido para aprovação, a matrícula será realizada e o aluno será considerado reprovado.

Art. 9º - A matrícula e a avaliação em Atividades Complementares deverão ser realizados até a data limite para lançamento de notas estabelecida no Calendário Acadêmico.

Art. 10 - Não será aceita matrícula em enriquecimento curricular em Atividades Complementares.

Art. 11 - Não haverá dispensa ou convalidação das Atividades Complementares.

CAPÍTULO V DA AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 12 - Na avaliação das Atividades Complementares, desenvolvidas pelo aluno, serão considerados:

- I. a compatibilidade e a relevância das atividades desenvolvidas, de acordo com o Regulamento, e os objetivos do curso em que o aluno estiver matriculado;
- II. o total de horas dedicadas à atividade.

Parágrafo único - Somente será considerada, para efeito de pontuação, a participação em atividades desenvolvidas a partir do ingresso do aluno no Curso.

Art. 13 - Poderão ser validadas como Atividades Complementares:

Grupo 1 - Atividades de complementação da formação social, humana e cultural, estando inclusas:

- i. atividades esportivas - participação nas atividades esportivas;
- ii. cursos de língua estrangeira – participação com aproveitamento em cursos de língua

estrangeira;

iii. participação em atividades artísticas e culturais, tais como: banda marcial, camerata de sopro, teatro, coral, radioamadorismo e outras;

iv. participação efetiva na organização de exposições e seminários de caráter artístico ou cultural;

v. participação como expositor em exposição artística ou cultural.

Grupo 2 - Atividades de cunho comunitário e de interesse coletivo, estando Inclusas:

participação efetiva em Diretórios e Centros Acadêmicos, Entidades de Classe, Conselhos Colegiados internos à Instituição;

i. participação efetiva em trabalho voluntário, atividades comunitárias, CIPAS, associações de bairros, brigadas de incêndio e associações escolares;

ii. participação em atividades beneficentes;

iii. atuação como instrutor em palestras técnicas, seminários, cursos da área específica, desde que não remunerados e de interesse da sociedade;

iv. engajamento como docente não remunerado em cursos preparatórios e de reforço escolar;

v. participação em projetos de extensão, não remunerados, e de interesse social.

Grupo 3 - Atividades de iniciação científica, tecnológica e de formação profissional, estando inclusas:

i. participação em cursos extraordinários da sua área de formação, de fundamento científico ou de gestão;

ii. participação em palestras, congressos e seminários técnico-científicos;

iii. participação como apresentador de trabalhos em palestras, congressos e seminários técnico-científicos;

iv. participação em projetos de iniciação científica e tecnológica, relacionados com o objetivo do Curso;

v. participação como expositor em exposições técnico-científicas;

vi. participação efetiva na organização de exposições e seminários de caráter acadêmico;

vii. publicações em revistas técnicas;

viii. publicações em anais de eventos técnico-científicos ou em periódicos científicos de abrangência local, regional, nacional ou internacional;

ix. estágio não obrigatório na área do curso;

x. trabalho com vínculo empregatício, desde que na área do curso;

xi. trabalho como empreendedor na área do curso;

xii. estágio acadêmico;

xiii. participação em visitas técnicas organizadas pela FAMETRO;

xiv. participação e aprovação em disciplinas/unidades curriculares de enriquecimento curricular de interesse do Curso, desde que tais disciplinas/unidades curriculares tenham sido aprovadas pelo Colegiado de Curso e estejam de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso.

xv. Participação em Empresa Júnior, Hotel Tecnológico, Incubadora Tecnológica;

xvi. Participação em projetos multidisciplinares ou interdisciplinares.

§1º - Os estágios previstos referem-se a estágios de característica opcional

por parte do discente (estágio não obrigatório). O Estágio Curricular Obrigatório

não poderá ser pontuado em Atividades Complementares, por já possuir carga horária e registro de nota próprios.

§2º - Os projetos multidisciplinares ou interdisciplinares referem-se àqueles de característica

opcional por parte do discente, não previstos no currículo do

curso do aluno. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) não poderá ser pontuado em

Atividades Complementares, por já possuir carga horária e registro de nota próprios.

CAPÍTULO VI DA PONTUAÇÃO

Art. 14 - As Atividades Complementares serão avaliadas, segundo a carga horária ou por participação efetiva nas atividades, atendendo ao disposto no parágrafo 1º do Art. 7º deste Regulamento.

Parágrafo único - As atividades que se enquadram em mais de um item serão pontuadas por aquele que propiciar maior pontuação.

Art. 15 - O aluno deverá participar de atividades que contemplem os Grupos listados no Artigo 13 deste Regulamento, completando no mínimo 20 pontos em cada um dos grupos.

Art. 16 - O aluno poderá integralizar:

I. No grupo 1 o máximo de 30 pontos;

II. No grupo 2 o máximo de 30 pontos;

III. No grupo 3 o máximo de 40 pontos.

Art. 17 - Caberá ao Colegiado de Curso propor ao Coordenador do Curso a pontuação dos itens de cada Grupo, respeitados os Artigos 15 e 16.

Parágrafo único - O Anexo 1 deste Regulamento será utilizado como referência para definição dos pontos em cada item.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 18 - Os casos omissos neste Regulamento serão tratados pela Coordenação do Curso.

PONTUAÇÃO SUGERIDA PARA AS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Conforme determina o Art. 17 deste regulamento, este anexo trata-se apenas de uma referência para regulamentação própria de cada Colegiado de Curso.

Os alunos deverão enquadrar-se na pontuação estabelecida para o curso em que estiverem matriculados.

- 1) Serão atribuídos até 5 (cinco) pontos por semestre por participação nas atividades esportivas em Instituições, de acordo com o Art. 3º deste Regulamento.
- 2) Serão atribuídos até 5 (cinco) pontos, por semestre, por participação nas atividades artísticas e culturais, tais como: banda marcial, camerata de sopro, teatro, coral, radioamadorismo e outras, em Instituições, de acordo com o Art. 3º deste Regulamento.
- 3) Serão atribuídos até 5 (cinco) pontos, por semestre, por participação efetiva em Diretórios Acadêmicos e Entidades de Classe.
- 4) Serão atribuídos 10 (dez) pontos, por semestre, por participação efetiva em trabalho voluntário, atividades comunitárias, CIPAS , associações de bairros, brigadas de incêndio e associações escolares.
- 5) Será atribuído 0,5 (meio) ponto, por hora, por participação em cursos da área específica de cada curso de graduação, de fundamento científico ou de gestão.
- 6) Será atribuído 1,0 (um) ponto, por hora, pela participação em palestras técnicas, congressos e seminários.
- 7) Serão atribuídos até 5 (cinco) pontos, por semestre, para o aluno que obtiver frequência e aprovação em cursos de língua estrangeira.
- 8) Serão atribuídos até 5 (cinco) pontos, por hora, por apresentação de palestras técnicas, seminários, cursos da área específica, de cada curso de graduação.
- 9) Serão atribuídos até 10 (dez) pontos a artigos científicos publicados e até 15 (quinze) pontos a projetos de iniciação científica e tecnológica, relacionados com o objetivo do Curso.

FACULDADE METROPOLITANA DE COARI**DIREITO**

Nº	NOME	FORMAÇÃO	TITULAÇÃO MÁXIMA	FUNÇÃO	REGIME
1	ALBERTO LÚCIO DE S. SIMONETTI FILHO	DIREITO	ESPECIALISTA	DOCENTE	PARCIAL
2	DECINEY BAYMA CRAVEIRO	LICENCIATURA EM FILOSOFIA	MESTRADO	TUTOR/DOCENTE	PARCIAL
3	EDIVÃ BERNARDO DA SILVA	FISIOTERAPIA	DOCTORADO	TUTOR/DOCENTE	PARCIAL
4	JOSE AFONSO RIBEIRO BARRADAS JUNIOR	DIREITO	ESPECIALISTA	DOCENTE	HORISTA
5	JÚLIA FEITOSA DA COSTA RODRIGUES	DIREITO	ESPECIALISTA	DOCENTE	HORISTA
6	LUCIANA OLIVEIRA DO VALLE CARMINÉ	ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA	MESTRADO	TUTOR/DOCENTE	PARCIAL
7	MIRIAN LIMA DO NASCIMENTO MENDES	LIC. EM LETRAS E PEDAGOGIA	ESPECIALISTA	DOCENTE	HORISTA
8	ROSANA REIS DE MELO SILVA	DIREITO	ESPECIALISTA	DOCENTE	HORISTA
9	SANDRO SÉRGIO DE ANDRADE MAGALHÃES	DIREITO E CONTABILIDADE	ESPECIALISTA	DOCENTE	HORISTA
10	VALDERI PONTES DA SILVA JUNIOR	DIREITO	ESPECIALISTA	DOCENTE	PARCIAL
11	VICTOR DA SILVA ALMEIDA	ADMINISTRAÇÃO E PEDAGOGIA	MESTRADO	DOCENTE	INTEGRAL

12	WINSTON DE ARAÚJO TEIXEIRA	DIREITO / LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA	DOUTORADO	DOCENTE/COORDENADOR	INTEGRAL
----	----------------------------------	---	------------------	----------------------------	-----------------